




PLANO ESTRATÉGICO  
PARA O DESENVOLVIMENTO  
DO TURISMO NÁUTICO  
NO ALENTEJO E RIBATEJO

Estudo de Diagnóstico



	
<b>FICHA TÉCNICA</b>	
<b>Concepção e Redacção</b>	Fernando Completo Fernando Moreira João Reis Nuno Gustavo
<b>Título</b>	PLANO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NÁUTICO NO ALENTEJO E RIBATEJO
<b>Desenvolvido por</b>	Centro de Estudos do Turismo (CESTUR) Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE)
<b>Entidade Promotora</b>	Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo
<b>Versão</b>	1. <sup>a</sup>
<b>Data</b>	09 de Janeiro de 2015
<b>Composição</b>	229 páginas

## ÍNDICE GERAL

<b>1. PREAMBULO</b> .....	<b>7</b>
<b>2. O DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO</b> .....	<b>9</b>
2.1. OBJECTIVOS A ALCANÇAR.....	11
2.2. METODOLOGIA, COMPONENTES E PROCEDIMENTOS .....	13
2.3. ESTRUTURA E ROTEIRO DO ESTUDO.....	19
<b>3. O TURISMO NAÚTICO ENQUANTO PRODUTO GLOBAL</b> .....	<b>24</b>
3.1. ABRANGÊNCIA CONCEPTUAL.....	24
3.1.1. EXPRESSÃO ACTUAL E POTENCIAL DE CRESCIMENTO.....	30
3.1.2. PERFIL DOS NAUTAS .....	32
3.1.3. ATRACÇÕES, ACTIVIDADES E EXPERIÊNCIAS.....	35
3.2. A OFERTA.....	37
3.2.1. OS TERRITÓRIOS DA NÁUTICA MUNDIAL – EVOLUÇÃO E EXPRESSÃO GEOGRÁFICA .....	37
3.2.2. RECURSOS, FACTORES DE SUPORTE E MODELOS DE NEGÓCIO .....	39
3.2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS E MODELOS DE GESTÃO DOS DESTINOS .....	40
3.2.4. ESTUDOS CASO.....	41
3.2.4.1. RIO LOIRE.....	44
3.2.4.1.1. TERRITÓRIO: TOURS e SAUMUR .....	44
3.2.4.2. LITORAL FRANCÊS: DE VANNES A BIARRITZ.....	49
3.2.4.2.1. TERRITÓRIO: VANNES E SAINT NAZAIRE.....	49
3.2.4.2.2. TERRITÓRIO: SABLES D’OLONNE E LA ROCHELLE.....	60
3.2.4.2.3. TERRITÓRIO: ROYAN, BLAYE, BASSIN D’ARCACHON, LACANAU, CAP FERRET .....	69
3.2.4.2.3. TERRITÓRIO: BORDEAUX, HOSSEGOR E BIARRITZ .....	75
3.2.4.3. CONCLUSÕES.....	81
<b>4. ÁREA DE INTERVENÇÃO: ALENTEJO E RIBATEJO</b> .....	<b>88</b>

4.1. LOCALIZAÇÃO E FIGURA.....	88
4.2. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA SUMÁRIA .....	93
4.2.1. OROGRAFIA E SOLOS.....	94
4.2.2. CLIMA E TEMPO.....	99
4.2.3. HIDROGRAFIA.....	105
4.2.4. SOLOS, COBERTO VEGETAL E FAUNA.....	119
4.3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICO.....	125
4.3.1. DEMOGRAFIA.....	125
4.3.2. ACTIVIDADE ECONÓMICA.....	129
4.3.3. ESTRUTURA URBANA E CAMPO.....	134
4.3.4. REDES DE ARTICULAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	136
4.4. O TURISMO E O RECREIO NA ÁREA DE INTERVENÇÃO .....	139
4.4.1. O SIGNIFICADO PARA A ÁREA DE INTERVENÇÃO DAS GRANDES TENDÊNCIAS DO TURISMO.....	139
4.4.2. EXPRESSÃO E SIGNIFICADO ACTUAL.....	154
4.4.3. O TURISMO NÁUTICO ENQUANTO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL.....	179
<b>5. O TURISMO NÁUTICO NA REGIÃO DO ALENTEJO E RIBATEJO.....</b>	<b>181</b>
5.1. DISTRIBUIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO NÁUTICO NO ALENTEJO E RIBATEJO .....	181
5.1.1. ALENTEJO LITORAL.....	182
5.1.2. BAIXO ALENTEJO .....	192
5.1.3. ALENTEJO CENTRAL.....	196
5.1.4. ALTO ALENTEJO .....	215
5.1.5. LEZÍRIA DO TEJO.....	221
5.2. A NÁUTICA DE RECREIO E A NÁUTICA DESPORTIVA – VERTENTES, DISTRIBUIÇÃO E SIGNIFICADO.....	223
5.3. PLANOS DE ÁGUA E ACTIVIDADES INDUZIDAS NO HINTERLAND .....	227



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Níveis analíticos e sua estrutura genética.....	14
Figura 2 -Transição entre os níveis analíticos.....	14
Figura 3 – Modelo Global da Investigação .....	19
Figura 4 - Síntese da estrutura e do roteiro do Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Turismo Náutico no Alentejo .....	23
Figura 5 – Turismo Náutico – universo e práticas.....	24
Figura 6 - Actividades turísticas mais relevantes para o desenvolvimento sustentável das regiões costeiras e marítimas.....	25
Figura 7- Cluster do Turismo Náutico .....	26
Figura 8 - Evolução do mercado de Marine and Cruise Tourism.....	28
Figura 9- O Turismo Náutico na Europa – factos e números 2014 .....	28
Figura 10 - Massas de água com o mínimo de 2 provas de pesca realizadas por ano (de 2006 a 2009).....	30
Figura 11 – Perfil do Consumidor Nauta.....	34
Figura 12 – Itinerário Benchmarking.....	43
Figura 13 – Estação Náutica de Saumur .....	45
Figura 14 – Ciclovias – Loire .....	45
Figura 15 – Marina Urbana de Vannes.....	50
Figura 16 – Doca Seca do Parque Náutico de Recreio e Lazer de Arzal-Camoël.....	52
Figura 17 - Golfo de Morbihan.....	54
Figura 18 – Plano do Parque Náutico de Recreio e Lazer de Arzal-Camoël .....	58
Figura 19 – Sinalética – Rota Litoral (Pornichet).....	59
Figura 20 – Homenagem a Alessandro Di Benedetto pela volta ao mundo sem escalas num pogo de 6,5m com partida e chegada Sables D’Olonne .....	60
Figura 21 – Porto urbano da cidade marinheira de La Rochelle.....	63
Figura 22 – Porto de Arcachon (2.600 rings) .....	70
Figura 23 – Lacanau: aula de windsurf.....	71
Figura 24 – Pesca desportiva na bacia de Arcachon.....	72
Figura 25 – Surf na praia de Biarritz.....	76
Figura 26 – Praia de Hossegor.....	76
Figura 27 – Praia de Biarritz .....	77
Figura 28 – NUTS e território de intervenção do PEDTNAR .....	90
Figura 29– Modelo de elevação (TIN) da AI.....	96
Figura 30 - Regiões climáticas de Portugal Continental.....	101
Figura 31 - Precipitação média acumulada anualmente em Portugal Continental .....	102
Figura 32 – Diferenciação climática de Portugal Continental (Verão/Inverno).....	103
Figura 33 - Clima de Portugal Continental, segundo a classificação de Koppen.....	105
Figura 34 - Regiões Hidrográficas da AI .....	107
Figura 35 - principais cursos de água da bacia hidrográfica do Tejo na AI .....	109
Figura 36 - Sub-bacias da região hidrográfica do Sado e Mira (RH6).....	110
Figura 37 - principais cursos de água das bacias hidrográficas do Sado e Mira.....	111
Figura 38 - Sub-bacias da região hidrográfica do Guadiana (RH7) .....	112

Figura 39 - principais cursos de água da bacia hidrográfica do Guadiana na AI .....	114
Figura 40 - Principais cursos de água da AI .....	118
Figura 41 - Ocupação/uso do solo (Corine Land Cover) na AI .....	123
Figura 42 - Áreas protegidas na AI .....	124
Figura 43 - Número de habitantes por km <sup>2</sup> - Portugal e Alentejo NUTS II (1991-2011) .....	126
Figura 44 - Estrutura etária da população Residente no Alentejo por sexo, 2001 e 2011 .....	128
Figura 45 - Taxa de Analfabetismo em 2011 e variação por município no período 2001/2011 .....	129
Figura 46 - Emprego e Desemprego por Ramo de Actividade e Género no Alentejo (2011) .....	132
Figura 47 - Ramo de atividade económica de especialização regional, 2011 .....	133
Figura 48 - Densidade Populacional e Lugares com mais de 2.000 residentes ou mais no Alentejo (2011) .....	135
Figura 49 - Movimentos pendulares (interações regionais) no Alentejo, 2011 .....	137
Figura 50 - Evolução da procura turística internacional por quota de mercado dos destinos turísticos 1950-2010 .....	141
Figura 51 - Perfil do Turista da Região do Alentejo - Motivações .....	155
Figura 52 - Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, 2013 .....	158
Figura 53 - Capacidade média de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, por NUTS II, 2013.....	159
Figura 54 - Galões do Sado no Cais de Alcácer do Sal.....	185
Figura 55 - Barragem do Pego do Altar: Caravanismo.....	186
Figura 56 - Cais do Pomarão .....	193
Figura 57 - Cais de Mértola .....	194
Figura 58 - Tapada Grande - infra-estruturas.....	195
Figura 59 - Levada da Ribeira da Seda .....	197
Figura 60 - Campeonato do Mundo Pesca Desportiva Água Doce Senhoras 2014 .....	199
Figura 61 - Pesca desportiva na pista de Santa Justa, Couço.....	199
Figura 62 - Zona Ribeirinha de Coruche - Margens.....	200
Figura 63 - Zona Ribeirinha de Coruche - Actividades Náuticas e Desportivas .....	201
Figura 64 - Imagem aérea do Açude da Agolada, Coruche .....	202
Figura 65 - Remo no Açude do Monte da Barca, Coruche; .....	203
Figura 66 - Ski aquático no Lago da Quinta Grande, Coruche .....	204
Figura 67 - Cais Monsaraz.....	208
Figura 68 - Amieira Marina.....	210
Figura 69 - Barcos Casa da Amieira Marina .....	211
Figura 70 - AlquevaLine -Cais e Embarcações.....	212
Figura 71 - Cais da Estrela.....	213
Figura 72 - Cais do Mourão .....	214
Figura 73 - Herdade da Cortesia - Alojamento .....	217
Figura 74 - Cais da Herdade da Cortesia.....	218
Figura 75 - Marina de Salvaterra de Magos.....	222
Figura 76 - Cais de Valada e Palhota .....	222

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura e Roteiro do Estudo .....	20
Quadro 2- síntese das evidências mais significativas da acção de <i>benchmarking</i> e sua adequabilidade e inovação no território do Alentejo e Ribatejo .....	86
Quadro 3 - Sub-bacias da Região Hidrográfica do Tejo (RH5).....	108
Quadro 4 - Rankings dos principais indicadores de turismo internacional, 2013.....	142
Quadro 5- Síntese dos significados das tendências do Turismo para a AI.....	147
Quadro 6 - Estabelecimentos, segundo o tipo, por regiões (NUTS II) - anterior enquadramento legislativo e atual enquadramento legislativo.....	156
Quadro 7 - Capacidade de alojamento, segundo o tipo, por regiões (NUTS II) - anterior enquadramento legislativo e atual enquadramento legislativo.....	158
Quadro 8 - Parques de campismo, área, capacidade de alojamento e pessoal ao serviço, .....	161
Quadro 9 - Colónias de férias e pousadas de juventude, capacidade de alojamento e pessoal ao serviço, por regiões (NUTS II) .....	161
Quadro 10 - Dormidas, segundo o tipo, por regiões (NUTS II) - anterior enquadramento legislativo e atual enquadramento legislativo.....	165
Quadro 11 - Dormidas de campistas, segundo as regiões (NUTS II), por países de residência habitual.....	168
Quadro 12 - Dormidas nas colónias de férias e pousadas de juventude, segundo as regiões (NUTS II), por países de residência habitual .....	169
Quadro 13 - Viagens em Portugal, segundo o motivo e duração (NUTS II de destino)..	170
Quadro 14 - Matriz origem/destino (NUTS II) das viagens realizadas em Portugal, segundo os principais motivos e duração.....	171
Quadro 15 - Taxa líquida de ocupação-cama, segundo o tipo dos estabelecimentos, por regiões (NUTS II) .....	172
Quadro 16 - Estada média, segundo o tipo dos estabelecimentos, por regiões (NUTS II) .....	173
Quadro 17- Estada média, segundo as regiões (NUTS II), por países de residência habitual.....	174
Quadro 18 - Estada média de campistas, segundo as regiões (NUTS II), por países de residência habitual.....	176
Quadro 19 - Estada média nas colónias de férias e pousadas de juventude, segundo as regiões (NUTS II), por países de residência habitual .....	176
Quadro 20 - Proveitos totais, segundo o tipo dos estabelecimentos, por regiões (NUTS II) .....	178
Quadro 21 - Rendimento por quarto disponível (RevPar), segundo o tipo dos estabelecimentos, por regiões (NUTS II).....	179
Quadro 22– Síntese das Reuniões Técnicas e Acções de Campo realizadas.....	181
Quadro 23 – Barragens de utilização livre na região do Alentejo e Ribatejo.....	183
Quadro 24 – Rede Primária Vale do Sado .....	187

## 1. PREAMBULO

---

A reestruturação territorial da Entidade Regional de Turismo do Alentejo (ERT Alentejo) não só integrou na sua estrutura de base os pólos do Alqueva e do Alentejo Litoral, mas também ampliou a sua área de influência a Santarém e a outros dez municípios da Lezíria do Tejo.

Quer este novo recorte territorial, quer a própria evolução verificada nas características de base dos principais mercados emissores, aconselha o repensar do quadro estratégico e competitivo da região, seja no que se refere aos produtos turísticos já consolidados, seja, sobretudo, no que diz respeito à paleta de apostas futuras incidentes sobre os principais pólos e eixos territoriais.

Acresce ao anteriormente referido que se avizinha a vigência efectiva de um novo ciclo de programação dos fundos europeus estruturais e de investimento (2014-2020), facto que se por um lado alarga as janelas de oportunidade existentes, por outro implica a existência de uma cascata estratégica a escalas diferenciadas, perfeitamente definida e articulada para a região, territorial e sectorialmente falando.

Assim, seja no domínio dos Programas Operacionais Temáticos, seja, sobretudo, no que diz respeito ao PO Regional (mas também no PO da política de Desenvolvimento Rural - FEADER) importa criar as condições prévias para que o turismo regional evolua segundo apostas que expressem as duas grandes linhas de reorientação de aplicação dos fundos estruturais expressos pelo governo na sua resolução nº 33/2013: a racionalidade económica e a concentração nas apostas estratégicas.

Neste quadro, visitar as políticas e as práticas do desenvolvimento turístico regional perseguidas nos últimos anos é não só uma medida de inteligência analítica, mas também uma necessidade derivada da procura da maximização dos efeitos sectoriais directos e derivados dos investimentos públicos e privados que se avizinham. Sempre assim foi, mas num quadro de escassez de massa crítica financeira como a que o país atravessa a certa aplicação dos fundos disponíveis ganha contornos de premência ainda mais elevados.

Surgem, assim, um conjunto de estudos que a ERT Alentejo lançou dirigidos à estruturação de uma paleta de produtos turísticos com forte potencial de desenvolvimento na região, paleta essa em que o presente trabalho, incidente sobre o turismo náutico, se insere.

Efectivamente, a fileira do turismo náutico, com os prolongamentos a montante e a jusante dos seus dois *cores* fundamentais – a náutica de recreio e a náutica desportiva, ainda que tardiamente desenvolvida em Portugal e na Região, encerra um potencial de crescimento e afirmação não despicienda, já pela quantidade e qualidade dos recursos e das infra-estruturas existentes e potenciais, já pela tendência crescente da procura qualificada - nacional e internacional - que se tem verificado sobre a nebulosa dos produtos turísticos náuticos e seus derivados.

Algo que se os territórios e as regiões, em geral, não podem nem devem desprezar, o Alentejo, enquanto região com défices crónicos de dinamismo demográfico, social e económico, muito menos.

Finalmente, importa também sublinhar um outro conjunto de aspectos que acrescem ao domínio da exclusiva delimitação e produção de orientações e estratégias regionais para o desenvolvimento das actividades e do turismo náutico no Alentejo e no Ribatejo - os aspectos informativos, pedagógicos e estimulantes a exercer durante os múltiplos momentos de interacção equipa/*stakeholders* que estudos desta natureza sempre encerram, seja sobre aqueles que já se encontram envolvidos no subsector, seja sobre os que prospectivam, de alguma forma, virem a juntar-se num futuro próximo.

Equipa técnica, mas também actores de dinamização do empreendedorismo regional, eis a missão que o grupo vertente se propõe abraçar.

## 2. O DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO

---

Com base no que foi anteriormente referido, o presente estudo enquadra-se num modelo de planeamento flexível que se pretende equilibrado, integrado, sustentável e consistente.

Equilibrado, no sentido de não provocar e não agravar as assimetrias territoriais já existentes, integrado através do desejável posicionamento holístico - conjugando realidades e potencialidades diversas numa tessitura em que o turismo e o turismo náutico não são dimensionados isoladamente do que os rodeia e confere significado e relevância, sustentável através de uma concepção de desenvolvimento turístico perdurável e não depredatório do ambiente natural e cultural de que se alimenta e, finalmente, consistente, já que se pretende alicerçar na realidade concreta existente e numa contribuição intensiva dos *stakeholders* e populações locais.

Globalmente, o presente exercício insere-se nos objectivos consensualizados da planificação estratégica turística de base territorial, os quais se podem resumir em:

- Apurar as formas mais eficazes de desenvolvimento e organização do sector turístico em geral e do turismo náutico em particular, bem como as dimensões que lhe são conexas, os obstáculos e as ameaças com que a actividade se confronta (ou pode vir a defrontar num horizonte temporal próximo), os trunfos existentes, bem como as novas janelas geradas por um mercado turístico em constante e acelerada mudança;
- Reforçar/criar vectores de aderência da actividade turística e do turismo náutico às mudanças experimentadas nas envolventes distante e próxima;
- Buscar a diferenciação através da combinação virtuosa inovação/qualidade (no turismo em geral, mas muito em particular no produto turismo náutico);
- Encontrar e estabilizar as condições indispensáveis ao êxito da actividade na área em reformatação: rendibilidade económica e financeira das iniciativas turísticas, produtividade social e cultural, imagem positiva do Alentejo e do Vale do Tejo enquanto destino turístico, coordenação e cooperação entre *stakeholders* e entre

estes e a população geral, planos de *marketing* e efectivos, seja no âmbito da oferta e da procura turística, seja na da atracção de investimento turístico produtivo;

- Contrariar o surgimento de entropias ao nível do processo de desenvolvimento turístico que, como já se referiu, se quer sustentado, participado e sociabilizado, mas também a descoordenação e a concorrência desnecessária entre actores (mantendo, contudo, a necessária competição criadora e transformadora), a desarticulação das iniciativas, as atitudes menos cooperantes por parte dos residentes, a delapidação abusiva das matérias primas do turismo náutico, a concentração, a massificação, ...

No que respeita às grandes etapas do processo de planeamento estratégico, importa destacar:

- A análise da situação de partida. Aqui se tratará de recolher informação que permita caracterizar não só os contextos externos e internos ao sector, mas também a sua expressão e formatação actual. Entre outros procedimentos evidencia-se a recolha de informação directa e indirecta, a identificação, fixação e compatibilização de orientações e instrumentos de regulação incidentes sobre o sector e o subsector, a inventariação de recursos e infra-estruturas mobilizáveis directa ou indirectamente pelo turismo náutico, a análise da oferta e da procura actuais, bem como os respectivos ajustes dinâmicos, a identificação, avaliação e registo em suportes cartográficos das actividades praticadas e praticáveis, a classificação das mesmas em termos de categorias racionais, de poder atractivo e de propensão para a sazonalidade, a determinação de capacidades de carga e limites aceitáveis de mudança. Síntese e matriz(es) de diagnóstico estratégico.
- A definição de objectivos estratégicos para o turismo náutico tendo em vista a evolução previsível da actividade ao nível mundial e nacional, a matriz de diagnóstico e as estratégias globais definidas para o Alentejo, o Turismo e o Turismo do Alentejo e, não menos importante, a filosofia de planeamento já descrita.

- A materialização em acções concretas, entre as quais se destacam um programa e acções específicas que viabilizam e corporizam os objectivos definidos, os papéis e responsabilidades conferidos aos diversos *stakeholders* identificados e os instrumentos complementares que viabilizarão e potenciarão a efectivação do plano e seus objectivos e metas, desde o acesso ao financiamento até aos manuais de boas práticas, passando pelos dispositivos de controle e avaliação de resultados e impactes do Plano.

## 2.1. OBJECTIVOS A ALCANÇAR

---

À luz do que já se avançou anteriormente sobre a importância e a pertinência do estudo vertente – de resto também apoiados pelas opções e apostas que surgem expressas no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) – e, igualmente, com base nos desideratos da própria ERT Alentejo nesta matéria, é possível, de forma sintética e condensada, expressar os principais objectivos que o presente trabalho deverá perseguir.

Assim, identificam-se, desde logo, em dois grandes escopos, os objectos centrais do Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Turismo Náutico no Alentejo e Ribatejo:

- A concepção e a fundamentação de estratégias tendentes ao desenvolvimento do turismo náutico na área de intervenção da ERT Alentejo tendo em vista não só contribuir para o desenvolvimento harmonioso e perdurável do sector turístico regional, mas também, por acréscimo e extensão, concorrer para o aprofundamento e a densificação dos factores específicos de afirmação competitiva do Alentejo, seja no quadro nacional, seja no internacional.
- A mobilização de *stakeholders* e população em geral para algo que - como o desenvolvimento regional - só poderá ser conseguido num quadro de cooperação e partilha entre os actores e os visados do processo.



No que diz respeito aos objectivos específicos ou colaterais identificam-se:

- A constituição de um soco informativo baseado, sobretudo, na observação e nos contactos directos, sobre a realidade actual e potencial do turismo náutico e das actividades com ele conexas;
- A avaliação do ambiente competitivo externo, incluindo o contacto com casos de sucesso ao nível do panorama internacional;
- A avaliação analítica do ambiente competitivo interno, nomeadamente a infra-estrutura e superestrutura turística, mas também os factores básicos de suporte da actividade;
- O contributo para a racionalização e a coerência das políticas e iniciativas públicas de base regional e local;
- O fomento da valorização, por parte dos residentes, do património ambiental, histórico e cultural da região, bem como a promoção da auto-estima e do *empowerment* daqueles;
- O reforço da visibilidade e do reconhecimento da marca “Alentejo”;
- A contribuição para o fortalecimento e diversificação da base económica regional;
- O reforço e a harmonização da base demográfica regional;
- A promoção da qualidade de vida das populações.

Todos os objectivos atrás identificados devem ser conseguidos num quadro ético e filosófico que incorpore as mais recentes preocupações/orientações que subjazem às actividades turísticas e ao planeamento e ordenamento do território. Entre elas sublinham-se: a participação e a incorporação da energia criadora dos agentes e dos actores do território; a definição de objectivos e metas exequíveis; a incorporação de factores de flexibilidade no processo de planeamento; a compatibilização intersectorial e interfuncional; a adopção de vectores de inovação no respeito dos valores tradicionais; a perseguição da competitividade, através de factores virtuosos como a qualidade e a diferenciação; a promoção da responsabilidade empresarial e social, mas também a

responsabilização dos visitantes e dos turistas; a justiça territorial e social; a sustentabilidade e a cooperação, entre outros aspectos.

## **2.2. METODOLOGIA, COMPONENTES E PROCEDIMENTOS**

---

Do ponto de vista metodológico importa ter presente que o estudo vertente oferece alguns problemas específicos que o condicionam e que impõem soluções que não sendo as ideais são aquelas que o decurso temporal imposto ao estudo permitem.

Falamos, desde logo, do cruzamento entre duas dimensões que, pelo seu âmbito alargado, induzem a introdução de factores de sistematização e de redução: a dimensão, diversidade e complexidade da base territorial da área de intervenção, a abrangência do conceito de turismo náutico, sobretudo quando ele deve ser encarado, como é o caso vertente, conjuntamente com aquilo que lhe está a montante e a jusante.

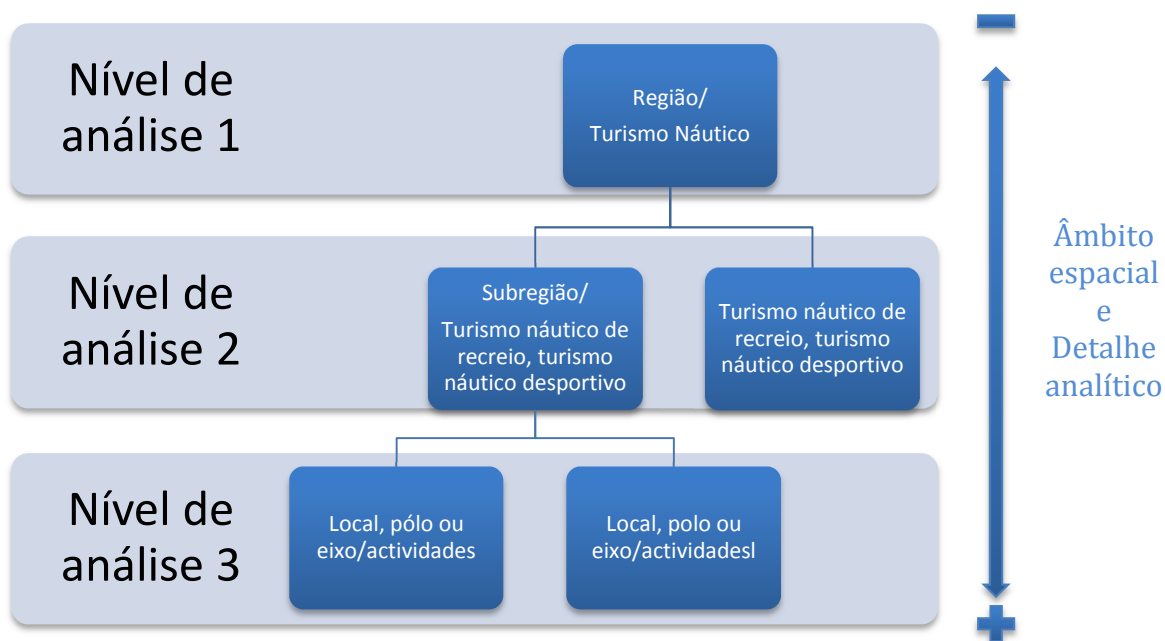
Assim, os procedimentos de economia analítica adoptados neste trabalho decorreram da:

- Adopção de uma abordagem do tema em escalas diferenciadas as quais se deverão integrar em cascata, desde um nível mais abrangente em que o esforço analítico será efectuado de forma mais extensiva, até um outro, mais localizado e restrito, em que incidirá um esforço mais detalhado e intensivo.
- Passagem entre cada um dos níveis atrás referidos, através de procedimentos claramente identificados – aplicação de critérios de aglomeração ou filtros –, os quais nos permitirão efectuar o agrupamento das unidades de análise em conjuntos com nexos espaciais evidentes ou, noutros casos, restringir o esforço reflexivo àquilo que é considerado efectivamente central.
- Estruturação dos já referidos níveis analíticos através do cruzamento, a escalas diferenciadas, de dois vectores nucleares, um de natureza espacial, os territórios

que contêm o fenómeno em estudo, e outro de natureza temática, o conteúdo em apreço, nas suas variadas facetas e dimensões.

Em síntese, o racional que presidirá à estrutura metodológica será a aplicação de varrimentos analíticos interligados, do geral para o particular e com um detalhe e minúcia inversamente proporcional à abrangência do binómio espaço/fenómeno.

Figura 1 - Níveis analíticos e sua estrutura genética



Fonte: Própria

Figura 2 -Transição entre os níveis analíticos



Fonte: Própria

No que diz respeito à dimensão espacial, os patamares a serem utilizados serão os seguintes:

- Nível 1 – Regional: Região do Alentejo acrescida dos retalhos territoriais já identificados do Ribatejo.
- Nível 2 – Sub-regional: Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Lezíria do tejo.
- Nível 3 – Local: espaços monovocacionais a seleccionar em função da aplicação de uma grelha de avaliação conjugando a importância actual e a importância potencial; espaços multivocacionais identificados como relevantes, eixos de continuidade, pólos específicos e pólos agregados, como por exemplo o Alqueva.

Já no particular da componente temática da tessitura metodológica, os níveis considerados serão os seguintes:

- Nível 1 – Temático: Turismo Náutico.
- Nível 2 – Sub-temático: Náutica de recreio, Náutica desportiva e Elementos conexos relevantes.
- Nível 3 – Actividades específicas: navegação à vela e a motor; mergulho com ou sem suporte; pesca desportiva e recreativa; passeios de barco; *charters* náuticos com ou sem tripulação e os cruzeiros; *surf*; *kitesurf*; *windsurf*; canoagem; remo; ski náutico; motonáutica; actividades balneares; programas gastronómicos a bordo; entre outras a considerar.

Em decorrência do atrás enunciado os resultados materiais a apresentar no final do processo de planeamento estruturar-se-ão através de um conjunto de planos, os quais constituirão o cerne do pacote de produtos a fornecer à ERT Alentejo: um plano estratégico de âmbito regional, um conjunto de planos estratégico-operacionais de

âmbito sub-regional e, finalmente, um leque de planos de pormenor incidentes sobre os eixos, pólos e redes de *spots* seleccionados.

Já que no que diz respeito ao modelo de intervenção, para além do racional que já se apresentou, este será igualmente organizado em função de três momentos de trabalho distintos, embora directamente correlacionados.

O primeiro, que corresponderá à fase de caracterização e diagnóstico, será composto pelos seguintes momentos:

- Caracterização e avaliação das diversas iniciativas e ofertas – actuais, em carteira ou em mente – de turismo náutico existentes nos territórios da Área de Intervenção (AI).
- Caracterização e avaliação das infra-estruturas, serviços e equipamentos relacionados com o turismo náutico (existentes ou em projecto).
- Caracterização e análise do perfil económico, social e cultural do turista que pratica actividades incluídas ou correlatas no/com o turismo náutico.
- Detecção e análise reflexiva sobre a dimensão motivacional dos consumidores.
- Análise do investimento e da propensão ao investimento no turismo, em geral, e no turismo náutico em particular.
- Detecção de boas práticas e de factores críticos e sucesso e competitividade.
- Levantamento das tendências recentes incidentes sobre o turismo e o turismo náutico, bem como a natureza das suas incidências na AI.
- *Benchmarking* de casos seleccionados com relevância ao nível da oferta internacional.
- Posicionamento actual e potencial da AI no contexto das áreas receptoras de turismo náutico.
- Síntese e diagnóstico estratégico.

O segundo, corresponderá a uma fase de estruturação estratégica composta pelos seguintes elementos:

- Conceção de um edifício estratégico para a AI, compreendendo o processo de cenarização utilizando uma metodologia explorativa (escolha das variáveis/dimensões de mudança, análise combinatória, redução a um quadro de cenários alternativos, teste, redacção dos cenários, validação e adopção de um cenário), o estabelecimento de uma visão estratégica, a redefinição de objectivos, o estabelecimento de limites e metas, bem como a definição das estratégias que permitirão obter os resultados desejados.
- Determinação de áreas territoriais de acção para o turismo náutico - modelo de desenvolvimento territorial.
- Conceção de grelhas de parâmetros que permitirão a síntese/filtragem na passagem entre os níveis analíticos.
- Cruzamento entre territórios, produtos e actividades.
- Conceção de um conjunto articulado de planos estratégicos e operacionais a escalas diferenciadas, compreendendo não só as acções concretas, mas também um conjunto de recomendações que incidirão, entre outros aspectos pertinentes, sobre a problemática articulação empresarial e territorial e as infra-estruturas e equipamentos de apoio.

Finalmente, uma terceira e última fase, de monitorização, promoção e formação (que, estando prevista, não compõe, de momento, o quadro de responsabilidades contratadas pela ERT Alentejo à equipa). Esta componente do plano geral de trabalho deverá incluir:

- A elaboração e prossecução de um plano de acompanhamento, monitorização e aconselhamento da operacionalização efectiva do estudo incidente sobre o turismo náutico.
- A concepção e operacionalização de um plano de promoção sectorial, interactivo e dinâmico, que acresça conhecimento e reconhecimento ao turismo náutico da AI.

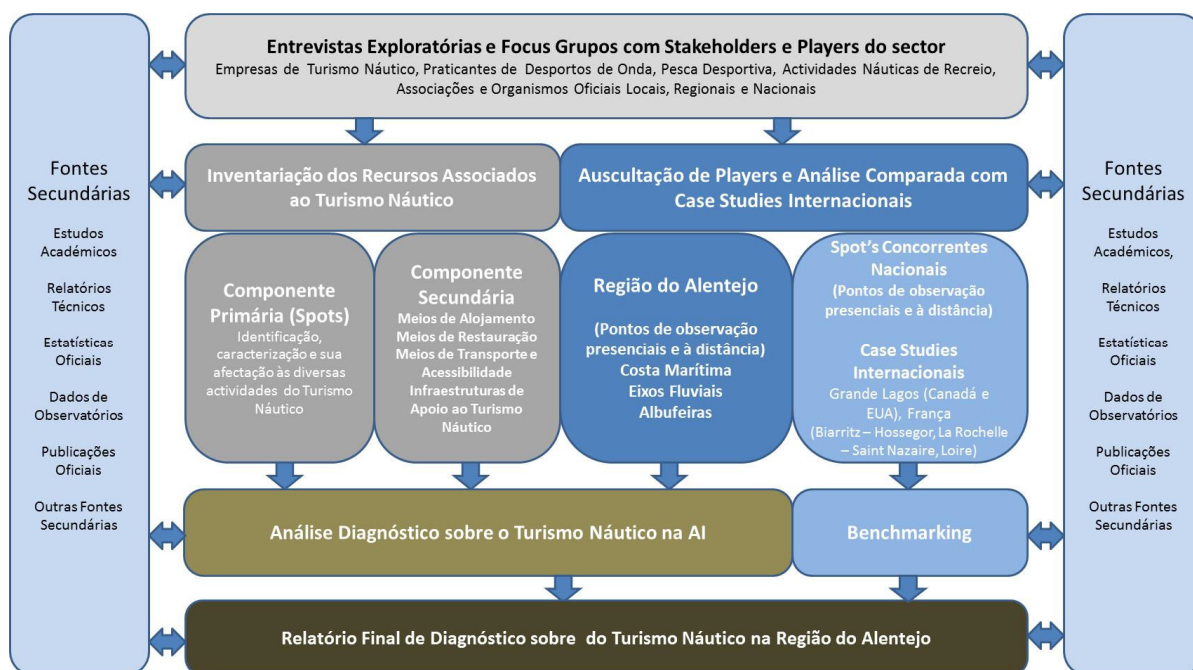
- A concepção de um programa de formação dirigido à qualificação nas áreas do empreendedorismo e gestão empresarial, às áreas das técnicas da náutica e recreio e desportos aquáticos, à da segurança, bem como a outras vertentes que se venham a identificar como pertinentes.

Para tanto serão utilizadas fontes de informação primárias e secundárias. De entre as últimas destacaremos os estudos de natureza científica e académica incidentes sobre o domínio territorial da AI e sobre as actividades náuticas e o turismo náutico, os relatórios produzidos por estudos semelhantes ao vertente ou planos com incidência temática ou territorial pertinente, as estatísticas oficiais, o suporte legislativo, bem como outras fontes que se venham a revelar com interesse.

No que diz respeito às fontes de informação primárias, destacam-se como mais importantes:

- O contacto directo com todos os *players* e *stakeholders* associados à temática das actividades e do turismo náutico (empresas, escolas, alojamento e restauração, entidades de regulação, entidades gestoras de espaços naturais, associações, etc.), seja através de um conjunto alargado de reuniões efectuadas utilizando uma malha territorial fina, seja através de contactos especificamente dirigidos a actores com especial relevância.
- A efectivação de um conjunto de reuniões *focusgroup* a grupos de especialistas escolhidos, tendo em vista a discussão e a recolha de opiniões qualificadas em momentos críticos do trabalho.
- A presença da equipa em todos os *spots* tidos como relevantes para o desenvolvimento do turismo náutico, tendo em vista não só efectuar uma avaliação presencial das condições existentes, mas também incorporar elementos que permitam o desenvolvimento de análises prospectivas.

**Figura 3 – Modelo Global da Investigação**



Fonte: Própria

## 2.3 ESTRUTURA E ROTEIRO DO ESTUDO

Tendo por base tudo o que foi anteriormente referido, passaremos agora, de forma mais precisa, a especificar o roteiro concreto do estudo, procurando dar conta dos aspectos característicos que o formatarão.

Para tanto, tendo em vista a economia expositiva, utilizaremos um quadro no qual serão inscritas as grandes fases do trabalho já apontadas, mas também as suas componentes principais, bem como os recursos que serão mobilizados. O referido quadro contará, ainda, com um conjunto de observações tidas como importantes para justificar e especificar as opções tomadas.

Sublinha-se, mais uma vez, que a estrutura e o roteiro adoptados no presente estudo, embora configurando uma abordagem clássica em “Y”, composta pelo tema e pelo território nos ramos superiores e pela sua junção no inferior (o tema no território), pelas razões já apontadas remete-nos para uma estrutura efectiva bastante mais



complexa cujo racional se deve procurar na necessidade de proceder a leituras e análises a escalas territoriais e temáticas diferenciadas.

**Quadro 1 – Estrutura e Roteiro do Estudo**

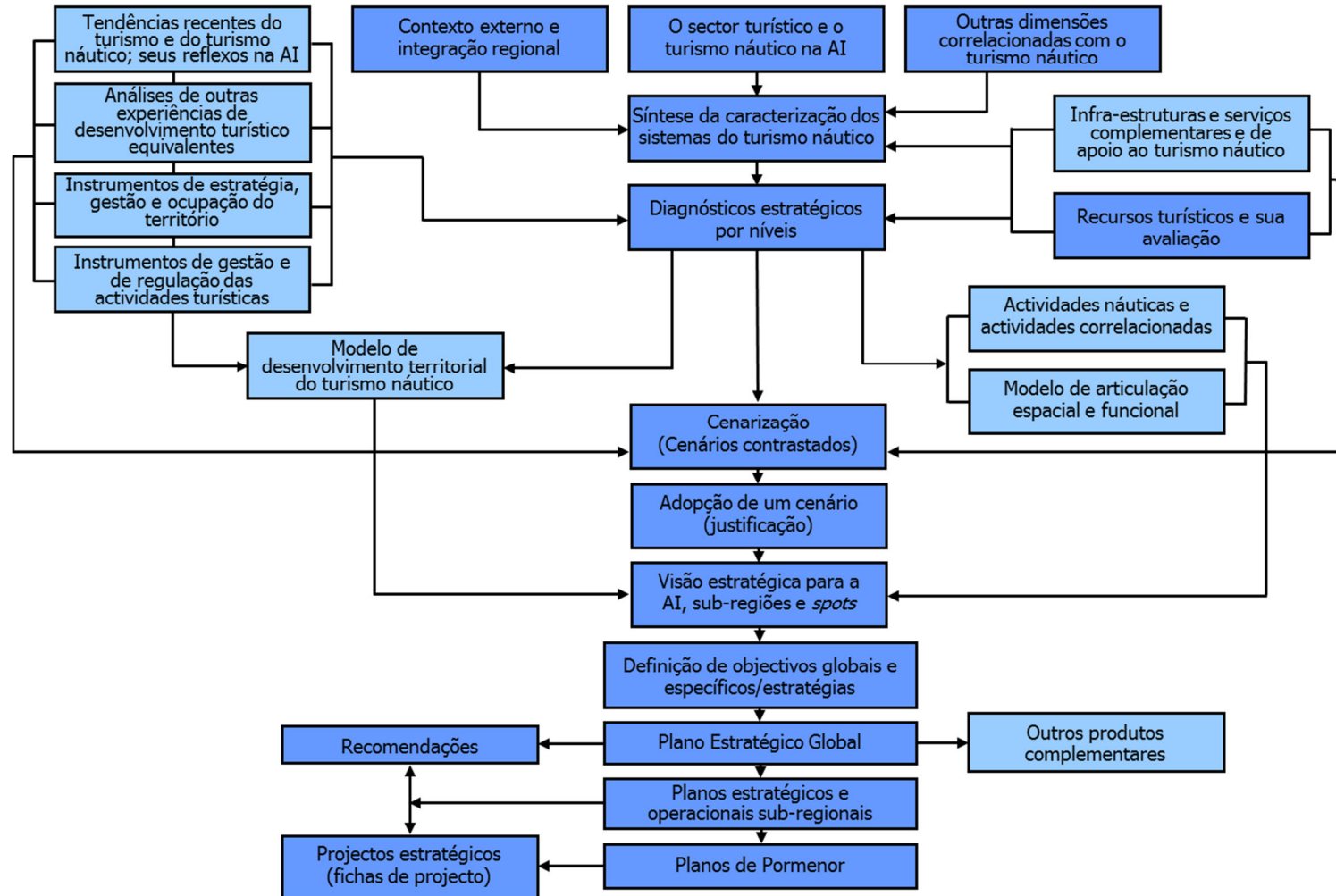
Fases	Componentes principais	Conteúdos	Inputs, procedimentos e outputs	Observações
<b>Caracterização e Diagnóstico</b>	Preâmbulo e desenvolvimento do estudo	Objectivos, metodologia, componentes e procedimentos	Informação secundária geral sobre estudos e planos	
	O turismo náutico enquanto produto global	Conceitos utilizados e seu significado concreto	Informação secundária sobre náutica de recreio e náutica desportiva	Actividades e práticas, domínios espaciais incluídos no estudo – aquáticos e “terra a dentro”
		A procura de turismo náutico, expressão actual e potencial de crescimento, perfis dos nautas, atracções, actividades e experiências	Informação secundária – estudos e relatórios sobre o turismo náutico e seu enquadramento no sector	O turismo náutico enquanto subsector turístico global Nautas funcionais e nautas mentais.
		A oferta de turismo náutico, os territórios da náutica mundial, recursos, factores de suporte e modelos de negócio, políticas públicas e gestão dos destinos náuticos, estudos de caso.	Informação secundária – estudos e relatórios sobre o turismo náutico e seu enquadramento no sector Observação directa de casos e experiências relevantes	O turismo náutico enquanto subsector turístico global <i>Benchmarking</i>
	A área de intervenção Alentejo e Ribatejo, localização e figura, caracterização biofísica, caracterização sócio económica, as actividades turísticas na área de intervenção		Informação secundária – estudos, relatórios e planos com incidência sobre o território de suporte	As características fundamentais do território de base – orografia e solos, clima e tempo, hidrografia, vegetação e fauna, demografia e actividades económicas, espaço urbano e rural, redes, a actividade turística e recreativa sua situação actual e potencial

Fases	Componentes principais	Conteúdos	Inputs, procedimentos e outputs	Observações
<b>Caracterização e Diagnóstico (Cont.)</b>	O turismo náutico na região do Alentejo e Ribatejo	Distribuição e caracterização do turismo náutico na área de intervenção, a náutica de recreio e a náutica desportiva, suas distribuições e significados territoriais, planos de água e <i>hinterlands</i> .	Informação secundária – estudos, e relatórios Reuniões com os <i>stakeholders</i> Observação directa dos locais	Litoral alentejano, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Alentejo Oriental, Tejo, Alqueva
	O desenvolvimento do turismo náutico na região do Alentejo e Ribatejo	A região e o turismo náutico – síntese da caracterização, avaliação de recursos numa óptica prospectiva, diagnóstico estratégico regional. Critérios para a fixação dos nexos sub-regionais Subespaços e segmentos do turismo náutico, síntese de caracterização, diagnósticos estratégicos. Critérios e operacionalização tendentes à identificação dos locais específicos de desenvolvimento do turismo náutico Espaços estratégicos de desenvolvimento do turismo náutico, espaços monovocacionais, multivocacionais e redes Diagnósticos estratégicos focalizados sobre os <i>spots</i>	Informação secundária – estudos, e relatórios Reuniões com os <i>stakeholders</i> Observação directa dos locais Reuniões de <i>focus group</i> com os actores mais relevantes Painéis de especialistas Inquéritos	Reorganização e síntese da informação recolhida Cruzamentos entre Região, sub-regiões e locais privilegiados com produto, segmentos e actividades específicas Diagnósticos estratégicos
<b>Proposição e acção</b>	O desenvolvimento do Alentejo e do Ribatejo tendo por base o turismo náutico	Visão estratégica regional, objectivos metas, estratégias e produtos As estratégias sub-regionais e seu enquadramento no tecido regional Territórios específicos e redes, integração sub-regional e regional Cenários de desenvolvimento	Acervo informativo e reflexivo produzido no âmbito da Fase I Painéis de peritos Reuniões/seminários com <i>stakeholders</i> privilegiados	Desenvolvimento do edifício estratégico a escalas diferenciadas

Fases	Componentes principais	Conteúdos	Inputs, procedimentos e outputs	Observações
<b>Proposição e acção (Cont.)</b>	Plano de acção para o turismo náutico do Alentejo e Ribatejo	Estrutura do plano – justificação Recomendações e acções de carácter transversal Recomendações e acções de dimensão sub-regional Planos de pormenor para os espaços específicos de desenvolvimento turístico Sínteses por segmentos e produtos	Todo o património informativo e reflexivo produzido anteriormente	Resultados concretos do trabalho ao nível de planos e peças desenhadas
Acompanhamento, promoção e formação	Produtos complementares	Plano de monitorização, plano de <i>marketing</i> e plano de formação	Fase I e II Painéis de peritos Reuniões/seminários com <i>stakeholders</i> privilegiados Levantamento da oferta educativa e formativa	Esta fase do trabalho será produzida e entregue em momento ainda não discutido com a ERT Alentejo

O presente ponto terminará com um diagrama que terá como finalidade dar conta, de uma forma gráfica facilmente apreensível, das relações lógicas entre as dimensões principais do actual estudo, servindo este documento, em acréscimo, como síntese do processo de desenvolvimento do estudo e como seu roteiro facilmente consultável a qualquer momento.

Figura 4 - Síntese da estrutura e do roteiro do Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Turismo Náutico no Alentejo

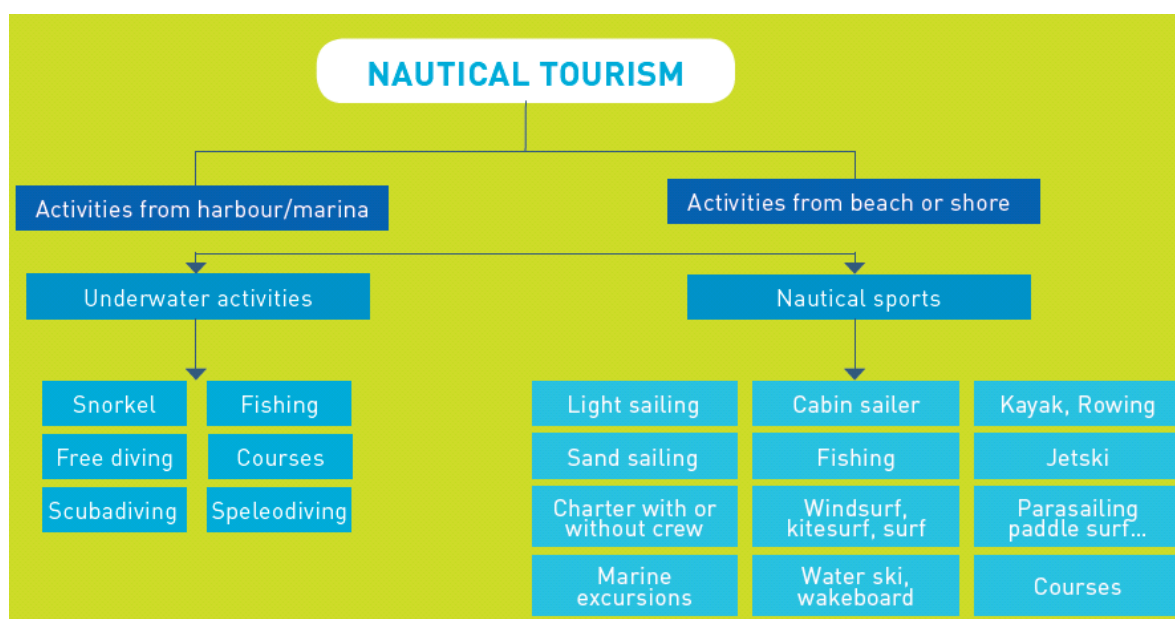


### 3. O TURISMO NAÚTICO ENQUANTO PRODUTO GLOBAL

#### 3.1. ABRANGÊNCIA CONCEPTUAL

O desenvolvimento estratégico dos negócios turísticos, associados à temática das actividades náuticas, decorre da afirmação de três sectores estruturantes – náutica de recreio/náutica desportiva, cruzeiros, fluviais e marítimos, e marinas e portos de recreio - e do seu papel no processo de valorização de territórios turísticos de considerável componente aquática, sejam eles frentes de água de enquadramento urbano, territórios extensivos de litoral, eixos fluviais e reservatórios de águas interiores (lagos e albufeiras).

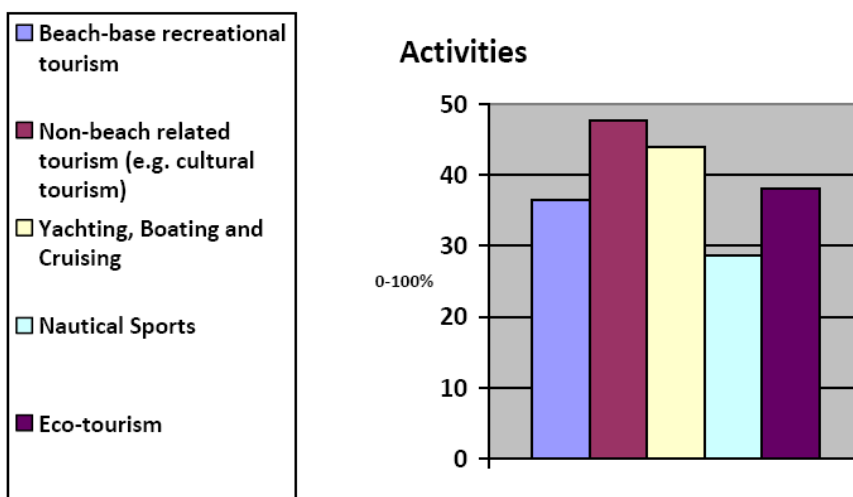
Figura 5 – Turismo Náutico – universo e práticas



Fonte: Federação Europeia de Destinos de Turismo Náutico, 2012:5

No contexto do desenvolvimento sustentável das zonas costeiras e marítimas, a Comissão Europeia (2012) aponta o turismo como um vector relevante, nomeadamente através das práticas associadas à náutica.

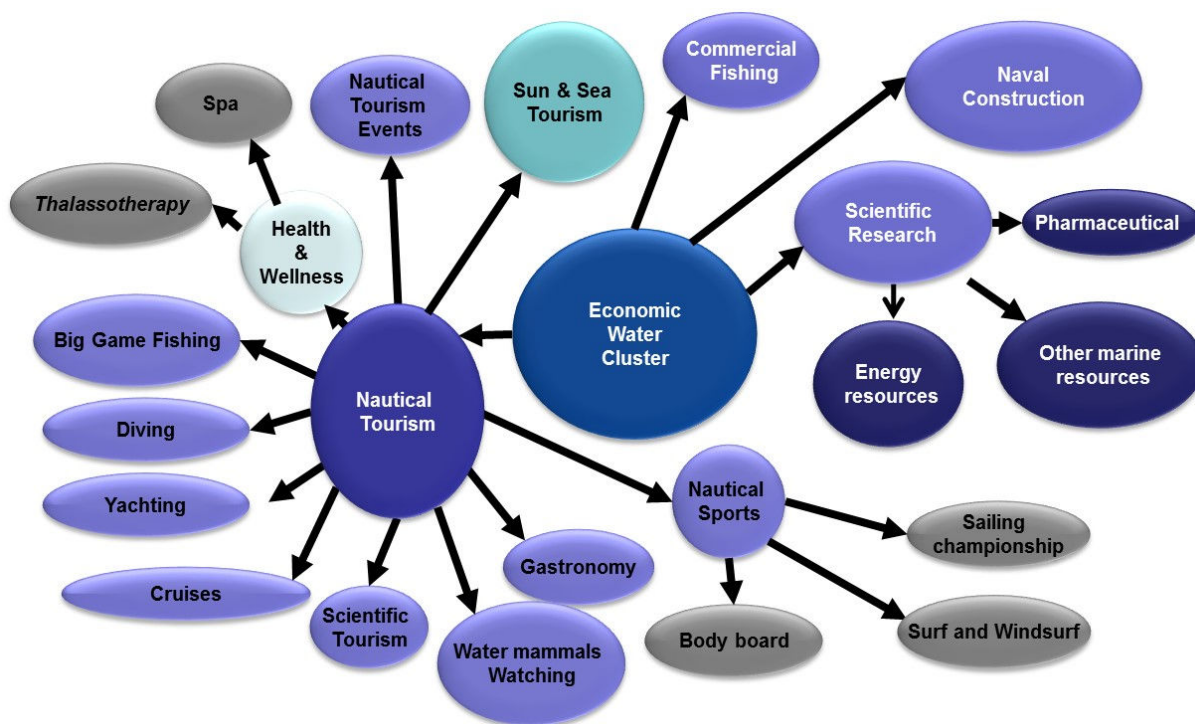
**Figura 6 - Actividades turísticas mais relevantes para o desenvolvimento sustentável das regiões costeiras e marítimas**



Fonte: Comissão Europeia, 2012

De uma forma muito generalista e utilizando como referencial a definição de turismo náutico, proposta por Luković (2006), podemos afirmar tratar-se de um conjunto de práticas, operações e actividades de dimensão multifuncional com uma forte componente marítima e com elevado efeito de multiplicação económica a montante e a jusante da sua acção, estabelecendo um *cluster* próprio.

Figura 7- Cluster do Turismo Náutico



Fonte: Elaboração própria

Todavia, não podemos ignorar que para além da componente litoral e marítima e, sobretudo ao nível da náutica desportiva, existe um conjunto de espaços de água (rios e barragens) com características e potencialidades de elevada relevância para as práticas de turismo náutico.

No quadro da revisão literária do tema, pode-se considerar três tipologias funcionais inerentes a operações e a práticas de consumo do turismo náutico:

Náutica de Recreio: conjunto de operações, propostas de actividades e práticas lúdico-recreativas que envolvem a fruição da deslocação marítima, em processo de navegação directa entre portos (governo de embarcação e dinâmicas de tripulação em águas livres e em águas confinadas).

Dentro da náutica de recreio podemos encontrar, com elevado valor expressivo, a Náutica Desportiva: a qual assume a dupla condição de se configurar, como a oferta/procura de actividades recreativas associadas a desportos de mar e de águas interiores, desde o mergulho independente/dependente à pesca desportiva, passando pelos desportos de ondas (*surf, bodyboard, longboard, paddle surf*), desportos de

vento/mar (*windsurf, kitesurf*), desportos de deslize (*skimming e bodysurf*) ou como o conjunto de operações, eventos e propostas de práticas e actividades de competição náutico-desportivas, que estrategicamente encerram, para além de dinâmicas de competição desportiva, também estratégias de dimensão, posicionamento e promoção turística (ex: *stopover* em Lisboa da Volvo Ocean Race; Campeonato do Mundo ISAF – Vela Olímpica – Cascais; Prova do WTC Surf – Peniche).

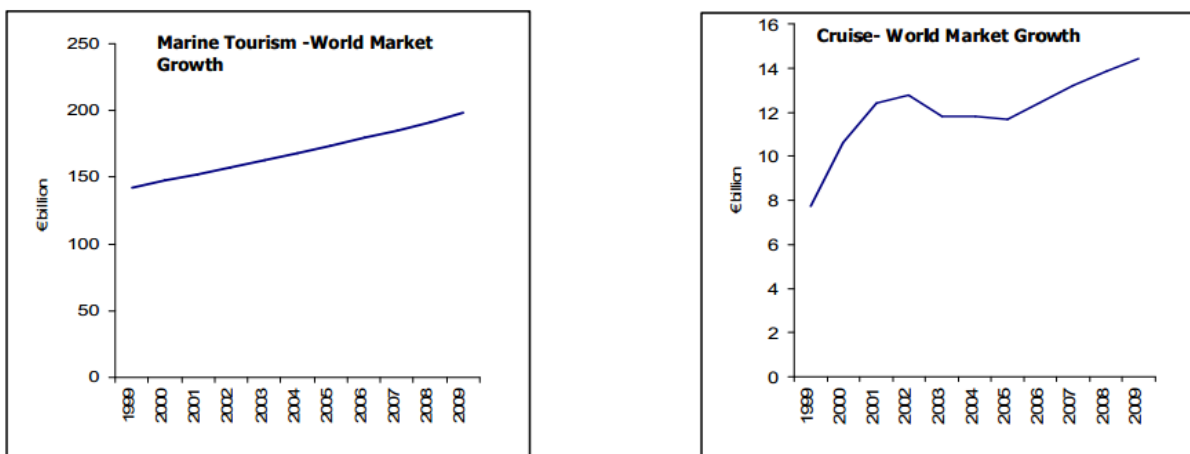
O segmento dos cruzeiros náuticos (águas abertas e águas interiores) é, dentro da estrutura do turismo náutico, aquele que apresenta índices bastante consideráveis de crescimento, quer em termos da procura/oferta, quer ao nível da rentabilidade económica directa e indirecta que gera. Trata-se de uma prática turística, que se baseia num conjunto de experiências de viagem, em embarcações de médio e grande porte, sem qualquer interferência no processo de governação e de tripulação da embarcação, e onde o consumidor tem acesso a um sistema de serviço hoteleiro pré estabelecido (alojamento, restauração, animação).

Os portos e marinas são, naturalmente, infra-estruturas fundamentais de apoio à actividade náutica. Porém, as estratégias de funcionamento enquadradas nos subsistemas das estações náuticas fazem delas, não só unidades de apoio à actividade e aos turistas que chegam por mar, mas sobretudo, funcionam como *hub* de articulação entre estes e o *hinterland* turístico-territorial local, ao nível da operação e da oferta de produtos e serviços.

A escala de afirmação maior do turismo náutico no quadro das actividades turísticas encontra uma expressão significativa, economicamente sustentada, e ainda com um elevado potencial de crescimento nos segmentos de cruzeiros e da náutica de recreio, sobretudo a partir da década de 90 do século passado.



**Figura 8 - Evolução do mercado de Marine and Cruise Tourism**



Fonte: Douglas Westwood, 2005

Com efeito, e tomando como referência o espaço Europeu, a revitalização turística da bacia do Mediterrâneo e em particular a consolidação turístico-promocional da costa Adriática, foram possíveis, em parte, devido a operações que envolveram estes dois segmentos, muitas das vezes num claro processo de complementaridade a um já desgastado produto de sol e mar.

**Figura 9- O Turismo Náutico na Europa – factos e números 2014**

Market and Destinations
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 32,000 companies directly employing over 280,000 people</li> <li>▪ Annual turnover of 20 bn EUR                             <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Main boatbuilders in Europe:                                     <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Italy, France, UK, Germany, Netherlands, Poland</li> </ul> </li> </ul> </li> <li>▪ Nautical destinations:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Mediterranean attracts 70% of world charter</li> <li>▪ Baltic Sea, inland waterways &amp; lakes</li> </ul> </li> </ul>
Demand
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 48 million EU citizens practice watersports</li> <li>▪ 36 million of them also boaters</li> <li>▪ Fleet of 6 million boats, 80% below 8m</li> <li>▪ 4,500 marinas offering 1.75 million berths</li> <li>▪ High attraction for sea festivals, regattas &amp; ocean racing</li> </ul>

Fonte: European Boating Industry, 2014

Também no mar e arquipélagos das Caraíbas e tendo na Florida o principal ponto de emissão de fluxo turístico, os segmentos dos cruzeiros e de náutica de recreio permitiram a abertura para novos mercados, novos produtos e novos consumidores que, numa perspectiva de uso extra de sol e mar, direcionaram a sua procura para mercados e territórios com uma forte componente na oferta de turismo náutico, sobretudo ao nível dos cruzeiros e dos *charters* de recreio.

A pesca recreativa assume igualmente grande relevância no contexto do turismo náutico. De acordo com a União Europeia a pesca desportiva e recreativa é uma atividade, com efeitos sociais, económicos e ambientais positivos. Estima-se que na EU em 2003 havia pelo menos 25 milhões de pescadores recreativos, dos quais 8 a 10 milhões em água salgada e mais de 20 milhões em água doce. Em 2006, estimava-se que os gastos com equipamentos, taxas, alojamento e viagens totalizaram 19 mil milhões de euros na UE27. O número total de pescadores desportivos no Espaço Económico Europeu tem-se expandido de forma significativa e os seus gastos são susceptíveis de exceder as referidas estimativas (Brainerd, 2010).

A *European Fishing Tackle Trade Association* (EFTTA) estima que mais de 5 mil milhões de euros foram gastos no comércio associado à pesca recreativa só na Europa, gerando aproximadamente 52 mil empregos (directos e indirectos).

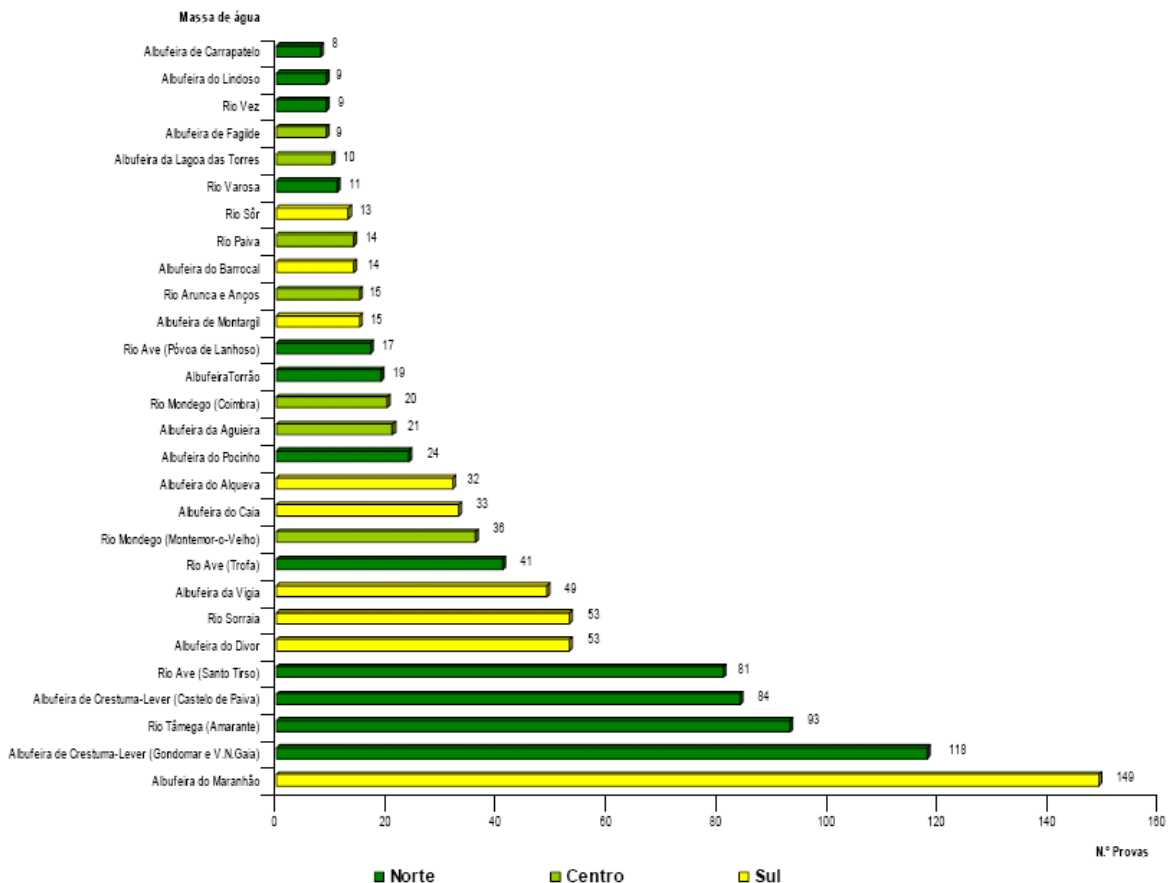
Em Portugal a pesca desportiva e recreativa afigura-se igualmente como uma prática cada vez mais relevante, registando mais de 219.000 praticantes. Para além dos factores dos antropogénicos, a actividade é influenciada por diversos outros factores como a legislação, custos de material, tempo e custos associados à participação em eventos (Ferreira *et al.*, 2010). Nos termos da legislação portuguesa, destaca-se a lei n.º 7/2008, de 15 de Fevereiro de 2008 - Lei da Pesca nas Águas Interiores - a qual define:

“estabelece as bases do ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores e define os princípios reguladores das actividades da pesca e da aquicultura nessas águas”;

“a pesca lúdica exercida em competição organizada tendo em vista a obtenção de marcas desportivas, incluindo o treino e a aprendizagem”.

Ao nível nacional a pesca desportiva tem ganho crescente significativo no contexto recreativo e turístico, não só pelo número de praticantes, mas também pelo crescente número de eventos associados, destacando-se a este nível diversas massas de água, nomeadamente no Norte Alentejano e no Alentejo Central.

**Figura 10 - Massas de água com o mínimo de 2 provas de pesca realizadas por ano (de 2006 a 2009)**



Fonte: Ferreira *et al.*, 2010

### 3.1.1. EXPRESSÃO ACTUAL E POTENCIAL DE CRESCIMENTO

O valor potencial do negócio de turismo náutico encontra níveis de expressão diferenciados, consoantes os territórios de aplicação, os investimentos estruturais feitos e as políticas públicas de promoção e crescimento do sector. O estágio de maturação do produto também tem significativa importância para o entendimento da sua evolução e do seu crescimento económico. Com efeito, temos vindo a assistir em Portugal,

sobretudo depois de 1998, com a Exposição Mundial de Lisboa, a um processo de mudança de paradigma - *tipping point* - relativamente ao uso turístico do espaço marítimo e à emergência do sector dos eventos desportivos com projecção turística.

Estes dois factores alavancados na *blue economy*, assumem simetrias perfeitas no quadro da valorização turística e económica das actividades e nos eventos náuticos realizados em Portugal.

Apesar de alguma moderação no crescimento verificada no mercado do turismo de recreio náutico, sobretudo na sua vertente *boardship trips*, com um crescimento anual de 0,5% nos últimos cinco anos, valor muito inferior aos 9% verificados entre 2000 e 2005, e com continuadas limitações estruturais (número e localização geográfica, capacidade receptiva, serviços de apoio e manutenção e serviços turísticos) ao nível dos portos e marinas nacionais para escalas e paragens internacionais, o facto é que, segundo dados do Turismo de Portugal, estamos a falar de um mercado potencial com valores acima dos três milhões de viagens turísticas por ano e com uma taxa anual de crescimento a rondar os 3 a 4 pontos percentuais. Se incluirmos a procura secundária de actividades marítimo-turísticas, por parte de consumidores turísticos que assumindo uma outra escolha prioritária (ex: sol e mar), em determinado momento da sua viagem realizam actividade de turismo náutico, o número cresce para a ordem dos 7 milhões de viagens turísticas/ano.

Neste segmento a vela ligeira em complemento do sol e mar, a vela de cabotagem e a vela oceânica, representam um número bastante considerável dentro do universo das práticas de turismo náutico, valor que o transfigura de modo muito positivo se a ele incluirmos as *mais-valias* decorrentes da aquisição e/ou aluguer de materiais, de iniciativas de *rent boat*, de custos de manutenção e de honorários das tripulações.

Também o mergulho e o *surf* apresentaram na última década indicadores de crescimento notáveis, face sobretudo à dimensão do país. Para um mercado internacional de 20 milhões de *free surfers*, em todo o mundo, existem em Portugal actualmente, segundo dados da Federação Portuguesa de Surf, 200.000 destes praticantes em formação e em autonomia.

Do ponto de vista económico, este desenvolvimento representa um crescimento acentuado ao nível não só de praticantes, mas sobretudo ao nível da emergência de

novas componentes sectoriais de apoio a montante e a jusante da actividade, desde a construção à venda e à comercialização de equipamentos, passando pela formação e, mais focado no turismo, a criação de unidades de acolhimento vocacionadas para este tipo específico de consumidor.

Para tal, não é de todo indiferente a expressão internacional e nacional que os megaeventos desportivos realizados em Portugal representam em sede de captação de negócios associados ao sector.

O desenvolvimento do turismo náutico tem vindo a reflectir, no contexto do crescimento económico das zonas costeiras, uma dimensão bastante determinante muito por via dos efeitos multiplicadores que gera, quer a montante, quer a jusante da própria actividade. Estudos comparativos, tendo por referencial alguns territórios da Europa mediterrânica e do Mar Adriático, apontam para um modelo sustentado de desenvolvimento, com valores entre os 180 e 210 dias de actividade económica ao longo do ano, tornando o turismo náutico num dos competitivos produtos em regiões como a Dalmácia e o Sudeste Mediterrâneo. Este facto potencia, por essa via, valores dinâmicos de retorno económico bastante significativos, sobretudo se comparáveis com aqueles que resultam da actividade hoteleira clássica, porquanto apresentam níveis de investimento de menor escala, produzindo um *turnover* de capital investido com muito maior significado e com maior dinamismo.

### 3.1.2. PERFIL DOS NAUTAS

---

As abordagens às questões do consumo do turismo náutico obrigam a introduzir um conjunto de factores explicativos sobre as diferenças existentes entre consumidores nacionais e estrangeiros.

O facto de, ao nível das políticas públicas e do ordenamento do território, não ter havido durante largos períodos iniciativas de investimento e de desenvolvimento do sector, o entendimento ideológico de que o espaço marítimo funcionava como repositório de trabalho e não de lazer, uma tendente elitização das práticas e dos desportos náuticos,

geraram um progressivo afastamento, em Portugal, deste tipo de consumo. Todavia, algumas actividades têm vindo a generalizar o seu consumo (pesca desportiva, *surf*, canoagem), o que permitiu garantir modelos de oferta turística destas modalidades e com isso construir produto turístico afecto a territórios que tinham uma base de uso turístico exclusivamente alicerçada no sol e mar.

Ao nível do consumidor internacional, e até numa lógica de reprodução natural do quotidiano em âmbito de prática turística, encontramos com grande destaque os Norte Europeus (Escandinavos e Alemães) como aqueles que procuram e consomem com maior incidência as actividades de turismo náutico. Mais de 2% do turismo emitido pelos quatro países da Escandinávia tem como propósito primário o consumo de turismo náutico. Numa mesma simetria perto de um milhar de visitas turísticas realizadas por alemães, em 2010, dirigiram-se integralmente para o consumo de práticas de turismo náutico.

A Pesca Desportiva e Recreativa evidência de forma particular o perfil tipo do turista internacional da náutica (European Anglers Alliance, 2002):

- *Singles, DINKS e YAS (Young Active Seniors)*, com particular ênfase nas faixas etárias compreendidas entre os 15 e os 25 anos e os 50 e os 60 anos;
- maioritariamente do género masculino mas com uma percentagem relevante do género feminino;
- com residência na Europa Central e Escandinávia;
- uma frequência da prática bastante significativa, com dois grupos principais: 8 a 30 dias ou mais de 30 dias de prática por ano;
- motivação contacto com a natureza, evasão e relaxamento, convívio com os amigos;

Quando procuramos caracterizar o perfil do turista náutico, muito naturalmente teremos que introduzir variáveis de clarificação e de distinção entre os consumidores e o produto consumido.

Obviamente que o consumidor do segmento de turismo de cruzeiros é, em termos gerais, diferente daquele que se envolve em actividade de natureza mais activa e

enquadrada na náutica desportiva ou recreativa. Nesta lógica, e aferindo indicadores retirados do PENT, encontramos perfis diferenciados de consumo para o turismo náutico:

**Figura 11 – Perfil do Consumidor Nauta**

Âmbito	Consumidores de desportos náuticos	Consumidores de charter náutico					
<b>Perfil socio-demográfico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Jovens e adultos</li> <li>&gt; Entre 26 e 35 anos</li> <li>&gt; Maioritariamente homens</li> <li>&gt; Profissional médio</li> <li>&gt; Estudantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Adultos</li> <li>&gt; Entre 30 e 50 anos</li> <li>&gt; Maioritariamente homens</li> <li>&gt; Técnico superior</li> <li>&gt; Empresário</li> <li>&gt; Profissionais liberais</li> </ul>					
<b>Hábitos de informação</b>		Meio	Espanhóis	Ingleses	Alemães	Outros	
		Guias/Livros	-	51,6%	40,0%	52,7%	
		Revistas	11,8%	3,2%	6,0%	6,8%	
		Folhetos	-	6,5%	6,0%	4,4%	
		Feiras/salões	2,9%	8,1%	2,0%	8,1%	
		Internet	-	1,6%	2,0%	-	
		Outros utilizadores	41,2%	8,1%	24,0%	5,4%	
		Experiência própria	38,2%	19,4%	16,0%	18,9%	
		Outros meios	5,9%	1,6%	-	2,7%	
<b>Hábitos de compra</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Hotéis de 3 estrelas</li> <li>&gt; Estações Náuticas</li> <li>&gt; Cursos de desportos aquáticos</li> <li>&gt; Aluguer de material</li> <li>&gt; Lazer e entretenimento</li> <li>&gt; Transporte aéreo para chegar ao destino</li> <li>&gt; Viajam em períodos do ano onde as condições para a prática do desporto seleccionado são mais apropriadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Hotéis de 4 a 5 estrelas</li> <li>&gt; Estações Náuticas</li> <li>&gt; Cursos de navegação</li> <li>&gt; Passeios de barco</li> <li>&gt; Actividades culturais</li> <li>&gt; Gastronomia local</li> <li>&gt; Transporte aéreo ou embarcações próprias para chegar ao destino</li> <li>&gt; Meses de Primavera e Verão</li> </ul>					
<b>Hábitos de uso</b>		Motivações	Passeios de barco	Pesca desportiva	Vela ligeira	Windsurf	Mergulho
		Contacto com a Natureza	33,4%	-	33,3%	27,0%	20,6%
		Fazer desporto/exercício	4,2%	54,5%	50,0%	51,4%	29,4%
		Conhecer melhor o destino	44,9%	9,1%	-	2,7%	5,9%
		Conhecer pessoas	3,1%	-	16,7%	5,4%	-
		Contacto com o mar	19,9%	27,3%	8,3%	10,8%	67,6%
		Participar em competições	-	-	16,3%	-	-
		Realizar viagens/travessias	11,5%	9,1%	-	5,4%	-
		Provas	66,6%	-	8,3%	-	2,9%
		Divertir-se	19,2	18,2%	16,7%	29,6%	29,4%
		Outra	15,3%	18,2%	-	-	11,8%

Fonte: THR, 2006

### 3.1.3. ATRACÇÕES, ACTIVIDADES E EXPERIÊNCIAS

---

O enquadramento do turismo náutico do ponto de vista da segmentação territorial deve orientar-se nas seguintes lógicas funcionais:

- focada nos valores, potencialidades e *spots* naturais existentes em Portugal para as práticas do turismo náutico.
- estruturada nos princípios da comparabilidade com destinos concorrentes com igual matriz de valores para a prática do turismo náutico.

#### **Valores e potencialidades endógenas**

O potencial turístico da linha de costa e do espaço marítimo sob jurisdição nacional é bastante elevado e oferece condições de uma enorme diversidade. Se considerarmos tão-somente a linha de costa, e mesmo que não considerando nesta abordagem inicial o potencial dos muitos e diversificados espelhos de água no *Hinterland* nacional, temos uma amplitude bastante considerável de recursos disponíveis para práticas marítimo-turísticas.

Para lá de uma costa com elevado interesse paisagístico, que só por si funciona como elemento de referencia nacional e internacional, e apesar de uma limitada oferta de apoio ao receptivo náutico (marinas, portos de recreio), como de resto já referido, o país possui um número bastante significativo de baías, portos de pesca e reentrâncias de arriba que, se adaptadas e equipadas, poderiam assegurar uma consistência maior de acolhimento e salvaguarda a embarcações em trânsito na costa portuguesa.

Obviamente que, para lá da náutica de cabotagem, a funcionar se estruturada, existem outros produtos de grande consistência associados a territórios que já deram prova do seu potencial turístico no âmbito do produto náutico.

Ao nível da Vela, a baía de Cascais oferece um dos melhores campos de regata do mundo. Lisboa foi considerada pela organização da Volvo Ocean Race, a cidade com o melhor campo de regata de toda a prova, bem como a melhor organização de um *stopover* da regata.



O facto da costa da Ericeira, com principal destaque para a praia de Ribeira d'Ilhas, ter sido considerada reserva mundial de *surf*, de Peniche, Cascais e S. Miguel nos Açores serem palcos dos maiores eventos de *surf* realizados em todo o mundo, da praia do norte da Nazaré ser um dos *spots* mais importantes de *surf* em onda gigante em todo o mundo, do Guincho apresentar condições únicas de vento para o *windsurf* e para o *kitesurf* e dos Açores e da costa da Arrábida oferecerem condições excelentes para a observação de cetáceos, são factores geradores de enorme atractividade, forte representação turística e, por essa via, destinos privilegiados para o consumo de turismo náutico.

Se a estes atributos incluirmos, igualmente, o elevado potencial existente nas principais linhas de água do país e se forem desenhados instrumentos de operação estratégica para o turismo náutico, quer nestes eixos fluviais, quer para a multiplicidade de planos de águas (lagoas e albufeiras) podem naturalmente ser desenvolvidas imensas iniciativas de carácter náutico-desportivo (pesca de recreio e desporto, canoagem de águas bravas e de passeio, passeio de barco, entre muitas outras).

### **Níveis de comparabilidade e estratégias de competitividade**

O desenvolvimento do turismo náutico só será possível se estruturado. Quando procuramos comparar a nossa oferta com o mercado concorrencial directo - Espanha, França, Reino Unido e Irlanda -, para além das questões de carácter mais simbólico de como nos relacionamos e do modo como entendemos o papel do mar no processo de valorização económica, encontramos a maior diferença no processo de gestão do produto e de planeamento territorial e infra-estrutural.

Com efeito, os modelos de gestão do produto turismo náutico, quer em França, quer em Espanha (como de resto se pode adiante constatar, nos pontos referentes ao processo de *benchmarking*), resultam de uma estratégia de maior densificação de oferta de espaços de acolhimento náutico e, ao mesmo tempo, de estratégias de articulação com outros produtos turísticos.

Nesse aspecto e até numa lógica de simetria competitiva, a existência de estações náuticas que garantam a plena satisfação de todos os clientes, disponibilizando todos os serviços necessários à continuidade da viagem, quer ao nível do abastecimento, da reparação, da manutenção, do aprovisionamento de bens e que, simultaneamente,

promovam actividades turísticas complementares é vital, no sentido de tornar a oferta do produto e do mercado também ela competitiva.

Os modelos de partilha de cliente e de recursos técnicos e humanos, enunciados numa lógica de coopetição, serão pois de elevada importância para o sector em Portugal. De resto, se compararmos este sistema com o modelo francês, atendendo às necessárias diferenças territoriais, assiste-se regularmente a processos de cooperação interterritorial e interempresarial, numa lógica de transferência de recursos, de meios e de negócios entre a Costa Atlântica e a Costa Mediterrânica. Esta metodologia, se decorrente de acordos empresariais, poderá assumir o mesmo indicador de sucesso, quer nas transferências entre a costa oeste portuguesa e o Algarve, quer entre os Açores e os estuários do Tejo e do Sado.

## **3.2. A OFERTA**

### **3.2.1. OS TERRITÓRIOS DA NÁUTICA MUNDIAL – EVOLUÇÃO E EXPRESSÃO GEOGRÁFICA**

---

Quando se aborda a questão dos territórios da náutica mundial, deve-se desenhar um modelo de referenciação que articule as diferentes tipologias de produtos existentes face a territórios com particulares potencialidades para a sua operacionalização. Numa lógica de turismo internacional, se tivermos por referência os principais *spots* do produto turismo de cruzeiros, encontramos um conjunto de eixos estruturantes para o negócio. Desde logo, no contexto europeu, o grande protagonismo que o Mediterrâneo encerra na oferta deste produto, quer na dinâmica radial de visitação às ilhas gregas e costa turca, quer nas dinâmicas de itinerário entre portos urbanos (Barcelona, Marselha, Génova, Viarregio). De resto, segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), o espaço mediterrânico ocupa a segunda posição no eixo de negócio de cruzeiro em contexto mundial. Pode-se, ainda, no contexto mediterrânico, abordar o produto turismo de cruzeiros ao nível de um perímetro mais alargado e numa lógica de itinerário urbano, as operações com origem em portos de partida/chegada (ex: Barcelona e escala em Lisboa, Portimão, Casablanca, Madeira, Ilhas Canárias).

Ainda na Europa, o eixo do Adriático assume também alguma relevância no mercado dos cruzeiros, com partida/chegada no Lido/Veneza e com escalas em portos da Dalmácia (Split, Drobovnik,) e Remini em Itália. Também o eixo do Báltico, bem como os fiordes noruegueses assumem um relevante protagonismo no quadro de procura e de oferta do produto viagem de cruzeiros.

Fora da Europa, e em particular no continente norte-americano, encontramos três segmentos territoriais de acção turística. As Caraíbas, que são o principal destino e o eixo de expressão geográfica com maior procura do produto náutico de cruzeiros, detendo 50% do efectivo de procura e da capacidade de oferta do mercado. Em complementaridade ao anterior, também a Costa Oeste do México e o Alasca compõem os restantes espaços geográficos de incidência ao nível do Turismo de cruzeiros.

Hong Kong no sudoeste Asiático, a costa sul do continente americano, com particular incidência nos eixos Venezuela/Brasil e Terra do Fogo/Antárctida, bem como a Austrália, assumem idêntico protagonismo, embora em escala de menor dimensão.

As estratégias de reposicionamento de embarcações, condicionadas que estão pelas condições climáticas decorrentes das estações do ano, permitem a realização esporádica de cruzeiros intercontinentais, sobretudo no eixo de ligação entre o Golfo do México e a Europa Atlântica, passando pelas Canárias, rumando mais a Sul, ou pelos Açores, com rumo mais a Norte da Europa.

A náutica de recreio apresenta, como já foi anteriormente referido, indicadores de procura muito fortes em consumidores provenientes dos países do Norte da Europa, da Costa Leste dos Estados Unidos e Costa Este do Canadá, bem como da Austrália e da Nova Zelândia. Muito curiosamente, com excepção do mediterrâneo oriental e do adriático que funcionam basicamente como pólos de recepção de clientes, promoção de *charters* e compra de pacotes de turismo náutico, os restantes mercados de procura acima indicados, representam também significativa expressão quando se trata do processo de oferta do produto. Também ao nível das águas interiores os lagos Suíços e Italianos, os grandes lagos na fronteira entre o Canadá e os Estados Unidos e um conjunto significativo de grandes eixos fluviais em todo o mundo, possuem condições geo-ambientais altamente favoráveis à prática do turismo náutico.

O mercado da náutica turística centrado em desportos de mergulho, ondas e de deslize, apresenta igualmente territórios de interesse diferenciados. Se para o mergulho, atendendo à sua natural especificidade, a procura incide em águas com elevado índice de visibilidade (Mar Vermelho, Caraíbas e Mar Mediterrâneo) no caso dos desportos de onda e deslize, o importante é a qualidade, a estrutura e a força da onda. Neste segmento destaca-se a costa atlântica Portuguesa e Francesa, naturalmente o Havai e a Costa Leste Norte Americana, a Austrália, e algumas ilhas do arquipélago da Indonésia e do Pacífico Sul.

Relativamente aos destinos de turismo náutico de vento e ondas, mais uma vez o Havai, a Austrália, o Norte de África e Cabo Verde, são territórios mundialmente conhecidos para práticas de *windsurf* e *kitesurf*, duas modalidades em franca ascensão e com um crescimento bastante interessante ao nível das viagens de turismo náutico.

### **3.2.2. RECURSOS, FACTORES DE SUPORTE E MODELOS DE NEGÓCIO**

---

Para além das propensões físico-geográficas do território, fundamentais para o bom êxito de uma estratégia operacional, as actividades de turismo náutico exigem uma pluralidade de recursos que tornam mais complexo o processo de implementação empresarial na sua área de acção. De facto, os investimentos para aquisição de novos materiais e os custos relacionados com os processos de manutenção e de reparação são sempre muito avultados no processo de equilíbrio financeiro da actividade. Todavia são as chamadas infra-estruturas pesadas que consomem os valores mais significativos, mas são recursos essenciais para a exequibilidade de projectos desta natureza. A construção de infra-estruturas, como portos e marinas, a instalação de centros de alto rendimento afectos a práticas desportivas, mas que incorporam também prática turística, a adequação com cais fixos e amovíveis, *fingers* de acesso, balizas de profundidade, poitas e sistemas de vigilância e segurança, são recursos fundamentais para dimensionar a importância da proposta turística e para garantir a atractividade dos consumidores.

As estratégias e os modelos de negócio utilizados na dinamização do mercado do turismo náutico decorrem, em grande medida, de operações entre os sectores públicos e

privado. Com efeito, o investimento feito em obras pesadas (portos, pontões, vias de acesso) e em equipamentos pesados (gruas, passadiços de circulação), por norma são de iniciativa e obra pública, tendo em alguns casos também participação privada. Já os investimentos ao nível da aquisição de equipamentos mesmo que pesados (embarcações e materiais de suporte, custos de manutenção e custos com os recursos humanos), são da total responsabilidade dos investidores do sector.

O modelo de negócio do turismo náutico está centrado em duas dinâmicas prevalentes. A gestão das infra-estruturas pesadas, marinas e portos de recreio, pode ser assegurada através de um modelo de dupla variável; ou, o negócio de entradas e saídas, estacionamento e serviços de apoio (abastecimento, segurança) é gerido pelo sector público, ou são os subsistemas associativos (clubes, associações recreativas ou empresariais) que o garantem, ou ainda em casos, cada vez mais correntes, são núcleos empresariais especializados que garantem os processos de gestão destas unidades. As estratégias promocionais são da responsabilidade dos agentes económicos que desenvolvem a operação turística.

As empresas do sector de turismo náutico funcionam de modo tendencialmente individualizado e assumem propostas turísticas que em muitas circunstâncias são altamente generalistas, procurando no domínio da intervenção marítimo turística abarcar um volume e uma tipologia de oferta de programas para as quais, do ponto de vista operacional, não tem qualificada capacidade de resposta. Este é um dos problemas de base da operação marítimo-turística nacional. Uma cultura de competição empresarial expressiva e com intervenções plurisectorizadas e uma reduzida condição de cooperação ao nível de definição de estratégias comuns para alavancar e qualificar o negócio, são características padrão dos agentes económicos do sector em Portugal.

### **3.2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS E MODELOS DE GESTÃO DOS DESTINOS**

A introdução do turismo náutico no PENT, em ambas as versões (2006 e 2013), como um dos sectores charneira de desenvolvimento para o país e o facto de, na última década, quer ao nível do discurso político, quer ao nível das políticas públicas (nacionais

e europeias), se ter voltado a considerar o Mar e a sua economia como desígnio nacional, tem vindo a fazer crescer a importância do sector.

Com efeito, a multiplicidade de estudos e documentos oficiais na área da economia do mar produzidos nos últimos anos, a pretensão da ampliação da plataforma continental portuguesa e do seu reconhecimento internacional, a aposta na valorização de frentes ribeirinhas e de frentes de mar, bem como o conjunto significativo de grandes eventos náutico desportivos e náutico-culturais realizados em Portugal, tem direccionado as atenções não só para as questões do foro macro económico, mas sobretudo para o processo de estruturação de produto turístico e *neo* sustentabilidade de destinos maduros.

Efectivamente, as dinâmicas da actividade náutico-turística têm vindo a dimensionar a importância de alguns territórios, criando novos paradigmas de consumo.

Podemos a esse nível contemplar dois tipos de situação:

- Territórios com elevado peso turístico, sustentados num modelo de consumo vocacional (ex: sol e mar; cultural) e que por via da introdução do sector náutico diversificou a carteira de produtos a oferecer e criou novas singularidades de negócio e de promoção turístico-territorial (ex: Lisboa).
- Territórios com baixa densidade de oferta turística, com a economia centrada em actividades económicas em perda de valor e em grave crise económica (pesca, construção naval, etc.), que através de novas propostas, no quadro do turismo náutico, reprojectaram o modelo económico e direccionaram o investimento para uma dinâmica vocacionada para a economia do mar (ex: Peniche).

### 3.2.4. ESTUDOS CASO

---

Num contexto de crescente competitividade turística internacional, quer de índole qualitativa quer quantitativa, os destinos são cada vez mais confrontados com a necessidade equacionar o seu desenvolvimento segundo vectores de referenciação internacional.

Neste contexto, recorreu-se no presente estudo, através da técnica de *benchmarking*, a um diagnóstico dos factores críticos de sucesso que configuram o território francês como uma referência no âmbito das actividades náuticas.

A informação apresentada neste ponto decorreu de uma acção de campo de *benchmarking* realizada entre os dias 03 e 12 de Março de 2014, em França, incidindo sobre dois eixos territoriais principais:

- Rio Loire
- Costa Atlântica Francesa de Vannes a Biarritz



Figura 12 – Itinerário Benchmarking



Fonte: Própria



### **3.2.4.1. RIO LOIRE**

---

#### **3.2.4.1.1. TERRITÓRIO: TOURS e SAUMUR**

Existe no quadro de atracção referente ao Vale do Loire uma importante componente de oferta turística de lazer comunitário, centrada na promoção de actividades náuticas. No eixo de observação aqui reproduzido, temos duas componentes territoriais a considerar ao longo dos 80 km de frente ribeirinha existente entre **Tours** (Langeais, Chouzé-sur-Loire, Chinon, Villebernier) e **Saumur**. A componente Frente Ribeirinha Urbana e a Frente Ribeirinha periurbana.

##### Frente Ribeirinha Urbana (FRU):

Relativamente à FRU, evidenciam-se três elementos fundamentais:

- A existência de **Estações Fluviais de Lazer** com oferta de multiactividades – Cruzeiros turísticos fluviais; barcaças turísticas, passeios turísticos com ou sem a componente de formação em vela, *kayaking* e remo.
- A existência de uma estação fluvial de Lazer na Cidade de Saumur, com as propostas infra-estruturais e de equipamentos de lazer náutico acima referidas, mas também com uma componente de multiactividades desportivas (*fingers* e embarcadouros de acesso ao rio, ringes de patinagem, *half-pipe* para *skate*, patins em linha, bicicletas BTT) e com campos desportivos, campo de regata, pista de *slalom* de canoagem e *kayak*; campo de futebol e de *rugby* e área de merendas.

**Figura 13 – Estação Náutica de Saumur**



Fonte: Própria

- A existência de uma rede de Rotas de Bicicleta (ciclo tours urbanos) com passagem em *tracks* projectadas na frente ribeirinha, com informação suportada em tecnologia móvel.

**Figura 14 – Ciclovias – Loire**



Fonte: Própria

- Circuitos clicáveis desenhados exclusivamente na frente urbana ribeirinha

### Frente Ribeirinha Periurbana (FRPU):

- Relativamente à FRPU, evidenciam-se os seguintes três elementos fundamentais, dispersos ao longo do rio Loire, e seus afluentes, e dentro da área de jurisdição administrativa das cidades de Tours (Indre-et-Loire) e de Saumur (Maine-et-Loire): Estações Náuticas com oferta de cruzeiros náuticos, canoagem e *kayak*; passeio em embarcações à vela; passeio em embarcações a remos; pontos-base de pesca.
- Estações de lazer mistas, com as actividades náuticas acima referidas e com um conjunto de infra-estruturas e de equipamentos de apoio ao lazer e ao turismo (parques de merendas, Bar de apoio e/ou restaurante; pontos de água e equipamentos sanitários; campos de futebol/*rugby*, pistas de atletismo).
- Estações de lazer que oferecem multiactividades desportivas; com circuitos de manutenção e de saúde, sem actividades náuticas mas em frente ribeirinha.

### **Relevância: Factor de Atractividade no Território Original**

O principal factor de atractividade de todo o Vale do Loire, ao longo das múltiplas regiões que o rio Loire atravessa é, sem dúvida, a imponente oferta cultural ao nível do património edificado (palácios, castelos e solares).

O rio funciona como elemento de ligação estética de grande importância, como factor de estruturação cultural e paisagístico e, sobretudo, como via de comunicação e de imagem turística.

De todo o modo, não sendo o produto principal, o rio é considerado uma importante capitalização turística das actividades náuticas, quer na frente ribeirinha urbana, quer sobretudo no *continuum* ribeirinho periférico à cidade de Tours.

Principal ponto fraco: a elevada sazonalidade de toda a componente turística local, com grande particularidade para as actividades náuticas que funcionam habitualmente entre Abril e Setembro.

Principal ponte forte: Excelente comunicação, promoção e informação turística. Excelentes meios e produtos de comunicação.

### **Grau de Adequabilidade no Território da ERT Alentejo e Ribatejo**

Pensamos que o tipo de programação de turismo náutico concebida para as duas regiões do Loire e alvo do nosso processo de avaliação em *benchmarking*, pode estabelecer razões de enorme paralelismo com o modelo de desenvolvimento turístico-territorial desenhado para a unidade espacial Alentejo/Ribatejo e conduzido pela respectiva Entidade Regional de Turismo, O facto do modelo de matriz das regiões do Loire em estudo, se encontrar focado na existência e promoção de centros territoriais de desporto, lazer e turismo náuticos e funcionar num registo de acção colectiva, com objectivos de intervenção e negócio turístico e ao mesmo tempo, serviço à comunidade local, aproxima-se em largo espectro ao paradigma estratégico proposto também para o eixo territorial Alentejo e Ribatejo.

Para além da dimensão ideológica atrás enunciada, também ao nível da componente espacial (física e cultural), existem factores que nos podem fazer aduzir níveis de comparação positiva no processo de afirmação dos territórios de influência da ERT, tendo por referência o Loire.

Com efeito, os nossos rios de referência, (Tejo, Sorraia, Sado, Mira e Guadiana), inscrevem-se também em contextos espaciais de frente ribeirinha, onde as componentes urbanas possuem cargas de potencial cultural significativamente fortes, não tanto materializáveis em contexto patrimonial edificado, mas com um efectivo e relevante património de carácter material e imaterial, também eles geradores de elevados mecanismos de atractividade turística. Das culturas ribeirinhas, à cultura do cavalo e do touro, da pesca artesanal à gastronomia, das danças ao artesanato, da arquitectura tradicional, às artes e ofícios populares, encontramos um elevado potencial que pode funcionar como elemento gerador de atractividade turística, numa lógica, quer de complemento, ao turismo náutico, quer de razão principal que tenha por acessório o consumo de actividades náuticas.

Neste contexto entendemos existir um grau de adaptabilidade do modelo usado no Loire, à realidade do Alentejo/Ribatejo.

### **Modo de Adequação ao Território da ERT Alentejo e Ribatejo**

Os modelos de adequação são em larga medida decorrentes da existência de:

- Processos técnicos de levantamento de territórios de frente ribeirinha com potencial para a infra-estruturação deste tipo de equipamentos. Desenvolvimento de modelos de planeamento municipal que avaliem o potencial territorial e as condições físico-hidrográficas que viabilizem sustentadamente todo o processo de implementação (estudos de pressão hidrográfica, capacidades de carga, tipologia de materiais). Por exemplo: o Loire, actualmente está aproximadamente três metros acima do fluxo normal de leito de rio e as instalações continuam a funcionar e totalmente protegidas.
- Capacidade técnica e financeira (pública e privada) para a implementação e desenvolvimento destes centros de lazer em frente ribeirinha, com as dinâmicas mistas (náutica e desportiva)
- Capacidade de mobilização de agentes económicos empreendedores com visão estratégica para este tipo de negócio. Segundo a informação e os dados fornecidos pelo Gabinet General de l'Office du Tourisme de Tours, o investimento e a exploração destes parques de lazer é em larga percentagem do exercício de entidades privadas e /ou associativas
- Processos Técnicos de promoção turística do produto e das suas componentes.
- Desenvolvimento de ciclovia ao longo dos eixos fluviais, com informação diversa (orientação, informativa, etc.) acessível a partir de dispositivos de tecnologia móvel.

### **Grau de Inovação para o Território da ERT Alentejo e Ribatejo**

É certo que existem já algumas experiências em Portugal, sobretudo ao nível das praias fluviais e dos cruzeiros fluviais. Todavia, exceptuando algumas tentativas de negócio nesta área, em apostas basicamente de monoproduto, numa houve um projecto integrado de escala alargada que trabalhasse um eixo fluvial em extensões que podem chegar a 80/100 km de percurso fluvial, com ofertas diversificadas ao nível das actividades, do tipo de consumo (lazer, desportivo, competição, em autonomia, etc.) que permitisse a alguém, como acontece no Loire, poder alugar um serviço de guia de Randonnée de Kayak em Tours, podendo navegar até Angers, pernoitando em hotéis,

comendo em restaurantes típicos, visitando museus, fazendo outro tipo de actividades *outdoor*.

### **3.2.4.2. LITORAL FRANCÊS: DE VANNES A BIARRITZ**

---

#### 3.2.4.2.1. TERRITÓRIO: VANNES E SAINT NAZAIRE

O modelo de desenvolvimento turístico da linha de Litoral da região francesa do **Loire Atlantique**, estrutura, segundo informações do conselho regional de turismo, como principal produto de referência (oferta e procura) as actividades de turismo náutico, com particular incidência nos desportos de onda e sobretudo na vela de recreio.

Com uma dimensão de oferta do produto sol e mar, basicamente dimensionada aos núcleos urbanos e com uma acidentada tipologia de relevo de costa, são as zonas lagunares, *étanges*, enseadas e pequenas baías que recebem os maiores fluxos de procura turística.

Tendo por referência estas duas plataformas territoriais – **Praias e Marinas Urbanas e áreas e Marinas Lagunares** – o modelo de observação por nós aqui desenhado, procura concretizar a avaliação de um circuito estratégico, iniciado na cidade de Saint Nazaire, contemplando o leito estuarino do Rio Loire e a sua confluência com o Atlântico, e concluído a Noroeste na cidade de Vannes, passando por uma costa altamente escarpada (Côte Sauvage), com muitas enseadas, lagoas e várias reentrâncias de mar.

No eixo de observação aqui reproduzido, temos então duas componentes territoriais a considerar ao longo dos 50 km de frente mar existente entre **Saint Nazaire** (Pornichet, La Boule, Le Croisic, Piriac sur Mer, Arzon, Locmariaquer, Baden e Arradon) e **Vannes**.



**Figura 15 – Marina Urbana de Vannes**



Fonte: Própria

A componente Praias e Marinas Urbanas (PMU) e a componente Áreas e Marinas Lagunares (AML).

### **PRAIAS E MARINAS URBANAS (PMU):**

Relativamente à PMU, evidenciam-se dois elementos fundamentais:

#### **1. Clubes de Praia**

- A existência de **Clubes de Praia**, que assumem a figura das concessões de praia existentes em Portugal, mas que enquadrados numa dimensão e numa dinâmica de clube náutico oferecem para além dos serviços de salvaguarda, higiene e apoio de bar, um volume considerável de propostas de actividades de lazer, cultura e desporto, de âmbito recreativo e formativo durante um período alargado da época balnear, continuando com a dimensão formativa e de competição ao longo de todo o ano. Actividades como o *surf*, a vela ligeira, o *windsurf*, o *kitesurf*, o *windcar*, o *kayak* de mar, bem como os desportos de deslize

como o *skimming*, são oferecidos, quer ao nível do aluguer de materiais, quer ao nível das iniciativas de formação.

- **Os Clubes de Praia** desenvolvem também actividades de carácter recreativo, desportivo e culturais diferenciadas das actividades náuticas. A permanência de grupos de animadores de praia, associados à existência de equipamentos desportivos no areal (quadras de *volley* de praia, campos de futebol e *rugby* de praia) e à constante oferta de eventos desportivos (campeonatos, torneios, exposições) garantem níveis de atractividade bastante consideráveis. Também a animação infantil ganha uma dinâmica muito importante, porquanto existem programas diários de animação turística para os mais jovens e estão instalados em permanência equipamentos infantis (parques infantis, insufláveis, redes, biblioteca de praia, etc.).
- A organização de eventos culturais e musicais também faz parte da oferta turística organizada pelos clubes de praia, potenciando-os como programadores e produtores de espectáculos, dando enorme visibilidade ao contexto territorial de inserção.
- De um modo geral, as Praias da Bretanha possuem uma diversidade de Clubes Náuticos, com áreas delimitadas de concessão que promovem actividades recreativas, lúdicas e desportivas para os seus consumidores. O mercado é bastante competitivo, fruto das áreas de concessão serem limitadas, obrigando-as a oferecerem um vasto leque de serviços náuticos e de serviços complementares (restauração, animação infantil de praia, etc.), proporcionando um *elevado value for money* para os seus clientes.

## 2. Marinas Urbanas

- As marinas urbanas desempenham um papel de elevada dinâmica do processo de afirmação e promoção do território e da potenciação de oferta não só de produtos de turismo náutico, como também de serviços de alojamento, restauração, animação e comércio que, enquadrados nos sistemas de produtos que extrapolam o negócio de serviços de marina (salvagem, acostagem ou amarração, serviços de abastecimento) assumem um papel altamente relevante nas economias locais.



- Na Bretanha, porque a cultura náutica é muito forte e porque se percebeu a importância da dinâmica económica que as marinas provocam, procurou-se aproveitar todas as possibilidades físico geográficas existentes para criar infra-estruturas e equipamentos que tivessem capacidade de acolhimento de embarcações de navegação de recreio (vela e motor) e ao mesmo tempo fossem base para a oferta de conteúdos e produtos associados ao turismo náutico (regatas, passeios de barco, cruzeiros, transporte náutico etc.). Nos casos analisados (Saint Nazaire, Port Blanc, Arzal-Camoël, e sobretudo Vannes), existem estruturas montadas para albergarem, aproximadamente 1 500 embarcações de calado tipo médio de 45 pés, o que dá um volume de ocupação bastante considerável.

**Figura 16 – Doca Seca do Parque Náutico de Recreio e Lazer de Arzal-Camoël**



Fonte: Própria

- A dinâmica de *merchandising* e de *branding* que envolve o negócio do turismo náutico é igualmente muito importante para a região e para as cidades, que estruturam múltiplos outros negócios, da restauração ao vestuário, passando pelos espectáculos em torno da marina e das suas actividades turísticas.
- Igualmente importantes são os eventos de carácter internacional associados à vela de cruzeiro, os quais, para além de projectarem o nome da região e das cidades na designação dos eventos, ainda são fortes promotores de ampliação de negócio turísticos, devido ao número considerável de tripulações e espectadores que procuram as cidades, quer no decurso dos treinos, quer aquando das partidas, chegadas e *stopover's*. A Vendée Globe; A Transat, a Volvo Ocean Race, a Les Sables, são regatas de projecção mundial que partem, chegam ou passam por portos da Bretanha, trazendo projecção e marketing territorial com elevado protagonismo e retorno económico.

## ÁREAS E MARINAS LAGUNARES (AML)

Relativamente à AML, evidencia-se o relevante papel que as bases náuticas (estações náuticas), trazem para áreas territoriais de vocação lagunar. Saliente-se como estudo de

referência as bases náuticas de **Saint Cado, no Rivière d'Étel e de Arzon no Golfo de Morbihan.**

**Figura 17 - Golfo de Morbihan**



Fonte: Própria

- Existentes fora do contexto urbano e portadoras de um potencial estético e paisagístico bastante considerável nas áreas marinhas lagunares, têm vindo a despertar elevado interesse de implementação de bases náuticas de elevado potencial turístico, funcionando como como factor de unidade e interacção territorial. A proximidade existente entre elas, inferior a 20 milhas náuticas, permite uma regularidade de tráfego turístico bastante atractivo para quem realiza actividades de turismo náutico, quer em contexto de consumidor enquadrado em sistema empresarial, quer em exercício de autonomia.
- As bases náuticas, supra citadas, para além de todo o serviço de apoio à náutica de recreio, em tudo idêntico à oferecida pelas marinas urbanas acima referidas, oferecem ainda serviços integrados com oferta de alojamento (*bungalows*), equipamentos de lazer (quadras de ténis, polidesportivos, piscinas, etc.), bem como centros de informação e de interpretação ambiental de recursos náuticos e infra-estruturas de suporte à actividade náutica (manutenção e reparação naval, doca seca, lojas de fornecedores de material náutico), etc.

- Para além das actividades aquáticas existe todo um modelo de dinamização do turismo, assente numa matriz sustentada, integrada e ambiental. No caso da linha de costa em estudo, é importante referenciar a existência de um conjunto de outros produtos na área do turismo de natureza e de aventura, que foram desenhados estrategicamente para servir de ponte entre as estações náuticas. Os percursos pedestres, balizados como (GR) Grande Rota, seguem toda a linha de costa, com trilhos, para caminhada e BTT, ao longo de dezenas de quilómetros, totalmente equipados, com apoios de WC, pontos de água, bancos em locais panorâmicos e *outdoor's* com informações de fauna, flora, altimetria, etc. Estes percursos, interessantemente, assumem duplos trajectos; pela linha de praia em situação de baixa-mar e pela arriba em situação de praia mar.

### **Relevância: Factor de Atractividade no Território Original:**

O principal factor de atractividade de toda a linha de costa do Loire Atlantique, reside sobretudo na oferta das dimensões paisagísticas e do potencial do território para a prática de desportos e de turismo náutico. De resto, a própria tradição local e uma cultura marítima muito forte, são factores promotores de eventos e de uma motivação acrescida no seu desenvolvimento por parte da comunidade local.

O Oceano funciona como instrumento de mobilização estética de grande importância e como factor de estruturação cultural e paisagístico no quadro da promoção turística e como garante de uma identidade local vocacionalmente marítima.

O princípio da complementaridade associada ao produto turístico, produz uma resposta económica a montante e a jusante das próprias propostas náutico-recreativas, garantindo a promoção de emprego em áreas que não sendo vocacionalmente turístico-desportivas, contribuem para o mesmo desígnio económico e reafirmam as identidades culturais do local. Por exemplo, todo o processo de extracção de sal, bem como a pesca tradicional enquadram essa pretensão.

Principal ponto fraco: A irregularidade meteorológica e a possível tendência para mononuclearizar a oferta turística, obrigam a uma reflexão sobre a construção de produtos complementares.

Principal ponte forte: potencialidade das condições territoriais para a prática de actividades náuticas. Uma excelente comunicação, promoção e informação turística do produto. Capacidade de mobilização da comunidade local para o interesse turístico e comercial do produto náutico.

### **Grau de Adequabilidade no Território da ERT Alentejo/Ribatejo**

Pensamos que o tipo de programação de turismo náutico concebido para a região do Loire Atlantique e alvo do nosso processo de avaliação em *benchmarking*, permite estabelecer linhas de actuação similar ao modelo turístico-territorial pré-concebido para as dinâmicas de costa e também de lagunagem, existentes na unidade espacial Alentejo/Ribatejo e conduzido pela respectiva Entidade Regional de Turismo.

De resto, é importante referir que da análise feita ao Golfo de Morbihan, resultam elevadas similitudes, mesmo físicas, com o Alqueva. Trata-se de uma zona lagunar com 12 000 hectares, com um conjunto considerável de ilhas, mas com projectos desenvolvidos e bastante bem sucedidos ao nível das bases náuticas e da utilização turística das ilhas. É para nós claramente um instrumento de referência daquilo que se pode fazer, em escala diferenciada, na albufeira do Alqueva.

O facto de se tratar de um modelo matriz e se encontrar focado na existência e promoção de contextos e conteúdos territoriais, onde a prática desportiva e o negócio turístico funcionam num registo integrado de acção colectiva, com objectivos de dinamização do negócio turístico e, ao mesmo tempo, em total harmonia com o serviço à comunidade local, aproxima-se em largo espectro ao paradigma estratégico proposto também para o eixo territorial Alentejo e Ribatejo.

Para além da dimensão ideológica atrás enunciada, também ao nível da componente espacial (física e cultural), existem factores que nos podem fazer aduzir níveis de comparação positiva no processo de afirmação dos territórios de influência da ERT, tendo por referência a costa estuarina do Loire e marítima do golfo da Biscaia.

Com efeito, os nossos territórios de referência marítima, de Tróia até Odeceixe inscrevem-se também em contextos espaciais de linha de costa, em tudo idêntica ao estudo de caso enunciado para a Costa da Bretanha. Podemos encontrar neste troço de território alentejano, um conjunto de núcleos urbanos com alguma capacidade de

integração de um modelo adaptado de marina urbana (Alcácer do Sal, Sines, Vila Nova de Mil Fontes) e outros com clara vocação para a implementação de bases náuticas (ex: Albufeira do Alqueva, Mértola, entre outras). O Facto de termos neste contexto territorial, zonas de componente urbana, pode potenciar os factores de efeito multiplicador de dimensão turística, com investimento e negócios a montante e a jusante da própria actividade náutica. Neste contexto, entendemos existir um grau de adaptabilidade do modelo usado no território do Loire Atlantique à realidade do litoral alentejano.

### **Modo de Adequação ao Território da ERT Alentejo/Ribatejo**

Os modelos de adequação são em larga medida decorrentes da existência de:

- Processos técnicos de levantamento de territórios de linha de costa entre Tróia e Odeceixe com potencial para a infra-estruturação do tipo de enquadramento genérico de base náutica. Perceber o tipo de equipamentos necessários. Desenvolvimento de modelos de planeamento de costa que avaliem o potencial territorial e as condições físico-hidrográficas que viabilizem sustentadamente todo o processo de implementação (estudos de pressão hidrográfica, batimetrias, tipo de ondulação predominante, estudo de corrente e de sustentabilidade dos materiais, capacidades de carga, tipologia de materiais a utilizar).
- Capacidade técnica e financeira (pública e privada) para a implementação e desenvolvimento deste tipo de iniciativas (Clubes de praia, bases náuticas, marinas urbanas, percursos pedestres de linha de costa e arribas)
- Capacidade de mobilização de agentes económicos empreendedores com visão estratégica para este tipo de negócio.
- Processos Técnicos de promoção turística do produto e das suas componentes.

**Do ponto de vista factual, seria interessante poder:**

- Conceber em termos físicos as chamadas bases náuticas em alguns *spot's* da costa litoral alentejana, bem como no quadro de alguns rios e barragens. Desenvolver, um conjunto de infra-estruturas integradas com oferta de alojamento (*bungalows*), equipamentos de lazer (campos de ténis, polidesportivos, piscinas,



etc.), centros de interpretação ambiental, recursos náuticos (manutenção e reparação naval, doca seca, lojas de fornecedores de material náutico). Todo este processo, pode ainda estabelecer linhas de estratégia promocional centradas em parcerias com empresas do sector náutico de forte representação e *branding* internacional, de modo a desenhar um modelo financeiro eficaz, sustentado e exequível. O sistema envolve a exclusividade de representação e de imagens por parte do centro náutico, dos valores da marca parceira, num modelo, em tudo idêntico àquilo que acontece, por exemplo, no *surf* e em muitas bases náuticas, australianas e norte americanas (Malibu Billabong - Beach Coast Nautical Center).

**Figura 18 – Plano do Parque Náutico de Recreio e Lazer de Arzal-Camoël**



Fonte: Própria

- Qualificar as rotas litorais de percursos pedestres e de BTT existentes e proceder à marcação de novas, ligando as bases náuticas a desenhar, de modo a estabelecer um perímetro à linha de costa, devidamente balizado e demarcado, possuindo sinalética internacional, com orientações alternativas de percurso de baixa-mar e preia-mar. Desenvolver ainda um conjunto de equipamentos de apoio como bancos, pontos de água, WC e *outdoors* de informação. Este possível projecto carece de total articulação com as equipas que estão a desenvolver os planos dos percursos pedestres e do sol e mar, considerando os respectivos âmbitos de acção e de responsabilidade.

**Figura 19 – Sinalética – Rota Litoral (Pornichet)**



Fonte: Própria

- No contexto do Alqueva o desenvolvimento das actividades terá que ser suportado pela implementação de pelo menos mais duas bases náuticas (além da já existente, na Amieira). Importa fazer o levantamento do território que determine os locais mais vocacionados para tal, concebendo redes efectivas de comunicação entre estas estruturas, de modo a potenciar também o desenvolvimento e a infra-estruturação de unidades de apoio, dentro do vasto núcleo de ilhas existentes.
- Criar um modelo de concessão de praia que funcione na perspectiva dos clubes de praia e que ofereça muito mais do que os vulgares serviços de segurança, limpeza, toldos e outros serviços de apoio. Importa que promovam também actividades recreativas, lúdicas e desportivas para os seus consumidores, oferecendo um vasto leque de serviços náuticos (vela, *windsurf*, *surf*, etc.) bem como serviços complementares (restauração, animação infantil de praia, etc.), proporcionando um elevado *value for money* para os seus clientes (a articular com a equipa do Plano do Sol e Mar).
- Face às condicionantes da costa portuguesa, em particular do Alentejo, o conceito de Marina Urbana não é de fácil aplicação. Todavia, poderá aferir-se a viabilidade de considerar algumas possíveis localizações, nomeadamente em Sines, Alcácer do Sal e na foz do Rio Mira.



## **Grau de Inovação para o Território da ERT**

Todas estas propostas encerram índices de inovação, bastante consideráveis, quando aplicados à realidade portuguesa. Existe, todavia, utilizando processos de comparabilidade, algumas situações em que os processos utilizados não são muito diferentes dos aqui apresentados e com sucesso considerável. Por exemplo, num modelo aproximado ao conceito de Marina Urbana, podemos referir o modelo de acção e de gestão da Marina de Tróia, de Lagos e de Vilamoura como paradigmáticos. Ficam aquém do que pretendemos, mas provam que existem condições de exequibilidade, se bem concebidos.

Todas estas propostas, apresentam factores de multiplicação económica, criando valores sustentados em sede de construção de produto turístico para a região, promovendo investimento, dinâmica empresarial e emprego e funcionando como elemento estruturante para a sustentação de uma nova imagem para o Alentejo.

### **3.2.4.1.3. TERRITÓRIO: SABLES D'OLONNE E LA ROCHELLE**

O eixo marítimo-territorial entre as cidades de Sables d'Olonne e La Rochelle é conhecido pela forte projecção internacional das provas de vela de longo curso, em tripulação e em solitário, que despertam o interesse global e colocam estas duas cidades atlânticas do golfo da Biscaia na rota de elevada notoriedade e referência nos órgãos de comunicação não só da especialidade, como também na imprensa generalista.

**Figura 20 – Homenagem a Alessandro Di Benedetto pela volta ao mundo sem escalas num pogo de 6,5m com partida e chegada Sables D'Olonne**



Fonte: Própria

Conhecidos como portos de chegada e partida de pernas de regata, ou funcionando como portos de escala e *stopover's*, estas duas cidades são conhecidas como as capitais europeias da vela oceânica de competição. As clássicas *Les Sables – Açores – Les Sables*, em navegação solitária e sem escalas, ou a célebre *Vendée – Globe*, regata única em todo o mundo em que, um único tripulante tem a possibilidade de dar a volta ao mundo em vela ficando completamente isolado da civilização e em plena competição por mais de 100 dias. Trata-se de uma competição muito dura e exigente para todos os participantes, onde não são permitidas paragens ou escalas. Trata-se de uma regata que se realiza de 4 em 4 anos, com partida do porto de Sables d'Olonne, sempre no mês de Novembro, também conhecida pela regata dos três cabos; o Cabo Horn (América do Sul); o Cabo da Boa Esperança (África); e o Cabo Leewin (Austrália). Já a Transat, é uma regata que sai, de dois em dois anos da cidade de La Rochelle e em solitário atravessa o Atlântico em embarcações de 6.5 metros, as quais em total autonomia, procuram arribar à cidade da Bahia no Brasil.

Também a Volvo Ocean Race, na sua escala europeia, faz três *stopover's* e as consequentes regatas promocionais no local, em Lisboa, La Rochelle ou Lorient, e um porto variável no Mar do Norte.

Esta dimensão meia mítica, meia aventureira das regatas internacionais, para além de importarem para as regiões uma elevada procura turística durante os períodos de

competição, quer ao nível dos *staff's*, dos órgãos de comunicação e dos espectadores, promovem ainda uma enorme rotatividade turística, porquanto é muito significativa a presença de equipas e tripulações de alta competição para treinos de mar.

Este factor tem vindo a incrementar de forma relevante a oferta de produtos e pacotes turísticos associados à vela de cruzeiro, beneficiando a comunidade local pelo aumento dos circuitos de formação desportiva e optimização dos tempos livres nestas áreas, garantindo uma rede de operações económicas, investimento local e empreendedorismo temático, de grande valia para as cidades. De resto, em ambos os casos, as cidades vivem basicamente das indústrias do mar, nomeadamente a pesca, a indústria naval e o turismo náutico. Sendo o turismo de vela de grande projecção, não devemos descurar a importância que a economia associada ao mar (gastronomia; desportos de ondas e de praia e comércio e serviços navais) representam para a região.

Neste território, contrariamente aos casos referidos antes (a Norte), com alguma descentralização das actividades propostas e dos territórios que as enquadram, estamos numa dimensão onde um produto exclusivo (Turismo de vela de cruzeiro) representa uma enorme fatia de negócio no processo de desenvolvimento económico e turístico da região e onde a componente de penetração territorial é vocacionalmente urbana. Com esta especificidade, a grande aposta de ambas as cidades tem sido na componente de turismo náutico e, sobretudo, na infra-estruturação portuária, ao nível da criação no mesmo território de vários pólos desconcentrados da marina urbana, albergando nos dois casos um volume aproximado de 6 000 embarcações.

## **MARINAS URBANAS (ou) CIDADES - MARINHEIRAS**

- As Marinas urbanas desempenham um papel de elevada dinâmica no processo de afirmação e promoção do território e da potenciação de oferta não só de produtos de turismo náutico, como também de serviços de alojamento, restauração, animação e comércio que, enquadrados nos sistemas de produtos que extrapolam o negócio de serviços de marina (salvaguarda, acostagem ou

amarração, serviços de abastecimento) assumem um papel altamente relevante nas economias locais.

**Figura 21 – Porto urbano da cidade marinheira de La Rochelle**



Fonte: Própria

- Na Costa Bretã, onde a cultura náutica é muito forte e onde se percebeu a importância da dinâmica económica que as marinas provocam, procurou-se aproveitar todas as possibilidades físico-geográficas existentes para criar infra-estruturas e equipamentos que tivessem capacidade de acolhimento de embarcações de navegação de recreio (vela e motor) e ao mesmo tempo fossem base para a oferta de conteúdos e produtos associados ao turismo náutico (regatas, passeios de barco, cruzeiros, transporte náutico etc.). Nos casos analisados, Sables d’Olonne e La Rochelle, existem estruturas montadas para albergarem aproximadamente 3000 embarcações de calado tipo médio de 45 pés em cada uma delas, o que representa um volume de ocupação bastante considerável.
- A dinâmica de *merchandising* e de *branding* que envolve o negócio do turismo náutico é igualmente muito importante para a região e para as cidades, que estruturam múltiplos outros negócios, da restauração ao vestuário, passando

pelas regatas e outros espectáculos em torno da marina e das suas actividades turísticas.

- Os eventos de carácter internacional, associados à vela de cruzeiro, são também importantes, pois além de projectarem o nome da região e das cidades na designação dos eventos, são ainda fortes promotores de ampliação de negócio turísticos, devido ao número considerável de tripulações e espectadores que procuram as cidades, quer no decurso dos treinos, quer aquando das partidas, chegadas e *stopover's*. A Vendée Globe; A Transat, a Volvo Ocean Race, a Les Sables, são regatas de projecção mundial, que partem, chegam ou passam pelos portos referenciados, trazendo projecção e marketing territorial com elevado protagonismo e retorno económico.
- A dimensão de Cidade - Marinheira, envolve toda uma filosofia de acção social, económica e cultural que faz com que todo o ordenamento urbano, o marketing territorial e as restantes dinâmicas culturais sejam estruturados tendo por referência os potenciais de atractividade provocados pelo turismo náutico, envolvendo toda a comunidade local, os interventores políticos e os agentes económicos no processo de qualificação e de promoção de imagem do território.

### **Relevância: Factor de Atractividade no Território Original**

O principal factor de atractividade destas duas cidades reside, por um lado, na oferta das dimensões paisagísticas e culturais (arquitectura, história e património material e imaterial) e, por um, no potencial do território para a prática de desportos e de turismo náutico, especialmente ao nível da vela de cruzeiro. De resto, a própria tradição local e uma cultura marítima muito forte, são factores promotores de eventos e promotores de uma motivação acrescida para o seu desenvolvimento socioeconómico.

O Oceano funciona como instrumento de mobilização estética de grande importância e como factor de estruturação cultural e paisagístico no quadro da promoção turística, como garante de uma identidade local vocacionalmente marítima.

No caso destas duas cidades, o próprio enquadramento estético urbano, está centrado em dimensões de preservação cultural da arquitectura tradicional, assentes na articulação entre o casco urbano e o oceano, por via da transformação de canais e

antigas lagoas em marinas urbanas. Estes processos, criam um valor estético que claramente funciona também como marca de representação local.

A vocação turística agregada à vocação económica das cidades é claramente sustentada por via da construção e promoção do produto turismo náutico como principal elemento congregador de toda a dinâmica económica e cultural. A matriz multiplicadora do turismo, faz com que nestes ambientes, toda a economia gire em torno das indústrias lúdicas do mar, numa escala interactiva, interdependente e sequencial. O princípio da complementaridade associada ao produto turístico, produz uma resposta económica a montante e a jusante das próprias propostas náutico recreativas garantindo a promoção de emprego em áreas que não sendo vocacionalmente turístico-desportivas, contribuem também para o mesmo desígnio económico e reafirmam as identidades culturais do local. Por exemplo, todo o processo de extracção de sal, bem como a pesca tradicional, enquadram essa pretensão.

A vela de cruzeiro e particularmente a realização de mega eventos turísticos e náutico-desportivos de carácter internacional, são então mecanismos de fundamental importância tanto mais que associam identitariamente, as actividades náutico-desportivas, à cidade, construindo uma *branding* que a faz reconhecer de imediato.

Principal ponto fraco: A irregularidade meteorológica e a possível tendência para mononuclearizar a oferta turística, obrigam a uma reflexão sobre necessidade de construir outro tipo de produtos complementares.

Principal ponte forte: potencialidade das condições territoriais para a prática de actividades náuticas. Uma excelente comunicação, promoção e informação turística do produto. Capacidade de mobilização da comunidade local para o interesse turístico e comercial do produto náutico.

### **Grau de Adequabilidade no Território da ERT Alentejo/Ribatejo**

O tipo de orientações de planeamento territorial e de programação turística concebidas para a região de Charentes e alvo do nosso processo de avaliação em *benchmarking*, permite estabelecer algumas linhas de actuação que podem ser adaptadas ao modelo turístico-territorial pré concebido para as dinâmicas de costa e também de lagunagem,



existentes na unidade espacial Alentejo/Ribatejo e conduzido pela respectiva Entidade Regional de Turismo.

Obviamente que existem diferenças significativas ao nível das tipologias urbanas e sobretudo ao nível das dinâmicas geográficas de costa, já que o grande aproveitamento feito no modelo francês advém da optimização total de uma tipologia de costa, cheia de relevos naturais, de baías, enseadas, reentrâncias e foz de rios, criando elevadas condições naturais para o desenvolvimento das práticas de vela de cruzeiro.

No Alentejo litoral esse tipo de condições, não são tão presentes culturalmente, nem tão favoráveis geograficamente, até porque claramente não existe uma vocação marítima e uma massa crítica favorável à concentração de uma cultura náutica que pudesse dinamizar este tipo de actividades. De todo o modo, e ao nível do desenvolvimento e da estratégia politico-comercial, pensamos que a Península de Tróia, com um projecto cimentado, mas sem o necessário arquétipo urbano, ou Sines, sem o primeiro, mas com o segundo associado a alguma cultura náutica, arregimentada na figura do navegador Vasco da Gama, ou ainda Vila Nova de Mil Fontes e Zambujeira do Mar, podem dimensionar um modelo de desenvolvimento que contemple preferencialmente propostas de turismo náutico (*surf*, pesca, mergulho) e especialmente de náutica de recreio. Não sendo este último, na região, um produto âncora, terá condições, com as devidas adaptações estruturais, para desempenhar um papel de relevo na região Alentejo.

O nosso território de referência marítima, de Tróia até Odeceixe, possui um conjunto de núcleos urbanos com alguma capacidade de integração e de adaptação de um modelo de marina Urbana (Alcácer do Sal, Sines, Vila Nova de Mil Fontes). Porém, necessita de, em profundidade, elaborar uma rede de suporte às actividades náuticas, de modo a poder gerar efeitos multiplicadores de dimensão turística e económica com investimento e negócios a montante e a jusante da própria actividade náutica.

Sendo o principal *core-business* das cidades de Sables d'Olonne e La Rochelle o turismo náutico e o seu principal *ex-libris* a realização de eventos internacionais da náutica de recreio e de competição, importa dimensionar um modelo semelhante para o Alentejo Litoral, sendo que, pelo menos neste momento, Tróia possui capacidades físicas, geográficas e económicas para o fazer. Sines e Vila Nova de Mil Fontes precisariam de profundas modificações infra-estruturais para o executar, mas, em nosso entendimento,

não deverão ser descoradas. A adaptabilidade de um modelo como o francês em contexto de cidades de elevada afirmação náutico-desportiva, é baixo, mas sem ser evidente, é possível.

### **Modo de Adequação ao Território da ERT Alentejo/Ribatejo**

Os modelos de adequação são em larga medida decorrentes da existência de:

- Processos técnicos de levantamento de territórios de linha de costa entre Tróia e Odeceixe com potencial para a infra-estruturação de modelos de centros náuticos urbanos. Perceber o tipo de equipamentos necessários. Conceber modelos de Desenvolvimento e de planeamento de costa que avaliem o potencial territorial e as condições físico-hidrográficas e que viabilizem sustentadamente todo o processo de implementação (estudos de pressão hidrográfica, batimetrias, tipo de ondulação predominante, estudo de corrente e de sustentabilidade dos materiais, capacidades de carga, tipologia de materiais a utilizar).
- Capacidade técnica e financeira (pública e privada) para a implementação e desenvolvimento deste tipo de iniciativas (bases náuticas e marinas urbanas).
- Capacidade de mobilização de agentes económicos empreendedores com visão estratégica para este tipo de negócio.
- Processos Técnicos de promoção turística do produto e das suas componentes.
- Estratégia de promoção de destino assente no potencial náutico de algumas urbes existentes no litoral alentejano.

### **Do ponto de vista factual, seria interessante poder:**

- Conceber em termos físicos as chamadas bases náuticas em alguns *spot's* da costa litoral alentejana.
- Construir e desenvolver, infra-estruturas e equipamentos de marina integrada, com alojamento e equipamento complementares de lazer. Todo este processo, pode ainda estabelecer linhas de estratégia promocional centradas em parcerias com empresas do sector náutico de forte representação e *branding* internacional, de modo a desenhar um modelo financeiro eficaz, sustentado e exequível. O sistema envolve a exclusividade de representação e de imagens por parte dos



centros náuticos, dos valores da marca parceira, num modelo, em tudo idêntico àquilo que acontece, por exemplo no *surf* e em muitas bases náuticas, australianas e norte americanas. (Malibu Billabong- Beach Coast Nautical Center).

- Conceber um modelo de programação turístico desportivo que comece a ganhar afirmação nacional e internacional que permita a progressiva implantação de eventos náuticos internacionais, sustentando um processo gradual de maturação de produto.
- Iniciar um ciclo de realização de regatas nacionais, que comece a colocar no mapa e no calendário de provas de náutica de recreio, pelo menos três espaços urbanos do litoral alentejano (Tróia, Sines e Vila Nova de Milfontes).
- Ligar modelos de referenciação de produto náutico a imagens de qualidade, de afirmação e de reconhecimento internacional. No caso francês é comum encontrarmos estas linhas de associação, quer pela via da realização de regatas de prestígio, onde se convidam as principais tripulações do mundo da competição náutica para eventos de *match cup*, quer pela criação de prémios de mérito desportivo, através de convites a navegadores internacionais para a realização de palestras e apresentação de expedições, quer ainda, como em Sables d’Olonne, pela criação da figura de embaixadores náuticos que representam a cidade em todo o tipo de eventos promocionais associados à náutica turística.
- Pensamos ser fundamental também estabelecer parcerias regionais estratégicas e consideramos que do ponto de vista do desenvolvimento do produto poderia fazer sentido, estabelecer princípios de gemação temática por exemplo entre Sines e a cidade de La Rochelle.

### **Grau de Inovação para o Território da ERT Alentejo e Ribatejo**

Todas estas propostas encerram índices de inovação bastante consideráveis, quando aplicados à realidade portuguesa. Existe, contudo, utilizando processos de comparabilidade, algumas situações em que os processos utilizados não são muito diferentes dos aqui apresentados e com sucesso considerável. Por exemplo, num modelo

aproximado ao conceito de Marina Urbana, podemos referir o modelo de acção e de gestão da Marina de Tróia como paradigmático. Ficam aquém do que pretendemos, mas provam que existem condições de exequibilidade, se bem concebidos.

Todas estas propostas, apresentam factores de multiplicação económica, criando valores sustentados em sede de construção de produto turístico para a região, promovendo investimento, dinâmica empresarial e emprego e funcionando como elemento estruturante para a sustentação de uma nova imagem para o Alentejo.

A afirmação de eventos náuticos de carácter internacional, com base de iniciação em Tróia, faz todo o sentido, tanto mais que já começa a existir algum histórico nesse âmbito. A realização da Match Cup Series e algumas provas do nacional de vela, apontam no sentido do êxito do produto. Importa, todavia, apostar na promoção de uma marca que associe vela oceânica ao território litoral Alentejano.

#### 3.2.4.2.2. TERRITÓRIO: ROYAN, BLAYE, BASSIN D'ARCACHON, LACANAU, CAP FERRET

O litoral francês na região de Gironde apresenta características geográficas onde o protagonismo maior é do rio Garonne e das múltiplas bacias e lagoas existentes. Considerámos para este estudo fazer uma apreciação do estuário e da região meso-estuarina do respectivo rio, bem como da bacia de Arcachon, um espelho de água de acesso ao litoral com uma plataforma navegável de grande extensão e formando um funil de entrada entre a cidade de Arcachon e Cap Ferret.

**Figura 22 – Porto de Arcachon (2.600 rings)**



Fonte: Própria

Acresce ainda a importância de lago Lacanau enquanto área náutica lúdica de grande relevância para a comunidade de Bordéus, tal como a bacia de Arcachon, apresentando ambas capacidades únicas para a prática de desportos náuticos.

### **TURISMO FLUVIAL e em LAGOS**

O modelo de bases náuticas ganha particular evidência em contexto fluvial e de lagos, porquanto existe uma enorme proximidade entre os vários núcleos urbanos de pequena dimensão. O facto de todo este potencial estar bastante próximo (cerca de 70 km e com excelentes acessibilidades) de uma cidade com a importância de Bordéus, (aproximadamente 240 mil habitantes), faz com que, quer a foz do Garrone, quer os vários lagos, quer a bacia de Arcachon funcionem como espaços de turismo (residencial) e lazer privilegiados.

O rio Garrone tem ainda a particularidade de possuir dois pontos de passagem em *ferry boat* que beneficia a circulação entre margens, para lá de múltiplas pontes. No que concerne ao turismo náutico saliente-se a existência de múltiplas áreas de lazer náutico, que não configurando a dimensão das já referidas bases náuticas, funcionam num regime total de complementaridade com as infra-estruturas de alojamento local existentes na sua proximidade. Esta simbiose, destaca inclusivamente a existência de

diversos parques temáticos que desde cedo vinculam o público jovem para práticas náuticas, de natureza e aventura.

### **Relevância: Factor de Atractividade no Território Original**

Os lagos assumem-se como espaços privilegiados de aprendizagem e de lazer ao nível de uma multiplicidade de actividades náuticas. Da vela ao *windsurf*, passando pela canoagem e pela pesca, podemos encontrar infra-estruturas de apoio que, num sistema de associação ou num sistema de aluguer, permitem uma adaptação controlada ao meio aquático e a aquisição de competências iniciais neste tipo de desportos. Estas infra-estruturas de apoio complementam o serviço náutico com todo um conjunto de equipamentos desde embarcações a *fingers* (plataformas de embarque) e acesso aos planos de água, bem como assumem serviços de vigilância e de bar e de restauração.

**Figura 23 – Lacanau: aula de *windsurf***



Fonte: Própria

As acessibilidades a estes lagos, bem como o seu perímetro, são altamente qualificadas e possuem ciclovias laterais à rede rodoviária, que permitem uma fácil ligação entre espaços lagunares ou fluviais, gerando uma elevada complementaridade de produtos turísticos e de lazer. Vulgarmente encontra-se também associado a estes lagos um

conjunto de equipamentos de lazer desportivo, como por exemplo parques infantis e circuitos de manutenção.

A região do Gironde, fruto da sua condição geográfica, faz interagir, quase que num sistema único, áreas estuarinas com lagos e frente mar. Esta particularidade permite o desenvolvimento da pesca desportiva com múltiplos pontos identificados em mapa, atendendo a diferentes tipologias de pesca (à linha, com isco, de alto mar). O facto de esta região ser igualmente rica na produção de ostras assume particular visibilidade para o destino.

**Figura 24 - Pesca desportiva na baía de Arcachon**



Fonte: Própia

## **ASSOCIATISMO E EMPREENDEDORISMO**

O modelo de desenvolvimento das actividades de turismo náutico nesta região centra-se muito em propostas de realização associativa. Com efeito, podemos encontrar um número considerável de clubes náuticos e de associações de desportos aquáticos que reúnem competências para o ensino das práticas náutico-desportivas e simultaneamente promovem, utilizando os mesmos argumentos actividade turística. Com a mesma finalidade encontramos um crescente movimento de empreendedorismo local, vocacionado para a criação de empresas-escolas e aluguer de material dentro desta temática. Escolas de *surf*, *surf camps*, bem como serviços pagos de apoio a outras modalidades são uma constante neste território, promovendo o desenvolvimento económico e social local.



### **Grau de Adequabilidade no Território da ERT Alentejo/Ribatejo**

O tipo de orientações de planeamento territorial e de programação turística concebidas para a região de Gironde e alvo do nosso processo de avaliação em *benchmarking*, permite estabelecer algumas linhas de actuação que podem ser adaptadas ao modelo turístico-territorial pré concebido para as dinâmicas de costa, eixos fluviais e também de lagunagem, existentes na unidade espacial Alentejo/Ribatejo e conduzido pela respectiva Entidade Regional de Turismo.

Obviamente que existem diferenças significativas ao nível das tipologias e dinâmicas geográficas de costa, já que o grande aproveitamento feito no modelo francês advém da maximização da utilização dos núcleos (rio, lagos e costa), numa clara complementaridade de uso turístico que se inscreve na própria complementaridade físico-territorial.

No Alentejo litoral esse tipo de condições não é tão favorável do ponto de vista geográfico, mas numa perspectiva de isolamento dos recursos, nomeadamente no que diz respeito a zonas lagunares e de albufeira, e aos núcleos estuarinos do Tejo e do Sado, encontram-se algumas similitudes que, em alguns casos, superam a comparação de potencial turístico ao nível de práticas desportivas apresentadas.

Seria então muito importante, definir modelos de uso desportivo, de modo a adequar o território com infra-estruturas e equipamentos desportivos que, para além da utilização das comunidades locais, pudessem também servir a componente turística.

A dimensão associativa e empresarial e uma estratégia de cooperação estrutural com unidades de acolhimento e alojamento hoteleiro, produziriam, numa lógica de articulação, mais-valias para o produto turístico.

### **Modo de Adequação ao Território da ERT Alentejo/Ribatejo**

Os modelos de adequação são em larga medida decorrentes da existência de:

- Processos técnicos de levantamento geográfico da linha de costa, entre Tróia e Odeceixe, com potencial para a criação de modelos de clubes náuticos com possibilidade empresarial de promoção e venda de produtos turísticos.

- Processos técnicos de levantamento geográfico das barragens e albufeiras, com potencial para a criação de modelos de clubes náuticos com possibilidade empresarial de promoção e venda de produtos turísticos.
- Processos técnicos de levantamento geográfico dos rios, com potencial para a criação de modelos de clubes náuticos com possibilidade empresarial de promoção e venda de produtos turísticos.
- Processos técnicos de levantamento geográfico das lagoas, com potencial para a criação de modelos de clubes náuticos com possibilidade empresarial de promoção e venda de produtos turísticos.
- Desenvolver iniciativas partilhadas de optimização de recursos entre o movimento náutico associativo e a componente empresarial local no sentido do desenvolvimento de actividades náutico-desportivas
- Capacidade técnica e financeira (pública e privada) para a implementação e desenvolvimento deste tipo de iniciativas (bases náuticas e marinas urbanas).
- Capacidade de mobilização de agentes económicos empreendedores com visão estratégica para este tipo de negócio.
- Processos Técnicos de promoção turística do produto e das suas componentes.
- Estratégia de promoção de destino assente no potencial náutico de algumas urbes existentes no litoral alentejano.

#### **Do ponto de vista factual, seria interessante poder:**

- Conceber em termos físicos as chamadas bases náuticas em alguns *spot's* da costa litoral alentejana.
- Construir e desenvolver infra-estruturas e equipamentos náuticos, com equipamentos complementares de lazer. Conceber um modelo de programação turístico-desportivo que comece a ganhar afirmação nacional e internacional e que permita a progressiva implantação de eventos náuticos internacionais, (vela, *windsurf*, remo, pesca desportiva etc.) sustentando um processo gradual de maturação de produto.
- Iniciar um ciclo de realização de provas náuticas, que comece a colocar no mapa e no calendário desportivo, pelo menos alguns dos espaços enunciados.

## **Grau de Inovação para o Território da ERT Alentejo e Ribatejo**

Todas estas propostas encerram índices de inovação, bastante consideráveis, quando aplicados à realidade portuguesa. Existe, contudo, utilizando processos de comparabilidade, algumas situações em que os processos utilizados não são muito diferentes dos aqui apresentados e com sucesso considerável. Por exemplo, num modelo aproximado ao conceito de estação náutico-desportiva, onde se reúnem competências, infra-estruturas e equipamentos potenciadores de dinâmicas turístico-desportivas.

Todas estas propostas apresentam factores de multiplicação económica, criando valores sustentados em sede de construção de produto turístico para a região, promovendo investimento, dinâmica empresarial e emprego e funcionando como elemento estruturante para a sustentação de uma nova imagem para o Alentejo.

### 3.2.4.2.3. TERRITÓRIO: BORDEAUX, HOSSEGOR E BIARRITZ

Com uma frente ribeirinha de excepção, e uma dinâmica estuarina, de grande potencial, como de resto já referimos, torna-se efectivamente estranho, quando se procura compreender o baixo nível de oferta de actividades náuticas existentes na cidade, mesmo em sentido comparativo com os territórios náuticos limítrofes. Com efeito, toda margem esquerda do Garonne, possui uma multiplicidade de propostas de lazer e de desporto, diluídas ao longo de um passeio ribeirinho que contemplam infra-estruturas como museus, campos de futebol, quadras de *volleyball* de praia, ringues de patinagem, zonas de piquenique etc. Todavia, no mesmo contexto, não conseguimos encontrar, de forma regular, actividades de carácter náutico (remo e canoagem, por exemplo, seriam actividades de muito fácil execução). Segundo L'Agence de Tourisme de Bordeaux, existem no verão, de Maio a Setembro, alguns cruzeiros que sobem o rio Garonne até à cidade, mas pouco mais.

Toda esta situação é facilmente explicável se atendermos ao facto da oferta majorante de actividades náuticas se centrar, como de resto já referimos, no litoral de proximidade de Bordeaux, nos eixos de Bassin D'Arcachon, Cap Ferret e Lacanau, que se situam a



aproximadamente 60 km de distância. De todo o modo, o troço ribeirinho possui efectivamente elevado potencial para a prática de algumas actividades náuticas.

A Sudoeste de Bordeaux, a frente Litoral da Aquitaine, sobretudo nos departamentos de Lande e dos Pirenéus Atlânticos, apresenta uma configuração geo-hidrográfica, ideal à prática de desportos de onda.

**Figura 25 – Surf na praia de Biarritz**



Fonte: Própria

Praias extensas com um misto de *beach-break* (fundo de areia) com *reef-break* (fundo de laje ou rocha) que permitem no *swell*, uma onda tubular, consistente e forte, ideal para o *surf*.

**Figura 26 – Praia de Hossegor**



Fonte: Própria

A cidade de Biarritz denomina-se efectivamente como cidade do Oceano e do *surf*, e toda a sua periferia, de Saint-Jean-de-Luz a Anglet, apresenta múltiplos *spot's* internacionalmente conhecidos (Côte des Basques, Grand Plage, les Cavaliers, les Sables d'Or).

**Figura 27 – Praia de Biarritz**



Fonte: Própria

A actividade económica da região centra-se em larga medida neste produto, podendo encontrar-se com enorme facilidade e grande concentração, escolas de *surf*, *surf-houses*, *shaper houses*, etc. É, todavia, na vila de Hossegor, que a cultura do *surf*, ganha protagonismo nesta região da Aquitania. O facto de aqui se realizar uma das duas provas europeias do WTC (a outra é Peniche), faz desta vila a “Meca” do *surf* francês, garantido uma elevada procura ao longo de todo o ano. Tal como em Biarritz, toda a economia local roda em torno do *surf*, desde a venda de serviços de formação, alojamento, aluguer de materiais e reparações, até à representação e venda de todo o tipo de marcas de *surfwear*. O *branding* local atrai um volume considerável de turistas, quer no período em que decorre a prova do campeonato do mundo (Outubro), quer ao longo de todo o ano, para *free surf* ou para treinos. O benefício estende-se a um conjunto de outras pequenas vilas, na proximidade, que vêem a sua ocupação hoteleira ficar totalmente preenchida, mesmo em períodos de época baixa.

## **Relevância: Factor de Atractividade no Território Original**

O principal factor de atractividade deste *continuum* urbano litoral, que começa em Cap Ferret a oeste de Bordeaux e termina no Golfo da Biscaia em Espanha, com um outro *spot* histórico (Mundaka) é efectivamente o *surf*. Estamos desde sempre, perante uma estratégia de desenvolvimento turístico centrada no mar e na sua dimensão física e cultural.

Cidades como Biarritz e S. Sebastian, no País Basco espanhol, associaram, desde sempre as práticas de lazer e turismo ao mar; não só na dimensão do uso balnear, mas também na existência de um conjunto de equipamentos de lazer (hipódromos, casinos, teatros, etc.). O *surf* surge aqui como componente exclusivamente natural e traz para o território um novo conceito e novos tipos de consumidores, primeiro de baixa condição económica, agora, porque se assiste a uma global modalização da actividade, consumidores de elevada condição económica, que para além da prática dos desportos de onda, se dedicam a outro tipo de práticas culturais e desportivas. O Oceano funciona aqui, como um instrumento de mobilização turística, porquanto este eixo territorial, apresenta igualmente um conjunto de propostas ao nível da vela ligeira e de cruzeiro, consubstanciado na existência de múltiplos planos de água de interior (lagos) e um número considerável de portos e marinas de recreio.

O princípio da complementaridade associada ao produto turístico, produz uma resposta económica a montante e a jusante das próprias propostas náutico recreativas garantido a promoção de emprego em novas áreas de negócio com matriz mista de alojamento, escola, reparação, cinema e fotografia.

Principal ponte forte: potencialidade das condições territoriais para a prática de actividades de *surf*, com uma multiplicidade de *spot's* adequados a todos os níveis de competências. Uma excelente comunicação, promoção e informação turística do produto. Capacidade de mobilização da comunidade local para o interesse turístico e comercial do produto *surf*.

## **Grau de Adequabilidade no Território da ERT Alentejo/Ribatejo**

Pensamos que o tipo de programação de turismo de desportos de ondas, concebidas para a região da Aquitânia e alvo do nosso processo de avaliação em *benchmarking*,

permite estabelecer linhas de actuação similar ao modelo turístico-territorial pré concebido para as dinâmicas de costa existentes na Costa Alentejana e conduzido pela respectiva Entidade Regional de Turismo.

De resto, é importante referir que da análise feita ao território Hossegor-Biarritz, encontramos alguma similaridade com o litoral alentejano, sobretudo a Sul de Sines, podendo neste último encontrar-se *spot's* de *surf*, em qualidade e em quantidade interessantes (S. Torpes, Alvados, Malhão, Zambujeira do Mar) que, muito embora não tenham na sua maioria uma malha urbana de inserção, possuem características naturais e de qualidade de onda bastante consideráveis e que podem apresentar idêntico sucesso, desde que habilitados com equipamentos de suporte (segurança, sinalética, acessibilidades e comodidades).

O facto de se tratar de um conjunto de elementos paisagísticos de elevado potencial, associado a uma componente natural quase virgem em determinados locais e a um elevado potencial para o *surf*, faz de toda a linha de costa alentejana um espaço de efectiva progressão a médio prazo.

### **Modo de Adequação ao Território da ERT Alentejo/Ribatejo**

Os modelos de adequação são em larga medida decorrentes da existência de:

- Processos técnicos de levantamento de territórios de linha de costa entre Tróia e Odeceixe com potencial para a prática de desportos de onda e com capacidade de implantação de centros e bases de *surf*. Perceber o tipo de equipamentos necessários. Desenvolvimento de modelos de planeamento de costa que avaliem o potencial territorial e as condições físico-hidrográficas que viabilizem sustentadamente todo o processo de implementação (estudos de pressão hidrográfica, batimetrias, tipo de ondulação predominante, estudo de corrente e de sustentabilidade dos materiais, capacidades de carga, tipologia de materiais a utilizar).
- Capacidade técnica e financeira (pública e privada) para a implementação e desenvolvimento deste tipo de iniciativas (centros de treino, centros de alto rendimento desportivo para o *surf*, centros de acolhimento misto, alojamento,

escolas, aluguer e venda de material, centros de interpretação ambiental, equipamentos de apoio ao *surf*).

- Capacidade de mobilização de agentes económicos empreendedores com visão estratégica para este tipo de negócio.
- Processos técnicos de promoção turística do produto e das suas componentes.

Do ponto de vista factual, seria interessante poder:

- Conceber em termos físicos os chamados centros de *surf* em alguns *spot's* da costa litoral alentejana. Desenvolver, um conjunto de infra-estruturas integradas com oferta de alojamento (*bungalows*), equipamentos de lazer complementar associado a desportos de deslize (pistas de *skate*; ciclovias, tanques de treino). Todo este processo, pode ainda estabelecer linhas de estratégia promocional, centradas em parcerias com empresas do sector do *surf* de forte representação e *branding* internacional, de modo a desenhar um modelo financeiro eficaz, sustentado e exequível. O sistema envolve a exclusividade de representação e de imagens por parte do centro de *surf*, dos valores da marca parceira, num modelo, em tudo idêntico àquilo que acontece, por exemplo no *surf* e em muitas bases de *surf*, australianas e norte americanas (*Malibu, Jaws, Teaphoo*).
- Qualificar as existentes e proceder à marcação de percursos pedestres e de BTT, ligando as bases de *surf* a desenhar, de modo a estabelecer um perímetro à linha de costa, devidamente balizado e demarcado, possuindo sinalética internacional, com orientações alternativas de percurso de baixa e de alta maré. Desenvolver ainda um conjunto de equipamentos de apoio, como bancos, pontos de água, WC e *outdoors* de informação. Este possível projecto, porque estando no âmbito de acção e de responsabilidade da equipa que está a produzir o plano dos percursos pedestres e envolve também a equipa que está a trabalhar o produto sol e mar, carece de total articulação.

## **Grau de Inovação para o Território da ERT Alentejo e Ribatejo**

Todas estas propostas encerram índices de inovação, bastante consideráveis, quando aplicados à realidade portuguesa. Existe, porém, utilizando processos de comparabilidade, algumas situações em que os processos utilizados não são muito diferentes dos aqui apresentados e com sucesso considerável.

Todas estas propostas apresentam factores de multiplicação económica, criando valores sustentados em sede de construção de produto turístico para a região, promovendo investimento, dinâmica empresarial e emprego e funcionando como elemento estruturante para a sustentação de uma nova imagem para o Alentejo.

### ***3.2.4.3. CONCLUSÕES***

---

**A presente acção de *benchmarking* tendo por referencial o vale do Loire e a Costa Atlântica Francesa, enquanto destinos de referência internacional no domínio do turismo náutico, permite identificar um conjunto de factores críticos de sucesso que estão na base do seu desenvolvimento e êxito:**

- **Condição geográfica – um recorte litoral invulgar:** a Costa Atlântica Francesa apresenta características singulares de recorte litoral, as quais oferecem condições únicas, formando baías e lagos interiores. Estes permitem o desenvolvimento de portos de abrigo naturais, ideais quer para protecção das embarcações de recreio, quer para a prática de um leque alargado de desportos náuticos.

- **Binómio mar/rio e património cultural:** o vale do Loire destaca-se neste domínio, na medida em que o seu renome internacional decorre de um extenso património cultural, nomeadamente castelos, os quais têm como elemento denominador comum o rio do Loire. Sem este *background* cultural, a atractividade do rio Loire seria diminuta e o desenvolvimento do turismo fluvial praticamente impossível.

- **Infra-estruturas e equipamentos de desporto e lazer, nomeadamente ciclovias:** quer ao longo da Costa Atlântica, quer ao longo do rio Loire o desenvolvimento de



diversos equipamentos de lazer assume-se também como um vector fundamental para o desenvolvimento e crescente atractividade destas regiões. Neste domínio, as ciclovias assumem particular relevância, na medida em que dão uma dimensão e uma noção de continuum único aos espaços em referência, ligando territórios e atracções aparentemente dispersas. São ainda um factor essencial para incrementar atractividade ao destino, conferindo-lhe uma dimensão única de lazer. Estas infra-estruturas contribuem igualmente para a diferenciação do destino ao nível turístico. Num contexto de uma sociedade cada vez mais focada nos ideais dos estilos de vida saudáveis, este assume-se claramente como um factor diferenciador.

- **O mar como cultura – o desenvolvimento dos Clubes Náuticos:** a sociedade francesa apresenta uma afinidade única com o mar, assumindo-se esta, bem como as práticas associadas, como parte da matriz cultural e de lazer francesas. Estes são hoje claramente mercados maduros ao nível do lazer e recreio náutico, apresentando capitais de experiência e prática das actividades únicos. Esta é uma realidade claramente materializada nos inúmeros Clubes Náuticos. Estes assumem-se claramente como as células do desenvolvimento das práticas em França. Compete-lhes o fomento das actividades de lazer e recreio náuticas, nomeadamente a captação e desenvolvimento do mercado, bem como uma intervenção muito activa na gestão dos espaços litorais e fluviais.

- **A sazonalidade do produto náutico:** apesar da referida relevância e significado cultural das actividades náuticas enquanto práticas de lazer e turismo em França, a sua sazonalidade é bastante acentuada, nomeadamente pelo rigor do Inverno. Este é um mercado particularmente activo de Abril a Outubro

- **Os eventos como elemento de rejuvenescimento e notoriedade:** o facto do mercado francês ser altamente competitivo e maduro, com uma oferta muito vasta e diversificada ao nível interno, a par da crescente concorrência externa, levou a que os portos apostem cada vez mais na realização de eventos de espectro internacional, bem



como no apadrinhamento de travessias em solitário, as quais garantem preciosos minutos nos *media* nacionais e internacionais.

**Empresas de referência como parceiras para o desenvolvimento da imagem do destino:** enquanto destinos de referência internacional no domínio dos desportos de onda, é possível encontrar nas praias atlânticas francesas a presença das principais marcas associadas ao sector (material para a prática do *surf*, roupa, etc.)

**Neste contexto e em relação ao território da Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, importa considerar no desenvolvimento estratégico do Turismo Náutico na região:**

- **Os rios e a linha de costa como elemento de ligação e *crosseling* do produto turístico do Alentejo e do Ribatejo:** face às características hidrográficas e de linha de costa da região do Alentejo e Ribatejo, os rios e o litoral podem ser claramente assumir-se como eixos estratégicos para o desenvolvimento do turismo na região, podendo em torno do seu *continnum* desenvolver-se um *storytelling* diferenciador no qual, os vários atractivos da região podem ser considerados, contribuindo para uma imagem integrada e com elevado *value for money* do produto turístico e da região do Alentejo e Ribatejo.

- **O desenvolvimento de infra-estruturas e equipamentos de apoio, nomeadamente ciclovias:** este deve ser um factor a ser considerado como um eixo estratégico para o desenvolvimento das actividades náuticas, como práticas de turismo e lazer no Alentejo e Ribatejo. O contexto topográfico alentejano, dominado pela peneplanície, é claramente uma mais-valia para o sucesso desta medida.

- **Actividade náuticas enquanto práticas de turismo:** o turismo náutico poderá ser relevante e estratégico para a crescente atractividade e desenvolvimento do turismo no Alentejo e Ribatejo, se o mesmo for equacionado essencialmente para os meses de Outubro a Março. Na óptica do turismo internacional e da captação de mercado externo,

este deve ser um ponto claramente a explorar, considerando os índices culturais que as actividades náuticas apresentam em países no norte e centro da Europa, como a França é exemplo. A adversidade das condições climáticas nestas regiões no Inverno, em oposição a um Inverno mais afável na região do Alentejo e Ribatejo, podem configurar esta região como um pólo de turismo náutico para o norte e centro da Europa. Apesar do Alentejo e do Ribatejo poderem ser igualmente atractivos no verão ao nível do turismo náutico, as suas temperaturas relativamente elevadas, a par do facto das excelentes condições que o norte e centro da Europa oferecem nestes meses, baixa significativamente a atractividade da região neste domínio específico.

- **Actividades náuticas enquanto práticas de lazer:** o plano estratégico para o turismo náutico no Alentejo e Ribatejo deverá ter em conta a relevância do mercado interno. Considerando a potencialmente baixa atractividade do destino em várias épocas do ano, no que ao mercados externos concerne, importa captar a população local e nacional para a prática dos desportos náuticos. Este, será sem dúvida um mercado vital para a sustentabilidade do produto, notoriedade e desenvolvimento da região.

- **Desenvolvimento de condições especiais para o fomento de Clubes Náuticos:** os Clubes Náuticos, a par de outras entidades privadas, podem assumir-se como um meio fundamental para o desenvolvimento do produto e do mercado (procura) náutico. A natureza de célula, a par da sua dimensão privada e social, permite estabelecê-los como importantes unidades para o desenvolvimento, integrado e harmonioso do produto nas suas diferentes dimensões (mercado, oferta, território, etc.). Por outro lado, face às dinâmicas turísticas do mercado, os Clubes podem assumir um papel relevante na captação de mercado externo, através de processos de parceria com Clubes de renome internacional, nomeadamente com estratégias *boat sharing*.

- **Alavancagem inicial do destino com base na realização de eventos:** num contexto altamente competitivo, o região do Alentejo e Ribatejo, enquanto novo destino para turismo náutico, deve claramente considerar o desenvolvimento de uma regata e/ou

evento de dimensão internacional de modo a ganhar relevância no panorama internacional.

- **Parcerias com empresas de referência de material náutico:** a região de Turismo do Alentejo e Ribatejo deve considerar na sua estratégia para a implementação e desenvolvimento das actividades náuticas a associação com empresas de material do sector, na medida em que estas conferem para além de uma visibilidade adicional ao destino, uma credibilidade e reputação únicas junto dos consumidores/turistas.

**Quadro 2- síntese das evidências mais significativas da acção de *benchmarking* e sua adequabilidade e inovação no território do Alentejo e Ribatejo**

Evidência	Localização	Relevância: Factor de Atractividade (0 a 10) no Território Original	Grau de Adequabilidade no Território da ERT Alentejo e Ribatejo (0 a 10)	Modo de Adequação ao Território da ERT Alentejo e Ribatejo	Grau de Inovação para o Território da ERT Alentejo e Ribatejo (0 a 10)
Rotas de Bicicleta ao longo dos rios	Tours	9	7	A viabilidade é significativa considerando o perfil topográfico do Alentejo e Ribatejo, estando a mesma condicionada ao desenvolvimento do <i>Touring</i> Cultural e do respeito da condição pública de propriedade nas margens de rio	8
Centro Náutico e Lúdico	Saumur	8	7	A criação de infra-estruturas vocacionadas para a formação, prática e desenvolvimento das actividades náuticas, incorporando um conjunto de equipamentos de recreio e lazer que funcionem como complemento e factor de atractividade	7
Bases Náuticas	Arzal-Camoël	8	9	Infra-estruturas integradas com oferta de alojamento (Bungalows), equipamentos de lazer (campos de ténis, polidesportivos, piscinas, etc.), centros de interpretação ambiental, recursos náuticos (manutenção e reparação naval, doca seca, lojas de fornecedores de material náutico). Desenvolver contractos comerciais com as marinhas portuguesas para utilização dos veleiros disponíveis na costa portuguesa em regime de aluguer com retorno para os proprietários	8
Rotas Litorais	Saint-Nazaire Pornichet Le Croisic	9	7	Marcação de rotas litorais ligando as bases náuticas a desenvolver, estabelecendo um perímetro à linha de costa, balizado e demarcado, possuindo sinalética de grande rota, mas também, com orientações alternativas de percurso de baixa e de alta maré. Desenvolver ainda um conjunto de equipamentos de apoio como bancos, pontos de água, WC e <i>outdoors</i> de informação (a articular com as equipas dos Planos de sol e mar e percursos pedestres)	8
Lago Interior	Golfo de Morbihan (12.000 hectares)	9	8	No contexto do Alqueva o desenvolvimento das actividades terá que ser suportado pela existência de pelo menos mais 3 bases náuticas (além da existente na Amieira). Importa estabelecer redes de comunicação e estruturas, potenciando também o desenvolvimento e infra-estruturação de apoio do vasto núcleo de ilhas existentes	8
Clubes de Praia	Pornichet	7	9	De um modo geral, as Praias da Bretanha, possuem uma diversidade de Clubes Náuticos, com áreas delimitadas de concessão que promovem actividades recreativas, lúdicas e desportivas para os seus	7

consumidores. O mercado é bastante competitivo, fruto das áreas de concessão serem limitadas, obrigando-as a oferecerem um vasto leque de serviços náuticos (vela, *windsurf*, *surf*, etc.) complementares (restauração, animação infantil de praia, etc.), proporcionando um elevado *value for money* para os seus clientes (a articular com as equipas do Plano de sol e mar).

## 4. ÁREA DE INTERVENÇÃO: ALENTEJO E RIBATEJO

---

### 4.1. LOCALIZAÇÃO E FIGURA

---

A Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) foi instituída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/86, de 26 de março, no seguimento da respectiva criação por parte do Gabinete de Estatísticas da União Europeia **Erro! Marcador não definido.** (EUROSTAT). Contemplou três níveis – o primeiro (NUTS I) correspondente ao território de Portugal, incluindo o Continente e as Regiões Autónomas; o segundo (NUTS II) formado pelas Regiões Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira; e o terceiro (NUTS III) composto por 27 sub-regiões continentais – fazendo parte da região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) as sub-regiões Grande Lisboa Norte, Grande Lisboa Sul, Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo) – e pelas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (Conselho de Ministros, 1986).

A área territorial de intervenção do PEDTNAR coincide com a actual região NUTS II Alentejo, que inclui a sub-região Ribatejo. Como as divisões administrativas da NUTS foram alteradas sucessivamente desde a sua criação, importa explicar com rigor as configurações dos limites administrativos do território a que corresponde a área de actuação da Entidade Regional de Turismo do Alentejo, ERT.

O Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de fevereiro, introduziu alterações na configuração territorial da RLVT. Assim, o município de Azambuja passou da sub-região Oeste para a sub-região Lezíria do Tejo; os municípios de Chamusca e de Golegã passaram da sub-região Médio Tejo para a sub-região Lezíria do Tejo; o município de Mação passou da sub-região Médio Tejo para a sub-região Pinhal Interior Sul<sup>1</sup> (NUTS II Centro); o município de Ponte de Sor passou da sub-região Médio Tejo para a sub-região Alto Alentejo (Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1989)<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Esta nova sub-região, introduzida pelo mencionado Decreto-Lei, resultou da desagregação da sub-região Pinhal Interior que deu origem às sub-regiões Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul, passando a existir 28 entidades NUTS III no continente (Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1989).

<sup>2</sup> Nesta alteração legislativa, as designações das sub-regiões Grande Lisboa Norte e Grande Lisboa Sul passaram a denominar-se Grande Lisboa e Península de Setúbal, respectivamente. Por força das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 163/99, de 13 de Maio, os municípios de Odivelas, Vizela e Trofa, entretanto criados, passaram a pertencer às sub-regiões Grande Lisboa (Odivelas) e Ave (Vizela e Trofa), (Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, 1999).

O Decreto-Lei n.º 317/99, de 11 de agosto, determinou a passagem do município de Gavião para a sub-região Alto Alentejo, deixando, desde então, de pertencer à sub-região Médio Tejo, atendendo à identidade cultural, geográfica e económica que este município evidencia (Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, 1999).

Com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de novembro, motivadas pela necessidade de adequação das NUTS ao desenvolvimento socioeconómico mais recente das regiões (que colocava em causa a elegibilidade da RLVT para a melhor captação de fundos estruturais da UE, prejudicando as sub-regiões Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo), a região de Lisboa – constituída pelas sub-regiões Grande Lisboa (que integra o município de Mafra) e Península de Setúbal – passa a corresponder ao território da Área Metropolitana de Lisboa (AML). No seguimento, as sub-regiões Oeste e Médio Tejo transitaram para a NUTS II Centro e a sub-região Lezíria do Tejo para a NUTS II Alentejo (Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, 2002). Se, de facto, a RLVT deixou de existir por força desta legislação, na realidade esta designação tem persistido em estudos, estatísticas e demais informação disponibilizada, como o planeamento e a promoção turística.

A recente organização territorial estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 68/2008, de 14 de abril, a partir do estabelecido no Programa para a Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), e de acordo com a vontade dos municípios e das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, alterou a anterior divisão administrativa, no sentido de facilitar às associações de municípios e às áreas metropolitanas, a participação em estruturas administrativas do Estado e nas estruturas de governação do QREN<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Deste Decreto-Lei resulta uma diferente organização territorial, baseada nas NUTS III, mas com as seguintes alterações: i) os municípios de Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto da NUTS III Tâmega integram a unidade territorial do Ave; ii) os municípios da Trofa e Santo Tirso da NUTS III Ave passam a integrar a unidade territorial do Grande Porto; iii) o município de Murça da NUTS III Alto-Trás-os-Montes transita para a unidade territorial do Douro; iv) o município de Vila Flor da NUTS III Douro passa para a unidade territorial do Alto-Trás-os-Montes; v) o município de Ribeira de Pena da NUTS III Tâmega integra a unidade territorial do Alto-Trás-os-Montes; vi) o município da Mealhada da NUTS III Baixo Vouga é transferido para a unidade territorial do Baixo Mondego; e vii) o município de Mortágua da NUTS III Dão-Lafões passa para a unidade territorial do Baixo Mondego, (Conselho de Ministros, 2008).



Com a mesma justificação das alterações efectuadas em 2008, ou seja baseado no perfil socioeconómico comum e no reconhecimento das dinâmicas relacionais existentes entre os municípios, neste caso da NUTS II Alentejo, o Decreto-Lei n.º 85/2009, de 3 de abril, estabelece as seguintes alterações: i) o município de Mora da NUTS III Alto Alentejo integra a unidade territorial do Alentejo Central; e ii) o município de Sousel da NUTS III Alentejo Central passa a integrar a unidade territorial do Alto Alentejo (Conselho de Ministros, 2009)<sup>4</sup>.

Na sequência das recentes alterações legislativas que preconizaram a reorganização das Entidades Regionais de Turismo (Lei n.º 33/2013, de 16 de maio), foram estabelecidos os limites administrativos de cada uma das cinco entidades, que correspondem à NUTS II fixadas no Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 163/99, de 13 de maio, 317/99, de 11 de agosto, 244/2002, de 5 de novembro, e pela Lei n.º 21/2010, de 23 de agosto.

Pelo exposto, justificou-se o território de intervenção do PEDTNAR, nomeadamente a integração da Lezíria do Tejo no planeamento do Turismo Náutico do Alentejo, em conformidade com a área territorial de actuação da Entidade Regional de Turismo do Alentejo, ERT (Figura 28 - NUTS e território de intervenção do PEDTNARFigura 28).

#### Figura 28 - NUTS e território de intervenção do PEDTNAR

<sup>4</sup> Mais recentemente, a Lei n.º 21/2010, de 23 de agosto, repõe o município de Mação na sub-região Médio Tejo em detrimento da sub-região Pinhal Interior Sul (NUTS II Centro), para onde tinha sido transferido há cerca de duas décadas, por força do Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de fevereiro (Assembleia da República, 2010).



Fonte: Carta Administrativa Oficial de Portugal (DGT) e legislação relativa à NUTS.

Já em 1955, o insigne Geógrafo Orlando Ribeiro, na página 2 do tomo V da Geografia de Espanha e Portugal, chamava a atenção para a importância da conjugação entre a acção modeladora do processo histórico e a herança da natureza na configuração - e permanente reconfiguração - dos espaços geográficos. Adaptando as suas palavras, uma região não é somente um produto da história, nem simplesmente um dom da natureza, mas antes uma combinação original e fecunda de dois elementos, território e civilização.

A área de intervenção apresenta uma configuração esquemática quadrilátera com os lados assentes no litoral atlântico, a Oeste, na fronteira luso-espanhola, a Este, num espaço insinuado irregularmente pelo Rio Tejo, a Norte, e na fronteira com a NUTS II Algarve, a Sul. Trata-se de uma extensão muitíssimo considerável à escala nacional (a maior região territorial do País), com uma área de aproximadamente 31,6 milhares de quilómetros quadrados.

Expressando o segmento centro-sul do território nacional, a área de intervenção assume características fisiográficas que derivam, em boa parte, da sua localização geográfica – latitudinal e longitudinal – no contexto territorial português, peninsular e mundial.

Efectivamente, desta localização aproximada entre os paralelos 37° e 39° N e 6° e 9° O deriva um posicionamento específico no quadro das três grandes influências naturais (sobretudo climáticas e hidrológicas, mas também orográficas e de ordem faunística e florística – já para não referir a demografia e a ocupação humana do território) que nos ajudam a compreender o quadro físico em apreço: i) o contraste Norte Sul, relevante no quadro da integração da AI no contexto dos grandes mecanismos climáticos peninsulares e da Europa Ocidental, nomeadamente face aos percursos habituais dos sistemas de perturbações que se insinuam do Oeste atlântico, e face à morfologia do território nacional e peninsular, no geral com um relevo bastante mais movimentado a Norte do que a Sul do conjunto Cordilheira Central/Montes de Toledo; ii) a dicotómica influência atlântica e mediterrânica, a qual, embora com um domínio significativo do primeiro efeito, sobretudo na deslocação para Norte e para o litoral, não deixa de permitir que se instituem influências mediterrânicas marcantes, como por exemplo a que tem, de certa forma, explicado e marcado o Portugal turístico, a existência de um Verão quente e seco; iii) o contraste litoral/interior, importante para compreender a geografia regional dos extremos climáticos e os graus de conforto dos estados de tempo comuns ao longo do ano, mas igualmente a distribuição das grandes unidades

geomorfológicas, os regimes pluviométricos e os grandes conjuntos vegetais característicos das sub-regiões.

Globalmente, estas macro influências – eminentemente climáticas –, sublinhadas e especificadas pela natureza e disposição das grandes massas de relevo, permitem compreender a essência da componente natural da AI: uma região contrastada climaticamente, com traços atlânticos em decréscimo de NO para SE, progressivamente seca e excessiva nos rigores climáticos para o Sul e para Este, mas também marcada por traços de alguma monotonia que o relevo aplanado/ondulado (peneplanície) confere e de que a Serra de São Mamede – a Sintra do Alentejo – se distancia como uma das exceções.

Na verdade, uma região que não fora a dimensão e racionais da nacionalidade, mais se identificaria enquanto prolongamento natural das vastidões espanholas a leste do que enquanto continuidade longitudinal do Norte e do Centro do País. Um aspecto que talvez não seja de descurar na estruturação turística deste vasto território que agora se pretende aperfeiçoar e reformatar.

É particularmente relevante no presente estudo realçar que o território em análise se distribui por três grandes conjuntos hidrográficos: a bacia do Tejo, só abrangida parcialmente e que recobre uma considerável extensão a Norte da AI; a bacia do Sado e Mira, que ocupa uma faixa territorial de grande dimensão na fracção Oeste da AI; e, finalmente, a bacia hidrográfica do Guadiana, assente no leste do território em estudo e que corresponde à parte portuguesa da mesma.

Tendo em consideração a natureza do presente estudo adoptam-se, frequentemente, estas últimas unidades como divisões de base do trabalho expositivo que se segue.

Finalmente, interessa ainda sublinhar que a caracterização física do território em estudo é efectuada, por razões de economia expositiva, de uma forma extremamente sumária, servindo, antes de tudo o mais, para contextualizar o cerne do relatório vertente e, aqui e ali, para dar realce a aspectos da geografia física que se julgam pertinentes para as actividades náuticas, em geral, e para o turismo náutico, em particular.

## 4.2. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA SUMÁRIA

A caracterização biofísica da área de intervenção será efectuada, como já se referiu anteriormente, de uma forma extremamente simplificada, tendo como único objectivo evidenciar um quadro facilmente apreensível de referência natural que permita, aos beneficiários deste trabalho, não só traçar o cenário em que as propostas concretas se inserem (a acção), mas também sublinhar aspectos biofísicos que, em parte, as justificam e condicionam (o porquê da acção).

#### **4.2.1. OROGRAFIA E SOLOS**

---

Para compreender a génese das características orográficas que configuram a área de intervenção é necessário remontarmos ao paleozóico peninsular, era geológica em que a orogenia hercínica, durante os períodos do carbónico e do pérmico, origina uma recomposição da estrutura e dos materiais pré-câmbricos e paleozóicos (até ao devónico).

Posteriormente, durante os finais do paleozóico e inícios do mesozóico, estes alinhamentos montanhosos teriam sido arrasados, dando origem a uma vasta superfície de aplanamento na qual se insinuavam um conjunto de cristas quartzíticas com a direcção dos antigos alinhamento hercínicos (de ONO-ESE até E-O) que, devido à dureza dos seus materiais, resistiram à acção erosiva inter orogenias.

É sobre esta superfície de aplanamento – composta por rochas sedimentares, eruptivas e metamórficas – que, no início do terciário, vão actuar as forças da geodinâmica interna e dar origem, durante a orogenia alpina, às bases que estruturarão a principal unidade morfoestrutural da península, do território português e, também, da AI: o Maciço Hespérico ou Antigo, ou, ainda, a Meseta Ibérica. Efectivamente, após a orogenia alpina, dois tipos de incidências vão produzir o essencial da configuração das massas de relevo actuais desta unidade morfoestrutural: os impulsos tectónicos tardi-hercínicos, os quais vão originar uma extensa e abundante rede de falhas, através das quais se produziram fenómenos de levantamento ou abatimento de blocos; o estabelecimento, nas áreas mais estáveis, de amplas superfícies de aplanamento as quais vão conferir o essencial da natureza tabular que caracteriza boa parte do território da AI.

Entretanto, tendo por origem extensos sedimentos depositados em bacias/mares periféricos devido à acção orogénica externa pré-alpina, surgem, aquando deste episódio de génese orográfica, cadeias de enrugamento de dimensão média constituídas por rochas predominantemente calcárias – as orlas meso cenozóicas (Oeste e Sul).

Posteriormente, durante o terciário e o quaternário, vastas áreas depressionárias originadas durante o oligoceno, foram sendo preenchidas por materiais sedimentares diversificados de origem continental, transportados, em grande medida, por via fluvial – a bacia terciária do Tejo e Sado.

É, pois, neste quadro genético que se compreende as principais unidades geológicas – e morfológicas – que configuram a AI:

- O Maciço Antigo ou espérico, nomeadamente a zona Centro Ibérica a NE, a zona de Ossa-Morena no centro este da AI (as duas com formações mais antigas e mais deformadas pelas forças tardo-hercínicas) e a zona Sul-Portuguesa a Sul (materiais do paleozóico superior e deformações tardias e menos acentuadas). Aqui predominam as rochas metamórficas, metasedimentares e ígneas, tais como as da família dos xistos e dos granitos, os grauvaques, os quartzitos, entre outras.
- A Orla Sedimentar Mezoceno-zóica Ocidental (ou Lusitânia), muíssimo pouco representada na AI (somente de forma marginal no extremo NO da Lezíria do Tejo), constituída por rochas calcárias, argilosas e areníticas onde, esporadicamente, se insinuam afloramentos eruptivos.
- As Bacias Sedimentares do Tejo e do Sado, áreas deprimidas face ao Maciço Antigo situadas grosso modo a NO da área de intervenção, constituídas por depósitos paleogénicos, miocénicos e pliocénicos recobertos por depósitos quaternários e aluviões recentes. Ao nível da petrografia predominam as margas, as areias e arenitos, as argilas e alguns calcários.

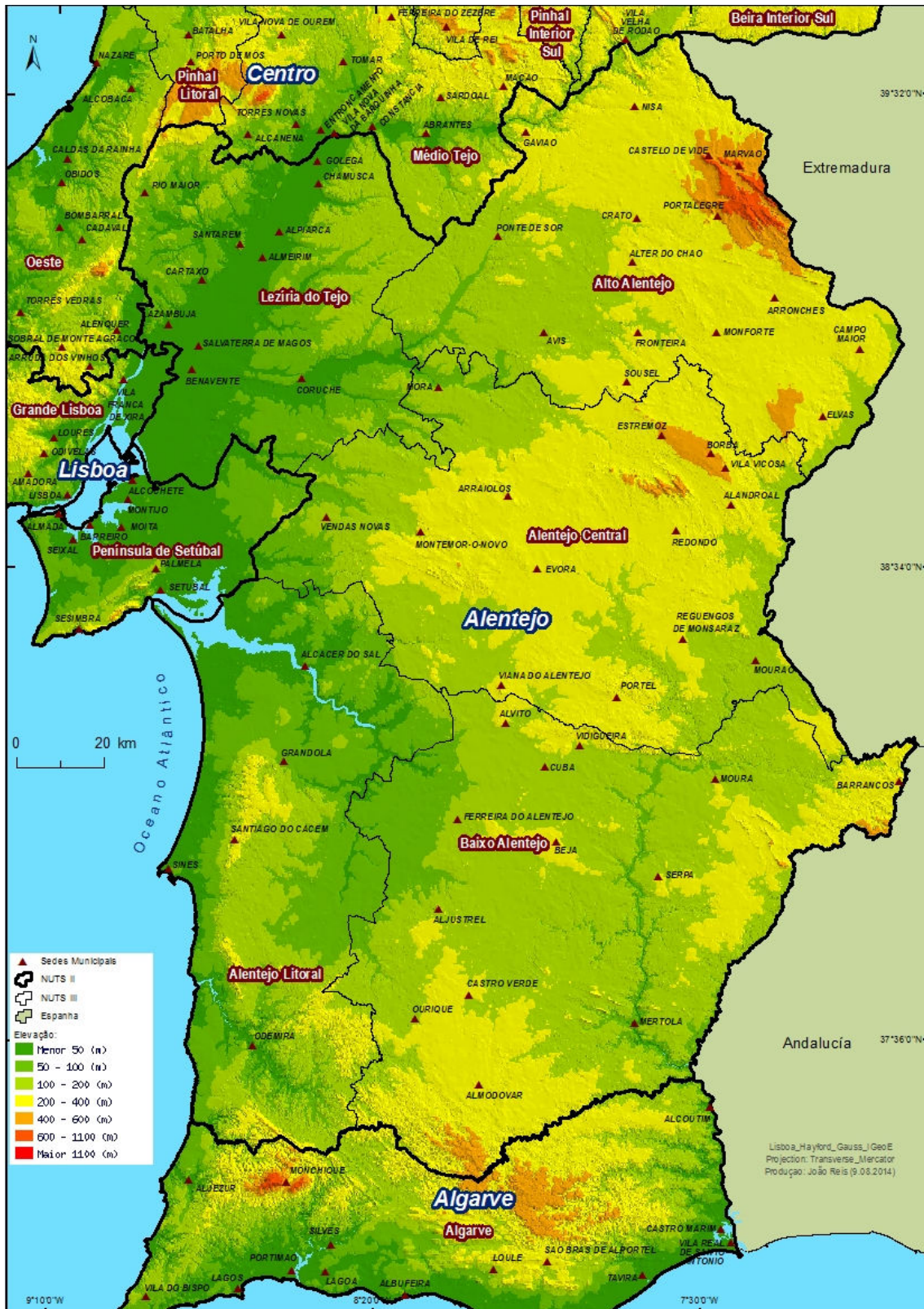
Decorrente do seu processo de formação e da sua natureza estrutural, o relevo da AI é, na sua generalidade, marcado pelo predomínio das formas de relevo aplanadas e onduladas com altimetrias e declives modestos (mais de 80% do território situa-se em cotas inferiores a 200 m e os declives superiores a 8% registam valores máximos também modestos – máximo de 41% na bacia hidrográfica do Guadiana, devido à tectónica e à erosão diferenciada (cristas quartzíticas).



Como ponto culminante desta paisagem marcada pela sedimentação e pelo aplanamento, onde são visíveis vales, terraços fluviais, planaltos, planícies aluviais (Bacias Sedimentares do Tejo e do Sado) e a peneplanície alentejana, que é mais elevada no Alto Alentejo, com cerca de 300 m de altitude média, do que no Baixo Alentejo, com cerca de 200 m, correspondendo a diferença entre as duas áreas ao degrau tectónico da escarpa de falha da Vidigueira. A peneplanície encontra-se ligeiramente ondulada, formando cabeços arredondados devido ao entalhe da rede hidrográfica em substrato xistento. Para além das extensões planas, surgem isoladamente relevos dos quais se destaca a Serra de São Mamede (um planalto de onde despontam cristas quartzíticas – 1025 metros de altitude máxima), à qual são de associar, entre outras, as seguintes serras: Ossa (642 m); Ficalho (523 m); Adiça (479 m); Portel (424 m); Monforado (424 m); Cercal (341 m) e Grândola (326 m).

**Figura 29- Modelo de elevação (TIN) da AI**





Fonte: Própria

Finalmente, pela sua importância na estruturação da paisagem regional e sub-regional, são de destacar os seguintes elementos geomorfológicos:

- A bacia do Tejo, com os seus terraços e planícies de inundação
- A bacia do Sado
- A bacia do Mira
- O vale do Guadiana
- A peneplanície alentejana
- A plataforma litoral associada aos sistemas de praias, dunas, arribas, estuários e lagoas costeiras
- Os relevos litorais das Serras de Grândola e do Cercal.
- Os relevos interiores da Serra da Vigia e o horst de Relíquias (cerca de 300 m)
- As escarpas de falha da Messejana e da Vidigueira-Moura (originadas por deslocamentos tectónicos recentes ao longo de falhas)
- As cristas quartzíticas da serra de São Mamede e Alcaria Ruiva (génese varisca evidenciadas por efeito da erosão diferencial)
- As rochas carbonatadas da Serra de Ficalho (calcários dolomíticos e calcários cristalinos metamorfisados, entre outros)

Sendo a morfologia litoral, em boa medida, o resultado do encontro entre as características orográficas e o nível e as características do plano de água marítimo, importa, igualmente, referenciar que este binómio se traduz na AI, por dois grandes conjuntos litorais: aquele que se estende de Tróia a Sines e o que daí se prolonga para Sul até à Ribeira de Seixe, na delimitação dos distritos de Beja e Faro.

O primeiro é configurado, sobretudo, por uma morfologia de costa baixa, arenosa, encaixada entre o mar e amplos cordões dunares, mas onde, a espaços, se insinuam troços de arriba muito pouco consistentes, devido à natureza sedimentar detrítica dos materiais em que se encaixam.

O segundo assume-se, predominantemente, como uma costa de arriba alta onde se incrustam, especialmente junto à foz dos cursos de água ou em baías, praias de areias e cascalho. Na generalidade, a natureza das arribas neste conjunto é mais consolidada do que no anterior, seja pela natureza mais cimentada das rochas sedimentares, seja pela presença de amplos trechos em que as rochas xistentas predominam.

## 4.2.2. CLIMA E TEMPO

Como já foi insinuado anteriormente, a génese do clima da AI é compreendida, especialmente, no contexto da sua integração nos conjuntos territoriais de que faz parte, nomeadamente o País, a Península Ibérica e o Atlântico Norte.

Efectivamente, é na acção dos grandes centros de acção da dinâmica atmosférica, conjugada com a posição latitudinal da AI, que se encontra uma parte importante das condicionantes que formatam o clima do território em análise e os tipos de tempo decorrentes.

O País e a AI situam-se a uma latitude de transição entre o limite Sul das perturbações ciclónicas originadas sobre o Oceano Atlântico – transportadas para Leste pelos ventos de Oeste – e as massas de ar anticiclónicas subtropicais.

Este limite, oscilante ao longo do ano, é fortemente influenciado pelos fluxos aéreos de altitude – o *Jet Stream* – o qual vai condicionar o percurso das massas de ar à superfície, nomeadamente as que compõem a frente polar e as células de pressão a ela associadas.

Assim, quando o *Jet Stream* sopra com velocidades superiores a 150 km e assume uma trajectória zonal, a frente polar e as perturbações que normalmente a acompanham adquirem alguma regularidade no seu trajecto, colocando o País e a AI sobre a influência persistente das mesmas durante o Inverno, esporádica durante o Outono e Primavera – e com influência bastante mais frequente a Norte do que a Sul do País – e muito ocasional durante o Estio. Contudo, quando a velocidade do *Jet Stream* se reduz, verifica-se o surgimento de grandes ondulações que conferem à frente polar um trajecto coleante, o qual induz grandes diversidades na sucessão dos estados do tempo e, mesmo, variações apreciáveis das situações meteorológicas ao longo do eixo da longitude.

Para além destas condições gerais associadas à circulação geral da atmosfera em altitude e em superfície – às quais se deverão, em acréscimo, adicionar outras menos frequentes, como por exemplo as situações de bloqueio ou de subdivisão do *Jet* – há ainda que ter em linha de conta que:

- o factor relevo (expressão em altitude, mas também na direcção, concordante ou discordante, dos alinhamentos face à circulação dos ventos dominantes), o qual exerce uma influência mais vincada no Norte do que no Sul do País,

nomeadamente através do seu contributo para as disparidades pluviométricas normalmente registadas;

- a influência oceânica que, ao contrário da continentalidade, não só adoça as temperaturas e modera as suas variações ao longo dos ritmos temporais, como também induz um maior potencial genético no domínio da humidade atmosférica e da pluviosidade;
- a maior ou menor proximidade a África e ao Mediterrâneo, de onde provêm ocasionalmente, no primeiro exemplo, massas de ar continentais quentes e secas e, no segundo, influências globais susceptíveis de, nalguns retalhos do território localizados mais a Sul (especialmente SE), contribuir para suplantar as influências atlânticas significativas no litoral e no Norte do País.

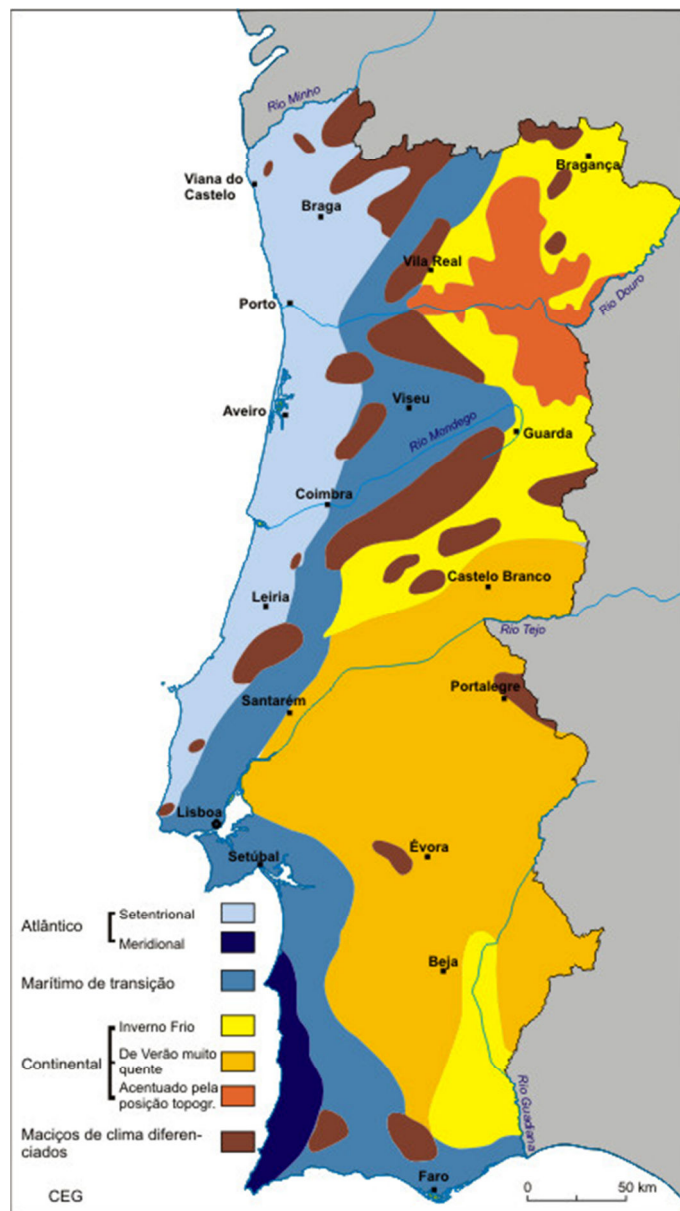
Recorrendo-se à proposta de Susane Daveau<sup>5</sup> no que diz respeito às regiões climáticas de Portugal, pode-se afirmar que uma parte significativa da AI, compreendendo uma faixa Este do Alentejo Litoral e praticamente todo o Baixo Alentejo, Alentejo Central, Alto Alentejo e, mesmo, um largo sector SE da Lezíria do Tejo, pode ser incluída numa grande região climática marcada pela continentalidade, mais acentuada segundo um gradiente NO-SE. Ainda segundo a mesma autora, o território da AI em que a influência marítima é significativa acantona-se a Oeste, expressando-se por uma estreita faixa litoral (características marítimas de fachada atlântica) e por uma outra, mais extensa e situada entre as duas anteriormente mencionadas, que apresenta características marítimas de transição.

---

<sup>5</sup> Daveau, Susane, Mapas Climáticos de Portugal. Nevoeiro e Nebulosidade, Contrastes Térmicos, Centro de Estudo Geográficos, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1985.



Figura 30 - Regiões climáticas de Portugal Continental



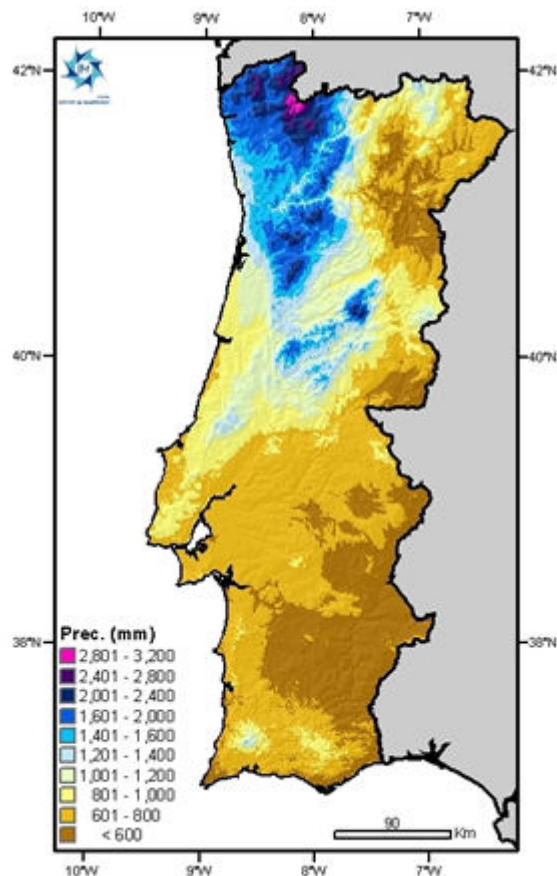
Fonte: Daveau et al. (1985)

Assim, recorrendo à investigação desenvolvida sobre os domínios bioclimáticos em Portugal<sup>6</sup>, o designado mediterrâneo interior, que se estende por todo o Sul do território (e na terra quente duriense), nomeadamente na maior parte do Ribatejo e Alentejo, é marcado pela continentalidade e pelo afastamento das influências moderadoras do oceano, pelo que apresenta as maiores amplitudes térmicas do território, devidas a um Verão quente e muito quente, com mais de 100 dias por ano com temperaturas superiores a 25° C e onde as máximas alcançam valores acima dos 35° C. A precipitação

<sup>6</sup> Alcoforado *et al.*, Domínios Bioclimáticos em Portugal, Centro de Estudo Geográficos, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1982.

anual varia entre 500 e 700 mm, não chovendo em mais de 70% dos dias do ano. A secura destas regiões é devida à perda de humidade das massas de ar atlânticas quando deixam o meio oceânico e prosseguem para o interior da Península.

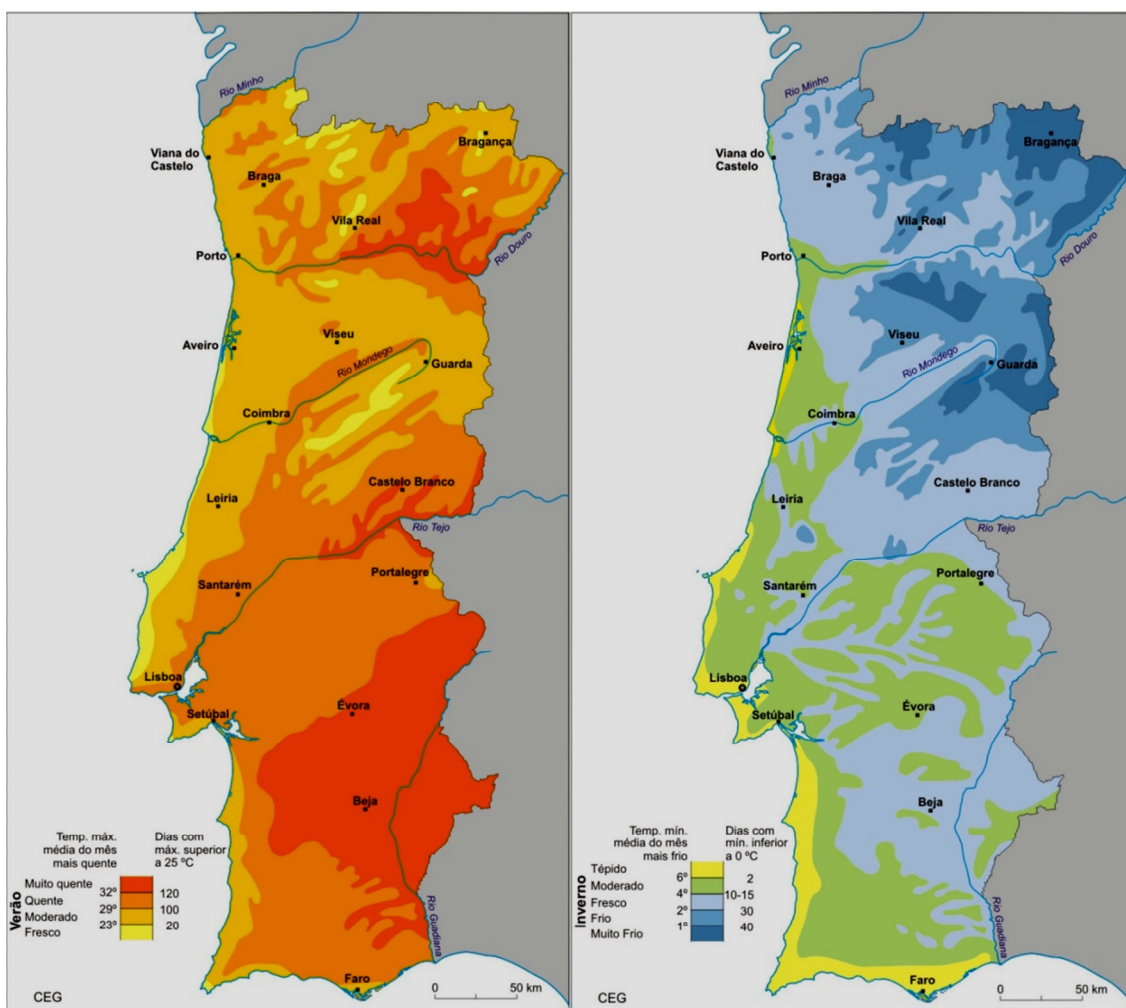
**Figura 31 - Precipitação média acumulada anualmente em Portugal Continental**



Fonte: IPMA <https://www.ipma.pt/pt/educativa/tempo.clima/index.jsp?page=clima.pt.xml>

O domínio mediterrâneo litoral, correspondente à faixa litoral desde a península de Lisboa até ao barlavento algarvio, prosseguindo pela serra algarvia, é caracterizado pelas brandas amplitudes térmicas, por uma elevada humidade relativa e frequentes nevoeiros. A influência atenuadora do oceano é evidente ao impedir as elevadas temperaturas estivais e ao permitir Invernos tépidos.

Figura 32 - Diferenciação climática de Portugal Continental (Verão/Inverno)



Fonte: Alcoforado, Maria João & Dias, Maria Helena (1993), Imagens Climáticas da Região de Lisboa, CD do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

Passada esta breve análise pelos principais factores de clima da AI e pela sua diferente tradução territorial, interessa, agora, dar conta de um conjunto de elementos climáticos de referência para as grandes bacias hidrográficas que configuram a AI.

Bacia hidrográfica do Tejo:

- Temperatura média anual variável entre os 7,4° C e 19,6° C (na zona do Estuário)
- Precipitação anual variando entre os 2744 mm e os 524 mm (no litoral)
- Humidade relativa média anual de 87% (no litoral)
- Insolação média anual de 2500 horas de Sol
- Velocidade média do vento variável entre 5 e os 20 km/h (rumo dominante NO).



### Bacia Hidrográfica Sado-Mira

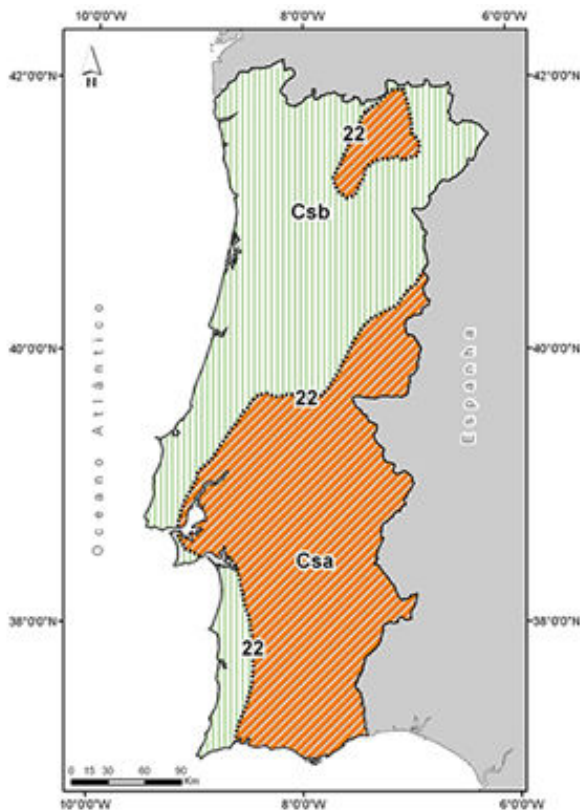
- Temperatura média anual variável entre os 9,7° C e os 21,8° C
- Precipitação média anual (anos médios) variável entre os 400 e os 700 mm
- Humidade relativa média anual de 77,5%
- Insolação média anual variável entre 2189 e 2903 horas de Sol
- Velocidade anual média do vento de 8,1 km/h

### Bacia Hidrográfica do Guadiana

- Temperatura média anual variável entre os 10,3° C e os 22,4° C
- Precipitação média anual 566 mm
- Humidade relativa média anual de 74,6%
- Insolação média anual variável entre 2749 e 2923 horas de Sol
- Velocidade anual média do vento de 8,2 Km/h

Tendo em atenção o anteriormente referido e seguindo a classificação climática de Koppen, é possível concluir que toda a AI de Intervenção apresenta um clima temperado (C) com Inverno chuvoso e Verão seco de tipo mediterrânico (Cs). Na esmagadora maioria do território considerado o clima assume a variedade “a” (Csa) devido às temperaturas elevadas verificadas no Verão (superiores a 22° C) e, numa faixa litoral a variedade “b” (Csb), de Verões mais frescos.

**Figura 33 - Clima de Portugal Continental, segundo a classificação de Köppen**



Fonte: IPMA in <https://www.ipma.pt/pt/educativa/tempo.clima/index.jsp?page=clima.pt.xml>

### 4.2.3. HIDROGRAFIA

Como é facilmente apreensível, as características climáticas inerentes aos diversos territórios condicionam fortemente outras características inerentes aos mesmos. Entre estas é de sublinhar a natureza e as especificidades dos recursos hídricos, para as quais também concorrem não só a forma como também a composição dos solos em que se incrustam e/ou fluem.

De uma forma geral, pode-se considerar que os recursos hídricos de uma área ou região são compostos pelo conjunto das águas superficiais e subterrâneas, evidenciando-se entre as primeiras, os rios, os lagos, as águas de transição e águas costeiras e as massas de água artificiais ou fortemente modificadas.

Na presente análise, tendo em atenção o objectivo da mesma, centra-se a atenção nos cursos de água (linhas de água e bacias hidrográficas) e nos grandes lagos artificiais decorrentes do represamento de numerosos rios.

Desde logo, como quadro de base, importa ter presente que as disponibilidades hídricas globais e os caudais médios dos rios mingam de Norte para Sul e de Oeste para Este, variando, portanto, entre um pólo de abundância hídrica relativa a NO e um outro, de escassez, a SE.

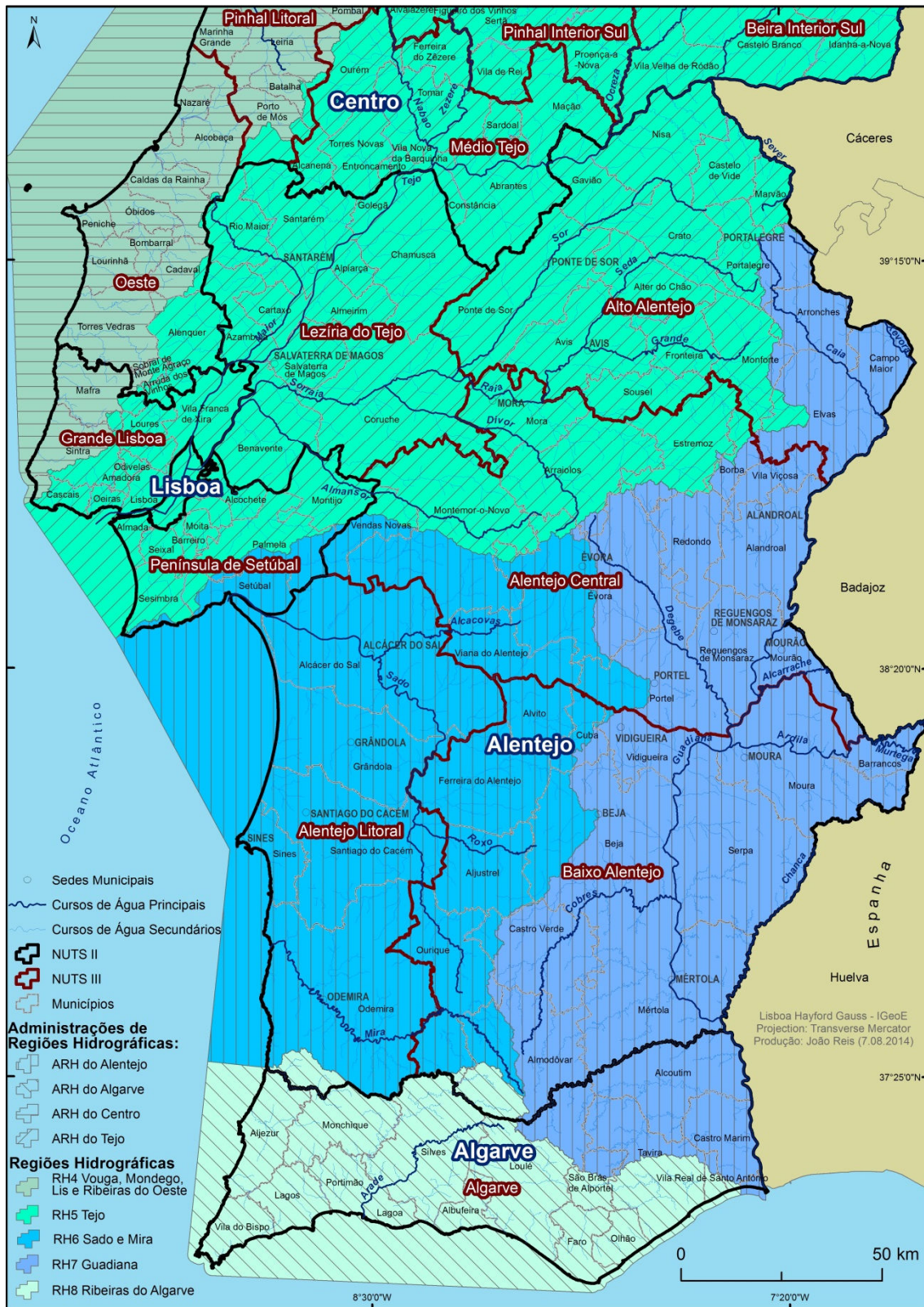
Por outro lado, esta disparidade regional de tipo gradativo é, igualmente, acompanhada por uma outra que se expressa através dos regimes fluviais, os quais, em última análise, derivam em boa medida da paleta de características termo-pluviométricas associada ao jogo entre as influências atlânticas e mediterrânicas. Assim, de regimes com características oceânicas a NO (maior regularidade dos caudais ao longo do ano), à medida que nos deslocamos para SE vamos-nos insinuando no domínio dos regimes fluviais de características mediterrânicas, marcados pelos seus contrastes e irregularidades. Este último é, de resto, o domínio em que a relativa abundância dos caudais nos períodos pluviosos é substituído, no estio, por uma escassez que se traduz numa redução dos caudais principais a “fios” de água e ao empoçamento de muitos córregos.

Para além destas matizes, interessa ainda sublinhar a irregularidade dos regimes dos rios ao longo dos anos, as quais se traduzem em variações anuais de caudais muitíssimo significativas ao nível europeu e, mesmo, mundial.

A acrescer a este panorama fluvial há que adicionar os numerosos planos de água artificiais que foram sendo originados pela acção humana e que, para além das suas funções originais no domínio da rega e do abastecimento de água para o consumo humano, foram ganhando, ao longo do tempo, uma crescente importância enquanto catalizadores de práticas desportivas e recreativas com forte significado turístico.

No caso vertente da AI, do ponto de vista da hidrografia e hidrologia, são de destacar as três grandes bacias que já anteriormente foram mencionadas: a do Tejo, a do Sado-Mira e a do Guadiana que correspondem às Regiões Hidrográficas 5 (Tejo), 6 (Sado e Mira) e 7 (Guadiana).

Figura 34 - Regiões Hidrográficas da AI



Fonte: Própria

A bacia hidrográfica do Rio Tejo corresponde a uma área total de 24915 km<sup>2</sup> (somente parcialmente incluída na AI), num total de 23 sub-bacias e 94 municípios abrangidos



(cerca de 28% do território nacional), tendo como curso de água estruturante aquele que lhe confere o nome. São de destacar, enquanto tributários principais, o rio Erges, a ribeira do Aravil, o rio Pônsul, o rio Ocreza e o rio Zêzere, todos na margem direita, e o rio Sever, a ribeira de Nisa e os cursos que se conjugam na bacia hidrográfica do rio Sorraia, na margem esquerda. Os valores de escoamento anual médio em regime natural são de 241 mm, apresentando as sub-bacias da margem esquerda do Tejo valores inferiores (149 mm) às da margem direita (349 mm).

**Quadro 3 - Sub-bacias da Região Hidrográfica do Tejo (RH5)**

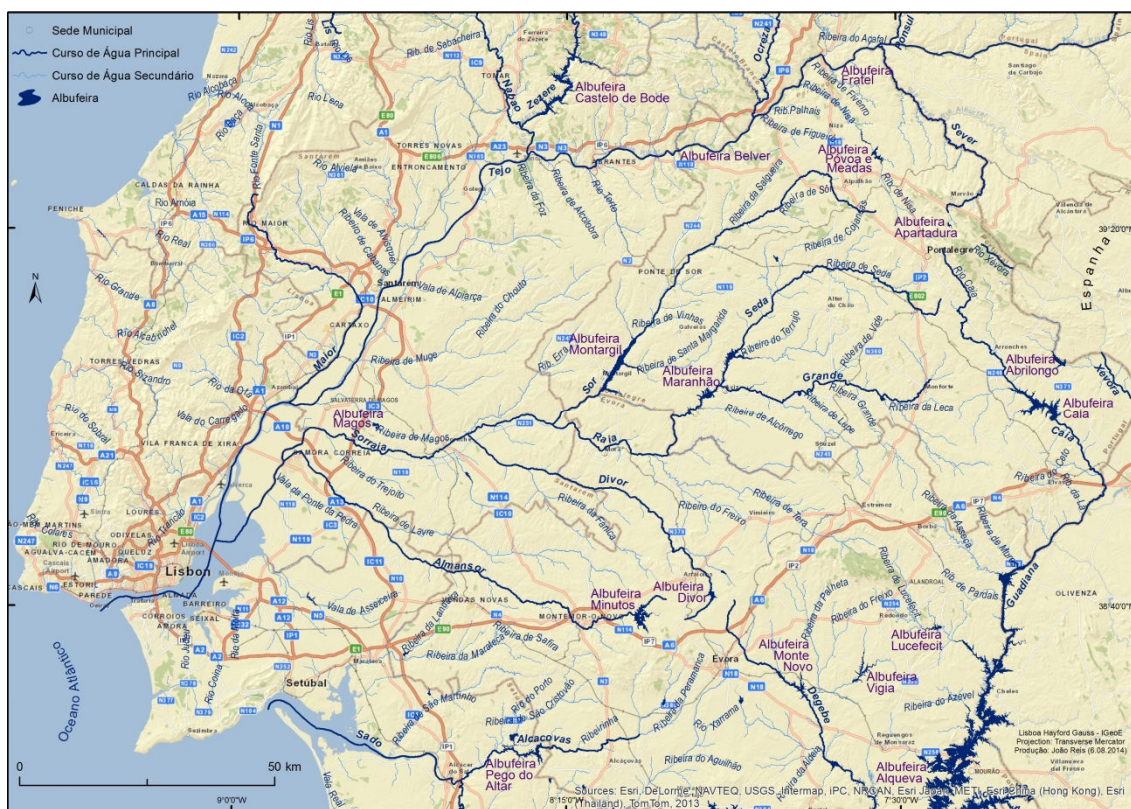
	Sub-bacia	Área (km <sup>2</sup> )	N.º de concelhos abrangidos
Margem direita	Rio Erges	592	3
	Ribeira do Aravil	427	2
	Rio Pônsul	1 296	4
	Rio Ocreza	1 429	7
	Rio Zêzere	5 029	33
	Rio Almonda	213	5
	Rio Alviela	483	9
	Rio Maior	923	10
	Rio Alenquer	287	4
	Rio Grande da Pipa	118	4
	Rio Trancão	279	9
Margem esquerda	Grande Lisboa	172	6
	Rio Sever	310	4
	Ribeira de Nisa	264	4
	Vala de Alpiarça e Ribeira de Ulme	457	5
	Ribeira de Muge	703	7
	Ribeira de Magos	200	4
	Rio Sorraia	7 611	29
Troço principal	Ribeiras Costeiras do Sul	106	3
	Tejo Superior	2 090	13
	Tejo Inferior	546	18
	Estuário	1 227	18
Total	Água Costeira do Tejo	153	5
		23	24 915

Fonte: ARH Tejo, I.P. 2010. INE – Anuários Estatísticos Regionais, 2008.

Nota: <sup>1</sup> Na totalidade são 94 concelhos, dado que existem concelhos abrangidos por várias sub-bacias.

Fonte: APA, IP/ARH do Tejo (2012), Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo – relatório técnico da caracterização e diagnóstico da região hidrográfica

**Figura 35 - principais cursos de água da bacia hidrográfica do Tejo na AI**



Fonte: Própria

O conjunto das bacias hidrográficas dos rios Sado e Mira estrutura-se em torno destes dois cursos de água e das pequenas redes hidrográficas das ribeiras da costa alentejana, num total de 10086 km<sup>2</sup>. O rio Sado tem como principais afluentes, na margem direita, as ribeiras do Roxo, Odivelas, Xarrama, Alcáçovas, São Martinho e Marateca e, na margem esquerda, as ribeiras de Campilhas, Corona e Grândola. No rio Mira confluem principalmente as ribeiras de Torgal e os rios Luzianes e Perna Seca, na margem direita, e as ribeiras de Telhares, Guilherme e Macheira, na margem esquerda. Sendo as precipitações mais elevadas produzidas nas áreas litorais e as mais reduzidas no extremo SE, o escoamento em regime natural da região hidrográfica varia entre um máximo de 262 mm nos anos húmidos e um mínimo de 29,9 mm nos anos secos (123,3 mm nos anos intermédios).

**Figura 36 - Sub-bacias da região hidrográfica do Sado e Mira (RH6)**

Região e bacias principais	Área (km <sup>2</sup> )	Concelhos	Pop. residente (10 <sup>3</sup> hab)	
			2001	2009
<b>RH 6 - Sado/Mira</b>	<b>10 086</b>	-	<b>338,4</b>	<b>345,7</b>
Costeiras entre o Tejo e o Sado 2	30	Sesimbra (67,2%) Setúbal (32,7%)	7,9	11,5
Alcáçovas	895	Alcácer do Sal (25,9%) Évora (30,4%) Montemor-o-Novo (28,0%) Viana do Alentejo (15,7%)	9,0	8,9
Roxo	689	Aljustrel (52,3%) Beja (35,7%) Castro Verde (0,2%) Ferreira do Alentejo (3,4%) Santiago do Cacém (8,4%)	20,9	19,3
Sado	6.149	Alcácer do Sal (20,6%) Aljustrel (1,6%) Alvito (4,3%) Arraiolos (< 0,1%) Beja (1,1%) Castro Verde (0,9%) Cuba (2,1%) Évora (4,2%) Ferreira do Alentejo (10,2%) Grândola (10,8%) Montemor-o-Novo (5,1%) Montijo (0,1%) Odemira (4,8%) Ourique (6,2%) Palmela (2,9%) Portel (2,7%) Santiago do Cacém (12,8%) Setúbal (2,8%) Sines (< 0,1%) Vendas Novas (2,3%) Viana do Alentejo (4,1%) Vidigueira (0,1%)	241,7	249,3
Costeiras entre o Sado e o Mira	595	Grândola (26,8%) Odemira (6,6%) Santiago do Cacém (32,8%) Sines (33,7%)	36,6	35,3
Mira	1.576	Almodôvar (11,6%) Odemira (71,2%) Ourique (15,8%) Santiago do Cacém (1,3%) Silves (0,1%)	19,2	18,5
Costeiras entre o Mira e Barlavento	152	Odemira (100%)	3,0	3,0



Fonte: APA, IP/ARH do Alentejo (2012), Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas integradas na Região Hidrográfica 6 (bacias hidrográficas dos rios Sado e Mira e bacias hidrográficas das ribeiras adjacentes nas costas Alentejana e Algarvia) – caracterização e diagnóstico

**Figura 37 - principais cursos de água das bacias hidrográficas do Sado e Mira**



Fonte: Própria

Na faixa oriental da AI pontifica a bacia hidrográfica do Guadiana, rio que tem como principais tributários em território nacional, o rio Caia, o rio Degebe, a ribeira de Cobres, o rio Xévora e o rio Vascão, na margem direita, e o rio Ardila, e o rio Chança, na margem esquerda. Conjuntamente com esta bacia, cuja área é de 11598 km<sup>2</sup>, destacam-se enquanto integrantes da grande região hidrográfica da zona leste da AI, as bacias hidrográficas secundárias do Alcarrache, do Ardila, do Caia, do Chança, de Cobres, do

Degebe, do Murtega e do Xévora. O escoamento da região hidrográfica do Guadiana varia entre os 49,8 mm nos anos secos e os 334,5 mm nos anos húmidos (valor dos anos médios – 152,7 mm), apresentando valores inferiores nas bacias do Ardila, Chança e Cobres, nos anos húmidos, e nas do Alcarrache, Chança e Cobres, nos anos secos e médios.

**Figura 38 - Sub-bacias da região hidrográfica do Guadiana (RH7)**

Região e bacias principais	Área (km <sup>2</sup> )	Concelhos	Pop. residente (10 <sup>3</sup> hab)	
			2001	2009
<b>RH 7 - Guadiana</b>	<b>11598</b>	-	<b>211,4</b>	<b>200,9</b>
Guadiana	6185	Alandroal (8,2%) Alcoutim (9,3%) Almodôvar (4,9%) Beja (7,1%) Borba (1,5%) Castro Marim (4,7%) Castro Verde (1,9%) Cuba (0,7%) Elvas (3,7%) Estremoz (<0,1%) Évora (<0,1%) Loulé (3,5%) Mértola (14,4%) Monforte (<0,1%) Moura (2,8%) Mourão (1,8%) Portel (2,0%)	125,3	119,2

		Redondo (1,1%) Reguengos de Monsaraz (5,5%) São Brás de Alportel (0,9%) Serpa (13,2%) Tavira (4,2%) Vidigueira (5,0%) Vila Real de Santo António (0,5%) Vila Viçosa (3,2%)		
Chança	485	Mértola (39,7%) Moura (0,7%) Serpa (59,6%)	4,2	3,7
Cobres	1156	Aljustrel (0,2%) Almodôvar (12,1%) Beja (33,9%) Castro Verde (34,2%) Mértola (18,0%) Ourique (1,7%)	17,5	16,8
Ardila	855	Barrancos (12,8%) Moura (83,5%) Mourão (3,6%) Serpa (0,1%) Vidigueira (<0,1%)	15,5	15,0
Murtega	59	Barrancos (100%)	1,9	1,7
Degebe	1538	Alandroal (2,5%) Arraiolos (2,1%) Estremoz (3,3%) Évora (44,6%) Portel (20,1%) Redondo (19,4%) Reguengos de Monsaraz (8,0%)	19,2	18,3
Alcarrache	207	Moura (32,9%) Mourão (67,1%)	0,8	0,9
Caia	816	Arronches (26,3%) Campo Maior (11,8%) Elvas (40,7%) Marvão (<0,1%) Monforte (4,9%) Portalegre (16,2%)	25,3	23,8
Xévoira	297	Arronches (30,5%) Campo Maior (50,7%) Marvão (0,1%) Portalegre (18,7%)	1,6	1,6

Fonte: APA, IP/ARH do Alentejo (2012), Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas integradas na Região Hidrográfica 7 (bacia hidrográfica do Guadiana) – caracterização e diagnóstico



Figura 39 - principais cursos de água da bacia hidrográfica do Guadiana na AI



Fonte: Própria

No que diz respeito aos planos de água modificados ou artificiais – configurados, na generalidade, por pequenos açudes e médias e grandes albufeiras de barragens – há que realçar duas notas importantes: em primeiro lugar, a quantidade bastante significativa de planos de água destas naturezas, os quais, como mencionado anteriormente, representam um forte potencial para o desenvolvimento das actividades turísticas e recreativas náuticas, piscatórias e balneares; refere-se a importância da albufeira da barragem do Alqueva, enquanto elemento de dinâmica e transformação de um vasto território, seja por via do seu perímetro de rega, seja pelo seu aproveitamento para base

de actividades de lazer, seja, ainda, como factor de transformação da paisagem visual e, mesmo, enquanto vector genético de alterações microclimáticas.

Em toda a Região Hidrográfica do Alentejo, são de salientar, entre outros, os seguintes planos de água:

Na bacia hidrográfica do Guadiana – Abrilongo, Alqueva, Caia, Chança, Enxoé, Lucefit, Monte dos Grous, Monte Novo, Pedrogão, Tapada Grande e Vigia.

Na bacia hidrográfica Sado-Mira – Alvito, Campilhas, Fonte Serne, Monte da Rocha, Morgavel, Odivelas, Pego do Altar, Roxo, Santa Clara e Vale do Gaio.

Na bacia hidrográfica do Tejo – Açude do Gameiro, Apartadura, Belver, Divor, Fratel, Magos, Minutos, Maranhão, Montargil e Póvoa e Meadas.

Tal como no resto do País, o litoral português resulta de um longo processo de interacção entre os resultados da acção geodinâmica interna – nomeadamente os levantamentos, os abatimentos e as deformações das bacias oceânicas – e o volume das águas do mar, expresso através das regressões e transgressões associadas aos períodos glaciares e interglaciares.

Actualmente, o modelado litoral da AI apresenta, tal como em boa parte do País, características predominantemente rectilíneas, as quais marcaram e, de certa forma ainda marcam, os ritmos especiais da sua ocupação humana, bem como as actividades económicas que beneficiam de locais de abrigo contra as inclemências do atlântico Norte.

Para além do estuário do Sado, tal como o do Tejo, originado por fenómenos tectónicos intensos, na costa alentejana individualizam-se da sua monotonia rectilínea o Cabo de Sines, a ponta do Cavaleiro, à latitude de Odemira e o estuário do rio Mira.

Os fundos oceânicos fronteiros ao território em estudo apresentam, na linha do restante território nacional, uma plataforma continental relativamente estreita, geralmente tida como mais extensa a Norte do que a Sul (30 a 60 km em valores aproximados<sup>7</sup> até à isóbata dos 200 metros) e com uma configuração com forte paralelismo com a linha de costa.

O sistema de correntes junto ao território nacional e à AI apresenta uma complexidade significativa, traduzindo a influência do regime de ventos gerais e regionais, bem como a

---

<sup>7</sup> Em muitos trechos é bastante difícil avaliar com os seus limites ocidentais.

topografia da costa e a sua localização relativamente ao Mar Mediterrânico. Apresentando diferenças sazonais merecedoras de registo, as suas peças principais são<sup>8</sup>:

- Uma corrente permanente dirigida para Sul que corre ao longo da plataforma continental e que está associada ao anticiclone dos Açores.
- Uma corrente costeira dirigida para Sul, sobretudo importante no Verão, e associada ao fenómeno de *upwelling*.
- Uma corrente deslocando-se para Norte que marca a sua presença nas águas da parte superior do talude continental e é sobretudo relevante à superfície durante o Outono e o Inverno.
- Uma corrente para Norte oriunda do Mediterrânico e circulando em profundidade.

Assim, a costa da AI está geralmente sobre a influência de águas frescas em superfície, condição essa que, sobretudo durante o Outono e o Inverno, pode sofrer alterações devido à interferência transgressiva de águas tropicais de Sul, as quais fazem alterar a temperatura e a salinidade.

Sendo a AI banhada por águas com características verdadeiramente oceânicas, o regime de marés não se diferencia do que é comum ao Atlântico Norte, ou seja dois máximos diários e uma amplitude variável entre os 2,5 e os 4 metros. A ondulação – seja no domínio da trajectória seguida, seja no da magnitude – é gerada pelos grandes aparelhos atmosféricos que caracterizam o Atlântico Norte, no caso vertente do País e da AI, produzindo ondas provindo predominantemente de Oeste ou de Noroeste e, regra geral, mais alterosas nos tramos setentrionais do que nos meridionais.

Tendo em atenção um aspecto que, conjuntamente com os anteriores, se revela importante para um conjunto apreciável de actividades náuticas – o Vento – é possível avançar que os valores médios deste parâmetro registados no litoral alentejano não se distanciam particularmente dos que são registados noutras paragens do litoral português, situando-se, segundo o INETI<sup>9</sup> (em 1999 e para os 10 m de altitude), em valores médios na ordem dos 5 m/s (numa estreita faixa litoral) e 5,5 m/s um pouco

---

<sup>8</sup> Denise de Brun Ferreira (2005) *in* Geografia de Portugal (Coord. Carlos Alberto Medeiros), Vol 1, pág. 282, Circulo de Leitores, Lisboa.

<sup>9</sup> INETI, Potencial Eólico em Portugal Continental, Lisboa.

mais para o largo até distâncias que são geralmente percorridas por embarcações de navegação costeira.

No seguimento do exposto, podem-se considerar os seguintes tipos de mar<sup>10</sup> que influem nas actividades desenvolvidas na costa da AI:

- Mar de NW – ondulação gerada no bordo E do anticiclone dos Açores ou Atlântico misto, situado a NW da Península, ou produzida na sequência da circulação de NW pós-frontal ou depressionária. No Verão, acontece em circulação geral anticiclónica e/ou associada à Nortada.
- Mar de SW – relacionado com depressões a SW da Península e a superfícies frontais de tranjectória SW-NE.
- Mar de W – ligado à circulação zonal a baixas latitudes (Península).
- Mar de fora – verifica-se quando o vento é fraco, na costa W, ou é de terra, não havendo geração local de ondulação. Existe no Verão quando não existe Nortada e no Inverno perante a presença de um anticiclone de bloqueio.
- Mar banzeiro – ocorre quando o vento é fraco, na costa W, ou é de terra, mas não havendo geração distante de ondulação.

Conclui-se este subcapítulo com um mapa que representa os principais cursos de água e albufeiras que fazem parte da AI.

---

<sup>10</sup> H. Oliveira Pires (1989) e Roteiro da Costa de Portugal (1990) in Pereira, Ana Ramos (2008), Programa de Sistemas Litorais: Dinâmicas e Ordenamento, Linha de Investigação em Dinâmica Litoral e Fluvial, CEG da Universidade de Lisboa.



Figura 40 - Principais cursos de água da AI



Fonte: própria

#### 4.2.4. SOLOS, COBERTO VEGETAL E FAUNA

A repartição da vegetação actualmente existente na AI é explicada, fundamentalmente, à luz de três vertentes fundamentais: o tipo de solo que serve de substrato às variedades de plantas, as características e os contrastes climáticos que condicionam o seu estabelecimento e expansão e a acção transformadora humana desenvolvida, sobretudo, após o mesolítico.

Relativamente aos solos há que referir, em primeiro lugar, a sua natureza predominantemente ácida (tida, na generalidade e não obstante a existência de plantas acidófilas, como desfavorável à agricultura) , exceptuando-se aqueles que se desenvolveram a partir de rochas mãe carbonatadas ou de granitos alcalinos. Na AI, os solos básicos distribuem-se em retalhos dispersos e confinados, dos quais são de realçar o que se estende ao longo do vale do Tejo e se insinua para as áreas montanhosas calcárias do Centro, bem como alguns “salpicos” pontuais no Norte Alentejano (Campo Maior, Elvas, Sousel, por exemplo) e na da região de Moura, só para referir alguns.

Segundo a classificação da FAO (1991) adoptada no Atlas do Ambiente<sup>11</sup> os tipos de solos mais representado na AI são:

- Os Litossolos (solos condicionados pelo relevo), frequentemente assentes sobre xistos, são caracterizados pela sua pequena profundidade (< 30 cm) e propensão para o alagamento. Predominam no Alentejo.
- Os Luvisolos (solos condicionados por depósitos de argilas ou materiais férricos e húmidos), quase sempre originados a partir de uma rocha-mãe granítica, caracterizam-se pela existência, a profundidades variadas, de um horizonte impermeável de argila. Predominam nas áreas aplanadas do Alentejo, entre Beja e Portalegre.
- Os Cambissolos (solos condicionados pela sua juventude), são pouco ou moderadamente desenvolvidos a partir de rochas mãe moderadamente meteorizadas. Na AI, são especialmente relevantes nas terras a norte do vale do Tejo e extremo nordeste alentejano.

<sup>11</sup> Segundo Ferreira, A. M. P. J.; «Dados Geoquímicos de Base de Sedimentos Fluviais de Amostragem de Baixa Densidade de Portugal Continental: Estudo de Factores de Variação Regional»; 2000, Aveiro, Dissertação de Doutoramento em Geociências, Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro.

- Os Podzois (solos condicionados por depósitos de argilas ou materiais férricos e húmidos), individualizam-se pela existência de um estrato de acumulação de ferro, alumínio e/ou matéria orgânica lexiviada. Predominam nas áreas arenosas e detríticas do baixo Tejo e Sado.
- Os Fluvisolos (solos condicionados pelo relevo), encontram-se, sobretudo, nas margens do baixo Tejo, correspondendo a depósitos fluviais quaternários.

Repagando a dimensão do clima enquanto factor condicionador da distribuição florística, importa referir, à partida, que de entre os diversos elementos do clima aquele que mais condiciona a distribuição das espécies vegetais prende-se com os regimes de precipitações, nomeadamente a sua escassez sistemática ou relativa (decorrente da irregularidade das mesmas). Este aspecto, importante em todas as longitudes e latitudes, assume especial relevância no ambiente climático mediterrânico já que, aqui, não só a irregularidade das precipitações é um dado comum, como, por outro lado, a estação mais quente – ou seja, quando as plantas apresentam uma evapotranspiração superior e, portanto, uma maior necessidade de reposição de água – coincide com a estação seca por excelência. É assim que, como vimos anteriormente, a maior escassez pluviométrica que se verifica de Norte para Sul e de Oeste para Este (associada aos restantes elementos do clima como a temperatura e humidade relativa) vão originar, também ao longo destes eixos, as características mediterrânicas das formações vegetais. Finalmente, importa ter presente que o território nacional, em geral, e o da AI, em particular, sofreram alterações profundas derivadas da actividade humana, seja através do arroteamento de terras e do corte de florestas para prover as necessidades do quotidiano humano, seja, já mais recentemente, pela introdução de espécies exóticas, cultivares ou florestais. Sendo assim, o recobrimento florestal da AI deverá ser visto à luz da combinação entre os escassos bosques originais, as áreas de plantas relíquias (povoadas por espécies, como o sobreiro e a azinheira, que, devido ao seu valor económico, são sobreviventes de um processo de eliminação diferencial e selectiva das formações originais) e as áreas de floresta decorrentes de povoamentos subsequentes (como parece ser o caso das florestas de pinheiro bravo e é, seguramente, o ocorrido com os eucaliptais que salpicam a paisagem).

Neste quadro, do ponto de vista fitogeográfico, é de incluir a AI na grande região mediterrânica, na qual, consoante o vigor do ambiente mediterrânico, predominam as



plantas com adaptações diversas à secura crónica ou temporária (folhas pequenas, coriáceas e, algumas vezes espinhosas, ou sistemas radiculares sobre desenvolvidos). Entre estas destacam-se, o sobreiro (*Quercus suber*), a azinheira (*Quercus rotundifolia*), o zambujeiro (*Olea Sylvestris*), o carrasco (*Quercus cocifera*), a aroeira (*Pistacia Lentiscus*), o loureiro (*Laurus nobilis*), o medronheiro (*Arbutos unedo*), a palmeira das vassouras (*Chamaerops humilis*) e, em retalhos específicos, sobre terrenos arenosos e litorais, o pinheiro manso (*Pinus pinea*). Posteriormente, decorrente da introdução humana, são, ainda, de crescer o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), no litoral, e o eucalipto, especialmente a variedade *Eucalyptus globulus*, a qual se encontra distribuída um pouco por toda a AI.

Adicionalmente, tendo em conta o seu interesse paisagístico e económico, interessa chamar a atenção para uma formação vegetal característica do Alentejo, originada, como já se referiu, pela destruição selectiva dos bosques mediterrânicos originais. O montado, seja o de sobreiro – predominante na zona ocidental da AI, devido à maior exigência em termos de disponibilidades hídricas do sobreiro –, seja o de azinho (predominante na faixa nascente da AI, devido à grande robustez da azinheira face à temperatura e aos recursos hídricos), constituem ecossistemas patrimoniais inestimáveis, a preservar e a valorizar a todo o custo.

Efectivamente, para além das funções económicas associadas à exploração da cortiça, à produção de carne de bovinos, ovinos, suínos e caprinos, à recolha micológica, à colheita de ervas aromáticas, à recolha de mel e à agricultura efectuada sob coberto (culturas forrageiras), o montado contribui decisivamente para a sustentabilidade ambiental (solos, aquíferos e ar) e para a manutenção da biodiversidade regional e identidade local.

Neste último particular é de destacar a sua importância no acolhimento e manutenção de mais de uma centena de espécies, muitas delas ameaçadas ou com elevado valor no domínio da observação de aves. Entre outras – 24 espécies de répteis e anfíbios, 160 espécies de aves e 37 espécies de mamíferos – são de referir a águia-de-bonelli, a águia-imperial-ibérica, a cegonha preta, o abutre preto, a coruja do mato, a cotovia dos bosques, o pisco de peito ruivo, o sapo corredor, o sapo de unha negra, o sapo parteiro, a gineta, o javali, o sardão, a cobra rateira, entre muitos outros exemplos.

Finalmente, numa óptica de ocupação global do solo, seja por formações florestais, seja por campos de cultivo, seja por pastagens, seja, ainda, por formas mistas, é possível,

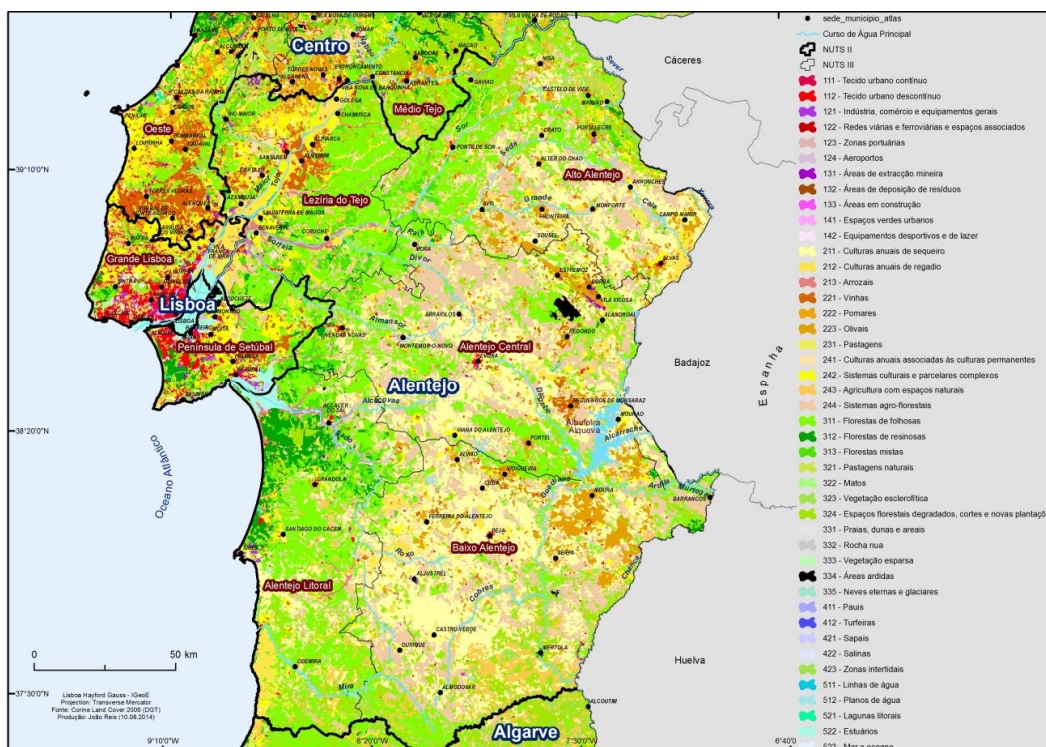
através da análise do mapa que se segue, concluir que a conjugação dos diversos aspectos genéticos já enunciados produziu uma paisagem vegetal com traços de pulverização e com alguma complexidade (embora menor do que noutras áreas do País, como por exemplo, o Noroeste).

Ainda assim, exercendo um esforço de síntese, é possível identificar dois padrões de uso do solo:

Um, correspondente a um amplo crescente, que se estende desde o norte alentejano até às serranias algarvias, incluindo o vale do Tejo, o litoral alentejano e a faixa de transição entre o Alentejo e o Algarve até, sensivelmente, o meridiano de Faro. Neste crescente, com a convexidade adossada ao litoral, predominam as florestas de resinosas, as florestas folhosas, os espaços florestais degradados e, insinuando-se no seu seio, algumas manchas de agricultura com espaços naturais e sistemas culturais e parcelares complexos (especialmente na Lezíria do Tejo).

Outro, ocupando a concavidade do crescente e estendendo-se até à fronteira com Espanha, coberto, sobretudo, por sistemas agro-florestais, por culturas anuais de sequeiro, por olivais e por uma agricultura em espaços naturais. Neste padrão, inscrevem-se, muitas vezes nas proximidades dos cursos de água, retalhos florestais de folhosas.

Figura 41 - Ocupação/uso do solo (Corine Land Cover) na AI



Fonte: Própria

No território em análise no presente Plano existem áreas protegidas de relevante interesse, não só para a preservação e conservação da Natureza, mas igualmente para o desenvolvimento de muitas actividades económicas, como por exemplo as associadas ao lazer e à recreação.

Com efeito, fazem parte da AI as seguintes áreas protegidas: parte do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina; Parque Natural da Serra de São Mamede; Parque Natural do Vale do Guadiana; parte da Reserva Natural do Estuário do Sado; Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha; para além de inúmeras Zonas de Protecção Especial e Sítios de Importância Comunitária.



Figura 42 - Áreas protegidas na AI



Fonte: própria

## 4.3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICO<sup>12</sup>

### 4.3.1. DEMOGRAFIA

---

No contexto do território nacional a região do Alentejo apresenta um forte desequilíbrio entre a sua expressão territorial e o seu potencial demográfico e, mesmo, económico.

Na verdade, sendo a maior região do país em extensão - ocupa uma superfície de 31.605km<sup>2</sup>, o que representa 34% do território nacional - é somente a quarta entidade regional do país relativamente ao seu peso demográfico.

De acordo com os Censos 2011, a população residente na região do Alentejo é de 757.302 habitantes, o que significa 7,2% da população do país. É constituída maioritariamente por mulheres (51,6%), ou seja 390.563 residentes, cifrando-se a população masculina em 366.739 indivíduos. Na decorrência do que anteriormente se afirmou, constitui a região do país com menor densidade populacional, apenas 24 habitantes por km<sup>2</sup>, muito longe dos 114.5 hab./km<sup>2</sup> que configuram a média de Portugal.

---

<sup>12</sup> O presente ponto tem por referência as publicações: “Censos 2011 Resultados Definitivos - Região Alentejo” e “Proposta de Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013”

**Figura 43 – Número de habitantes por km<sup>2</sup> – Portugal e Alentejo NUTS II (1991-2011)**

Territórios	N.º médio de indivíduos por km <sup>2</sup>		
	Anos	1960	2011
Portugal		96,5	114,5
Continente		93,1	112,8
Norte		142,8	173,3
Centro		86,3	82,5
Lisboa		508,4	940,0
Alentejo		31,5	24,0
+ Alentejo Litoral		24,5	18,4
+ Alto Alentejo		30,1	18,9
+ Alentejo Central		30,5	23,1
+ Baixo Alentejo		27,3	14,8
+ Lezíria do Tejo		52,7	57,9
Algarve		63,0	90,3
Região Autónoma dos Açores		141,0	106,3
Região Autónoma da Madeira		342,7	334,3

Fonte: CENSOS 2011, INE (2012)

Em termos da dinâmica demográfica registada na última década, a população da região do Alentejo diminuiu 2,5%, atingindo em 2001 um total 776.585 habitantes. Dos 58 municípios constitutivos da região, somente treze não perderam população na última década (2001-2011). Por sub-regiões, é de sublinhar que apenas a Lezíria do Tejo ganhou população (+2,7%), resultante do aumento verificado nos municípios de Benavente (24,8%), Salvaterra de Magos (9,9%), Almeirim (6,5%), Azambuja (4,7%), Cartaxo (4,6%) e Rio Maior (0,4%).

Embora a esmagadora maioria da região do Alentejo tenha perdido população ao longo da década de referência, são, neste particular, de assinalar as sub-regiões do Alto



Alentejo (-6,8%) e do Baixo Alentejo (-6,2%) como as que registaram um maior empobrecimento demográfico. Dentro de um quadro municipal, foram os municípios de Gavião (-15,4%), Mértola (-16,5%) e Mourão (-17,6%) os que mais regrediram na última década.

Ainda segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), o Alentejo tem vindo a erodir a sua capacidade de auto regenerar a população, não só como consequência das quebras registadas na fecundidade, mas também da expressão irrisória dos seus movimentos migratórios.

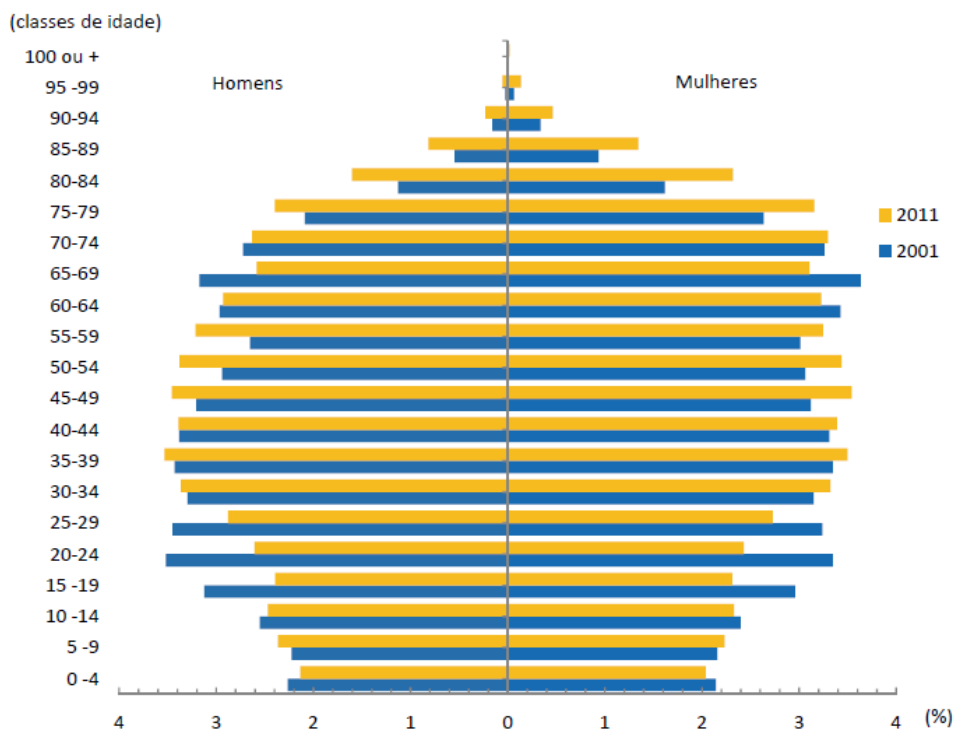
Este aspecto, associado à própria estrutura da pirâmide etária regional, tem-se vindo a assumir como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento regional da área de intervenção, pelo que, no particular do turismo – e por acréscimo no do turismo náutico – deverá ser tomado devidamente em consideração.

Efectivamente, entre 2001 e 2011 a região do Alentejo, à semelhança do país, não conseguiu inverter o desequilíbrio demográfico que caracteriza a estrutura etária da população, caracterizada pela crescente diminuição da população mais jovem e do aumento da população com idade mais elevada. Este aspecto é tanto mais preocupante quanto as últimas tendências demográficas registadas apontam para uma sangria crescente ao nível da emigração para o exterior do capital humano mais jovem, mais qualificado e mais dinâmico.

O índice de longevidade nacional, que representa o número de pessoas com 75 e mais anos por cada 100 pessoas com 65 e mais anos, aumentou para 48 em 2011, face a 41 em 2001 e 39 em 1991. Em termos regionais, a expressão dos valores registados no Alentejo – mais de 50 – traduz uma realidade em que a maior parte da sua população idosa tinha 75 ou mais anos, algo que, tendo em conta as características habituais do ciclo de vida, levanta fundadas preocupações quanto ao potencial regional de empreendedorismo e de inovação.

Tanto mais que a região Alentejo tem perdido população, essencialmente, entre os 15 e os 29 anos, senão tenhamos em consideração que em 2001, este grupo etário representava 19,6%, contra somente 15,3% em 2011. Já a população com 65 e mais anos regista na região uma evolução contrária. Em 2001 era de 22,3% e em 2011 chegou aos 24,2%.

**Figura 44 - Estrutura etária da população Residente no Alentejo por sexo, 2001 e 2011**

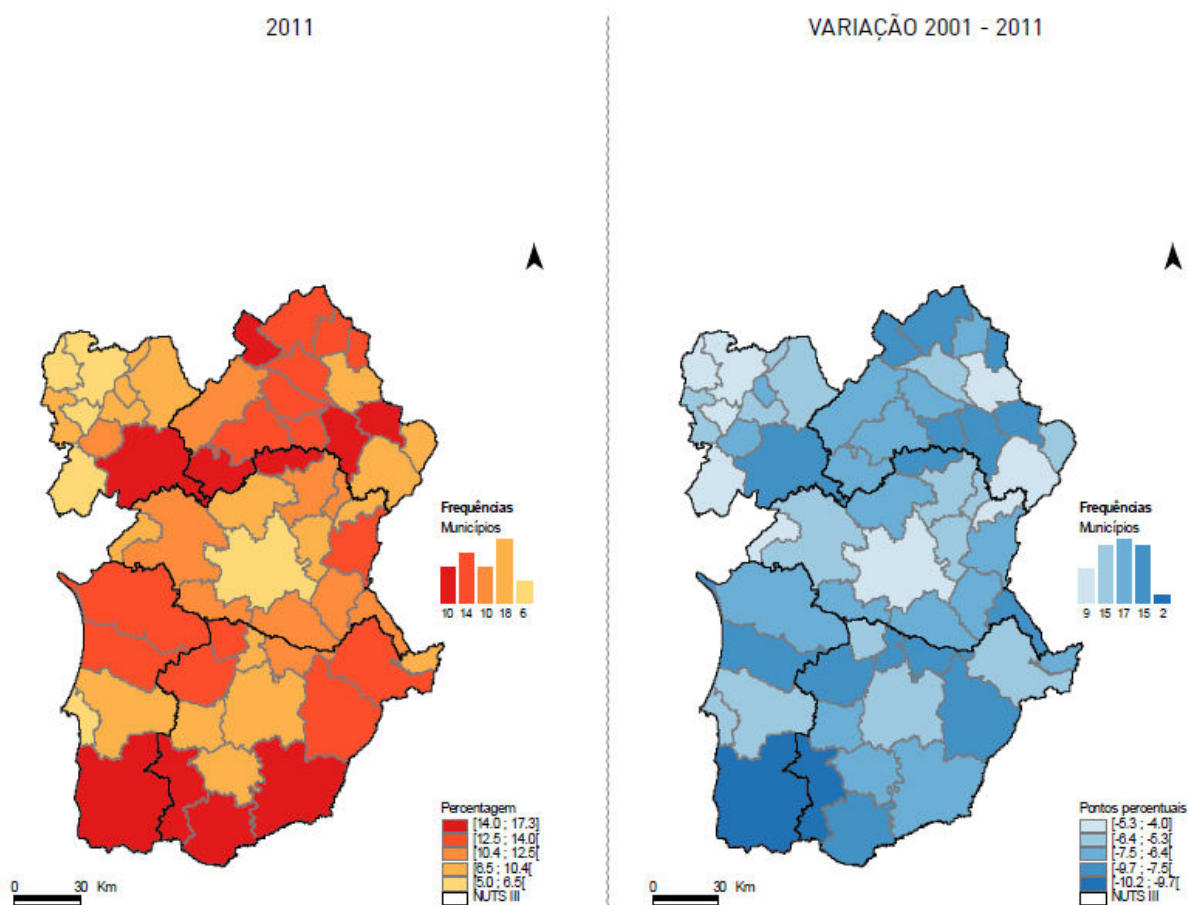


Fonte: CENSOS 2011, INE (2012)

Para além do que já se avançou anteriormente, é, mais uma vez, de reforçar que a estrutura demográfica regional se reflecte no potencial de recursos humanos, espelhando-se na capacidade de renovação de gerações, no mercado de trabalho, nas taxas de actividade da região, na propensão ao empreendedorismo e à inovação e, também, no próprio quadro geral de saúde da população onde as patologias geriátricas assumem papel de relevo.

Em termos de níveis de qualificação da população, o Alentejo apresenta, apesar do decréscimo verificado desde 1991, uma taxa de analfabetismo desfavorável (15,86% em 2011) já que esta é superior à considerada para a totalidade do território (9,3%). A qualificação anterior é reforçada pelo facto de em 2003, de acordo com o INE, 7% da população activa alentejana não ter completado qualquer nível de instrução e 77% não possuir mais que o 3º ciclo como habilitação máxima.

Figura 45 - Taxa de Analfabetismo em 2011 e variação por município no período 2001/2011



Fonte: CENSOS 2011, INE (2012)

#### 4.3.2. ACTIVIDADE ECONÓMICA

Como já foi anteriormente afluado, o Alentejo, para além das debilidades demográficas registadas, detém desvantagens comparativas no domínio da qualificação da sua população em idade activa. Efectivamente, menos de 10% da sua massa populacional em idade activa possui qualificações ao nível do ensino superior. Este quantitativo revela bem a debilidade da qualificação dos recursos humanos da região, facto que se torna mais gravoso considerando as dificuldades do Alentejo em fixar os jovens que vai formando endogenamente, seja para as grandes áreas metropolitanas do país, seja, mesmo, para o exterior do território nacional.



Por outro lado, verifica-se que a região - de acordo com os resultados dos Censos 2011 - apresenta um índice de rejuvenescimento da população activa de 84,4, inferior ao observado para o país, 94,3, número esse que, considerado numa óptica dinâmica ajustada aos últimos 10 anos, traduz uma quebra acentuada de 28,0 pontos no índice que, em 2001, era de 112,4.

Esta diminuição do índice de rejuvenescimento da população activa é um bom reflexo do desequilíbrio demográfico que tem vindo a verificar-se na região e em boa parte dos municípios que a constituem. Na verdade, apenas 7 municípios apresentaram, em 2011, índices de rejuvenescimento iguais ou superiores a 100, o mesmo é dizer com mais pessoas a entrar no mercado de trabalho do que a sair. Nos restantes o índice de rejuvenescimento é sempre inferior a 100. Crato com 54,6 e Nisa com 53,7 registam os valores mais baixos com quantitativos que podem ser considerados dramáticos.

Globalmente, na região Alentejo a população activa cifra-se em 342.654 indivíduos, dos quais, contrariamente ao que se verificou para a população residente, a maioria são do sexo feminino (53%). A população activa nesta região - cerca de 52,4% da população residente com 15 anos ou mais - corresponde apenas 6,8% do total da população activa do país, valor inferior aos 7,2% que corresponde ao “share” da população geral.

Por outro lado, verifica-se que a população empregada na região Alentejo ascende a 298.691 e é constituída maioritariamente por homens, 53,6%, representando as mulheres 46,4%.

É de referir, contudo, que nos últimos anos se tem vindo a registar um aumento da Taxa de Actividade da região, resultado, em boa medida, da integração de mão-de-obra feminina. Apesar desta dinâmica, em 2011, no Alentejo, a taxa de actividade em sentido restrito (45,2%), apresentou um valor inferior ao registado em termos nacionais (47,6%). A repartição por sexo evidencia uma taxa de actividade mais elevada para os homens com 49,5%, face aos 41,2% para as mulheres.

Numa perspectiva intra-regional, regista-se que as taxas de actividade mais elevadas recaem nas sub-regiões do litoral, nomeadamente na Lezíria do Tejo e no Alentejo Litoral com 46,6% e 46,2%, respectivamente. No plano municipal destacam-se, pela expressividade dos seus números, os municípios de Sines, Benavente, Évora e Santiago do Cacém, os quais registam as taxas mais elevadas, com valores entre os 47,8 e os

50,9%. Em contraste, os valores das taxas de actividade mais desfavoráveis situam-se predominantemente no interior: o Alto Alentejo, com 42,6%, é a sub-região que regista o valor mais baixo enquanto Nisa (35,4%) e Gavião (33,1%) são os municípios com as taxas de actividade mais reduzidas.

Em 2011, a taxa de emprego da população em idade activa, na região do Alentejo, foi de 45,6%, valor inferior ao verificado no país (48,5%). À semelhança da estrutura nacional, também na região a taxa de emprego nos homens (50,9%) é superior à das mulheres (40,7%).

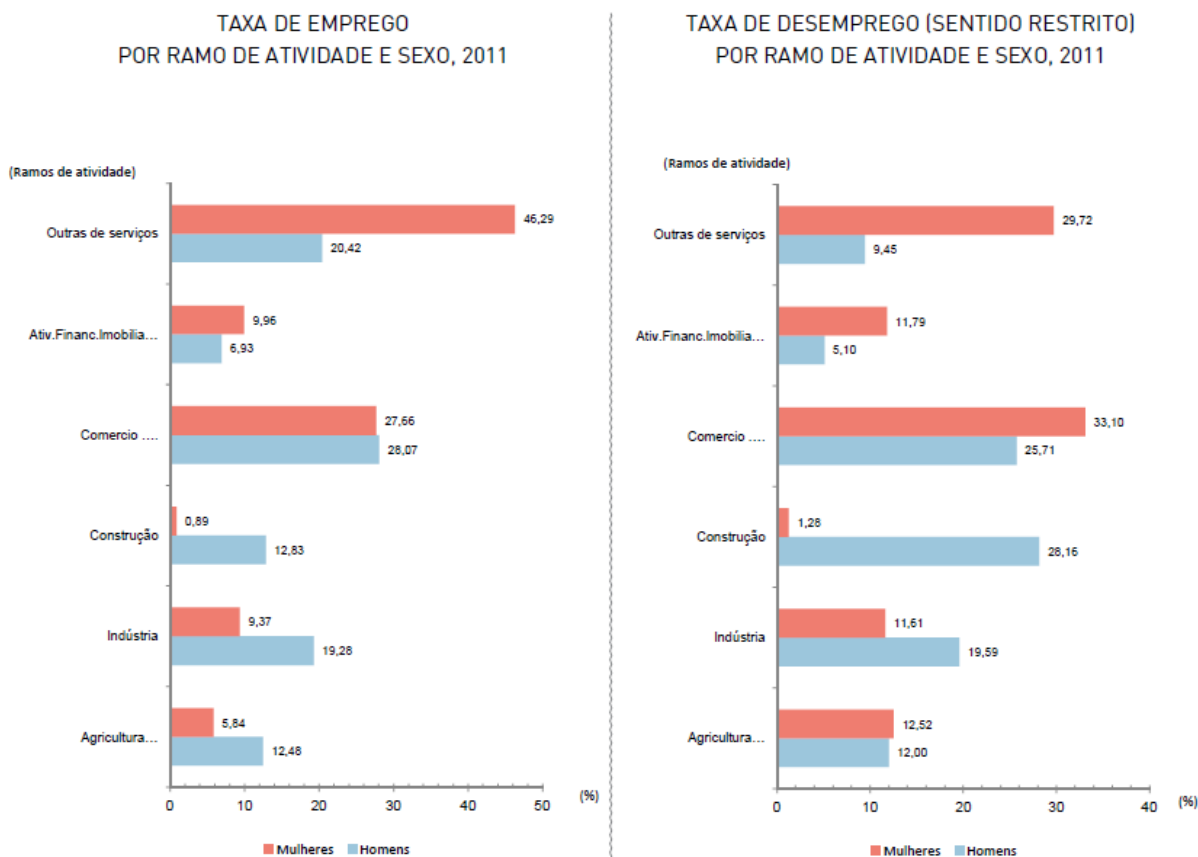
A Lezíria do Tejo e o Alentejo Litoral são as sub-regiões que registam as taxas de emprego mais elevadas (47,7% e 47,1%, respectivamente), enquanto ao nível dos municípios emergem Sines, Benavente e Évora, não só como os que detêm os valores mais elevados, mas também como os únicos municípios da região que registam taxas de emprego superiores a 50%. No outro extremo, a sub-região do Alto Alentejo e o seu município de Gavião sobressaem pelo valor mínimo que este atinge (29,6%).

Durante a primeira década do presente século (2001-2011), a taxa de emprego na região Alentejo recuou 2,6%, agravando, assim, a sua fragilidade no plano económico e social. Consequentemente, na generalidade dos municípios da região a taxa de emprego também patenteou reduções, tendo os municípios de Borba e de Mourão registado os maiores decréscimos (-8,7% e -12,3%, respectivamente). Por outro lado, apenas 11 dos 58 municípios da região assistiram a um reforço da taxa de emprego na última década, registando Barrancos (2,6%) e Aljustrel (2,1 %) os maiores acréscimos.

Ao analisar-se a distribuição da população empregada nos diversos sectores de actividade, percebe-se que o dos serviços é aquele que mais ocupa a população empregada residente no Alentejo. Comparativamente à estrutura nacional é de sublinhar uma maior proporção de emprego no sector primário e nos serviços de natureza social a par de uma menor proporção na Indústria. Este facto patenteia, de resto, dois aspectos inelutáveis da natureza da região: a sua vocação, ainda viva, no domínio da agropecuária e o envelhecimento e fragilidade do seu efectivo populacional.

Adicionalmente, é de realçar, ainda, uma forte dependência do sector público, o qual se assume como o mais importante empregador da região e o único em que a proporção de mulheres empregadas é superior à do sexo masculino.

**Figura 46 – Emprego e Desemprego por Ramo de Actividade e Género no Alentejo (2011)**

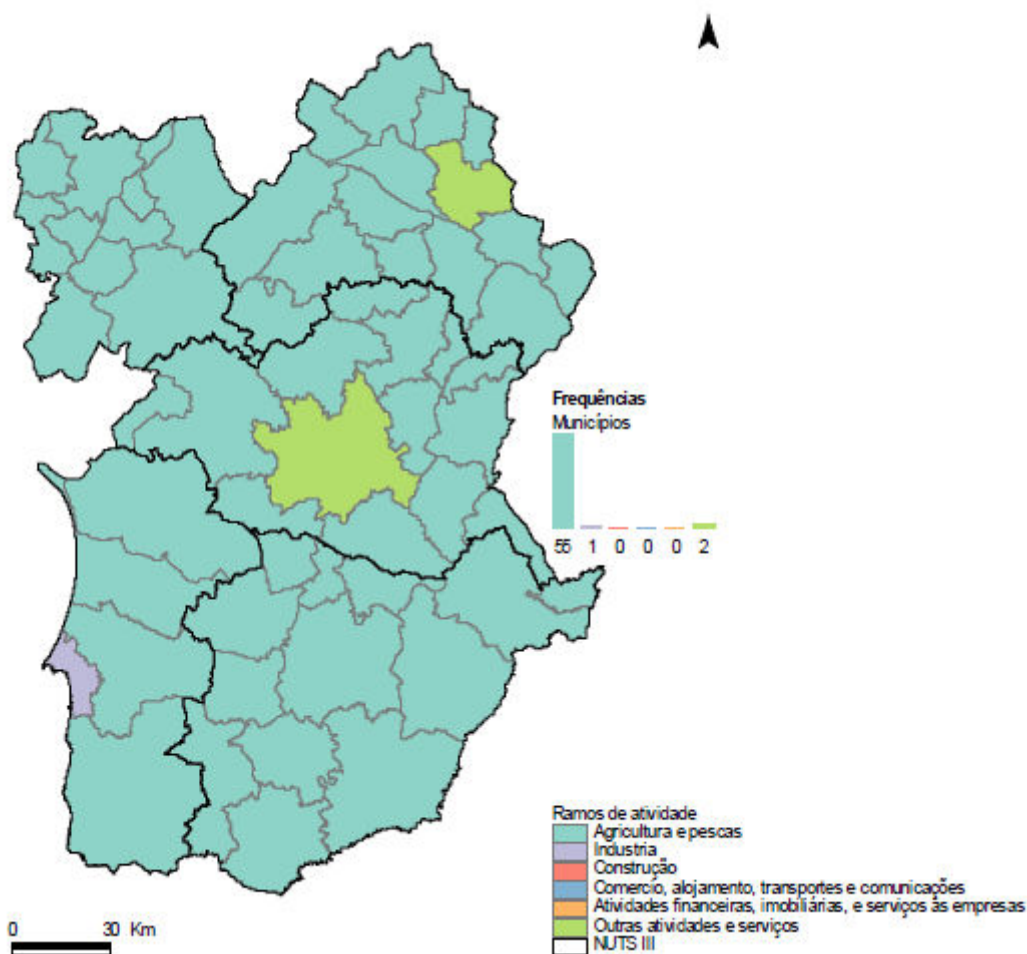


Fonte: CENSOS 2011, INE 2012

No campo da especialização regional verifica-se que a “Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca” se assume como o sector em que recai a especialização da generalidade do Alentejo, estendendo-se esta a 55 dos 58 municípios que a compõem.

Os municípios de Portalegre e Évora sobressaem por apresentarem as “Outras actividades de serviços” como as suas áreas de especialização económica. Sines, como consequência dos investimentos efectuados em torno do seu polo portuário, é o único município da região Alentejo a registar como ramo de especialização as actividades económicas ligadas à Indústria.

Figura 47 - Ramo de atividade económica de especialização regional, 2011



Fonte: CENSOS 2011, INE (2012)

Em 2011, o sector de atividade que empregava mais população na região Alentejo era as “Outras atividades de Serviços”, com 32,4%, seguido do “Comércio, alojamento, transportes e comunicações”, com 27,9%, e da “Indústria”, com 14,7%. Face à estrutura nacional, como já se referiu anteriormente, a região sobressai por uma maior representatividade das atividades ligadas à agricultura e à pecuária.

Contudo, relativamente ao início da década - e de forma concomitante e paralela à tendência registada ao nível nacional - assistiu-se a uma terciarização da economia regional, motivada não só por uma erosão do papel da agricultura na economia, mas também pela afirmação de um modelo baseado na sociedade dos serviços.

Finalmente, interessa deixar registo de que os ramos da actividade económica regional mais afectados pelo desemprego são o “Comércio, alojamento, transportes e comunicações”, com 29,4%, seguido das “Outras actividades de Serviços”, com 19,6%, e da “Indústria”, com 15,6%. A taxa de desemprego na agricultura cifrou-se em valores bem menores (média de 12,3%), situando-se, ainda assim, 10% acima do valor registado em termos nacionais.

### 4.3.3. ESTRUTURA URBANA E CAMPO

---

Fazendo jus à sua imagem de um grande espaço aberto salpicado, aqui e ali, por alguns centros populacionais esparsamente distribuídos pelo território (onde se concentra boa parte da sua população) e por alguns grandes assentos de lavoura também dispersos – os montes -, os valores registados para a densidade populacional da região são francamente inferiores aos que se verificam no país, sobretudo no Baixo Alentejo, área onde a densidade populacional atinge os 14,8 habitantes por km<sup>2</sup>, e no Alentejo Litoral - 18,9 habitantes por km<sup>2</sup>. No outro extremo, a Lezíria do Tejo, embora não acompanhando os 114,3 hab./km<sup>2</sup> relativos à densidade populacional de Portugal, apresenta um valor que, pela sua expressividade relativamente ao todo da região de turismo, se distingue bem dos restantes territórios – 57,9 hab./km<sup>2</sup>.

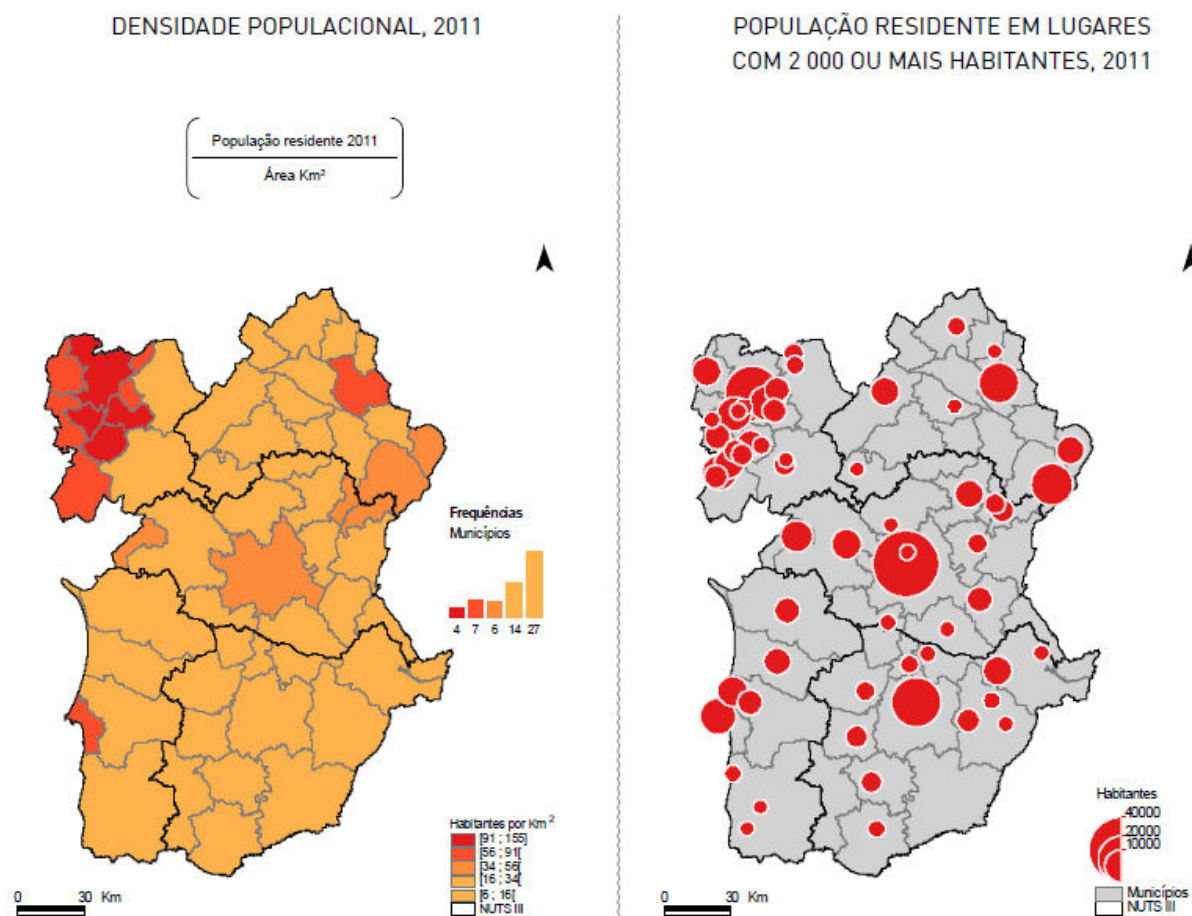
Olhando retrospectivamente para as últimas cinco décadas a região tem sido caracterizada por uma perda demográfica substancial que é essencialmente marcante no Baixo e no Alto Alentejo. Efectivamente, o Baixo Alentejo entre 1960 (232.896 hab.) e 2011 (126.692 hab.) perdeu 106.204, o que correspondeu a uma taxa de variação de - 45,6%. No quadro das NUTS III, apenas a Lezíria do Tejo se aproxima da tendência nacional de crescimento, ainda que a um ritmo claramente inferior.

Paralelamente, no que diz respeito à rede urbana regional, é de realçar a sua falta de coerência estrutural devido à escassez de pólos urbanos de grande e média dimensão, facto que conduz a que a maioria dos seus habitantes residam em lugares até 5.000 habitantes. Efectivamente, para além de Évora (49252 hab.), Santarém (29600 hab.), Beja (23400 hab.), Elvas (16640 hab.) e Portalegre (15184 hab.), todos os restantes

aglomerados populacionais podem ser classificados de pequena e muito pequena dimensão (<15000 hab.).

Ainda assim, é de referenciar o crescente afastamento da população dos espaços rurais, nomeadamente das localidades de pequena dimensão dispersas pelo território e distantes, na sua generalidade, várias dezenas de quilómetros das sedes de município. Este êxodo rural, sendo particularmente intenso na população mais jovem, contribui decisivamente para a fisionomia – um pouco desoladora - de muitos dos pequenos aglomerados urbanos da região: áreas em despovoamento acentuado habitadas, sobretudo, por uma população idosa ou, mesmo, muito idosa. Assim, à semelhança de outras regiões do país, as cidades mais dinâmicas da região que identificámos anteriormente vão assumindo crescentemente, em definitivo e quase em exclusivo, o papel de estruturação e polarização territorial.

**Figura 48 – Densidade Populacional e Lugares com mais de 2.000 residentes ou mais no Alentejo (2011)**



Fonte: CENSOS 2011, INE (2012)



Este quadro, motorizado pela procura de melhores condições de vida e reforçado pela ausência de um sistema mais eficiente de transportes que garanta a necessária capilaridade de rede e a mobilidade entre os locais, tem estimulado o já referido êxodo dos locais de menor dimensão e o conseqüente reforço das cidades sedes de município ou, mesmo, de outras áreas urbanas extra regionais. No quadro destes movimentos migratórios, é de realçar a permanente sangria de população jovem, em idade ativa e com habilitações escolares e/ou profissionais, que, na procura de respostas em termos de empregabilidade, assim como de ocupações adequadas à sua formação académica e melhores remunerações, tem abandonado a região.

#### **4.3.4. REDES DE ARTICULAÇÃO INTERNA E EXTERNA**

---

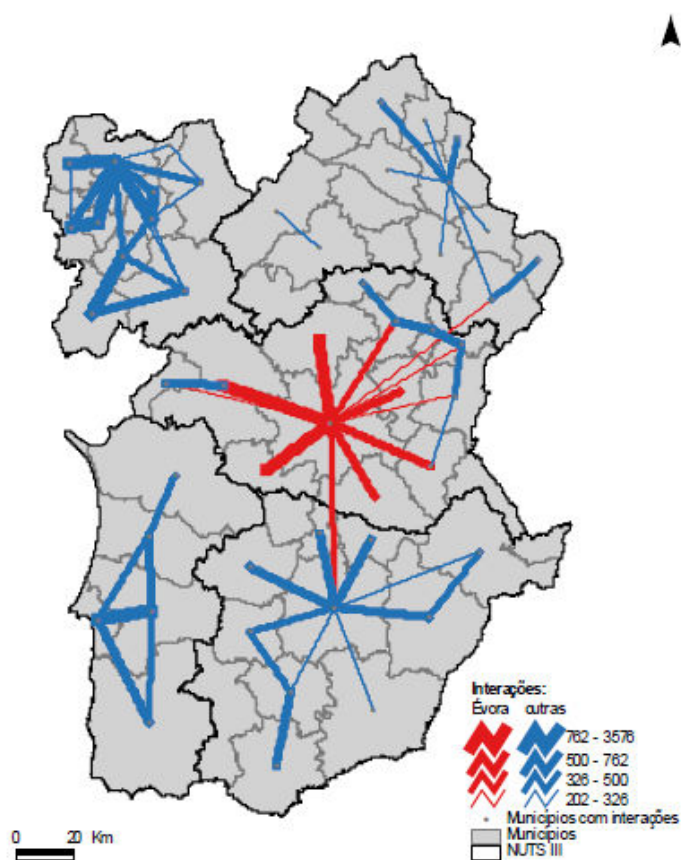
No final da primeira década do presente século, uma análise entre as interacções municipais mais significativas da região permite realçar as que se estabelecem entre as subunidades Alentejo Central e Baixo Alentejo, estruturadas pelos centros de interacção de Évora e Beja. Os restantes vectores de articulação não ultrapassam uma expressão sub-regional. Tal é o caso das que se estabelecem tendo origem em Portalegre, Santarém ou Sines.

Apesar dos progressos sentidos em todo o país ao nível das acessibilidades, no caso particular do território que compõe o presente estudo, continuam a manifestar-se alguns constrangimentos cuja natureza merece ser relevada. Desde logo uma configuração da rede de acessibilidades regional que pode ser alvo de reparos por não estabelecer uma tessitura adequada de ligações entre as principais cidades do território, algo que contribui, em parte, para uma deficiente articulação e, sobretudo, integração do sistema urbano regional.

Por outro lado, há que ter em linha de conta que a melhoria registada nos eixos viários não tem sido homogénea. Na verdade, o reforço de investimentos em alguns polos e eixos estruturantes, seja associado a áreas de maior dinamismo económico, seja a meras lógicas de atravessamento Norte-Sul ou Oeste-Este, não tem sido acompanhado por

investimentos equivalentes em áreas mais periféricas, porventura mais carentes dos mesmos tendo em vista a sua integração no tecido económico e social da região e do país. É o caso da rede viária de âmbito municipal, ao nível da qual subsistem bolsas territoriais em que a cobertura é reduzida e deficiente, verificando-se estrangulamentos nos fluxos de tráfego e desarticulações ao nível supramunicipal.

Figura 49 - Movimentos pendulares (interações regionais) no Alentejo, 2011



Fonte: CENSOS 2011, INE (2012)

Tais constrangimentos verificam-se, igualmente, no âmbito do serviço de transportes públicos de passageiros, sendo notório um indesejável agravamento das assimetrias intra-regionais. Na verdade, exceptuando as situações que acolhem os centros urbanos de maior dimensão, estes transportes continuam a apresentar insuficiências - sobretudo nas áreas mais afastadas dos eixos principais e dos maiores aglomerados - traduzidas na exiguidade e falta de qualidade dos serviços prestados (quando não, mesmo, total ausência).

E se é certo que os problemas demográficos da região conduzem a insuficiências de massa crítica susceptível de assegurar a sustentabilidade económica de alguns eixos de exploração, é imprescindível encontrar soluções de articulação pública e privada que assegurem sistemas de transportes social e ambientalmente adequados, de modo a garantir a coesão social e territorial através do acesso generalizado aos equipamentos e serviços colectivos disponibilizados numa área de influência razoável.

Em acréscimo, é, ainda, de realçar a falta de intermodalidade nos transportes, seja de passageiros, seja de mercadorias. Efectivamente, registam-se inúmeros problemas de articulação, internamente ao mesmo modo de transporte – sobretudo no rodoviário - e entre diferentes modos de transporte, algo que, em última análise, estimula o uso crescente do transporte individual nas deslocações urbanas e interurbanas.

No domínio das grandes apostas em curso - ou já efectuadas, total ou parcialmente - com reflexos na temática vertente, há que referir os investimentos dirigidos ao porto de Sines e à sua Zona Industrial e Logística. Detendo condições físicas e locacionais únicas ao nível nacional, desde que as acessibilidades de ligação ao seu *hinterland* sejam efectivas, é possível prospectar uma futura afirmação deste pólo no contexto internacional, algo que, em muito, contribuirá para, finalmente, concretizar o desígnio que presidiu, nos anos 70 do século passado, ao seu lançamento: estruturação de um pólo de desenvolvimento irradiante para a região. Adicionalmente, é, igualmente, de referir a aposta do plano Portugal Logístico, a qual passa pelo estabelecimento de uma plataforma logística fronteiriça em Elvas/Caia, articulada com Badajoz.

Por último - mas muito importante no domínio do turismo, em geral, e do turismo náutico, em particular – merece ser referenciado o sistema aeroportuário regional. Em Julho de 2006, o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC), no âmbito das orientações estratégicas para o sistema aeroportuário nacional, inclui o futuro aeroporto de Beja enquanto peça do mesmo. Esta infraestrutura teria como vocação, ainda de acordo com os estudos do MOPTC, para além do apoio à actividade turística gerada, sobretudo, pela emergência de novos empreendimentos turísticos no litoral e no grande lago do Alqueva, o transporte de carga (designadamente, os produtos agroalimentares derivados do regadio do Alqueva), a manutenção de aeronaves e a criação de um polo de fabricação aeronáutica.

Já vários anos passaram desde que o aeroporto do Alentejo acolheu, em 2011, o seu voo inaugural. Desde essa data muito se escreveu e se opinou sobre a validade dos mais de 30 milhões de euros aí investidos. E, se é certo que o movimento de passageiros tem sido reduzido (cerca de 5000 nos dois primeiros anos de exploração) e que o encerramento, já em 2014, da linha *charter* entre Beja e Paris (Windavia), não deixam margens a grandes optimismos num horizonte de curto/médio prazo, a sua valia no quadro do futuro da região continua inquestionável e o seu racional inicial perfeitamente válido: a alimentação de turistas para o sector regional, designadamente a abertura da região ao turismo de negócios e convenções, a viabilização das estadas curtas e muito curtas, o “flash” turismo gastronómico e enológico, o turismo de nicho requerendo equipamento médio e pesado, entre muitos outros desígnios e domínios.

E isto já para não falar na viabilização da produção e do escoamento para os grandes mercados consumidores do Norte da Europa e do Médio Oriente de produtos agrícolas frescos e perecíveis, oriundos das áreas de regadio e de alto valor acrescentado, bem como do seu potencial, enquanto aeroporto escola ou de aplicação, para a viabilização do hipotético recentramento futuro do Instituto Politécnico de Beja no macro *cluster* da aviação e do turismo aéreo.

## **4.4. O TURISMO E O RECREIO NA ÁREA DE INTERVENÇÃO**

### **4.4.1. O SIGNIFICADO PARA A ÁREA DE INTERVENÇÃO DAS GRANDES TENDÊNCIAS DO TURISMO**

---

A dinâmica turística existente no quadro de referência territorial em estudo (Alentejo e Ribatejo) tem vindo a ser alvo de uma profunda reflexão, com o objectivo de modelizar as estratégias de criação e de operacionalização de novos produtos turísticos, de afirmação do território e de potenciação de empresas locais, de modo a promover a activação de uma marca territorial que seja integradora de novos conceitos e promotora de mecanismos de atractividade de novos consumidores.

Ao longo dos tempos, o mercado turístico tem registado um sucessivo crescimento da oferta e da procura turísticas. Esta é uma realidade desde logo evidente quando se referenciam os dados da procura turística internacional.

Se por um lado, em 1950, a procura cifrava-se, de acordo com as séries estatísticas da Organização Mundial de Turismo (OMT), nos 25 milhões de turistas, actualmente (2013) este número atingiu os 1.087 milhões (OMT, 2014). Por outro lado, em linha com as previsões da OMT para 2020, é expectável que o turismo internacional cresça nos próximos anos quase tanto quanto cresceu no período de 1950 a 2010, prevendo-se em 2030 uma procura turística internacional na ordem dos 1,8 mil milhões de turistas (OMT; 2014).

Neste sentido, estamos perante um crescimento da procura turística claramente exponencial, o qual resulta, nomeadamente, do crescente desenvolvimento da economia mundial, em particular de economias emergentes como o Brasil, a Índia e o Dubai e da abertura política de países como a China e a Rússia. Este cenário de crescente globalização da actividade turística é claramente dinamizado por um intenso desenvolvimento da tecnologia, o qual se reflecte na crescente acessibilidade a novos destinos, em particular por via do desenvolvimento do transporte aéreo.

No entanto, importa referir que a Europa continuará a ser o grande destino emissor e receptor da procura turística internacional, apesar da sua diminuição percentual no contexto da actividade turística à escala mundial. Por seu lado, os países da Europa de Leste, do Médio Oriente e da Ásia tendem a assumir-se como os grandes destinos emergentes, tornando a competição entre destinos uma variável central do mercado turístico.

**Figura 50 - Evolução da procura turística internacional por quota de mercado dos destinos turísticos 1950-2010**

Rank	1950	Share	1970	Share	1990	Share	2010	Share
1	United States	71%	Italy	43%	France	38%	France	31%
2	Canada		Canada		United States		United States	
3	Italy		France		Spain		China	
4	France		Spain		Italy		Spain	
5	Switzerland		United States		Hungary		Italy	
6	Ireland	17%	Austria	22%	Austria	19%	United Kingdom	14%
7	Austria		Germany		United Kingdom		Turkey	
8	Spain		Switzerland		Mexico		Germany	
9	Germany		Yugoslavia		Germany		Malaysia	
10	United Kingdom		United Kingdom		Canada		Mexico	
11	Norway	9%	Hungary	10%	Switzerland	10%	Austria	10%
12	Argentina		Czechoslovakia		Greece		Ukraine	
13	Mexico		Belgium		Portugal		Hong Kong (China)	
14	Netherlands		Bulgaria		Malaysia		Russia Federation	
15	Denmark		Romania		Croatia		Canada	
	Others	3%	Others	25%	Others	33%	Others	45%
<b>Total</b>	<b>25 million</b>		<b>166 million</b>		<b>441 million</b>		<b>940 million</b>	

Fonte: OMT (vários anos) Elaboração própria, in Gustavo, 2012

Perante esta realidade a procura turística tende para um comportamento de dispersão impar, diminuindo progressivamente a concentração dos fluxos turísticos mundiais. Atente-se no facto dos principais cinco destinos turísticos mundiais, em termos de chegadas de turistas internacionais, em 1950 deterem 71% da referida quota de mercado, enquanto actualmente (2010) esse valor não ultrapassar os 31%. Em contrapartida, os destinos fora do top quinze, já garantem actualmente uma quota de 45%, por oposição aos apenas 3% que registavam em 1950. Num cenário de crescimento global da actividade turística e de uma procura turística cada vez mais heterogénea, consequência de circunstancialismos anteriormente referidos, como as alterações verificadas ao nível da matriz sociodemográfica e a diversificação dos mercados emissores, a oferta turística tem evoluído no sentido de responder aos desafios próprios do momento.

Portugal tem sentido os reflexos da crescente competitividade internacional, não porque o seu número de turistas internacionais tenha diminuído, bem pelo contrário, mas devido a uma redução drástica da sua cota de mercado, expressa numa queda sucessiva no *ranking* internacional de chegadas de turistas estrangeiros. Atente-se que em 1990



Portugal ocupava o 13.º lugar do *ranking* internacional de chegadas de turistas e em 2013 ocupava apenas o 36.º lugar do referido ranking.

**Quadro 4 - Rankings dos principais indicadores de turismo internacional, 2013**

Posição	Entradas de turistas internacionais	Receitas do turismo internacional	Despesas em turismo internacional
1º	França	EUA	China
2º	EUA	Espanha	EUA
3º	Espanha	França	Alemanha
4º	China	China	Federação Russa
5º	Itália	Macau (China)	Reino Unido
6º	Turquia	Itália	França
7º	Alemanha	Tailândia	Canadá
8º	Reino Unido	Alemanha	Austrália
9º	Federação Russa	Reino Unido	Itália
10º	Tailândia	Hong Kong (China)	Brasil
...	...	...	...
	Portugal (36º)	Portugal (26º)	Portugal (43º)

Fonte: UNWTO - Barómetro do Turismo Mundial - Abril de 2014

Neste cenário a construção de novos paradigmas de intervenção turística, alicerçada em modelos activos de consumo e enquadrados pela tese do “Novo Turismo” de Auliana Poon, são elementos fundamentais num cenário de crescente competição internacional. Perceber a importância da introdução de novos produtos turísticos, potenciando os recursos locais, é um factor essencial para garantir novos indicadores de atractividade geradores de novos negócios e mercados.

No seguimento do enquadramento efectuado sobre o turismo à escala mundial, é pertinente, agora, reflectir sobre a forma como as grandes tendências que perpassam pela actividade turística poderão influenciar o devir do sector no Alentejo e na Lezíria do Tejo e, de forma muito em especial, no seu segmento relacionado com as actividades aquáticas.

Interessa, contudo, ter em atenção que a paleta das mega tendências identificadas é uma realidade dinâmica, seja no que diz respeito à sua estrutura, seja, sobretudo, no que se prende com as magnitudes e as direcções dos efeitos originados pelas suas componentes específicas. Por outro lado, como bem se sabe com cada vez maior nitidez, mega acontecimentos de cariz regional ou mundial podem introduzir modificações significativas no grande cenário do turismo mundial (pandemias, guerras às escalas regionais ou atentados de grande relevância, só para citar alguns).

Tudo isto, acrescido dos acontecimentos que se inscreverão na tessitura do futuro urdida no plano nacional ou local, aconselham a que o que de seguida se avança seja encarado como um mero exercício prospectivo com relevância exclusivamente no domínio do estabelecimento de parâmetros de orientação gerais e em silhueta.

Adicionalmente, é, também, necessário considerar que a área de intervenção do presente estudo é uma realidade de profunda diversidade e complexidade, não só pelo matizado de territórios e de recursos turísticos – e hídricos - que possui, mas também – e sobretudo – pelo aspecto locacional, ou seja, pela sua posição face ao triângulo de onde recebe grande parte das suas influências estruturantes, seja no domínio dos fluxos materiais, seja no dos imateriais. Na verdade, o trinómio Lisboa, Algarve e Espanha, pelo menos no que ao turismo diz respeito, configura o grande quadro relacional de onde emanam importantes janelas de oportunidade que é necessário identificar e aproveitar, mas também, há que não olvidar, de onde sopram fortes ventos centrípetos e importantes quadros competitivos que importa considerar, incorporar e reverter em prol dos desígnios que são perseguidos pela região de turismo.

Complementarmente, é de sublinhar que as dimensões retidas no quadro da avaliação dos efeitos prováveis das dinâmicas registadas no sector turístico incidentes sobre a área de intervenção, derivam, com uma sistemática específica, de duas grandes fontes: o que foi avançado anteriormente neste relatório sobre o panorama do turismo internacional e os estudos prospectivos desenvolvidos pela Organização Mundial de Turismo sobre estas matérias.

Neste quadro, considera-se pertinente considerar como conjunto de referência o que inclui os seguintes aspectos:

#### **1 – Emissão:**

- reforço das disponibilidades temporais e económicas para encetar viagens e concretizar estadas, eventualmente com uma dimensão média superior;
- continuidade da abertura dos países europeus às deslocações de pessoas (migrações), com o conseqüente acréscimo, directo e indirecto, de viagens;

#### **2 – Recepção:**

- aumento significativo da competitividade, consequência da globalização e do alargamento da oferta;
- diversificação e incremento da oferta de actividades de lazer junto às grandes áreas residenciais, com significado directo nas práticas recreativas e nas estadas turísticas de curta e muito curta duração;
- reforço das práticas de salvaguarda ambiental, não só como fonte de *marketing* e aumento da competitividade dos destinos e instituições, mas também como resultado de uma crescente responsabilidade ambiental e social;
- continuação da emergência das preocupações no que diz respeito à adaptação dos destinos e das áreas turísticas em matéria de turismo acessível;
- reforço da abertura de janelas de oportunidades para novas áreas e novos produtos turísticos;
- renovação, retematização e revitalização de complexos/espacos turísticos em fase de maturidade avançada;

### **3 – Comercialização:**

- desenvolvimento de operadores turísticos independentes, possibilitado pelas novas tecnologias da informação;
- reforço da iniciativa individual no que diz respeito à organização e à aquisição de componentes constitutivas dos pacotes turísticos individuais (*self taylorred*);
- concentração em torno dos grandes *tour-operators*;

### **4 – Transportes:**

- embaratecimento e generalização das deslocações aéreas, derivadas da competitividade entre as companhias tradicionais e da expansão das *low-cost*;
- aprofundamento da estratégia tendente ao estabelecimento de grandes alianças entre companhias aéreas, não só como forma de viabilizar uma estratégia comum, mas também de evitar a asfixia económica;

## 5 – Informação e divulgação turística:

- renovação das formas de *marketing* turístico decorrentes das novas redes electrónicas de comunicação;
- aumento da informação exigida e fornecida pelo/ao consumidor;
- incremento da necessidade de segmentação do mercado, tendo em vista a viabilização de produtos específicos (*niche Tourism*);

## 6 – Turista:

- aumento dos gastos turísticos decorrentes da intensificação da propensão para o consumo;
- diversificação extraordinária da procura;
- reforço significativo da procura de destinos beneficiando de imagens associadas de menor artificialização;
- aumento da procura, por parte de uma elite, de destinos remotos e pouco acessíveis;
- consolidação da atitude activa aquando das estadas turísticas, com conseqüente procura de actividades de animação turística susceptíveis de densificar e aprofundar os actos turísticos;
- crescente associação entre as dimensões lúdicas e culturais (divertir e aprender);
- afirmação de novos domínios de atracção, seja enquanto despoletadores centrais de actos turísticos e das escolhas dos destinos, seja enquanto coadjuvantes do quadro de atractividade (turismo de saúde, turismo gastronómico, enoturismo, turismo náutico, turismo comunitário, turismo étnico, entre outros);
- aumento em importância do Turismo mais distante do quadro de lazer, tal como o científico, o de negócios e o de congressos e incentivos;

- acréscimo das exigências e expectativas dos turistas;
- aumento das preocupações éticas e de responsabilidade social na escolha dos destinos e empresas e nas práticas turísticas;
- importância crescente das férias repartidas e das estadas de curta/média duração;

#### **7 – Produtos turísticos:**

- explosão em quantidade e diversidade dos produtos turísticos disponíveis no mercado;
- densificação e extensão da cadeia de valor dos produtos turísticos (módulos acopláveis);
- aumento dos produtos dirigidos aos *empty-nesters* e à terceira idade;
- afirmação de alguns produtos completamente artificiais (parques temáticos, estações de Inverno em locais insólitos do ponto de vista climático, ...);

#### **8 – Políticas:**

- diminuição de restrições às viagens, abertura de novas áreas ao Turismo;
- afirmação da indispensabilidade do planeamento turístico;
- reforço da relação entre Turismo e desenvolvimento, nomeadamente como motor de desenvolvimento e como forma de combate às disparidades territoriais;
- aumento da percepção da necessidade de envolvimento das populações locais no delineamento e implementação das políticas de desenvolvimento turístico;
- aumento da necessidade de cooperação para o desenvolvimento turístico, seja entre o sector público e o privado, seja entre as componentes de cada um deles.

Desta paleta de base será considerado um subconjunto considerado especialmente relevante para a estruturação do presente estudo – o turismo náutico na região de turismo do Alentejo e Ribatejo.

**Quadro 5- Síntese dos significados das tendências do Turismo para a AI**

<b>DIMENSÕES</b>	<b>SIGNIFICADO PARA A AI</b>	<b>TIPO DE SIGNIFICADO</b>	<b>IMPORTÂNCIA POTENCIAL (1 - REDUZIDA; 5 - MUITO RELEVANTE)</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
<b>Reforço das disponibilidades temporais e económicas para encetar viagens e concretizar estadas, eventualmente com uma dimensão média superior.</b>	Incremento das condições de base para o aumento quantitativo e qualitativo da procura.	Oportunidade	5	Este aspecto poderá ter um efeito reforçado na AI, enquanto local de recepção-base, mas também enquanto espaço que poderá ser visitado por turistas cujo alojamento esteja fora da AI (nomeadamente os de atravessamento Lisboa/Algarve e Lisboa/Espanha).
<b>Continuidade da abertura dos países europeus às deslocações de pessoas (migrações), com o consequente acréscimo, directo e indirecto, de viagens.</b>	Tendo em conta o caso específico de Portugal (em que a quantidade de emigrantes diminuiu bastante nos últimos anos), os efeitos indutores de visitas nos próximos anos serão despidiendos.	Oportunidade	1	
<b>Aumento significativo da competitividade, consequência da globalização e do alargamento da oferta.</b>	Como todo o aumento da concorrência, introduzirá novos aspectos competitivos a ter em linha de conta.	Ameaça	4	No segmento do turismo náutico é de esperar um reforço da oferta, seja nos países tradicionalmente importantes neste segmento da oferta, seja em novas realidades turísticas emergentes, designadamente nos continentes americano e asiático.
<b>Reforço das práticas de salvaguarda ambiental, não só como fonte de</b>	Impacto na gestão dos espaços naturais e no ordenamento das práticas de lazer	Oportunidade	5	Maior aceitação, por parte dos actores, de políticas de



<b>marketing e aumento da competitividade dos destinos e instituições, mas também como resultado de uma crescente responsabilidade ambiental e social.</b>	nas áreas de maior pressão e maior sensibilidade. O “bom” ambiente enquanto factor de atractividade e de competitividade.			salvaguarda ambiental. O Alentejo – a AI no geral - possui uma imagem extremamente positiva no domínio das boas práticas ambientais.
<b>Reforço da abertura de janelas de oportunidades para novas áreas e novos produtos turísticos.</b>	Viabilização de novos produtos específicos dirigidos a públicos alvo bem definidos – <i>niche Tourism</i>	Oportunidade	5	A área de intervenção possui recursos susceptíveis de alimentar o lançamento de produtos turísticos inovadores bastante competitivos (ex: o enoturismo, o turismo gastronómico, turismo de aventura em meio aquático, ...)

DIMENSÕES	SIGNIFICADO PARA A AI	TIPO DE SIGNIFICADO	IMPORTÂNCIA POTENCIAL (1 - REDUZIDA; 5 - MUITO RELEVANTE)	OBSERVAÇÕES
<b>Renovação, retematização e revitalização de complexos/espacos turísticos em fase de maturidade avançada.</b>	Renovação e relançamento de espaços tradicionais em fase de maturidade. Aumento da competitividade relativamente a alguns nichos turísticos.	Ameaça	2	Designadamente no litoral Sul é possível antever algum aumento da competitividade em segmentos da oferta tradicionalmente pouco considerados, tais como o turismo cultural, o turismo gastronómico, o turismo ligado aos desportos radicais e o turismo náutico menos tradicional.
<b>Desenvolvimento de operadores turísticos independentes, possibilitado pelas novas tecnologias da informação.</b>	Possibilidade da informação e venda do destino Alentejo/Ribatejo ter um âmbito mundial.	Oportunidade	4	
<b>Reforço da iniciativa individual no que diz respeito à organização e à aquisição de componentes constitutivas dos pacotes turísticos individuais (<i>self</i></b>	Libertação face aos canais de distribuição tradicionais.	Oportunidade	4	A organização e compra directa através das plataformas informáticas abre novas perspectivas de negócios para iniciativas menos “mainstreaming” e menos acolhidas pelos

<i>taylored).</i>				operadores tradicionais (Algo importante no quadro da AI)
<b>Concentração em torno dos grandes <i>tour-operators</i>.</b>	Pressão sobre as agências de viagens de cariz local. Pressão sobre os preços da hotelaria. Dependência.	Ameaça	2	Tendo em conta a oferta actual existente na AI este aspecto poderá colocar-se somente num horizonte temporal distante e em áreas muito específicas.
<b>Embaratecimento e generalização das deslocações aéreas, derivadas da competitividade entre as companhias tradicionais e da expansão das <i>low-cost</i>.</b>	Este aspecto poderá revestir-se de aspectos positivos ou negativos consoante a capacidade de afirmação da AI (conhecimento e reconhecimento no âmbito, por exemplo, dos desportos náuticos).	Oportunidade	2	Nomeadamente para áreas com recursos que são praticamente únicos este aspecto pode assumir uma importância relevante (Ex: Alqueva)

DIMENSÕES	SIGNIFICADO PARA A AI	TIPO DE SIGNIFICADO	IMPORTÂNCIA POTENCIAL (1 - REDUZIDA; 5 - MUITO RELEVANTE)	OBSERVAÇÕES
<b>Novas formas de <i>marketing</i> turístico decorrentes das novas redes electrónicas de comunicação.</b>	Possibilidade da informação sobre o destino ter uma difusão mundial e possibilidade de reforçar a imagem de autenticidade e robustez ecológica da AI.	Oportunidade	4	Ligação do destino turístico Alentejo/Ribatejo a elementos chave da região, nomeadamente os recursos reconhecidos como património mundial – o Cante Alentejano e Évora – ou outros com forte impacto em nichos de mercado (águas interiores, recursos piscícolas, montado, artesanato alimentar,..)
<b>Aprofundamento da estratégia tendente ao estabelecimento de grandes alianças entre companhias aéreas, não só como forma de viabilizar uma estratégia comum, mas também de evitar a asfixia</b>	Aguarda-se o resultado da privatização da TAP e os consequentes efeitos no Hub Lisboa/África/América do Sul.	Ameaça	1	

<b>económica.</b>				
<b>Aumento da informação exigida e fornecida pelo/ao consumidor.</b>	Possibilidade de reforçar a competitividade da AI através de acções concretas na vertente da divulgação e da informação turística de nova geração.	Oportunidade	4	É imperativa uma forte aposta nas novas tecnologias e plataformas de informação e comunicação turística (produtos para telemóveis e laptops, apps, realidade aumentada, informação segregada por idade, formação e áreas de interesses, ...)
<b>Incremento da necessidade de segmentação do mercado tendo em vista a viabilização de produtos específicos (<i>niche Tourism</i>).</b>	Aumento da competitividade da AI através da generalização da receptividade a novos produtos específicos dirigidos a públicos alvo bem definidos – <i>niche Tourism</i> .	Oportunidade	5	Neste particular um mundo se abre à AI. Assim exista o capital humano susceptível de despoletar a energia inovadora e criadora necessária.
<b>Aumento dos gastos turísticos decorrentes da intensificação da propensão para o consumo.</b>	Quadro favorável para o comércio e serviços associados, directa ou indirectamente, ao turismo e ao recreio.	Oportunidade	3	Importante no domínio dos gastos complementares ao alojamento e alimentação, designadamente os produtos de animação turística, o artesanato, os produtos agrícolas, ...)

<b>DIMENSÕES</b>	<b>SIGNIFICADO PARA A AI</b>	<b>TIPO DE SIGNIFICADO</b>	<b>IMPORTÂNCIA POTENCIAL (1 - REDUZIDA; 5 - MUITO RELEVANTE)</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
<b>Diversificação extraordinária da procura.</b>	Oportunidade para novos produtos e para locais emergentes.	Oportunidade	4	A paleta da procura de produtos turísticos em geral e de produtos náuticos em particular deverá diversificar-se colocando, assim, no mapa turístico locais até hoje pouco considerados
<b>Reforço significativo da procura por destinos com imagens associadas de menor artificialização.</b>	O Alentejo e o Ribatejo possuem uma imagem ímpar neste particular	Oportunidade	5	É importante continuar a apostar no planeamento e ordenamento do território e numa política de turismo

				inteligente.
<b>Aumento da procura, por parte de uma elite, de destinos remotos e pouco acessíveis.</b>	Fuga para outros destinos dos turistas com maior capacidade económica.	Ameaça	2	
<b>Consolidação da atitude activa aquando das estadas turísticas, com consequente procura de actividades de animação turística susceptíveis de densificar e aprofundar os actos turísticos.</b>	Neste particular a AI possui condições de base excelentes, seja para o turismo activo baseado na natureza, seja para o que se apoia no património cultural e humano endógeno.	Oportunidade	5	É fundamental promover e apoiar o empreendedorismo associado à animação turística, algo que, de resto, a demografia regional dificulta
<b>Crescente associação entre as dimensões lúdicas e culturais (divertir e aprender).</b>	Este aspecto, se bem explorado, poderá ser muito relevante no estabelecimento de complementaridades entre as áreas ribeirinhas aos planos de água e os <i>hinterlands</i> .	Oportunidade	3	Importante sobretudo no litoral e em torno dos principais cursos e planos de água.
<b>Afirmação de novos domínios de atracção, seja enquanto despoletadores centrais de actos turísticos e das escolhas dos destinos, seja enquanto coadjuvantes do quadro de atractividade (turismo de saúde, turismo gastronómico, enoturismo, turismo náutico, turismo comunitário, turismo étnico, entre outros).</b>	Globalmente, a AI tem todas as condições de base (recursos primários) necessárias à constituição de produtos turísticos alternativos dirigidos a segmentos específicos do mercado.	Oportunidade	5	É fundamental promover e apoiar o empreendedorismo.
<b>Aumento em importância do Turismo mais distante do quadro de lazer, tal como o científico, o de negócios e o de congressos e incentivos.</b>	A AI possui infra-estruturas e instituições que lhe permitem apostar neste segmento de mercado, designadamente no triângulo Santarém, Évora, Portalegre.	Oportunidade	2	Este segmento pode ser desenvolvido procurando complementaridades com empresas e escolas de ensino superior.

DIMENSÕES	SIGNIFICADO PARA A AI	TIPO DE SIGNIFICADO	IMPORTÂNCIA POTENCIAL (1 - REDUZIDA; 5 - MUITO RELEVANTE)	OBSERVAÇÕES
<b>Acréscimo das exigências e expectativas dos turistas</b>	Conjuntamente com a diferença, a qualidade percebida e a relação qualidade preço serão elementos fundamentais na estruturação do turismo da região e no do turismo náutico em particular	Oportunidade/ Ameaça	4	Em função da resposta que a região e o sector for capaz de dar.
<b>Aumento das preocupações éticas e de responsabilidade social na escolha dos destinos e empresas e nas práticas turísticas</b>	O turismo responsável afirmar-se-á como um factor de competitividade dos lugares e das empresas.	Oportunidade/ Ameaça	3	Tendo em consideração o conhecimento do sector turístico regional este aspecto pode vir a ser uma oportunidade efectiva.
<b>Importância crescente das férias repartidas e das estadas de curta/média duração.</b>	Este aspecto poderá ser relevante ao nível da captação do mercado da AML e de Espanha em estadas de curta e muito curta duração.	Oportunidade	4	As óptimas acessibilidades de que a região dispõe abre muito boas perspectivas neste domínio, muito em especial nas estadas de muito curta duração.
<b>Densificação e extensão da cadeia de valor dos produtos turísticos (módulos acopláveis)</b>	Os produtos bem estruturados e tematicamente coerentes e envolventes tenderão a ser cada vez mais procurados, com os efeitos benéficos, ao nível económico, daí resultantes.	Oportunidade	5	Exige uma articulação forte entre os actores do subsector náutico, mas é uma importante oportunidade.
<b>Aumento dos produtos dirigidos aos <i>empty-nesters</i> e à terceira idade.</b>	A Região poderá assumir-se como uma importante área de recepção para o turismo sénior e, mesmo,	Oportunidade	3	Carece de investimentos importantes no domínio das infraestruturas e dos serviços de

	com os investimentos adequados, para se evidenciar como bacia de acolhimento mais prolongada para reformados.			apoio à terceira idade e ao lazer sénior.
<b>Diminuição das restrições às viagens, abertura de novas áreas ao Turismo.</b>	A reorganização do território turístico mundial poderá ter impactos relevantes, indirectamente, na AI.	Ameaça	1	Sobretudo em função da turistificação da margem Sul do Mediterrâneo.
<b>Afirmação da indispensabilidade do planeamento turístico.</b>	O turismo e o recreio constituem uma faca de dois gumes. É necessário, portanto, ter uma posição firme e activa relativamente aos seus desenvolvimentos.	Oportunidade	3	Considera-se este aspecto como oportunidade porque a região tem demonstrado capacidade para se autorregular, comparativamente a outras áreas, de forma muito positiva.

DIMENSÕES	SIGNIFICADO PARA A AI	TIPO DE SIGNIFICADO	IMPORTÂNCIA POTENCIAL (1 - REDUZIDA; 5 - MUITO RELEVANTE)	OBSERVAÇÕES
<b>Reforço da relação entre Turismo e desenvolvimento, nomeadamente como motor de desenvolvimento e como forma de combate às disparidades territoriais.</b>	As apostas no Turismo tenderão, ainda mais, a generalizar-se a áreas deprimidas, aumentando, desta forma, a concorrência entre os lugares.  Contudo, no caso específico da AI, a consciência e as práticas de desenvolvimento baseado nas potencialidades endógenas têm tido uma tal expansão que este aspecto deverá ser encarado como uma oportunidade.	Oportunidade	3	Turismo comunitário, turismo comunitário de aldeia, turismo rural. Ligação às ADL e aos programas financiados por fundos europeus.
<b>Aumento da percepção da necessidade de envolvimento das populações locais no delineamento e implementação das</b>	Apesar do envelhecimento da população e do seu reduzido potencial, a AI caracteriza-se pelo seu espírito de	Oportunidade	3	O empenhamento dos actores e da população em geral é um recurso a acarinhar e promover.



<b>políticas de desenvolvimento turístico.</b>	participação cidadã.  Cada vez mais é evidente que o turismo, como actividade de largo espectro, necessita do envolvimento dos actores e da população em geral.			
<b>Aumento da necessidade de cooperação para o desenvolvimento turístico, seja entre o sector público e o privado, seja entre as componentes de cada um deles.</b>	É fundamental reforçar as plataformas de cooperação e os momentos de encruzilhada entre os actores públicos, os actores privados e os do terceiro sector.	Oportunidade	5	A cooperação intra e extra aos três sectores é muitíssimo relevante. Sobretudo no caso dos protagonistas turísticos dos diversos locais é fundamental que os mesmos se associam e que criem racionalidades próprias no sentido de proporcionar experiências gratificantes e memoráveis.

#### 4.4.2. EXPRESSÃO E SIGNIFICADO ACTUAL

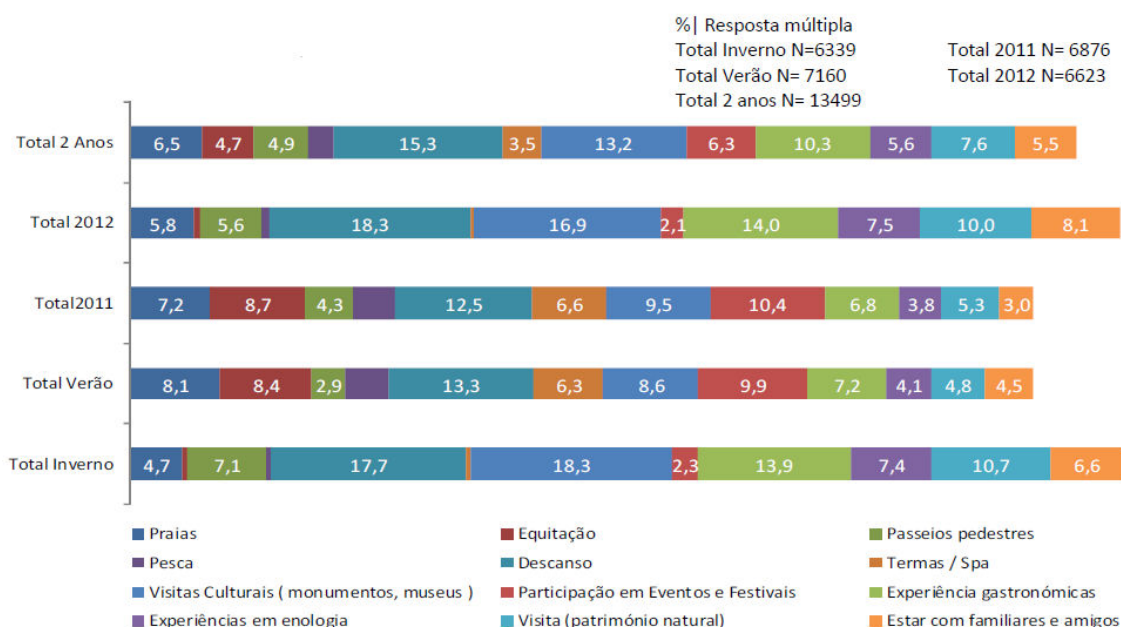
Muito embora, em contexto de mudança, o estado da arte actual, da oferta turística do Alentejo/Ribatejo, privilegia basicamente duas tipologias de produto e duas componentes territoriais:

- O produto património cultural (material e imaterial), como aquele que é o seu mais importante capital turístico das áreas em questão, associado a uma centralização da procura e do consumo em meios urbanos com principal enfoque nas cidades de Évora e de Santarém. Neste contexto, as práticas de *touring* cultural e paisagístico, possuem uma expressão maior em sede de negócio turístico nas regiões em apreço.
- O produto Sol e Mar, como espaço de intercepção entre o consumo de dimensão recreativa e de operação turística, existente ao longo da linha de costa entre Tróia e Odeceixe e com elevados indicadores de sazonalidade.

Estamos logicamente a referir as duas dimensões de maior projecção, sem esquecer que, numa dimensão mais minimalista, a oferta de turismo rural, religioso, natureza, activo e enogastronómico, têm vindo a ganhar alguma consistência no processo de desenvolvimento turístico do território.

De resto, são os próprios estudos do Observatório de Turismo do Alentejo, referenciados no gráfico seguinte, que enquadram os dois referenciais produto/território.

**Figura 51 - Perfil do Turista da Região do Alentejo - Motivações**



Fonte: Observatório do Turismo do Alentejo, 2013

A região Alentejo<sup>13</sup> representa, em 2013, 11,6% do total de alojamento turístico do país<sup>14</sup> (Norte 25,7%; Centro 19,6%; Algarve 16,1%; Lisboa 12,7%; RA Madeira 9,6% e

<sup>13</sup> A análise da actividade turística da actual NUTS II Alentejo sustenta-se na informação estatística disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), pelo Turismo de Portugal e pelo Observatório de Turismo do Alentejo, designadamente no que diz respeito à oferta e à procura turísticas e à adequação entre ambas, tendo em consideração os dados mais recentes. Neste sentido, caracteriza-se a oferta de alojamento turístico e a respectiva capacidade de alojamento, comparando o contexto regional com o nacional. No que diz respeito à procura turística, analisam-se as dormidas e as proveniências dos hóspedes na AI, confrontando os resultados obtidos com o total do país. Por último, procede-se à análise da adequação entre a oferta e a procura, através da taxa de ocupação e da estada média, tendo presente o significado destes indicadores no total do país.

<sup>14</sup> Hotelaria (hotéis, apartamentos turísticos, aldeamento turísticos, hotéis-apartamentos, pousadas), alojamento local, turismo no espaço rural e turismo de habitação.

RA Açores 4,6%). Em termos de alojamento hoteleiro, a AI regista 7,3% do total nacional (Algarve 25%; Norte 19,6%; Centro 19,4%; Lisboa 16,0%; RA Madeira 8,3% e RA Açores 4,4%). Na tipologia de alojamento local a região Alentejo detém 9,6% da oferta nacional disponível (Norte 24%; Centro 21,6%; Lisboa 15,4%; Algarve 12,9%; RA Madeira 14,9% e RA Açores 1,5%), enquanto que nos estabelecimentos de turismo em espaço rural e de turismo de habitação representa 23,6% e 15,3%, respectivamente (Norte 36,6% e 46,6%; Centro 15,7% e 23,9%; Lisboa 3,0% e 4,5%; Algarve 5,5% e 0,6%; RA Açores 9,8% e 5,7% e RA Madeira 5,8% e 3,4%).

Do total de alojamento turístico da região Alentejo, 27,3% correspondem à hotelaria (hotéis 74,5%<sup>15</sup>; apartamentos turísticos 7,5%; aldeamento turísticos 1,9%; hotéis-apartamentos 7,5%; pousadas 8,5%), 26,0% ao alojamento local, 39,8% ao turismo no espaço rural<sup>16</sup> e 6,9% ao turismo de habitação (Quadro 6).

**Quadro 6 - Estabelecimentos, segundo o tipo, por regiões (NUTS II) - anterior enquadramento legislativo e atual enquadramento legislativo**

31-07-2013

Unidade: Nº

NUTS	Total do Alojamento Turístico	Total Hotelaria - Anterior enquadramento legislativo (a)	Total Hotelaria - Atual enquadramento legislativo (b)	Hotéis				
				Total	*****	****	***	** / *
<b>PORTUGAL</b>	<b>3 345</b>	<b>2 008</b>	<b>1 462</b>	<b>1 039</b>	<b>90</b>	<b>327</b>	<b>339</b>	<b>283</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>2 869</b>	<b>1 765</b>	<b>1 277</b>	<b>924</b>	<b>75</b>	<b>268</b>	<b>311</b>	<b>270</b>
Norte	860	450	286	258	14	71	80	93
Centro	656	416	284	259	4	52	112	91
Lisboa	425	327	235	208	34	80	52	42
Alentejo	389	147	106	79	4	18	33	24
Algarve	539	425	366	120	19	47	34	20
<b>RA AÇORES</b>	<b>154</b>	<b>80</b>	<b>64</b>	<b>47</b>	<b>1</b>	<b>23</b>	<b>14</b>	<b>9</b>
<b>RA MADEIRA</b>	<b>322</b>	<b>163</b>	<b>121</b>	<b>68</b>	<b>14</b>	<b>36</b>	<b>14</b>	<b>4</b>

NUTS	Apartamentos turísticos	Aldeamentos Turísticos	Hotéis-Apartamentos			Pousadas	
			Total	*****	****		*** / **
<b>PORTUGAL</b>	<b>192</b>	<b>44</b>	<b>145</b>	<b>8</b>	<b>88</b>	<b>49</b>	<b>35</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>170</b>	<b>43</b>	<b>108</b>	<b>6</b>	<b>67</b>	<b>35</b>	<b>32</b>
Norte	12	1	7	0	3	4	8
Centro	7	2	8	0	5	3	8
Lisboa	5	4	14	2	11	1	4
Alentejo	8	2	8	1	3	4	9
Algarve	138	34	71	3	45	23	3
<b>RA AÇORES</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
<b>RA MADEIRA</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>34</b>	<b>2</b>	<b>19</b>	<b>13</b>	<b>1</b>

NUTS	Outros Alojamentos (c)		Alojamento Local - Total (b)
		dos quais: Quintas da Madeira	
<b>PORTUGAL</b>	<b>553</b>	<b>7</b>	<b>1 051</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>488</b>	<b>//</b>	<b>878</b>
Norte	164	//	252
Centro	132	//	227
Lisboa	92	//	162
Alentejo	41	//	101
Algarve	59	//	136
<b>RA AÇORES</b>	<b>16</b>	<b>//</b>	<b>16</b>

<sup>15</sup> tipologia de 5\* 5,1%, de 4\* 22,8%, de 3\* 41,8% e de 1 ou 2\* 30,3%.

<sup>16</sup> casas de campo 56,1%, agro-turismo 23,2%, hotéis rurais 8,4% e outras tipologias 12,3%.

NUTS	Total TER e TH	Turismo no Espaço Rural				Turismo de Habitação
		Agro-turismo	Casas de Campo	Hotéis Rurais	Outros TER	
PORTUGAL	832	110	393	55	98	176
CONTINENTE	714	106	310	53	85	160
Norte	322	46	129	22	43	82
Centro	145	14	62	12	15	42
Lisboa	28	3	14	2	1	8
Alentejo	182	36	87	13	19	27
Algarve	37	7	18	4	7	1
RA AÇORES	74	1	51	0	12	10
RA MADEIRA	44	3	32	2	1	6

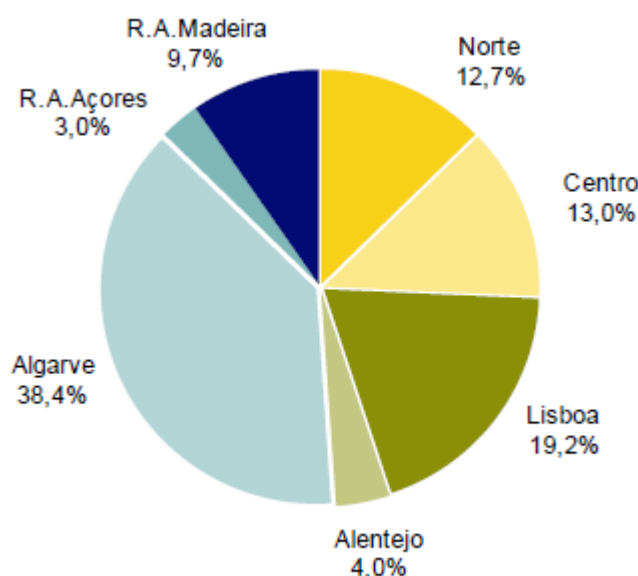
Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos 2013

- (a) De acordo com a anterior legislação de alojamento turístico.
- (b) De acordo com a atual legislação de alojamento turístico.
- (c) Inclui Motéis, Estalagens e Pensões considerados na anterior legislação.

A repartição dos estabelecimentos hoteleiros na AI, por NUTS III, de acordo com a anterior legislação de alojamento turístico (que englobava motéis, estalagens e pensões), revela alguma disparidade que as percentagens seguintes comprovam: Alentejo Litoral 30,6%; Alentejo Central 25,9%; Alto Alentejo 19,7%; Baixo Alentejo 14,3% e Lezíria do Tejo 9,5%. A desagregação destes números em termos municipais acentua as dissemelhanças, uma vez que em alguns municípios não existe oferta de estabelecimentos hoteleiros (Fronteira, Gavião, Alandroal, Mourão, Portel, Sousel, Viana do Alentejo, Cuba, Vidigueira, Alpiarça, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos) e noutros esta é bem evidente (Alentejo Litoral: Odemira 14 unidades – 9,5% e Grândola 10 – 6,8%; Alentejo Central: Évora 17 – 11,6% e Estremoz 9 – 6,1%; Alto Alentejo: Elvas 7 – 4,8% e Castelo de Vide e Marvão, com 4 unidades cada, ou seja 2,7%; Baixo Alentejo: Beja 7 – 4,8% e Moura 3 – 2%; Lezíria do Tejo: Santarém 5 – 3,4%).

No que concerne à capacidade de alojamento, a região Alentejo representa 5,3% do total de alojamento turístico do país (Algarve 34,2%; Lisboa 18,5%; Norte 15,0%; Centro 14,5%; RA Madeira 9,6% e RA Açores 2,9%). Considerando apenas o alojamento hoteleiro, a AI regista apenas 4,0% da capacidade de alojamento nacional, conforme indicado na figura seguinte.

Figura 52 – Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, 2013



Fonte: INE (2013)

A tipologia de alojamento local representa na AI 7,7% da capacidade de oferta disponível a nível nacional (Norte 23,4%; Centro 22,8%; Lisboa 18,7%; Algarve 15,0%; RA Madeira 10,9% e RA Açores 1,5%), enquanto que no conjunto dos estabelecimentos de turismo em espaço rural e de turismo de habitação representa 25,0% (Norte 37,0%; Centro 17,9%; RA Açores 6,7%; RA Madeira 4,4% e Lisboa 3,5%).

Do total da capacidade de alojamento da região Alentejo, 63,1% correspondem à hotelaria (hotéis 58,7<sup>17</sup>; apartamentos turísticos 9,8%; aldeamento turísticos e hotéis-apartamentos 24,6%; pousadas 6,9%), 18,3% ao alojamento local, 16,6% ao turismo no espaço rural<sup>18</sup> e 2,0% ao turismo de habitação(Quadro 7).

Quadro 7 - Capacidade de alojamento, segundo o tipo, por regiões (NUTS II) - anterior enquadramento legislativo e atual enquadramento legislativo

31-07-2013

Unidade: N°

NUTS	Total do Alojamento Turístico	Total Hotelaria - Anterior enquadramento legislativo (a)	Total Hotelaria - Atual enquadramento legislativo (b)	Hotéis				
				Total	****	***	**	* / *
PORTUGAL	326 187	297 962	272 070	173 802	30 236	76 267	45 269	22 030
CONTINENTE	285 140	259 984	237 562	149 505	24 290	61 998	41 663	21 554
Norte	48 894	41 633	34 478	31 991	3 714	12 241	8 792	7 244
Centro	47 176	41 684	35 451	31 060	872	8 225	15 488	6 475
Lisboa	60 289	56 821	52 124	46 703	10 856	21 717	9 199	4 931
Alentejo	17 284	12 507	10 900	6 397	540	1 938	2 650	1 269
Algarve	111 497	107 339	104 609	33 354	8 308	17 877	5 534	1 635

<sup>17</sup> tipologia de 5\* 8,4%, de 4\* 30,3%, de 3\* 41,4% e de 1 ou 2\* 19,8%.

<sup>18</sup> casas de campo 44,9%, agro-turismo 22,3%, hotéis rurais 23,2%, outras tipologias 9,6%.

RA AÇORES	9 579	8 713	8 088	7 140	...	4 733	1 833	...
RA MADEIRA	31 468	29 265	26 420	17 157	...	9 536	1 773	...
NUTS	Apartamentos turísticos	Aldeamentos Turísticos	Hotéis-Apartamentos				Pousadas	
			Total	****	****	*** / **		
<b>PORTUGAL</b>	<b>35 413</b>	<b>16 858</b>	<b>42 203</b>	<b>3 120</b>	<b>28 699</b>	<b>10 384</b>	<b>3 230</b>	
<b>CONTINENTE</b>	<b>34 328</b>	<b>16 432</b>	<b>34 223</b>	<b>2 226</b>	<b>23 678</b>	<b>8 319</b>	<b>3 074</b>	
Norte	409	...	...	0	442	...	851	
Centro	1 144	...	...	0	875	...	662	
Lisboa	422	929	3 639	...	2 667	...	431	
Alentejo	1 071	...	...	...	1 216	523	747	
Algarve	31 282	13 641	25 949	1 104	18 478	6 367	383	
<b>RA AÇORES</b>	<b>...</b>	<b>0</b>	<b>284</b>	<b>0</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	
<b>RA MADEIRA</b>	<b>...</b>	<b>426</b>	<b>7 696</b>	<b>894</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	
NUTS	Outros Alojamentos (c)		Alojamento Local - Total (b)					
	dos quais: Quintas da Madeira							
<b>PORTUGAL</b>	<b>26 456</b>	<b>564</b>	<b>41 243</b>					
<b>CONTINENTE</b>	<b>22 422</b>	<b>//</b>	<b>36 137</b>					
Norte	7 155	//	9 654					
Centro	6 233	//	9 415					
Lisboa	4 697	//	7 711					
Alentejo	1 607	//	3 168					
Algarve	2 730	//	6 189					
<b>RA AÇORES</b>	<b>625</b>	<b>//</b>	<b>625</b>					
<b>RA MADEIRA</b>	<b>3 409</b>	<b>564</b>	<b>4 481</b>					
NUTS	Total TER e TH	Turismo no Espaço Rural				Turismo de Habitação		
		Agro-turismo	Casas de Campo	Hotéis Rurais	Outros TER			
<b>PORTUGAL</b>	<b>12 874</b>	<b>1 834</b>	<b>4 796</b>	<b>2 001</b>	<b>1 648</b>	<b>2 595</b>		
<b>CONTINENTE</b>	<b>11 441</b>	<b>1 798</b>	<b>3 909</b>	<b>1 948</b>	<b>1 409</b>	<b>2 377</b>		
Norte	4 762	792	1 390	704	615	1 261		
Centro	2 310	204	751	383	355	617		
Lisboa	454	...	206	...	...	...		
Alentejo	3 216	638	1 285	665	276	352		
Algarve	699	...	277	...	...	...		
<b>RA AÇORES</b>	<b>866</b>	<b>...</b>	<b>481</b>	<b>0</b>	<b>...</b>	<b>146</b>		
<b>RA MADEIRA</b>	<b>567</b>	<b>...</b>	<b>406</b>	<b>53</b>	<b>...</b>	<b>72</b>		

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos 2013

(a) De acordo com a anterior legislação de alojamento turístico.

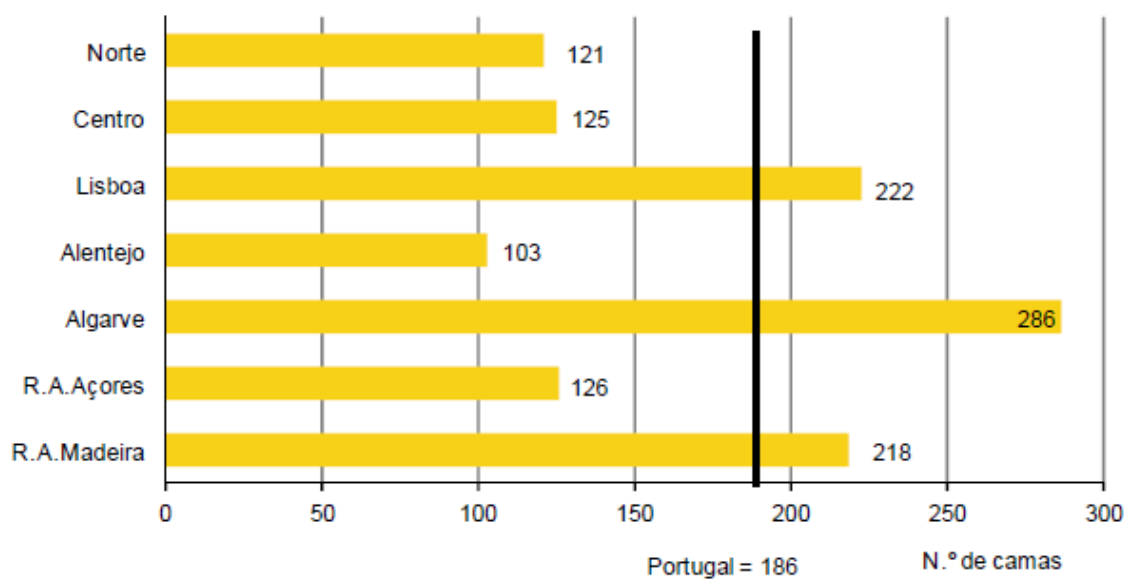
(b) De acordo com a atual legislação de alojamento turístico.

(c) Inclui Motéis, Estalagens e Pensões considerados na anterior legislação.

A capacidade média de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros da AI é a mais baixa do país, representando as regiões Algarve, Lisboa e RA da Madeira uma capacidade média superior à média nacional (Figura 53).

Figura 53 – Capacidade média de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, por NUTS II, 2013





Fonte: INE (2013)

A distribuição da capacidade de alojamento na região Alentejo, por NUTS III, de acordo com a anterior legislação de alojamento turístico, manifesta igualmente as assimetrias da AI: Alentejo Litoral 40,7%; Alentejo Central 23,3%; Alto Alentejo 16,0%; Baixo Alentejo 10,8% e Lezíria do Tejo 9,1%. A análise destas percentagens ao nível local, destaca os municípios de Grândola e Évora com 21,1% e 14,6% do total da oferta da região Alentejo, respectivamente. Se aos municípios anteriores se agregarem também os de Alcácer do Sal (5,7%), Beja (5,4%), Elvas (5,1%), Odemira (4,9%), Sines (4,9%), Santarém (4,6%), Estremoz (4,0%), Castelo de Vide (3,2%), Marvão (1,6%) e Moura (1,2%), a capacidade de alojamento representa 76,3% do total da AI.

A oferta de Parques de Campismo na AI, em 2013, representa 15,5% do total nacional (Centro 36,7%; Norte 22,9%; Lisboa 10,2%; Algarve 9,0%; RA Açores 4,9% e RA Madeira 0,8%), isto é, 38 unidades das 245 existentes no país, correspondendo a 14,2% da capacidade de alojamento do território continental (Centro 35,4%; Lisboa 17,6%; Norte 17,5%; Algarve 15,3%) (Quadro 8).

**Quadro 8 - Parques de campismo, área, capacidade de alojamento e pessoal ao serviço, por regiões (NUTS II)**

31-07-2013 Unidade: Nº

NUTS	Nº de parques	Área do parque (ha)	Capacidade alojamento (nº campistas)
<b>PORTUGAL</b>	<b>245</b>	<b>x</b>	<b>x</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>231</b>	<b>1 254</b>	<b>182 400</b>
Norte	56	213	31 871
Centro	90	379	64 588
Lisboa	25	210	32 043
Alentejo	38	288	25 885
Algarve	22	165	28 013
<b>REG. AUTÓNOMA AÇORES</b>	<b>12</b>	<b>x</b>	<b>x</b>
<b>REG. AUTÓNOMA MADEIRA</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2 100</b>

Fonte: Turismo de Portugal, IP (informação disponível em maio de 2014)

Quanto à oferta de Colónias de Férias e Pousadas da Juventude, no mesmo ano em análise, a região Alentejo representa apenas 3,9% do total nacional, isto é uma colónia de férias e duas pousadas de juventude (Centro 33,8%; Norte 23,4%; Lisboa 14,3%; Algarve 10,4%; RA Madeira 7,8%; RA Açores 6,5%) e somente 2,9% no que ao número de camas diz respeito (Centro 33,0%; Lisboa 21,0%; Norte 19,7%; Algarve 14,9%; RA Açores 5,2%; RA Madeira 3,4%)(Quadro 9).

**Quadro 9 - Colónias de férias e pousadas de juventude, capacidade de alojamento e pessoal ao serviço, por regiões (NUTS II)**

31-07-2013 Unidade: Nº

NUTS	Colónias de férias e pousadas da juventude		Quartos						Camaratas		Pessoal ao serviço		
			Total		Com casa de banho privativa		Sem casa de banho privativa						
	Nº	Nº de camas	Nº	Nº de camas	Nº	Nº de camas	Nº	Nº de camas	Nº	Nº de camas	HM	H	M
<b>PORTUGAL</b>	<b>77</b>	<b>8 302</b>	<b>2 228</b>	<b>4 873</b>	<b>1 742</b>	<b>3 609</b>	<b>486</b>	<b>1 264</b>	<b>621</b>	<b>3 429</b>	<b>1 286</b>	<b>512</b>	<b>774</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>66</b>	<b>7 589</b>	<b>2 161</b>	<b>4 691</b>	<b>1 697</b>	<b>3 536</b>	<b>464</b>	<b>1 155</b>	<b>510</b>	<b>2 898</b>	<b>1 206</b>	<b>480</b>	<b>726</b>
Norte	18	1 635	577	954	351	677	226	277	112	681	185	54	131
Centro	26	2 737	652	1 508	529	1 099	123	409	192	1 229	476	150	326
Lisboa	11	1 741	430	1 189	353	799	77	390	108	552	312	187	125
Alentejo	3	238	90	162	67	117	23	45	17	76	28	7	21
Algarve	8	1 238	412	878	397	844	15	34	81	360	205	82	123
<b>RA AÇORES</b>	<b>5</b>	<b>432</b>	<b>55</b>	<b>160</b>	<b>33</b>	<b>51</b>	<b>22</b>	<b>109</b>	<b>57</b>	<b>272</b>	<b>39</b>	<b>13</b>	<b>26</b>
<b>RA MADEIRA</b>	<b>6</b>	<b>281</b>	<b>12</b>	<b>22</b>	<b>12</b>	<b>22</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>54</b>	<b>259</b>	<b>41</b>	<b>19</b>	<b>22</b>

Fonte: INE – Inquérito às Colónias de Férias 2013

Na análise da procura turística, consideram-se as chegadas de hóspedes aos meios de alojamento e as dormidas, sendo que no primeiro caso convém ressaltar, de acordo com Cunha (2013: 60), que:

*“hóspede é toda a pessoa que se regista num meio de alojamento, podendo aí passar uma ou mais noites e mudar para outro estabelecimento na mesma zona. Ou seja, um turista pode ser contado uma ou mais vezes como hóspede, durante a mesma viagem, e ter dado origem a várias noites. Em regra, o número de hóspedes é sempre inferior ao número de noites, mas sempre superior ao número de turistas e, portanto, o número de hóspedes não é igual ao número de pessoas que permaneceram num país ou numa determinada localidade”.*

Considerando o exposto, o número de hóspedes na região Alentejo representa, em 2013, 5,2% do total de alojamento turístico do país (Lisboa 29,4%; Algarve 21,3%; Norte 19,7%; Centro 14,7%; RA Madeira 7,4% e RA Açores 2,3%). No que ao alojamento hoteleiro diz respeito, a AI regista 4,5% do total nacional (Lisboa 30,4%; Algarve 23,1%; Norte 18,4%; Centro 13,9%; RA Madeira 7,5% e RA Açores 2,3%). Quanto aos hóspedes na tipologia de alojamento local, a região Alentejo representa 6,9% do total nacional (Norte 27,8%; Lisboa 25,8%; Centro 21,2%; Algarve 9,7%; RA Madeira 7,2% e RA Açores 1,4%), enquanto que nos estabelecimentos de turismo em espaço rural e de turismo de habitação representa 27,6% (Norte 34,6%; Centro 19,0%; Algarve 5,9%; Lisboa 5,1%; RA Madeira 4,3% e RA Açores 3,6%).

Do total de hóspedes no alojamento turístico da região Alentejo, 74,9% correspondem à hotelaria (hotéis 74,5%, dos quais 10,7% respeitam à tipologia de 5\*, 32,4% de 4\*, 36,7% de 3\* e 20,2% de 1 ou 2\*; apartamentos turísticos 1,9%; aldeamentos turísticos e hotéis-apartamentos 14,8%; pousadas 8,8%), 13,8% ao alojamento local e 10,4% ao turismo no espaço rural<sup>19</sup> e 0,9% ao turismo de habitação (Quadro 5).

---

<sup>19</sup> casas de campo 45,8%, hotéis rurais 27,2%, agro-turismo 18,0%, outras tipologias 9,0%.

**Quadro 5 - Hóspedes, segundo o tipo, por regiões (NUTS II) - anterior enquadramento legislativo e atual enquadramento legislativo**

2013

 Unidade: 10<sup>3</sup>

NUTS	Total do Alojamento Turístico	Total Hotelaria - Anterior enquadramento legislativo (a)	Total Hotelaria - Atual enquadramento legislativo (b)	Hotéis				
				Total	*****	****	***	** / *
<b>PORTUGAL</b>	<b>15 209,6</b>	<b>14 372,0</b>	<b>13 301,5</b>	<b>10 443,4</b>	<b>1 772,4</b>	<b>4 601,8</b>	<b>2 677,5</b>	<b>1 391,7</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>13 741,2</b>	<b>12 955,8</b>	<b>11 995,0</b>	<b>9 493,2</b>	<b>1 558,1</b>	<b>4 021,5</b>	<b>2 537,5</b>	<b>1 376,1</b>
Norte	2 996,7	2 777,2	2 444,6	2 308,6	327,6	863,1	599,8	518,1
Centro	2 241,2	2 077,3	1 843,6	1 688,0	44,3	601,3	771,2	271,2
Lisboa	4 469,4	4 318,7	4 044,4	3 762,6	809,2	1 772,3	777,2	403,8
Alentejo	792,5	635,3	593,4	442,0	47,5	143,0	162,2	89,3
Algarve	3 241,4	3 147,2	3 069,0	1 292,2	329,5	641,9	227,1	93,7
<b>RA AÇORES</b>	<b>345,2</b>	<b>333,4</b>	<b>311,7</b>	<b>285,1</b>	...	<b>200,8</b>	<b>73,4</b>	...
<b>RA MADEIRA</b>	<b>1 123,2</b>	<b>1 082,8</b>	<b>994,8</b>	<b>665,1</b>	...	<b>379,5</b>	<b>66,6</b>	...

NUTS	Apartamentos Turísticos	Aldeamentos Turísticos	Hotéis-Apartamentos			Pousadas	
			Total	*****	**** / **		
<b>PORTUGAL</b>	<b>742,2</b>	<b>375,3</b>	<b>1 505,0</b>	<b>108,8</b>	<b>1 037,7</b>	<b>358,5</b>	<b>209,3</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>717,9</b>	<b>366,1</b>	<b>1 215,7</b>	<b>71,6</b>	<b>853,3</b>	<b>290,7</b>	<b>202,0</b>
Norte	6,1	...	...	0,0	38,7	...	59,7
Centro	19,3	...	...	0,0	61,7	...	36,7
Lisboa	14,6	44,6	194,6	...	131,1	...	28,0
Alentejo	11,5	...	...	...	35,7	22,8	52,3
Algarve	666,4	289,7	795,4	31,2	586,2	178,1	25,3
<b>RA AÇORES</b>	...	<b>0,0</b>	<b>11,3</b>	<b>0,0</b>	...	...	...
<b>RA MADEIRA</b>	...	<b>9,1</b>	<b>278,1</b>	<b>37,1</b>	...	...	...

NUTS	Outros Alojamentos (c)		Alojamento Local - Total (b)
		dos quais: Quintas da Madeira	
<b>PORTUGAL</b>	<b>1 096,8</b>	<b>26,3</b>	<b>1 584,0</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>960,8</b>	//	<b>1 447,6</b>
Norte	332,6	//	440,1
Centro	233,7	//	336,0
Lisboa	274,3	//	408,4
Alentejo	42,0	//	109,7
Algarve	78,2	//	153,4
<b>RA AÇORES</b>	<b>21,8</b>	//	<b>21,8</b>
<b>RA MADEIRA</b>	<b>114,2</b>	<b>26,3</b>	<b>114,6</b>

NUTS	Total TER e TH	Turismo no Espaço Rural				Turismo de Habitação
		Agro-turismo	Casas de Campo	Hotéis Rurais	Outros TER	
<b>PORTUGAL</b>	<b>324,1</b>	<b>41,3</b>	<b>114,1</b>	<b>82,5</b>	<b>30,6</b>	<b>55,5</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>298,6</b>	<b>40,2</b>	<b>99,5</b>	<b>80,6</b>	<b>26,9</b>	<b>51,4</b>
Norte	112,0	16,6	27,5	32,2	9,7	25,9
Centro	61,6	4,8	21,7	15,5	6,3	13,3
Lisboa	16,6	...	5,5	...	...	...
Alentejo	89,5	14,8	37,7	22,4	7,4	7,2
Algarve	19,0	...	7,1	...	...	...
<b>RA AÇORES</b>	<b>11,8</b>	...	<b>5,7</b>	<b>0,0</b>	...	<b>2,4</b>
<b>RA MADEIRA</b>	<b>13,8</b>	...	<b>9,0</b>	...	...	<b>1,7</b>

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos 2013

(a) De acordo com a anterior legislação de alojamento turístico.

(b) De acordo com a atual legislação de alojamento turístico.

(c) Inclui Motéis, Estalagens e Pensões considerados na anterior legislação.

No que diz respeito às origens dos hóspedes na região Alentejo, considerando o total do alojamento turístico, 72% são portugueses e 28% estrangeiros (hotelaria 68% - 31%; hotéis 69% - 31%; apartamentos turísticos 75% - 25%; aldeamentos turísticos e hotéis-apartamentos 82,2% - 17,8%; pousadas 41,3% - 58,7%; turismo em espaço rural e turismo de habitação 77,1% - 22,9%; alojamento local 86,6% - 13,4%, respectivamente).

Dos estrangeiros que visitam a AI, em todos os alojamentos turísticos e de acordo com os dados disponíveis no INE (2013), 74,9% são europeus<sup>20</sup>, 18,7% são americanos<sup>21</sup>, 4,3% são asiáticos, 1,3% são oriundos da Oceânia e 0,8% são africanos (hotelaria: Europa 72,7%<sup>22</sup>, América 28,2%<sup>23</sup>, Ásia 6,5%, Oceânia 1,7% e África 1,2%; hotéis: Europa 71,0%<sup>24</sup>, América 21,8%<sup>25</sup>, Ásia 4,9%, Oceânia 1,3% e África 0,9%; apartamentos turísticos: Europa 96,6%<sup>26</sup> e América 3,4%<sup>27</sup>; aldeamentos turísticos e hotéis-apartamentos: Europa 91,0%<sup>28</sup>, América 3,8%<sup>29</sup>, Ásia 3,8%, África 1,3% e Oceânia 0,6%; pousadas: Europa 68,7%<sup>30</sup>; América 24,4%<sup>31</sup>; Ásia 4,9%; Oceânia 1,3% e África 0,3%; turismo em espaço rural e turismo de habitação: Europa 90,0%<sup>32</sup>, América 6,7%<sup>33</sup>, Ásia 1,4%, Oceânia 1,5% e África 0,4%; alojamento local: Europa 81,8%<sup>34</sup>, América 11,5%<sup>35</sup>, Ásia 4,1%, Oceânia 2,0% e África 0,7%).

Relativamente às dormidas, a região Alentejo representa apenas 3,3% do total de alojamento turístico do país (Algarve 34,7%; Lisboa 23,9%; RA Madeira 14,3%; Norte

<sup>20</sup> Espanha 20,7% do total de estrangeiros; França 12,5%; Alemanha 9,6%; Reino Unido 6,9%; Países Baixos 5,8%.

<sup>21</sup> Brasil 9,3% do total de estrangeiros e EUA 5,5%.

<sup>22</sup> Espanha 28,5% do total de estrangeiros; França 17,4%; Alemanha 11,9%; Reino Unido 9,0%; Países Baixos 7,0%.

<sup>23</sup> Brasil 14,5% do total de estrangeiros e EUA 8,3%.

<sup>24</sup> Espanha 21,6% do total de estrangeiros; França 13,3%; Alemanha 7,9%; Reino Unido 5,1%; Países Baixos 4,7%.

<sup>25</sup> Brasil 12,7% do total de estrangeiros e EUA 5,4%.

<sup>26</sup> Espanha 20,7% do total de estrangeiros; Alemanha 17,2%; França 10,3%; Reino Unido 6,9%; Países Baixos 6,9%.

<sup>27</sup> Canadá 3,4% do total de estrangeiros.

<sup>28</sup> Espanha 34,6% do total de estrangeiros; França 16,0%; Alemanha 8,3%; Reino Unido 3,8%; Países Baixos 3,2%.

<sup>29</sup> Brasil 1,3% do total de estrangeiros e EUA 1,9%.

<sup>30</sup> Reino Unido 14,3% do total de estrangeiros; Alemanha 11,1%; Espanha 9,4%; França 8,5%; Países Baixos 7,8%.

<sup>31</sup> EUA 11,7% do total de estrangeiros e Brasil 6,5%.

<sup>32</sup> Alemanha 18,2% do total de estrangeiros; Espanha 18,0%; França 10,9%; Reino Unido 10,7%; Países Baixos 1,6%.

<sup>33</sup> EUA 2,3% do total de estrangeiros e Brasil 2,2%.

<sup>34</sup> Espanha 24,3% do total de estrangeiros; França 12,8%; Alemanha 9,5%; Reino Unido 6,1% e Países Baixos 6,1%.

<sup>35</sup> Brasil 4,1% do total de estrangeiros e EUA 4,1%.

12,1%; Centro 9,2% e RA Açores 2,5%). Considerando unicamente o alojamento hoteleiro, a AI regista 2,7% das dormidas em todo o país. A tipologia de alojamento local representa na AI 5,3% das dormidas em todo o país (Lisboa 27,5%; Norte 19,6%; Algarve 16,0%; RA Madeira 15,2%; Centro 14,9% e RA Açores 1,5%), enquanto que no conjunto dos estabelecimentos de turismo em espaço rural e de turismo de habitação representa 24,9% (Norte 30,3%; Centro 16,3%; RA Madeira 8,1%; RA Açores 6,6% e Lisboa 4,8%).

Do total das dormidas verificadas na região Alentejo, 73,4% correspondem à hotelaria (hotéis 67,5%<sup>36</sup>; apartamentos turísticos 3,6%; aldeamento turísticos e hotéis-apartamentos 21,1%; pousadas 7,8%), 13,5% ao alojamento local, 13,1% ao turismo no espaço rural e ao turismo de habitação<sup>37</sup> (Quadro 10).

**Quadro 10 - Dormidas, segundo o tipo, por regiões (NUTS II) - anterior enquadramento legislativo e atual enquadramento legislativo**

2013

 Unidade: 10<sup>3</sup>

NUTS	Total do Alojamento Turístico	Total Hotelaria - Anterior enquadramento legislativo (a)	Total Hotelaria - Atual enquadramento legislativo (b)	Hotéis				
				Total	****	***	**	* / *
<b>PORTUGAL</b>	<b>43 533,2</b>	<b>41 569,7</b>	<b>39 179,0</b>	<b>26 100,3</b>	<b>5 087,7</b>	<b>12 569,9</b>	<b>5 862,5</b>	<b>2 580,2</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>36 214,7</b>	<b>34 497,2</b>	<b>32 571,5</b>	<b>21 633,1</b>	<b>111111</b>	<b>9 818,8</b>	<b>5 383,1</b>	<b>2 533,6</b>
Norte	5 276,1	4 865,6	4 344,0	4 062,2	599,5	1 569,0	1 035,6	858,1
Centro	4 022,4	3 735,5	3 360,0	2 989,4	110,5	1 008,9	1 380,9	489,1
Lisboa	10 386,7	10 040,8	9 359,5	8 518,4	1 816,6	4 048,3	1 813,0	840,5
Alentejo	1 416,7	1 113,4	1 039,4	701,5	80,4	236,7	244,8	139,5
Algarve	15 112,7	14 742,0	14 468,6	5 361,7	1 290,6	2 955,9	908,9	206,4
<b>RA AÇORES</b>	<b>1 103,5</b>	<b>1 054,1</b>	<b>999,8</b>	<b>897,9</b>	...	<b>658,4</b>	<b>206,2</b>	...
<b>RA MADEIRA</b>	<b>6 214,9</b>	<b>6 018,4</b>	<b>5 607,7</b>	<b>3 569,3</b>	...	<b>2 092,7</b>	<b>273,1</b>	...

NUTS	Apartamentos Turísticos	Aldeamentos Turísticos	Hotéis-Apartamentos			Pousadas	
			Total	****	***		** / *
<b>PORTUGAL</b>	<b>4 061,3</b>	<b>1 942,6</b>	<b>6 541,5</b>	<b>489,0</b>	<b>4 530,3</b>	<b>1 522,1</b>	<b>383,4</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>3 911,6</b>	<b>1 879,7</b>	<b>4 779,7</b>	<b>255,0</b>	<b>3 355,4</b>	<b>1 169,4</b>	<b>367,4</b>
Norte	19,3	...	...	0,0	77,1	...	106,9
Centro	80,9	...	...	0,0	102,7	...	68,7
Lisboa	53,8	131,8	601,6	...	451,3	...	53,9
Alentejo	37,8	...	...	...	109,8	44,9	81,0
Algarve	3 719,8	1 632,8	3 697,5	142,4	2 614,5	940,6	56,9
<b>RA AÇORES</b>	...	<b>0,0</b>	<b>35,4</b>	<b>0,0</b>	...	...	...
<b>RA MADEIRA</b>	...	<b>62,9</b>	<b>1 726,3</b>	<b>234,0</b>	...	...	...

NUTS	Outros Alojamentos (c)		Alojamento Local - Total (b)
		dos quais: Quintas da Madeira	
<b>PORTUGAL</b>	<b>2 540,7</b>	<b>149,9</b>	<b>3 609,6</b>

<sup>36</sup> tipologia de 5\* 11,5%, de 4\* 33,7%, de 3\* 34,9% e de 1 ou 2\* 19,9%.

<sup>37</sup> casas de campo 44,6%, hotéis rurais 23,7%, agro-turismo 16,5%, outras tipologias TER 8,6% e turismo de habitação 6,7%.



NUTS	Total TER e TH	Turismo no Espaço Rural				Turismo de Habitação
		Agro-turismo	Casas de Campo	Hotéis Rurais	Outros TER	
<b>CONTINENTE</b>	<b>1 925,8</b>	//		<b>3 008,1</b>		
Norte	521,6	//		706,3		
Centro	375,5	//		541,4		
Lisboa	681,3	//		991,8		
Alentejo	74,0	//		191,7		
Algarve	273,3	//		576,8		
<b>RA AÇORES</b>	<b>54,3</b>	//		<b>54,3</b>		
<b>RA MADEIRA</b>	<b>560,6</b>	<b>149,9</b>		<b>547,2</b>		
<b>PORTUGAL</b>	<b>744,6</b>	<b>89,6</b>	<b>290,1</b>	<b>169,9</b>	<b>76,8</b>	<b>118,2</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>635,1</b>	<b>85,0</b>	<b>223,5</b>	<b>158,6</b>	<b>63,1</b>	<b>104,8</b>
Norte	225,8	32,8	60,7	55,3	22,3	54,7
Centro	121,0	9,1	41,5	33,1	13,1	24,2
Lisboa	35,4	...	13,7	...	...	...
12	185,6	30,7	82,7	43,9	15,9	12,4
Algarve	67,3	...	25,0	...	...	...
<b>RA AÇORES</b>	<b>49,4</b>	...	<b>28,1</b>	<b>0,0</b>	...	<b>7,7</b>
<b>RA MADEIRA</b>	<b>60,1</b>	...	<b>38,4</b>	...	...	<b>5,8</b>

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos 2013

(a) De acordo com a anterior legislação de alojamento turístico.

(b) De acordo com a atual legislação de alojamento turístico.

(c) Inclui Motéis, Estalagens e Pensões considerados na anterior legislação.

Considerando as dormidas na região Alentejo, verifica-se que, para o total do alojamento turístico, 70,3% são residentes e 29,7% são estrangeiros (hotelaria 67,3 – 32,7%; hotéis 67,6% - 32,4%; apartamentos turísticos 66,1% - 33,9%; aldeamentos turísticos e hotéis-apartamentos 75,3% - 24,7%; pousadas 42,6% - 57,4%; turismo em espaço rural e turismo de habitação 71,5% - 28,5%; alojamento local 85,6% - 14,4%, respectivamente).

Das dormidas de estrangeiros registadas na AI, em todos os alojamentos turísticos e de acordo com os dados disponíveis no INE (2013), 78,0% são de cidadãos europeus<sup>38</sup>, 16,4% de americanos<sup>39</sup>, 3,2% de asiáticos, 1,2% da Oceânia e 1,1% de africanos (hotelaria: Europa 75,5%<sup>40</sup>, América 18,7%<sup>41</sup>, Ásia 3,4%, África 1,3% e Oceânia 1,1%; hotéis: Europa 71,1%<sup>42</sup>, América 22,2%<sup>43</sup>, Ásia 3,9%, África 1,5% e Oceânia 1,2%;

<sup>38</sup> Espanha 20,4% do total de dormidas de não residentes; França 12,5%; Alemanha 10,5%; Reino Unido 7,4%; Países Baixos 6,7%.

<sup>39</sup> Brasil 8,5% do total de dormidas de não residentes e EUA 4,9%.

<sup>40</sup> Espanha 21,0% do total de dormidas de não residentes; França 13,2%; Alemanha 8,2%; Reino Unido 7,2%; Países Baixos 4,9%.

<sup>41</sup> Brasil 10,0% do total de dormidas de não residentes e EUA 5,5%.

<sup>42</sup> Espanha 20,8% do total de dormidas de não residentes; França 12,3%; Alemanha 7,8%; Reino Unido 5,9%; Países Baixos 4,8%.

<sup>43</sup> Brasil 13,6% do total de dormidas de não residentes e EUA 5,4%.

apartamentos turísticos: Europa 94,5%<sup>44</sup>, América 1,6%<sup>45</sup>, África 1,6% e Oceânia 0,8%; aldeamentos turísticos e hotéis-apartamentos: Europa 93,5%<sup>46</sup>, América 3,7%<sup>47</sup>, Ásia 1,5%, África 1,1% e Oceânia 0,2%; pousadas: Europa 70,8%<sup>48</sup>; América 23,7%<sup>49</sup>; Ásia 3,9%; Oceânia 1,5% e África 0,2%; turismo em espaço rural e turismo de habitação: Europa 92,5%<sup>50</sup>, América 4,4%<sup>51</sup>, Ásia 1,3%, Oceânia 1,3% e África 0,4%; alojamento local: Europa 81,9%<sup>52</sup>, América 10,5%<sup>53</sup>, Ásia 4,3%, Oceânia 2,9% e África 0,4%).

Os campistas registados na região Alentejo, em 2013 em conformidade com os dados do INE, correspondem a 18,2% do total do país (Centro 25,4%; Lisboa 21,9%; Algarve 18,0%; Norte 15,6%; e regiões autónomas dos Açores e da Madeira 0,9%), sendo que 79% residem no país e 21% no estrangeiro (Centro 78,3% - 21,7%; Lisboa 79,9% - 20,1%; Algarve 42,6% - 57,4%; Norte 66,5% - 33,5%; e regiões autónomas dos Açores e da Madeira 81,9% - 18,1%, respectivamente). Dos campistas que procuraram a região Alentejo, 96,0% são cidadãos europeus<sup>54</sup>, 2,4% americanos<sup>55</sup>, 1,0% da Oceânia, 0,4% africanos e 0,2% asiáticos. No que respeita às dormidas dos campistas a AI equivale a 15,9% do total do país (Algarve 25,4%; Lisboa 24,0%; Centro 21,7%; Norte 12,5%; e regiões autónomas dos Açores e da Madeira 0,6%), sendo que 83,7% residem no país e 16,3% no estrangeiro (Algarve 47,0% - 53,0%; Lisboa 83,7% - 16,3%; Centro 80,7% - 19,3%; Norte 67,9% - 32,1%; e regiões autónomas dos Açores e da Madeira 80,1% - 19,9%, respectivamente). Das dormidas dos campistas que correspondem à região

<sup>44</sup> Espanha 15,6% do total de dormidas de não residentes; Alemanha 9,4%; França 5,5%; Países Baixos 6,3% e Reino Unido 3,9%.

<sup>45</sup> Canadá 0,8% do total de dormidas de não residentes.

<sup>46</sup> Espanha 32,7% do total de dormidas de não residentes; França 22,1%; Alemanha 7,7%; Reino Unido 4,4%; Países Baixos 2,6%.

<sup>47</sup> EUA 1,8% do total de dormidas de não residentes e Brasil 0,7%.

<sup>48</sup> Reino Unido 17,6% do total de dormidas de não residentes; Alemanha 10,3%; Espanha 9,9%; França 8,8%; Países Baixos 7,5%.

<sup>49</sup> EUA 11,6% do total de dormidas de não residentes e Brasil 6,5%.

<sup>50</sup> Alemanha 25,9% do total de dormidas de não residentes; Países Baixos 15,7%; Espanha 13,8%; Reino Unido 9,5%; França 9,0%.

<sup>51</sup> EUA 1,8% do total de dormidas de não residentes e Brasil 1,3%.

<sup>52</sup> Espanha 25,0% do total de dormidas de não residentes; Países Baixos 11,2%; França 10,9%; Alemanha 9,4%; Reino Unido 5,8%.

<sup>53</sup> EUA 4,0% do total de dormidas de não residentes e Brasil 2,9%.

<sup>54</sup> França 21,9% do total de campistas na AI; Espanha 19,4%; Países Baixos 15,6%; Alemanha 14,7%; Reino Unido 9,5%.

<sup>55</sup> Brasil 0,8% do total de campistas na AI e EUA 0,7%.

Alentejo, 97,2% são referentes a cidadãos europeus<sup>56</sup>, 1,6% a americanos<sup>57</sup>, 0,7% a oriundos da Oceânia, 0,4% a africanos e 0,1% a asiáticos (Quadro 11).

**Quadro 11 - Dormidas de campistas, segundo as regiões (NUTS II), por países de residência habitual**

2013 Unidade: N°

Países de residência	Total	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
<b>TOTAL</b>	<b>5 611 886</b>	<b>5 578 163</b>	<b>699 263</b>	<b>1 215 311</b>	<b>1 345 103</b>	<b>891 713</b>	<b>1 426 773</b>	...	...
<b>PORTUGAL</b>	<b>4 026 338</b>	<b>3 999 330</b>	<b>474 894</b>	<b>980 556</b>	<b>1 125 841</b>	<b>747 052</b>	<b>670 987</b>	...	...
<b>ESTRANGEIRO</b>	<b>1 585 548</b>	<b>1 578 833</b>	<b>224 369</b>	<b>234 755</b>	<b>219 262</b>	<b>144 661</b>	<b>755 786</b>	...	...
<b>EUROPA</b>	<b>1 556 081</b>	<b>1 549 567</b>	<b>221 253</b>	<b>230 246</b>	<b>211 666</b>	<b>140 654</b>	<b>745 748</b>	...	...
UNIÃO EUROPEIA	1 516 376	1 510 057	216 700	225 873	204 581	136 884	726 019	...	...
Alemanha	195 558	194 043	21 783	23 655	27 780	20 362	100 463	...	...
Áustria	10 526	10 458	1 270	1 115	2 752	854	4 467	...	...
Bélgica	54 578	54 197	7 985	11 242	5 774	5 287	23 909	...	...
Dinamarca	12 374	12 345	1 742	2 414	2 209	996	4 984	...	...
Espanha	261 017	260 651	51 137	35 622	48 737	24 706	100 449	...	...
Finlândia	8 494	8 494	189	429	359	2 604	4 913	...	...
França	379 627	376 597	84 595	73 816	60 914	25 921	131 351	...	...
Grécia	1 717	1 715	16	5	1 372	14	308	...	...
Irlanda	18 212	18 211	2 963	1 991	1 846	991	10 420	...	...
Itália	28 908	28 681	5 299	4 414	8 540	2 151	8 277	...	...
Luxemburgo	2 052	2 052	248	424	298	189	893	...	...
Países Baixos	255 256	254 987	25 513	49 508	19 637	31 035	129 294	...	...
Reino Unido	244 886	244 825	10 455	15 965	16 491	18 136	183 778	...	...
Suécia	17 342	17 323	1 094	785	1 634	851	12 959	...	...
<b>ÁFRICA</b>	<b>2 651</b>	<b>2 651</b>	<b>169</b>	<b>485</b>	<b>695</b>	<b>535</b>	<b>767</b>	...	...
<b>AMÉRICA</b>	<b>14 163</b>	<b>13 970</b>	<b>1 656</b>	<b>2 117</b>	<b>3 352</b>	<b>2 350</b>	<b>4 495</b>	...	...
Brasil	5 580	5 573	502	480	1 376	781	2 434	...	...
Canadá	3 437	3 360	387	760	744	716	753	...	...
EUA	2 712	2 604	322	514	590	577	601	...	...
<b>ÁSIA</b>	<b>3 089</b>	<b>3 086</b>	<b>170</b>	<b>374</b>	<b>1 051</b>	<b>172</b>	<b>1 319</b>	...	...
Japão	192	192	40	38	58	26	30	...	...
<b>OCEÂNIA</b>	<b>9 564</b>	<b>9 559</b>	<b>1 121</b>	<b>1 533</b>	<b>2 498</b>	<b>950</b>	<b>3 457</b>	...	...

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Campistas em Parques de Campismo 2013.

A sazonalidade é bem vincada em todas as regiões do país e, tal como acontece nas dormidas em todos os alojamentos turísticos, também nos parques de campismo é patente, com os meses de Verão a concentrarem o maior número de dormidas (66,2%), designadamente em Agosto (36,9%), em conformidade com os dados disponibilizados pelo INE.

Os hóspedes registados nas colónias de férias e pousadas de juventude na AI, em 2013, segundo o INE, correspondem a 1,9% do total do país (Lisboa 30,4%; Centro 27,0%; Norte 25,0%; Algarve 11,2%; RA Açores 3,2% e RA Madeira 1,2%), dos quais 86,9% residem no país e 13,1% no estrangeiro (Lisboa 85,8% - 14,2%; Centro 90,4% - 9,6%; Norte 71,0% - 29,0%; Algarve 63,2% - 36,8%; RA Açores 62,1% - 37,9% e RA Madeira

<sup>56</sup> Países Baixos 21,5% do total de dormidas de campistas na AI; França 17,9%; Espanha 17,1%; Alemanha 14,1%; Reino Unido 12,5%.

<sup>57</sup> Brasil 0,5% do total de dormidas de campistas na AI e EUA 0,3%.

70,8% - 29,2%, respectivamente). Destes cidadãos hospedados nas colónias de férias e pousadas de juventude que demandaram a região Alentejo, 93,0% são cidadãos europeus<sup>58</sup>, 4,9% americanos<sup>59</sup>, 1,6% da Oceânia e 0,5% asiáticos. Quanto às dormidas originadas pelos hóspedes nas colónias de férias e pousadas de juventude na região Alentejo, representam 2,1% do total do país (Algarve 17,6%; Lisboa 26,7%; Centro 29,2%; Norte 18,9%; RA Açores 3,9% e RA Madeira 1,6%), dos quais 91,2% residem no país e 8,8% no estrangeiro (Algarve 77,4% - 22,6%; Lisboa 82,0% - 18,0%; Centro 92,3% - 7,4%; Norte 72,9% - 27,1%; RA Açores 59,4% - 40,6% e RA Madeira 76,7% - 23,3%, respectivamente). Das dormidas dos hóspedes que correspondem à região Alentejo, 94,4% são referentes a cidadãos europeus<sup>60</sup>, 4,0% a americanos<sup>61</sup>, 1,3% a oriundos da Oceânia e 0,3% a asiáticos (Quadro 12).

**Quadro 12 - Dormidas nas colónias de férias e pousadas de juventude, segundo as regiões (NUTS II), por países de residência habitual**

2013										Unidade: N°
Países de residência	Total	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	
<b>TOTAL</b>	<b>815 830</b>	<b>770 884</b>	<b>154 263</b>	<b>238 585</b>	<b>217 522</b>	<b>16 750</b>	<b>143 764</b>	<b>32 076</b>	<b>12 870</b>	
<b>PORTUGAL</b>	<b>667 249</b>	<b>638 334</b>	<b>112 523</b>	<b>220 868</b>	<b>178 372</b>	<b>15 271</b>	<b>111 300</b>	<b>19 047</b>	<b>9 868</b>	
<b>ESTRANGEIRO</b>	<b>148 581</b>	<b>132 550</b>	<b>41 740</b>	<b>17 717</b>	<b>39 150</b>	<b>1 479</b>	<b>32 464</b>	<b>13 029</b>	<b>3 002</b>	
<b>EUROPA</b>	<b>121 919</b>	<b>107 239</b>	<b>32 003</b>	<b>13 252</b>	<b>32 201</b>	<b>1 396</b>	<b>28 387</b>	<b>11 783</b>	<b>2 897</b>	
UNIÃO EUROPEIA	115 452	101 480	29 912	12 344	30 195	1 372	27 657	11 140	2 832	
Alemanha	18 381	15 233	2 436	1 402	5 312	397	5 686	2 602	546	
Áustria	1 403	1 097	92	168	309	3	525	224	82	
Bélgica	3 521	2 794	720	383	547	59	1 085	626	101	
Dinamarca	917	788	144	166	208	9	261	100	29	
Espanha	26 003	24 504	11 182	3 354	6 569	303	3 096	1 218	281	
Finlândia	1 010	446	36	187	86	3	134	474	90	
França	27 652	23 649	5 824	2 750	10 029	301	4 745	3 061	942	
Grécia	334	321	65	39	147	0	70	8	5	
Irlanda	877	742	82	101	89	19	451	79	56	
Itália	5 820	4 734	715	971	1 361	86	1 601	962	124	
Luxemburgo	131	99	13	8	26	0	52	19	13	
Países Baixos	7 419	6 899	3 221	564	2 058	10	1 046	468	52	
Reino Unido	10 730	10 292	741	651	1 526	89	7 285	220	218	
Suécia	1 064	892	33	142	416	32	269	164	8	
<b>ÁFRICA</b>	<b>3 205</b>	<b>3 201</b>	<b>592</b>	<b>1 661</b>	<b>763</b>	<b>0</b>	<b>185</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	
<b>AMÉRICA</b>	<b>17 177</b>	<b>16 044</b>	<b>7 122</b>	<b>1 670</b>	<b>4 926</b>	<b>59</b>	<b>2 267</b>	<b>1 054</b>	<b>79</b>	
Brasil	10 966	10 813	5 898	1 151	3 003	28	733	118	35	
Canadá	2 539	2 012	411	131	657	12	801	508	19	
EUA	2 230	1 840	334	231	735	10	530	367	23	
<b>ÁSIA</b>	<b>4 225</b>	<b>4 076</b>	<b>1 581</b>	<b>1 044</b>	<b>1 038</b>	<b>5</b>	<b>408</b>	<b>137</b>	<b>12</b>	
Japão	613	580	104	58	334	1	83	32	1	
<b>OCEÂNIA</b>	<b>2 055</b>	<b>1 990</b>	<b>442</b>	<b>90</b>	<b>222</b>	<b>19</b>	<b>1 217</b>	<b>52</b>	<b>13</b>	

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Colonos em Colónias de Férias 2013.

<sup>58</sup> Alemanha 28,2% do total de hóspedes na AI; França 19,5%; Espanha 15,2%; Reino Unido 8,7%; Itália 5,9%.

<sup>59</sup> Brasil 2,3% do total de hóspedes na AI e EUA 0,9%.

<sup>60</sup> Alemanha 26,8% do total de dormidas na AI; Espanha 20,5%; França 20,4%; Reino Unido 6,0%; Itália 5,8%.

<sup>61</sup> Brasil 1,9% do total de dormidas na AI e EUA 0,8%.

A análise da procura turística por parte dos residentes no país revela que 15,7% das viagens (com duração de pelo menos uma noite) têm como destino a região Alentejo (Centro 26,4%; Norte 23,5%; Lisboa 19,2%; Algarve 13,0%; RA Açores 1,2% e RA Madeira 0,9%). Considerando as viagens com duração de quatro ou mais noites, a AI é destino de 11,2% das viagens dos residentes (Centro 24,5%; Norte 19,1%; Lisboa 12,2%; Algarve 29,7%; RA Açores 1,7% e RA Madeira 1,5%). A repartição das viagens na região Alentejo, com duração de pelo menos uma noite por motivo de lazer, recreio ou férias representa 13,9%, enquanto que por motivo de visita a familiares ou amigos equivale a 18,0%, por deslocação profissional ou de negócios 13,6%, por motivo religioso 9,3% e por outras motivações 10,8%<sup>62</sup>. A distribuição das viagens na AI, com duração de quatro ou mais noites por motivo de lazer, recreio ou férias representa 10,7%, enquanto que por motivo de visita a familiares ou amigos corresponde a 11,8%, por deslocação profissional ou de negócios 16,7%, por motivo religioso 6,5% e por outras motivações 8,0%<sup>63</sup> (Quadro 13).

**Quadro 13 - Viagens em Portugal, segundo o motivo e duração (NUTS II de destino)**

2013 Unidade: 10<sup>3</sup>

NUTS II de destino	Destino Portugal, com duração de pelo menos uma noite						
	Total	Lazer, recreio ou férias	Visita a familiares ou amigos	Profissionais ou negócios	Saúde	Religião	Outros motivos
<b>Total</b>	<b>16 370,9</b>	<b>6 742,0</b>	<b>7 925,1</b>	<b>969,2</b>	<b>45,1</b>	<b>188,3</b>	<b>501,2</b>
Norte	3 855,0	1 434,4	2 005,1	248,5	11,1	32,5	123,4
Centro	4 326,3	1 575,9	2 234,4	233,7	8,4	124,7	149,2
Lisboa	3 147,6	1 136,0	1 597,2	254,0	21,7	2,5	136,2
Alentejo	2 565,3	935,9	1 426,2	131,6	0,0	17,5	54,1
Algarve	2 129,1	1 534,8	508,9	66,0	2,5	2,1	14,8
RA Açores	193,2	49,3	102,6	15,5	0,8	5,0	20,0
RA Madeira	154,4	75,7	50,7	19,9	0,6	4,0	3,5

NUTS II de destino	Destino Portugal, com duração de quatro ou mais noites						
	Total	Lazer, recreio ou férias	Visita a familiares ou amigos	Profissionais ou negócios	Saúde	Religião	Outros motivos
<b>Total</b>	<b>4 091,5</b>	<b>2 616,0</b>	<b>1 008,8</b>	<b>285,6</b>	<b>21,3</b>	<b>30,8</b>	<b>129,0</b>
Norte	779,8	392,3	266,7	68,8	7,3	9,5	35,2

<sup>62</sup> Em termos nacionais, as viagens por motivo de lazer, recreio ou férias representam 41,2%, enquanto que por motivo de visita a familiares ou amigos equivalem a 48,4%, por deslocação profissional ou de negócios 5,9%, por motivo religioso 1,2%, por motivo de saúde 0,3% e por outras motivações 3,1%.

<sup>63</sup> Em termos nacionais, as viagens por motivo de lazer, recreio ou férias representam 63,9%, enquanto que por motivo de visita a familiares ou amigos correspondem a 24,7%, por deslocação profissional ou de negócios 7,0%, por motivo religioso 0,8%, por motivo de saúde 0,5% e por outras motivações 3,2%.

Centro	<b>1 004,2</b>	522,0	346,6	83,7	5,6	16,2	30,1
Lisboa	<b>500,8</b>	240,3	152,3	70,2	6,3	0,6	31,1
Alentejo	<b>457,6</b>	278,8	118,9	47,6	0,0	2,0	10,3
Algarve	<b>1 216,9</b>	1 119,2	80,3	7,2	1,0	0,4	8,8
RA Açores	<b>69,0</b>	18,7	27,9	7,9	0,5	2,1	11,9
RA Madeira	<b>63,2</b>	44,7	16,1	0,2	0,6	0,0	1,6

Fonte: INE – Inquérito às Deslocações dos Residentes 2013.

Ainda considerando a procura turística por parte dos residentes no país, a região Alentejo é procurada para lazer, recreio ou férias, em viagens com duração de pelo menos uma noite, sobretudo por residentes em Lisboa que representam 81,4% (Alentejo 9,0%; Centro 4,3%; Norte 3,7% e Algarve 1,6%), enquanto que em viagens com duração de quatro ou mais noites e pelo mesmo motivo os residentes em Lisboa também predominam com 81,1% (Centro 6,8%; Alentejo 6,3%; Norte 4,7% e Algarve 1,0%). Para as viagens com motivação de visita a familiares ou amigos, com duração de pelo menos uma noite, sobressaem igualmente os residentes em Lisboa com 71,7% (Alentejo 20,4%; Centro 3,4% e Algarve 4,5%), tal como para as viagens com duração de quatro ou mais noites, cujos residentes em Lisboa representam 89,7% da procura pela AI (Alentejo 4,9%; Centro 2,7% e Algarve 2,7%) (Quadro 14).

**Quadro 14 - Matriz origem/destino (NUTS II) das viagens realizadas em Portugal, segundo os principais motivos e duração**

2013 Unidade: 10<sup>3</sup>

Origem	Destino	Lazer, recreio ou férias, com duração de pelo menos uma noite							
		Total	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	RA Açores	RA Madeira
<b>Total</b>		<b>6 742,0</b>	<b>1 434,4</b>	<b>1 575,9</b>	<b>1 136,0</b>	<b>935,9</b>	<b>1 534,8</b>	<b>49,3</b>	<b>75,7</b>
Norte		1 865,7	1 161,6	193,1	112,5	34,9	348,0	0,0	15,6
Centro		975,5	81,4	546,5	99,5	39,9	191,6	5,7	10,9
Lisboa		3 202,2	157,1	742,7	817,9	762,0	699,3	2,7	20,5
Alentejo		436,9	21,2	80,8	81,0	84,2	168,0	0,0	1,7
Algarve		175,7	7,2	10,3	14,9	14,9	126,2	0,2	2,0
RA Açores		56,1	4,1	0,3	8,9	0,0	0,4	40,7	1,7
RA Madeira		29,9	1,8	2,2	1,3	0,0	1,3	0,0	23,3

Origem	Destino	Lazer, recreio ou férias com duração de quatro ou mais noites							
		Total	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	RA Açores	RA Madeira
<b>Total</b>		<b>2 616,0</b>	<b>392,3</b>	<b>522,0</b>	<b>240,3</b>	<b>278,8</b>	<b>1 119,2</b>	<b>18,7</b>	<b>44,7</b>
Norte		711,6	266,4	62,1	34,0	13,2	322,8	0,0	13,1
Centro		336,0	17,7	88,5	35,9	18,9	168,3	1,0	5,7
Lisboa		1 336,9	96,3	338,4	141,2	226,2	516,4	2,7	15,7
Alentejo		165,0	4,7	26,5	20,2	17,6	96,0	0,0	0,0
Algarve		27,5	2,4	4,0	2,2	2,9	14,0	0,0	2,0



RA Açores	26,6	3,5	0,3	6,3	0,0	0,4	15,0	1,1	
RA Madeira	12,4	1,3	2,2	0,5	0,0	1,3	0,0	7,1	
<b>Origem</b>	<b>Destino</b>	<b>Visita a familiares ou amigos, com duração de pelo menos uma noite</b>							
		<b>Total</b>	<b>Norte</b>	<b>Centro</b>	<b>Lisboa</b>	<b>Alentejo</b>	<b>Algarve</b>	<b>RA Açores</b>	<b>RA Madeira</b>
<b>Total</b>		<b>7 925,1</b>	<b>2 005,1</b>	<b>2 234,4</b>	<b>1 597,2</b>	<b>1 426,2</b>	<b>508,9</b>	<b>102,6</b>	<b>50,7</b>
Norte		2 077,8	1 505,3	366,8	182,5	0,0	17,5	2,7	3,0
Centro		1 285,5	245,4	617,0	294,7	48,5	72,0	3,8	4,1
Lisboa		3 365,9	214,6	1 008,4	888,1	1 022,6	210,2	13,6	8,4
Alentejo		706,2	26,6	201,9	147,6	290,6	38,2	0,0	1,3
Algarve		341,0	5,8	34,2	65,6	64,5	170,9	0,0	0,0
RA Açores		95,0	2,6	3,1	10,0	0,0	0,1	79,2	0,0
RA Madeira		53,7	4,8	3,0	8,7	0,0	0,0	3,3	33,9
<b>Origem</b>	<b>Destino</b>	<b>Visita a familiares ou amigos, com duração de quatro ou mais noites</b>							
		<b>Total</b>	<b>Norte</b>	<b>Centro</b>	<b>Lisboa</b>	<b>Alentejo</b>	<b>Algarve</b>	<b>RA Açores</b>	<b>RA Madeira</b>
<b>Total</b>		<b>1 008,8</b>	<b>266,7</b>	<b>346,6</b>	<b>152,3</b>	<b>118,9</b>	<b>80,3</b>	<b>27,9</b>	<b>16,1</b>
Norte		219,5	114,2	58,1	32,8	0,0	8,7	2,7	3,0
Centro		148,7	27,2	50,8	40,0	3,2	21,3	2,1	4,1
Lisboa		512,3	101,8	201,6	45,4	106,7	39,8	10,8	6,2
Alentejo		49,3	13,6	11,0	12,1	5,8	6,4	0,0	0,4
Algarve		36,9	4,0	19,4	6,3	3,2	4,0	0,0	0,0
RA Açores		23,3	2,6	3,1	8,5	0,0	0,1	9,0	0,0
RA Madeira		18,8	3,3	2,6	7,2	0,0	0,0	3,3	2,4

Fonte: INE – Inquérito às Deslocações dos Residentes 2013.

A taxa de ocupação-cama registada em todos os alojamentos turísticos foi em 2013 de 39,7%, mas na AI foi de apenas 24,1%, ou seja a mais baixa do país (RA Madeira, Algarve e Lisboa posicionaram-se acima da média do país). No que se refere à hotelaria nacional, a taxa de ocupação-cama foi de 42,6%, ficando a região Alentejo muito aquém da média do país com 27,9% (RA Madeira, Lisboa e Algarve acima da média nacional), tal aconteceu nas restantes tipologias de alojamento (TER, Turismo de habitação e alojamento local). Na AI destacam-se as seguintes tipologias de alojamento turístico em função das menores taxas de ocupação-cama: apartamentos turísticos (10,1%) e turismo de habitação (11,2%). Por seu lado, em função das maiores taxas de ocupação-cama, realçam-se os hotéis de 5\*, com 50,5% (Quadro 15).

**Quadro 15 - Taxa líquida de ocupação-cama, segundo o tipo dos estabelecimentos, por regiões (NUTS II)**

2013		Unidade: %						
NUTS	Total dos Alojamentos Turísticos	Total Hotelaria	Hotéis					Apartamentos turísticos
			Total	*****	****	***	** / *	
PORTUGAL	39,7	42,6	43,4	49,1	47,7	37,3	33,9	37,0
CONTINENTE	37,9	40,7	41,8	46,6	45,8	37,1	34,0	36,9
Norte	31,0	35,2	35,5	44,1	36,1	33,1	32,8	14,9
Centro	24,8	27,2	27,7	36,8	33,6	26,0	22,4	20,7
Lisboa	48,2	49,9	50,7	47,6	51,4	53,1	49,7	38,5
Alentejo	24,1	27,9	31,3	50,5	36,0	25,5	30,0	10,1
Algarve	43,3	44,0	51,1	47,3	53,0	53,6	41,7	38,9
RA AÇORES	34,1	35,6	36,2	...	40,0	32,9	...	...
RA MADEIRA	57,0	61,5	61,3	...	64,0	47,2	...	...
NUTS	Aldeamentos Turísticos	Hotéis-Apartamentos				Pousadas	Quintas da Madeira	
		Total	*****	****	*** / **			
PORTUGAL	34,0	46,9	43,9	48,2	44,3	34,8	72,5	
CONTINENTE	33,8	43,0	32,4	43,9	43,5	34,9	//	
Norte	...	...	//	48,7	...	35,8	//	

Centro	...	...	//	33,7	...	30,9	//
Lisboa	38,7	45,7	...	46,4	...	34,3	//
Alentejo	...	...	...	30,6	25,2	32,3	//
Algarve	36,0	45,1	37,2	44,7	47,6	45,9	//
<b>RA AÇORES</b>	//	<b>34,2</b>	//	...	...	...	//
<b>RA MADEIRA</b>	<b>40,5</b>	<b>63,1</b>	<b>71,7</b>	...	...	...	<b>72,5</b>
NUTS	Total TER e TH	Turismo no Espaço Rural				Turismo de Habitação	Alojamento Local
		Agro-turismo	Casas de Campo	Hotéis rurais	Outros TER		
<b>PORTUGAL</b>	<b>18,9</b>	<b>16,9</b>	<b>20,2</b>	<b>23,8</b>	<b>16,0</b>	<b>15,4</b>	<b>26,4</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>18,0</b>	<b>16,4</b>	<b>18,5</b>	<b>23,1</b>	<b>15,2</b>	<b>14,9</b>	<b>25,3</b>
Norte	16,3	15,3	15,3	21,4	13,9	15,4	21,4
Centro	16,2	14,8	16,7	24,4	12,1	12,7	17,6
Lisboa	24,7	...	21,1	...	...	...	37,7
Alentejo	17,8	15,9	19,8	19,7	15,8	11,2	17,2
Algarve	31,5	...	32,2	...	25,4	...	32,8
<b>RA AÇORES</b>	<b>23,2</b>	...	<b>25,8</b>	<b>0,0</b>	...	<b>18,9</b>	<b>25,5</b>
<b>RA MADEIRA</b>	<b>32,3</b>	...	<b>30,9</b>	...	...	<b>24,7</b>	<b>34,3</b>

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos 2013.

A estada média em todos os alojamentos turísticos foi em 2013 de 2,86 noites, com a região Alentejo a registar 1,79 noites (RA Madeira 5,53; Algarve 4,66; RA Açores 3,20; Lisboa 2,32; Centro 1,79 e Norte 1,76). Quanto à estada média nos alojamentos hoteleiros a AI verificou 1,75 noites, igualmente abaixo da média nacional que foi de 2,95 noites (RA Madeira 5,64; Algarve 4,71; RA Açores 3,21; Lisboa 2,31; Centro 1,82 e Norte 1,78). Nas restantes tipologias de alojamento (TER, Turismo de habitação e alojamento local) a região Alentejo também ficou aquém da média nacional. Na AI destacam-se com menor estada média os hotéis de 3\* (1,51 noites) e com estada média mais elevada os apartamentos turísticos (3,28 noites)(Quadro 16).

**Quadro 16 - Estada média, segundo o tipo dos estabelecimentos, por regiões (NUTS II)**

2013 Unidade: Nº de noites

NUTS	Total dos Alojamentos Turísticos	Total Hotelaria	Hotéis					Apartamentos turísticos
			Total	****	***	**	* / **	
<b>PORTUGAL</b>	<b>2,86</b>	<b>2,95</b>	<b>2,50</b>	<b>2,87</b>	<b>2,73</b>	<b>2,19</b>	<b>1,85</b>	<b>5,47</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>2,64</b>	<b>2,72</b>	<b>2,28</b>	<b>2,50</b>	<b>2,44</b>	<b>2,12</b>	<b>1,84</b>	<b>5,45</b>
Norte	1,76	1,78	1,76	1,83	1,83	1,73	1,66	3,15
Centro	1,79	1,82	1,77	2,49	2,49	1,79	1,84	4,20
Lisboa	2,32	2,31	2,26	2,24	2,24	2,33	2,08	3,68
Alentejo	1,79	1,75	1,59	1,69	1,69	1,51	1,56	3,28
Algarve	4,66	4,71	4,15	3,92	3,92	4,00	2,20	5,58
<b>RA AÇORES</b>	<b>3,20</b>	<b>3,21</b>	<b>3,15</b>	...	<b>3,28</b>	<b>2,81</b>	...	...
<b>RA MADEIRA</b>	<b>5,53</b>	<b>5,64</b>	<b>5,37</b>	...	<b>5,51</b>	<b>4,10</b>	...	...
NUTS	Alojamentos Turísticos	Hotéis-Apartamentos				Pousadas	Quintas da Madeira	
		Total	****	***	** / *			
<b>PORTUGAL</b>	<b>5,18</b>	<b>4,35</b>	<b>4,50</b>	<b>4,37</b>	<b>4,25</b>	<b>1,83</b>	<b>5,69</b>	
<b>CONTINENTE</b>	<b>5,13</b>	<b>3,93</b>	<b>3,56</b>	<b>3,56</b>	<b>4,02</b>	<b>1,82</b>	//	
Norte	...	...	//	1,99	...	1,79	//	
Centro	3,50	...	//	1,67	...	1,87	//	
Lisboa	2,95	3,09	...	4,37	...	1,92	//	

NUTS	Total TER e TH	Turismo no Espaço Rural				Turismo de Habitação	Alojamento Local
		Agro-turismo	Casas de Campo	Hotéis Rurais	Outros TER		
Alentejo	...	...	...	1,96	1,97	1,55	//
Algarve	5,64	4,65	4,57	4,57	5,28	2,25	//
RA AÇORES	//	3,15	//	...	...	...	//
RA MADEIRA	6,88	6,21	6,31	...	...	...	5,69
<b>PORTUGAL</b>	<b>2,30</b>	<b>2,17</b>	<b>2,54</b>	<b>2,06</b>	<b>2,51</b>	<b>2,13</b>	<b>2,28</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>2,13</b>	<b>2,12</b>	<b>2,25</b>	<b>1,97</b>	<b>2,35</b>	<b>2,04</b>	<b>2,08</b>
Norte	2,02	1,97	2,20	1,72	2,30	2,11	1,60
Centro	1,96	1,91	1,91	2,13	2,08	1,82	1,61
Lisboa	2,14	...	2,50	...	...	...	2,43
Alentejo	2,07	2,07	2,19	1,96	2,15	1,73	1,75
Algarve	3,54	...	3,51	...	...	...	3,76
RA AÇORES	4,20	...	4,96	0,0	...	3,24	2,49
RA MADEIRA	4,36	...	4,29	...	...	3,36	4,78

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos 2013.

Considerando a estada média na região Alentejo, por países de residência habitual e no que à hotelaria diz respeito, os residentes no país pernoveram em média 1,72 noites e os não residentes 1,83 noites (média da tipologia de alojamento 1,75), sendo que os países com estadas médias superiores foram: Angola (3,70); Suécia (3,11); Finlândia (2,80); Dinamarca (2,56); República Checa (2,15) e Reino Unido (2,0). Quanto à tipologia TER, os residentes no país pernoveram em média 1,92 noites e os não residentes 2,59 noites (média da tipologia 2,07), sendo que os países com estadas médias superiores foram: Angola (5,92); Alemanha (3,69); Países Baixos (3,58); Dinamarca (3,24); Bélgica (2,61) e Polónia (2,61). Relativamente à tipologia alojamento local, os residentes no país pernoveram em média 1,73 noites e os não residentes 1,87 noites (média da tipologia 1,75), sendo que os países com estadas médias superiores foram: China (6,54); Países Baixos (3,38); República Checa (2,56); Finlândia (2,25); Canadá (1,95); Bélgica (1,91); EUA (1,84) e Alemanha (1,83)(Quadro 17).

#### Quadro 17- Estada média, segundo as regiões (NUTS II), por países de residência habitual

2013		Unidade: N° de noites							
NUTS e Países de Residência	Total	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
<b>HOTELARIA</b>									
<b>TOTAL</b>	<b>2,95</b>	<b>2,72</b>	<b>1,78</b>	<b>1,82</b>	<b>2,31</b>	<b>1,75</b>	<b>4,71</b>	<b>3,21</b>	<b>5,64</b>
<b>PORTUGAL</b>	<b>2,05</b>	<b>2,01</b>	<b>1,52</b>	<b>1,67</b>	<b>1,74</b>	<b>1,72</b>	<b>3,68</b>	<b>2,29</b>	<b>3,16</b>
<b>ESTRANGEIRO</b>	<b>3,55</b>	<b>3,23</b>	<b>2,09</b>	<b>2,07</b>	<b>2,58</b>	<b>1,83</b>	<b>5,15</b>	<b>4,04</b>	<b>6,18</b>
<b>EUROPA</b>	<b>3,86</b>	<b>3,50</b>	<b>2,10</b>	<b>2,24</b>	<b>2,68</b>	<b>1,90</b>	<b>5,23</b>	<b>4,18</b>	<b>6,24</b>
<b>UNIÃO EUROPEIA</b>	3,88	3,54	2,10	2,23	2,66	1,89	5,24	4,21	6,25
Alemanha	4,54	3,88	2,19	2,42	2,86	1,73	5,68	4,00	6,88
Áustria	3,56	2,88	2,02	2,07	2,63	1,56	4,67	3,23	6,23
Bélgica	3,58	3,20	2,37	2,46	2,94	1,98	4,69	3,33	6,13
Dinamarca	4,49	3,75	2,41	2,89	3,24	2,56	5,59	5,71	6,51
Espanha	2,47	2,36	1,92	2,14	2,43	1,86	3,11	4,32	4,99
Finlândia	4,68	3,38	2,25	3,73	3,14	2,80	4,16	5,76	6,49
França	3,10	2,73	2,20	2,09	2,56	1,90	5,11	3,32	5,19
Irlanda	5,06	5,04	2,27	3,83	3,21	1,96	5,61	3,37	6,05
Itália	2,45	2,31	1,95	1,78	2,53	1,52	3,39	3,22	5,54

Países Baixos	4,91	4,83	2,24	2,23	3,00	1,72	6,43	4,46	5,95
Polónia	3,74	3,10	2,30	2,34	2,41	1,91	4,88	5,19	6,27
Reino Unido	5,02	4,74	2,32	2,96	2,56	2,00	5,44	3,43	6,69
Rep. Checa	3,80	3,11	2,47	2,61	2,46	2,15	4,77	3,19	5,73
Suécia	4,25	3,78	2,13	3,85	3,21	3,11	5,33	5,47	5,86
<b>ÁFRICA</b>	<b>3,08</b>	<b>3,07</b>	<b>2,43</b>	<b>2,49</b>	<b>3,19</b>	<b>2,71</b>	<b>3,89</b>	<b>2,63</b>	<b>4,58</b>
Angola	3,32	3,32	2,06	2,68	3,64	3,70	2,88	2,17	2,85
<b>AMÉRICA</b>	<b>2,35</b>	<b>2,30</b>	<b>2,07</b>	<b>1,71</b>	<b>2,39</b>	<b>1,67</b>	<b>3,53</b>	<b>3,30</b>	<b>4,05</b>
Brasil	2,30	2,28	2,15	1,59	2,49	1,74	2,63	3,17	3,55
Canadá	2,81	2,73	1,97	1,83	2,35	1,49	5,19	3,51	4,83
EUA	2,27	2,20	1,94	1,89	2,23	1,66	2,91	3,24	4,10
<b>ÁSIA</b>	<b>1,91</b>	<b>1,88</b>	<b>1,88</b>	<b>1,33</b>	<b>2,00</b>	<b>1,33</b>	<b>2,79</b>	<b>2,61</b>	<b>3,37</b>
China	1,87	1,84	1,90	2,31	1,86	1,16	1,76	3,10	4,26
Japão	1,84	1,82	1,71	1,24	1,99	1,61	2,74	2,77	3,14
<b>OCEÂNIA / n.e.</b>	<b>2,35</b>	<b>2,32</b>	<b>1,91</b>	<b>1,57</b>	<b>2,24</b>	<b>1,62</b>	<b>3,41</b>	<b>3,05</b>	<b>5,00</b>
<b>TURISMO NO ESPAÇO RURAL</b>									
<b>TOTAL</b>	<b>2,30</b>	<b>2,13</b>	<b>2,02</b>	<b>1,96</b>	<b>2,14</b>	<b>2,07</b>	<b>3,54</b>	<b>4,20</b>	<b>4,36</b>
<b>PORTUGAL</b>	<b>1,92</b>	<b>1,89</b>	<b>1,77</b>	<b>1,84</b>	<b>1,76</b>	<b>1,92</b>	<b>2,96</b>	<b>4,26</b>	<b>1,98</b>
<b>ESTRANGEIRO</b>	<b>2,98</b>	<b>2,64</b>	<b>2,52</b>	<b>2,26</b>	<b>2,46</b>	<b>2,59</b>	<b>4,01</b>	<b>4,18</b>	<b>4,74</b>
<b>EUROPA</b>	<b>3,09</b>	<b>2,75</b>	<b>2,64</b>	<b>2,33</b>	<b>2,56</b>	<b>2,66</b>	<b>4,08</b>	<b>4,07</b>	<b>4,77</b>
<b>UNIÃO EUROPEIA</b>	<b>3,13</b>	<b>2,78</b>	<b>2,67</b>	<b>2,35</b>	<b>2,60</b>	<b>2,69</b>	<b>4,10</b>	<b>4,16</b>	<b>4,86</b>
Alemanha	4,03	3,18	2,55	2,37	2,96	3,69	4,61	4,41	6,04
Áustria	2,72	2,09	1,96	1,95	1,93	1,81	3,15	3,47	4,51
Bélgica	3,47	3,46	2,89	2,84	2,85	2,61	5,82	3,68	3,30
Dinamarca	2,88	2,56	2,39	2,28	2,61	3,24	3,20	5,64	3,23
Espanha	2,34	2,28	2,25	2,28	2,61	1,98	3,01	3,91	3,52
Finlândia	2,20	2,06	2,11	1,51	2,96	1,76	2,55	2,50	4,64
França	2,64	2,48	2,57	2,25	2,65	2,15	3,23	3,34	3,19
Irlanda	2,61	2,57	3,41	1,66	1,95	2,07	3,59	3,83	4,62
Itália	2,22	1,82	1,96	1,58	1,71	1,59	2,74	3,73	3,47
Países Baixos	3,69	3,32	3,01	2,56	2,80	3,58	5,06	5,05	5,10
Polónia	2,42	2,18	2,07	1,97	1,84	2,61	3,50	3,92	3,81
Reino Unido	3,14	2,99	3,71	2,42	2,69	2,30	3,12	4,64	4,71
Rep. Checa	2,51	1,84	1,60	2,23	2,00	1,34	1,95	2,82	4,82
Suécia	2,26	2,19	2,11	2,36	2,08	2,15	2,54	2,73	3,07
<b>ÁFRICA</b>	<b>3,39</b>	<b>3,24</b>	<b>1,82</b>	<b>5,13</b>	<b>2,71</b>	<b>2,36</b>	<b>1,65</b>	<b>10,67</b>	<b>2,05</b>
Angola	5,84	5,84	1,72	6,53	4,67	5,92	//	//	//
<b>AMÉRICA</b>	<b>2,08</b>	<b>1,86</b>	<b>1,94</b>	<b>1,73</b>	<b>1,81</b>	<b>1,72</b>	<b>2,40</b>	<b>5,76</b>	<b>3,93</b>
Brasil	1,82	1,80	1,88	1,86	1,41	1,52	2,46	4,06	2,57
Canadá	1,97	1,80	1,94	1,63	1,81	1,41	2,23	4,13	3,44
EUA	2,34	1,96	2,01	1,70	2,04	2,01	2,36	6,31	4,65
<b>ÁSIA</b>	<b>1,93</b>	<b>1,86</b>	<b>1,67</b>	<b>1,55</b>	<b>1,82</b>	<b>2,57</b>	<b>2,03</b>	<b>3,20</b>	<b>2,61</b>
China	1,79	1,58	1,17	1,38	1,83	1,59	2,17	6,83	4,50
Japão	1,83	1,77	1,56	1,98	1,78	1,78	2,00	2,17	13,00
<b>OCEÂNIA / n.e.</b>	<b>2,38</b>	<b>2,33</b>	<b>2,09</b>	<b>1,78</b>	<b>2,37</b>	<b>2,26</b>	<b>4,22</b>	<b>4,05</b>	<b>3,10</b>
<b>ALOJAMENTO LOCAL</b>									
<b>TOTAL</b>	<b>2,28</b>	<b>2,08</b>	<b>1,60</b>	<b>1,61</b>	<b>2,43</b>	<b>1,75</b>	<b>3,76</b>	<b>2,49</b>	<b>4,78</b>
<b>PORTUGAL</b>	<b>1,70</b>	<b>1,65</b>	<b>1,43</b>	<b>1,53</b>	<b>1,88</b>	<b>1,73</b>	<b>2,68</b>	<b>2,42</b>	<b>3,03</b>
<b>ESTRANGEIRO</b>	<b>3,20</b>	<b>2,85</b>	<b>2,24</b>	<b>1,88</b>	<b>2,83</b>	<b>1,87</b>	<b>4,44</b>	<b>2,65</b>	<b>5,26</b>
<b>EUROPA</b>	<b>3,30</b>	<b>2,89</b>	<b>2,20</b>	<b>1,90</b>	<b>2,77</b>	<b>1,87</b>	<b>4,65</b>	<b>2,56</b>	<b>5,28</b>
<b>UNIÃO EUROPEIA</b>	<b>3,31</b>	<b>2,90</b>	<b>2,19</b>	<b>1,91</b>	<b>2,76</b>	<b>1,89</b>	<b>4,68</b>	<b>2,56</b>	<b>5,28</b>
Alemanha	4,09	3,14	2,27	1,68	2,78	1,83	5,11	2,45	6,37
Áustria	3,28	2,57	2,05	1,41	2,66	1,60	4,06	2,26	5,89
Bélgica	3,00	2,75	2,31	1,70	2,83	1,91	4,15	2,42	4,27
Dinamarca	3,57	3,07	2,25	1,57	3,13	1,40	4,41	3,03	5,32
Espanha	2,38	2,30	1,95	2,15	2,46	1,93	2,86	2,51	4,69
Finlândia	4,09	3,00	2,58	1,95	3,10	2,25	3,74	4,34	6,22
França	2,80	2,38	2,20	1,56	2,75	1,53	3,02	2,33	4,10
Irlanda	4,03	4,04	2,06	3,42	2,96	1,63	5,28	2,49	3,98
Itália	2,50	2,42	2,03	1,52	2,77	1,61	2,84	2,41	4,65
Países Baixos	3,91	3,76	2,34	1,91	3,00	3,38	5,90	2,59	4,91
Polónia	2,86	2,59	2,24	1,99	2,67	1,48	3,55	3,41	4,78
Reino Unido	4,83	4,51	2,97	1,79	2,87	1,72	5,63	3,41	6,03
Rep. Checa	3,75	3,15	2,69	5,31	2,76	2,56	2,83	3,40	4,60
Suécia	3,45	2,95	2,36	1,63	2,98	1,75	3,57	2,97	5,82
<b>ÁFRICA</b>	<b>4,82</b>	<b>4,83</b>	<b>4,81</b>	<b>1,96</b>	<b>5,21</b>	<b>1,52</b>	<b>2,72</b>	<b>2,47</b>	<b>5,24</b>
Angola	5,72	5,72	3,74	2,34	6,01	1,50	2,41	1,83	4,67
<b>AMÉRICA</b>	<b>2,42</b>	<b>2,33</b>	<b>2,37</b>	<b>1,79</b>	<b>2,49</b>	<b>1,68</b>	<b>2,40</b>	<b>3,38</b>	<b>4,93</b>
Brasil	2,40	2,32	2,56	1,68	2,51	1,37	2,23	3,43	5,17
Canadá	2,57	2,49	2,26	2,22	2,40	1,95	3,24	2,80	4,32
EUA	2,36	2,26	2,20	1,85	2,47	1,84	2,10	3,84	4,26
<b>ÁSIA</b>	<b>2,28</b>	<b>2,24</b>	<b>1,97</b>	<b>1,78</b>	<b>2,44</b>	<b>2,09</b>	<b>2,28</b>	<b>2,59</b>	<b>3,45</b>
China	2,11	2,08	1,66	2,88	2,03	6,54	1,93	2,43	2,78
Japão	2,09	2,05	1,83	1,38	2,34	1,26	2,62	1,56	3,80
<b>OCEÂNIA / n.e.</b>	<b>2,61</b>	<b>2,55</b>	<b>2,28</b>	<b>1,77</b>	<b>2,64</b>	<b>2,88</b>	<b>2,79</b>	<b>1,82</b>	<b>6,75</b>

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos 2013.

A estada média relativa ao campismo na AI registou 3,05 noites (Algarve 4,91; Lisboa 3,82; Centro 2,97 e Norte 2,79), pernoitando 3,24 noites em média os residentes no país e 2,36 noites os não residentes, enquanto a média nacional foi de 3,49 noites. Os campistas com estadas médias superiores na AI foram os da Finlândia (5,97), Países Baixos (3,24), Reino Unido (3,13), Luxemburgo (2,59) e Bélgica (2,49)(Quadro 18).

**Quadro 18 - Estada média de campistas, segundo as regiões (NUTS II), por países de residência habitual**

2013 Unidade: N° de noites

Países de residência	Total	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
<b>TOTAL</b>	<b>3,49</b>	<b>3,50</b>	<b>2,79</b>	<b>2,97</b>	<b>3,82</b>	<b>3,05</b>	<b>4,91</b>	...	...
<b>PORTUGAL</b>	<b>3,55</b>	<b>3,56</b>	<b>2,85</b>	<b>3,07</b>	<b>4,00</b>	<b>3,24</b>	<b>5,43</b>	...	...
<b>ESTRANGEIRO</b>	<b>3,34</b>	<b>3,35</b>	<b>2,67</b>	<b>2,65</b>	<b>3,09</b>	<b>2,36</b>	<b>4,53</b>	...	...
<b>EUROPA</b>	<b>3,37</b>	<b>3,37</b>	<b>2,68</b>	<b>2,66</b>	<b>3,12</b>	<b>2,39</b>	<b>4,55</b>	...	...
UNIÃO EUROPEIA	3,37	3,38	2,69	2,68	3,11	2,41	4,55	...	...
Alemanha	3,16	3,16	2,21	2,21	3,00	2,27	4,43	...	...
Áustria	2,49	2,49	1,88	1,74	3,12	1,37	3,26	...	...
Bélgica	3,35	3,36	2,58	2,97	2,97	2,49	4,61	...	...
Dinamarca	3,38	3,39	2,93	3,00	4,42	2,21	3,85	...	...
Espanha	2,80	2,80	3,14	2,57	2,93	2,08	2,91	...	...
Finlândia	5,24	5,24	1,73	2,17	2,83	5,97	6,54	...	...
França	2,97	2,97	2,61	2,43	3,07	1,93	4,26	...	...
Irlanda	5,22	5,22	5,59	4,25	6,45	2,14	5,98	...	...
Itália	2,36	2,36	1,98	2,07	2,63	1,64	2,94	...	...
Luxemburgo	3,30	3,30	2,76	2,99	3,77	2,59	3,75	...	...
Países Baixos	4,36	4,37	3,05	3,78	3,37	3,24	6,01	...	...
Reino Unido	4,73	4,73	2,44	2,87	4,12	3,13	5,72	...	...
Suécia	5,36	5,36	2,86	2,08	4,39	2,15	7,61	...	...
<b>ÁFRICA</b>	<b>2,78</b>	<b>2,78</b>	<b>1,82</b>	<b>3,88</b>	<b>2,92</b>	<b>2,20</b>	<b>3,00</b>	...	...
<b>AMÉRICA</b>	<b>2,32</b>	<b>2,32</b>	<b>2,11</b>	<b>2,19</b>	<b>2,29</b>	<b>1,59</b>	<b>3,39</b>	...	...
Brasil	2,58	2,58	2,07	1,61	2,09	1,65	4,99	...	...
Canadá	2,32	2,32	1,95	3,05	2,75	1,81	2,24	...	...
EUA	1,91	1,89	2,04	1,92	2,24	1,31	2,43	...	...
<b>ÁSIA</b>	<b>3,33</b>	<b>3,34</b>	<b>1,57</b>	<b>1,55</b>	<b>3,57</b>	<b>1,31</b>	<b>8,79</b>	...	...
Japão	2,29	2,29	3,33	1,52	3,87	1,53	2,00	...	...
<b>OCEÂNIA</b>	<b>2,36</b>	<b>2,37</b>	<b>1,71</b>	<b>1,73</b>	<b>2,60</b>	<b>1,58</b>	<b>3,69</b>	...	...

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Campistas em Parques de Campismo 2013.

A estada média relativamente às colónias de férias e às pousadas de juventude representou na AI 2,33 noites (Algarve 3,45; RA Madeira 2,79; RA Açores 2,67; Centro 2,37; Lisboa 1,92 e Norte 1,66), enquanto a média nacional foi de 2,19 noites. Na região Alentejo os residentes no país pernoitaram em média 2,44 noites e os não residentes 1,57 noites e a origem dos hóspedes com estadas médias superiores foi a seguinte: Espanha (2,12); Irlanda (1,90); Países Baixos (1,67); França (1,64) e Itália (1,56) (Quadro 19).

**Quadro 19 - Estada média nas colónias de férias e pousadas de juventude, segundo as regiões (NUTS II), por países de residência habitual**

2013 Unidade: N° de noites

Países de residência	Portugal	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
<b>TOTAL</b>	<b>2,19</b>	<b>2,16</b>	<b>1,66</b>	<b>2,37</b>	<b>1,92</b>	<b>2,33</b>	<b>3,45</b>	<b>2,67</b>	<b>2,79</b>

<b>PORTUGAL</b>	<b>2,24</b>	<b>2,22</b>	<b>1,70</b>	<b>2,42</b>	<b>1,83</b>	<b>2,44</b>	<b>4,22</b>	<b>2,56</b>	<b>3,02</b>
<b>ESTRANGEIRO</b>	<b>1,98</b>	<b>1,92</b>	<b>1,54</b>	<b>1,83</b>	<b>2,42</b>	<b>1,57</b>	<b>2,11</b>	<b>2,86</b>	<b>2,22</b>
<b>EUROPA</b>	<b>2,00</b>	<b>1,93</b>	<b>1,49</b>	<b>1,78</b>	<b>2,47</b>	<b>1,60</b>	<b>2,20</b>	<b>2,85</b>	<b>2,23</b>
UNIÃO EUROPEIA	1,98	1,91	1,46	1,77	2,44	1,60	2,23	2,86	2,22
Alemanha	1,79	1,64	1,22	1,62	2,35	1,50	1,46	3,30	2,66
Áustria	1,66	1,50	1,08	2,02	2,07	1,50	1,27	2,41	4,10
Bélgica	1,70	1,61	1,19	1,51	2,19	1,16	1,88	2,16	2,30
Dinamarca	2,20	2,14	1,40	2,16	2,85	1,29	2,39	2,63	2,90
Espanha	1,62	1,58	1,27	1,65	2,33	2,12	1,75	2,98	2,10
Finlândia	2,51	2,06	2,12	3,46	1,43	1,00	1,63	3,04	3,00
França	1,98	1,91	1,40	1,65	2,22	1,64	2,50	2,89	1,82
Grécia	2,07	2,04	2,83	1,30	2,88	0,00	1,32	4,00	2,50
Irlanda	2,67	2,54	1,15	2,02	1,56	1,90	4,34	4,16	3,11
Itália	2,17	2,08	1,38	2,40	2,86	1,56	1,96	2,66	2,38
Luxemburgo	1,82	1,77	1,18	1,60	1,73	0,00	2,08	1,73	2,60
Países Baixos	3,19	3,29	3,75	1,71	4,79	1,67	2,22	2,26	2,60
Reino Unido	3,68	3,69	1,27	2,09	3,21	1,09	5,46	2,82	4,11
Suécia	2,30	2,25	1,27	2,49	2,46	1,45	2,20	2,56	4,00
Outros UE	1,92	1,86	1,69	1,93	2,69	2,35	1,76	2,85	1,77
Outros Europa	2,36	2,33	2,39	1,95	3,08	1,26	1,57	2,67	2,41
<b>ÁFRICA</b>	<b>2,29</b>	<b>2,29</b>	<b>1,40</b>	<b>2,51</b>	<b>3,23</b>	<b>0,00</b>	<b>2,47</b>	<b>1,50</b>	<b>1,00</b>
<b>AMÉRICA</b>	<b>1,94</b>	<b>1,90</b>	<b>1,85</b>	<b>1,66</b>	<b>2,21</b>	<b>1,28</b>	<b>1,71</b>	<b>3,01</b>	<b>2,14</b>
Brasil	2,03	2,02	2,03	1,77	2,20	1,27	1,87	2,57	1,84
Canadá	1,90	1,68	1,19	1,68	2,20	1,71	1,71	3,79	3,17
EUA	1,77	1,67	1,19	1,17	2,69	1,25	1,54	2,48	2,30
Outros América	1,73	1,70	1,54	1,96	1,84	1,00	1,69	2,77	1,00
<b>ÁSIA</b>	<b>1,77</b>	<b>1,74</b>	<b>1,57</b>	<b>1,99</b>	<b>1,89</b>	<b>1,00</b>	<b>1,59</b>	<b>3,04</b>	<b>1,71</b>
Japão	1,64	1,62	1,05	1,57	1,87	1,00	1,93	2,46	1,00
Outros Ásia	1,79	1,76	1,63	2,02	1,90	1,00	1,53	3,28	1,83
<b>OCEÂNIA</b>	<b>1,48</b>	<b>1,46</b>	<b>1,30</b>	<b>1,43</b>	<b>1,87</b>	<b>1,27</b>	<b>1,47</b>	<b>2,74</b>	<b>3,25</b>

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Colonos em Colónias de Férias 2013.

Analisando os proveitos totais obtidos por todos os meios de alojamento turístico na região Alentejo, verifica-se que em 2013 apenas a RA Açores ficou aquém dos valores alcançados pela AI. Com efeito, foram obtidos os seguintes proveitos totais: Algarve 30,7%; Lisboa 29,6%; RA Madeira 13,7%; Norte 11,8%; Centro 8,5%; Alentejo 3,3% e RA Açores 2,3%. Decompondo os proveitos totais obtidos a nível nacional pelas tipologias de alojamento turístico, foram apurados os seguintes resultados: hotelaria 92,3%, turismo em espaço rural e turismo de habitação 1,8% e alojamento local 5,9%. Para a região Alentejo os proveitos totais obtidos foram os seguintes: hotelaria 76,4%, turismo em espaço rural e turismo de habitação 13,7% e alojamento local 9,9%. Considerando apenas a hotelaria na AI, os proveitos totais obtidos foram os seguintes: hotéis 61,8%; aldeamentos e hotéis-apartamentos 23,1%; pousadas 10,8% e apartamentos turísticos 4,3%. Noutra perspectiva de análise, os proveitos totais obtidos pela hotelaria da região Alentejo representam apenas 2,8% do total nacional (Algarve 32,2%; Lisboa 30,4%; Norte 11,1%; RA Madeira 13,6%; Centro 7,8%; RA Açores 2,3%), enquanto que o turismo no espaço rural e o turismo de habitação representam 25,0% do total nacional (Norte 30,5%; Centro 17,2%; Algarve 8,5%; Lisboa 8,4%; RA Madeira 5,6%; RA Açores 4,9%) e o alojamento local representa 5,6% do total nacional (Lisboa



24,2%; RA Madeira 18,3%; Norte 18,1%; Centro 16,9%; Algarve 15,2%; RA Açores 1,7%)(Quadro 20).

**Quadro 20 - Proveitos totais, segundo o tipo dos estabelecimentos, por regiões (NUTS II)**

2013 Unidade: 10<sup>3</sup> euros

NUTS	Total dos Alojamentos Turísticos	Total Hotelaria	Hotéis					Apartamentos turísticos
			Total	*****	****	***	** / *	
<b>PORTUGAL</b>	<b>2 023 940</b>	<b>1 867 296</b>	<b>1 413 949</b>	<b>509 425</b>	<b>616 587</b>	<b>208 485</b>	<b>79 452</b>	<b>98 924</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>1 700 371</b>	<b>1 571 586</b>	<b>1 198 653</b>	<b>423 696</b>	<b>504 134</b>	<b>192 930</b>	<b>77 894</b>	<b>94 773</b>
Norte	239 770	206 843	191 548	53 563	78 957	35 016	24 012	658
Centro	171 796	145 221	128 055	8 337	51 921	52 235	15 561	2 752
Lisboa	599 217	567 212	520 945	215 346	212 673	65 229	27 698	2 597
Alentejo	67 694	51 715	31 952	5 429	13 342	8 186	4 995	2 237
Algarve	621 894	600 595	326 154	141 021	147 241	32 264	5 629	86 529
<b>RA AÇORES</b>	<b>46 487</b>	<b>42 599</b>	<b>38 641</b>	...	<b>29 366</b>	<b>8 096</b>	...	...
<b>RA MADEIRA</b>	<b>277 082</b>	<b>253 110</b>	<b>176 655</b>	...	<b>83 088</b>	<b>7 459</b>	...	...

NUTS	Aldeamentos Turísticos	Hotéis-Apartamentos				Pousadas	Quintas da Madeira
		Total	*****	****	*** / **		
<b>PORTUGAL</b>	<b>79 813</b>	<b>231 208</b>	<b>27 317</b>	<b>164 178</b>	<b>39 713</b>	<b>31 790</b>	<b>11 612</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>77 529</b>	<b>169 876</b>	<b>20 212</b>	<b>117 782</b>	<b>31 882</b>	<b>30 754</b>	//
Norte	...	...	0	3 191	...	9 334	//
Centro	...	...	0	4 103	...	5 083	//
Lisboa	6 210	30 798	...	21 834	...	6 663	//
Alentejo	...	...	...	5 008	1 618	5 584	//
Algarve	66 969	116 852	11 106	83 646	22 100	4 091	//
<b>RA AÇORES</b>	<b>0</b>	<b>1 477</b>	<b>0</b>	...	...	...	//
<b>RA MADEIRA</b>	<b>2 283</b>	<b>59 856</b>	<b>7 105</b>	...	...	...	<b>11 612</b>

NUTS	Total TER e TH <sup>(a)</sup>	Turismo no Espaço Rural				Turismo de Habitação	Alojamento Local
		Agro-turismo	Casas de Campo	Hotéis Rurais	Outros TER		
<b>PORTUGAL</b>	<b>37 062</b>	<b>4 080</b>	<b>10 088</b>	<b>15 703</b>	<b>2 579</b>	<b>4 612</b>	<b>119 582</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>33 173</b>	<b>3 826</b>	<b>8 013</b>	<b>15 284</b>	<b>2 026</b>	<b>4 024</b>	<b>95 611</b>
Norte	11 291	1 432	1 729	5 303	666	2 161	21 637
Centro	6 363	530	1 389	3 198	398	847	20 212
Lisboa	3 101	...	794	...	...	...	28 903
Alentejo	9 253	1 387	2 991	4 026	435	413	6 726
Algarve	3 167	...	1 109	...	...	...	18 132
<b>RA AÇORES</b>	<b>1 814</b>	...	<b>811</b>	<b>0</b>	...	<b>450</b>	<b>2 073</b>
<b>RA MADEIRA</b>	<b>2 074</b>	...	<b>1 265</b>	...	...	<b>138</b>	<b>21 898</b>

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos 2013

(a) No Continente, os proveitos dos estabelecimentos TER e TH referem-se apenas a estabelecimentos com 10 ou mais camas.

O rendimento médio por quarto disponível (RevPAR), considerando todos os alojamentos turísticos do país, no ano em análise, foi de 28,9€, enquanto que na região Alentejo foi de 17,6€ (Lisboa 42,3€; RA Madeira 33,3€; Algarve 32,7€; Norte 20,9€; Centro 15,0€; RA Açores 22,2€). Em termos de hotelaria, o rendimento médio por quarto disponível da AI (21,0€) fica aquém da média nacional (31,8€), com Lisboa, RA Madeira e Algarve com os rendimentos mais elevados, conforme se pode observar no quadro seguinte. O RevPAR no turismo em espaço rural, na AI (15,3€), é superior à média nacional para esta tipologia de alojamento (14,5€), devido aos resultados obtidos pelas casas de campo e pelos hotéis rurais, sobretudo por estes últimos (25,8€).

**Quadro 21 - Rendimento por quarto disponível (RevPar), segundo o tipo dos estabelecimentos, por regiões (NUTS II)**

2013 Unidade: Euros

NUTS	Total dos Alojamentos Turísticos	Total Hotelaria	Hotéis					Apartamentos turísticos
			Total	*****	****	***	** / *	
<b>PORTUGAL</b>	<b>28,9</b>	<b>31,8</b>	<b>33,3</b>	<b>61,0</b>	<b>33,7</b>	<b>21,4</b>	<b>18,1</b>	<b>20,4</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>28,6</b>	<b>31,6</b>	<b>33,2</b>	<b>63,4</b>	<b>34,2</b>	<b>21,5</b>	<b>18,1</b>	<b>20,3</b>
Norte	20,9	24,9	24,6	47,5	47,5	18,3	16,5	9,4
Centro	15,0	16,5	16,5	36,7	36,7	14,2	11,3	13,0
Lisboa	42,3	44,9	45,1	69,6	69,6	35,0	29,6	40,7
Alentejo	17,6	21,0	19,5	36,5	36,5	13,8	16,5	10,9
Algarve	32,7	33,6	44,0	66,9	66,9	28,7	21,3	21,0
<b>RA AÇORES</b>	<b>22,2</b>	<b>23,1</b>	<b>22,9</b>	...	<b>25,5</b>	<b>20,4</b>	...	...
<b>RA MADEIRA</b>	<b>33,3</b>	<b>36,0</b>	<b>38,9</b>	...	<b>34,0</b>	<b>20,3</b>	...	...

NUTS	Aldeamentos Turísticos	Hotéis-Apartamentos				Pousadas	Quintas da Madeira
		Total	*****	****	*** / **		
<b>PORTUGAL</b>	<b>26,7</b>	<b>32,5</b>	<b>37,5</b>	<b>34,8</b>	<b>24,6</b>	<b>41,2</b>	<b>80,0</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>27,1</b>	<b>33,9</b>	<b>41,6</b>	<b>41,6</b>	<b>28,3</b>	<b>42,2</b>	//
Norte	...	...	//	42,5	...	45,3	//
Centro	...	...	//	22,8	...	30,2	//
Lisboa	37,4	42,2	53,2	53,2	...	55,7	//
Alentejo	...	...	...	36,5	24,9	35,4	//
Algarve	29,3	33,3	40,3	40,3	27,9	50,6	//
<b>RA AÇORES</b>	//	<b>40,0</b>	//	...	...	...	//
<b>RA MADEIRA</b>	<b>17,1</b>	<b>28,2</b>	<b>28,6</b>	...	...	...	<b>80,0</b>

NUTS	Total TER e TH	Turismo no Espaço Rural				Turismo de Habitação	Alojamento Local
		Agro-turismo	Casas de Campo	Hotéis Rurais	Outros TER		
<b>PORTUGAL</b>	<b>14,5</b>	<b>13,5</b>	<b>13,9</b>	<b>23,5</b>	<b>9,7</b>	<b>10,9</b>	<b>14,5</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>14,0</b>	<b>13,0</b>	<b>13,2</b>	<b>23,3</b>	<b>8,7</b>	<b>10,3</b>	<b>13,8</b>
Norte	11,0	11,1	8,3	17,2	7,1	11,0	10,1
Centro	13,2	15,2	10,9	31,6	5,8	6,7	9,0
Lisboa	21,2	...	25,0	...	...	...	23,7
Alentejo	15,3	12,5	14,8	25,8	8,6	8,0	8,5
Algarve	26,6	...	29,6	...	...	...	19,1
<b>RA AÇORES</b>	<b>16,6</b>	...	<b>15,4</b>	<b>0,0</b>	...	<b>19,6</b>	<b>15,3</b>
<b>RA MADEIRA</b>	<b>20,4</b>	...	<b>18,8</b>	...	...	<b>12,9</b>	<b>19,1</b>

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos 2013.

#### 4.4.3. O TURISMO NÁUTICO ENQUANTO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL

A aplicação de modelos de desenvolvimento do território centrados em produtos alternativos gera necessariamente bolsas de inovação, emprego e dinâmica económica nos territórios onde são aplicados.

No contexto específico do Alentejo e do Ribatejo, o produto turismo náutico pode assumir uma expressão considerada a três universos territoriais:

- a) A faixa litoral entre Tróia e Odeceixe

- b) As bacias hidrográficas do Tejo, Sado, Mira e Guadiana
- c) As zonas lagunares, albufeiras e águas interiores

As práticas enunciadas de turismo náutico no contexto litoral integram elementos promotores de desenvolvimento local por via de um conjunto de factores de mudança sócio-territorial, que podem gerar os seguintes novos modelos de:

- complementaridade e alternância económica às actividades
- alternativo às práticas económicas da pesca
- promoção de emprego a montante e a jusante da operação de turismo náutico
- ampliação e/ou adequação das redes de infra-estruturas de apoio ao turismo náutico
- redução dos factores de sazonalidade
- fixação populacional
- qualificação profissional do sector

Ao nível dos espelhos de água dos territórios de interioridade (eixos fluviais e águas interiores), os factores de desenvolvimento terão uma tangibilidade maior, porquanto os indicadores demográficos e empresariais e a densidade urbana é de muito menor escala, pelo que a geração de factores de mudança sócio-territorial podem gerar:

- atractividade e de competitividade territorial
- modelos integrados e complementares de geração de negócio em turismo náutico
- infra-estruturação e projecção de equipamentos específicos para o turismo náutico
- redução dos factores de sazonalidade
- fixação populacional e atração de novos residentes
- qualificação profissional do sector

## 5. O TURISMO NÁUTICO NA REGIÃO DO ALENTEJO E RIBATEJO

### 5.1. DISTRIBUIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO NÁUTICO NO ALENTEJO E RIBATEJO

A presente caracterização do território do Alentejo e Ribatejo na perspectiva do turismo náutico sustentou-se num conjunto de reuniões técnicas e trabalho de campo, realizados ao longo de seis meses, sobre supervisão e acompanhamento da Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo<sup>64</sup>, organizado em três acções:

- ciclo de reuniões técnicas com representantes (ex: Presidentes de Câmara, Vereadores, Técnicos Superiores) dos municípios e entidades com jurisdição nos territórios com vocação para a prática de actividades náuticas no Alentejo e Ribatejo.
- ciclo de reuniões técnicas com empresários do sector do turismo, com negócios e interesses no desenvolvimento do turismo náutico no Alentejo e Ribatejo
- visitas e observação técnica dos espaços-territoriais com vocação para a realização de actividades náuticas, na presença de técnicos de turismo dos diferentes municípios e/ou técnicos de entidades com jurisdição nas áreas em questão (ex: Parque Natural da Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina).

**Quadro 22– Síntese das Reuniões Técnicas e Acções de Campo realizadas**

Datas	Território
24 e 25 Março	Lezíria do Tejo
30 de Março	Alto Alentejo
07 e 08 de Julho	
28 e 29 de Março	Alentejo Central
3, 4 e 5 de Abril	Baixo Alentejo
05 e 25 de Maio	Alentejo Litoral
06 e 23 de Junho	
09 de Julho	

Fonte: Própria

<sup>64</sup> Dr. Paulo Cristo - Técnico Superior da Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo

Do conjunto de ações realizadas foram elaborados sete relatórios preliminares, anexos ao presente relatório final e base da seguinte caracterização do território do Alentejo e Ribatejo na óptica das actividades e turismo náutico.

Na caracterização que seguidamente se apresenta, pretende-se essencialmente destacar os recursos de maior potencial a explorar numa perspectiva de desenvolvimento turístico das actividades náuticas no Alentejo e Ribatejo.

### **5.1.1. ALENTEJO LITORAL**

---

O litoral alentejano distingue-se pela sua costa atlântica com uma extensão superior a 100 quilómetros, predominando extensos areais a norte, entre Tróia e Sines, e arribas com pequenas enseadas a sul, tendo Odeceixe como território limite. Destacam-se neste eixo atlântico os portos/marinas de Sines e Tróia, bem como os eixos fluviais Sado e Mira. Aliás, neste contexto, importa salientar que a região Hidrográfica do Sado e Mira é, em todo o Alentejo, aquela que apresenta um maior número de barragens com utilização livre, tal como podemos constar no quadro seguinte:

**Quadro 23 – Barragens de utilização livre na região do Alentejo e Ribatejo**

Plano de Água	Região Hidrográfica	Município(s)	Classificação	Planos de Ordenamento
Grous	Guadiana	Beja	Utilização livre	
Lucefecit	Guadiana	Alandroal	Utilização livre	
Tapada Pequena	Guadiana	Mértola	Utilização livre	Aprovado e publicado. RCM n.º 171/2008, de 21 de novembro
Campilhas	Sado e Mira	Santiago do Cacém	Utilização livre	Aprovado e publicado. RCM n.º 17/2007, de 5 de fevereiro
Fonte Serne	Sado e Mira	Santiago do Cacém	Utilização livre	Aprovado e publicado. RCM n.º 15/2007, de 31 de janeiro
Odivelas	Sado e Mira	Alvito e Ferreira do Alentejo	Utilização livre	Aprovado e publicado. RCM n.º 184/2007, de 21 de dezembro
Pego do Altar	Sado e Mira	Alcácer do Sal e Viana do Alentejo	Utilização livre	Aprovado e publicado. RCM n.º 35/2005, de 24 de fevereiro
Vale de Gaio	Sado e Mira	Alcácer do Sal	Utilização livre	Aprovado e publicado. RCM n.º 173/2008, de 21 de novembro
Belver	Tejo e ribeiras do Oeste	Gavião e Nisa	Utilização livre	
Fratel	Tejo e ribeiras do Oeste	Nisa	Utilização livre	
Magos	Tejo e ribeiras do Oeste	Salvaterra de Magos	Utilização livre	Aprovado e publicado. RCM n.º 169/2008, de 21 de novembro
Montargil	Tejo e ribeiras do Oeste	Ponte de Sor e Avis	Utilização livre	Aprovado e publicado. RCM n.º 94/2002, de 8 de maio

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, 2014<sup>65</sup>

## MARINA DE TRÓIA

A Marina de Tróia, localizada no estuário do Sado, oferece condições de navegação únicas, decorrentes do potencial do rio Sado e da enseada formada pelo Cabo Espichel. Com uma capacidade de 184 lugares, com 70% da capacidade para embarcações até 10 metros, não apresenta as características de uma marina tradicional, mas de uma marina integrada num Resort, sendo os lugares mais pequenos e os serviços tradicionais de apoio como balneário, oficinas, seco, mais limitados. Por outro lado, a sua posição geográfica torna difícil atrair embarcações que se deslocam entre norte da Europa e

<sup>65</sup> in <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=7&sub2ref=10&sub3ref=96>, acessido em 19 de Agosto 2014



Mediterrâneo, dado que as mesmas, caso pretendam demandar Tróia, têm que de desviar cerca de 30 milhas da rota, quer para paragens técnicas, quer para recreio (na rota entre Lisboa e o Algarve significa cerca de mais 4 h a 6 h num percurso total de 20 h).

A Marina de Tróia confronta-se presentemente com um excesso de capacidade, situação que se tem agravado nos últimos anos com redução dos contractos anuais.

Ao nível dos operadores marítimo-turísticos, apenas dois estão sediados na marina (Mil Andanças e Vertigem Azul). Esta é uma actividade que poderá claramente ser dinamizada, carecendo de uma boa articulação entre empresários e gestão da marina, na medida em que o seu benefício global para a atractividade da região poderá ser significativo, considerando a fauna, a flora (ex: *birdwatching*, observação de roazes) e o património cultural da região (ex: cultura avieira, produção do arroz, produção de sal), nomeadamente no contexto da Reserva Natural do Estuário do Sado.

O potencial a explorar é significativo, importando para tal desburocratizar a circulação no Sado, onde nomeadamente é quase impossível fundear no canal sul, não sendo igualmente permitidas motas de água. A relação com os mercados do centro e norte da Europa, explorando nomeadamente os serviços pelo facto de estar integrada num Resort, através de contractos híbridos com clubes e proprietários de embarcações, deixando o seu barco a custo zero em contrapartida do aluguer do mesmo, são produtos a explorar no sentido de maximizar a capacidade instalada, a qual poderá ainda ser maximizada com uma zona de seco e equipamento para colocar e retirar as embarcações da água.

## **RIO SADO: DO ESTUÁRIO A ALCÁCER DO SAL**

O rio Sado oferece até Alcácer do Sal condições óptimas de navegabilidade, as quais são complementadas por um rico património natural e cultural. No âmbito cultural destaca-se o núcleo do cais de palafita da Comporta, utilizados por pescadores (descendentes dos Avieiros), bem como na sua proximidade a Herdade da Comporta, o Museu do Arroz da Comporta e a Vala Real agricultada (arroz), oferecendo paisagens diferenciadas ao longo do ano, bem como condições singulares para a observação de aves.

Do ponto de vista do turismo náutico, Tróia e Alcácer são *gateways* estratégicas para explorar o ecossistema definido pela Reserva Natural do Estuário do Sado, sendo fundamental a dinamização da **atividade de operadores marítimo-turísticos**, seja pela via privada e/ou pública (Galeões do Sado, da Câmara Municipal de Alcácer do Sal), bem como o desenvolvimento no referido eixo de infra-estruturas náuticas de apoio, vitais para a geração de atractividade, nomeadamente por relação com a componente natural e cultural da região.

**Figura 54 – Galões do Sado no Cais de Alcácer do Sal**



Fonte: Própria

O desenvolvimento de embarcadouros e pontos de interesse de índole natural e cultural, podem igualmente ser relevantes para o desenvolvimento de circuitos alternativos em canoa. A **canoagem**, bem como a utilização de equipamento náutico de menor envergadura e não motorizado assume particular potencial a montante de Alcácer do Sal, tendo em vista o desenvolvimento de rotas náuticas alicerçadas no referido património natural e cultural da região.

## RIO SADO (BACIA HIDROGRÁFICA): ALBUFEIRA DE PEGO DO ALTAR, VALE DO GAIO E CANAIS DE REGA

Localizada a 15 km de Alcácer do Sal, a Albufeira da Barragem do Pego do Altar, apresenta boas acessibilidades e um regime de utilização muito favorável do ponto de vista náutico (regime livre - RCM n.º 35/2005, de 24 de fevereiro), apesar das limitações significativas em termos de infraestruturas de apoio à actividade e de outros equipamentos de apoio (ex: existe apenas um restaurante e nas proximidades existem algumas casas da Associação de Beneficiários do Vale do Sado). A aplicação do regime de servidão nos termos da lei carece de uma aplicação efectiva, dado que é uma condição essencial para um bom acesso ao espelho de água, bem como para o desenvolvimento de actividades complementares (ex: circuitos de manutenção, ciclovias, etc.).

Figura 55 - Barragem do Pego do Altar: Caravanismo



Fonte: Própria

A canoagem, a vela, o *windsurf*, as gaivotas, o remo e a pesca são actividades possíveis, bem como a **prática de navegação de embarcações propulsionadas a motor de combustão interna** (só pode ser efectuada quando o nível da água da albufeira se encontrar acima da cota de 40 m e nas zonas previstas).

A procura do local enquanto praia fluvial é evidente pela existência de um ponto de acesso onde em tempos existiu uma praia. A procura do local por muitos caravanistas é, igualmente, manifesta, embora sem condições para a prática e permanência no local.

A acessibilidade ao plano de água está muito mais facilitada no Rio Mourinho (braço da albufeira mais a montante), pelo que este local é habitualmente utilizado pelos praticantes de actividades com motos de água.

A Albufeira do Pego do Altar revela um potencial a considerar em termos de actividades náuticas em associação com a Albufeira do Vale do Gaio, potenciando outras actividades de lazer, nomeadamente através da utilização dos respectivos canais de rega geridos pela Associação de Beneficiários do Vale do Sado, caso haja o necessário enquadramento legal.

#### Quadro 24 – Rede Primária Vale do Sado

<b>Rede Primária de Rega</b>	<b>116.220 m</b>
Canal G.P.M.	45.300 m
Canal de Santa Catarina	14.600 m
Canal de Vale do Gaio	25.800 m
Canal da Comporta	30.520 m

Fonte: Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2013

#### PRAIAS DE GRANDOLA: COMPORTA, CARVALHAL, ABERTA NOVA E MELIDES

Distintas pelos seus extensos areais, estas praias oferecem condições para diversos desportos de onda, nomeadamente *surf, windsurf e kitesurf*, em particular nos meses de Abril a Novembro, excluindo o mês de Agosto pela elevada procura de banhistas, aliada às condições de vento menos favoráveis para algumas daquelas práticas.

A acessibilidade e os estacionamento são globalmente limitados, tal com as infra-estruturas de apoio. Por outro lado, esta condição poderá ser explorada como um factor distintivo no posicionamento destes destinos como praias selvagens, onde a evasão e o contacto com a natureza oferecem ambientes e experiências únicas face a outros destinos concorrentes.

Todavia, importa considerar a optimização do potencial existente, criando e desenvolvendo estruturas e equipamentos essenciais de apoio às actividades náuticas, nomeadamente balneários e estações de apoio para os praticantes de desportos de onda e material de recreio e desportivo.

A **Pesca Desportiva** assume-se igualmente neste território como um produto a potencializar, sendo importante o desenvolvimento de infra-estruturas de apoio, como seja a figura do centro náutico (a construir em pontos estratégicos), integrado com os desportos de onda.

### **LAGOAS E PRAIAS DE SANTO ANDRÉ**

A Lagoa de Santo André e Sancha juntamente com a Praia de Santo André, apesar de um enquadramento urbano-paisagístico pobre, apresentam no seu conjunto um potencial relevante para as actividades náuticas, em particular para a canoagem, o **kitesurf** e o **windsurf**. No caso particular da Lagoa de Santo André e Sancha estas oferecem uma atractividade para as actividades náuticas, considerando o seu património natural.

A praia da Fonte do Cortiço e da Vacaria, com os seus extensos areais e rodeadas por uma grande área dunar e de pinhal apresentam enquadramento cénicos únicos. As condições naturais existentes propiciam ambientes relevantes para a prática do **surf e windsurf**.

As limitações em termos de acessibilidades e estacionamento, bem como a insuficiência de infra-estruturas de apoio, favorecem um conceito alternativo de consumo de praia, o qual poderá ser considerado em termos de posicionamento estratégico. O desenvolvimento de infra-estruturas de apoio às actividades náuticas são vitais para o desenvolvimento deste destino do ponto de vista da prática dos desportos de onda, bem como da própria **pesca desportiva**.

### **PRAIAS E ALBUFEIRAS DE SINES: SÃO TORPES, VIEIRINHA, PRAIA DA ILHA DO PESSEGUEIRO E ALBUFEIRA DE MORGAVEL**

As praias a sul de Sines, nomeadamente São Torpes, Vieirinha e Ilha do Pessegueiro apresentam condições singulares para a prática do **surf**, nomeadamente para a

aprendizagem desta prática, tendo em consideração as condições singulares de mar. O *paddle* é igualmente uma actividade a considerar. As praias referidas, tem uma boa acessibilidade carecendo de mais equipamentos e infra-estruturas de apoio, essenciais para o desenvolvimento da actividade. Seria relevante a dinamização de bases náuticas. Há algumas empresas sediadas localmente que exploram o produto “escolas de *surf*”, mas também diversas empresas deste âmbito, de várias regiões do país, que se deslocam sazonalmente para esta região. A referida falta de infra-estruturas é o grande obstáculo à dinamização da actividade.

A Praia da Ilha do Pessegueiro apresenta um potencial relevante, para diversas actividades, nomeadamente para a prática do mergulho. Um regime de exploração mais alargado, com mais concorrência poderia contribuir para uma exploração mais efectiva destas práticas.

A albufeira de Morgavel, localizada no eixo rodoviário Sines-Cercal do Alentejo, destaca-se pela sua localização, acessibilidade e qualidade do plano de água, carecendo todavia das mais básicas infraestruturas. O seu potencial decorre da associação às praias da região.

### **PRAIAS DE ODEMIRA: AIVADOS, MALHÃO, ALMOGRAVE, CARVALHAL E ODECEIXE**

Neste universo de praias distinguem-se dois conceitos: praias classificadas e areas. Estes com acessibilidades muito limitadas e com um potencial para “Praias Selvagens”. Aivados e Malhão são praias bastante apreciadas pelos surfistas, devido às condições favoráveis para as práticas de desportos de onda. Seria de todo o modo importante, explorando o referido conceito, melhorar acessibilidades, sinalética e infra-estruturas. Relativamente a Almogrove, Carvalhal e Odeceixe são praias com potencial reconhecido para o *surf*, apresentando algumas infra-estruturas relevantes de apoio. O desenvolvimento de bases náuticas de apoio às actividades poderia ser estratégico para a afirmação e consolidação destes destinos ao nível do turismo náutico, nomeadamente Odeceixe, de forma a explorar um conjunto de outras actividades associadas à ribeira de Seixe (ex: canoagem), bem como a produtos complementares como observação de avifauna (aproveitando o percurso pedestre que está a ser requalificado).



A praia do Almogrove distingue-se ainda na região pelas suas condições singulares para o mergulho, actividade que pode ser dinamizada com recurso ao Porto das Pombas.

## **RIO MIRA E VILA NOVA DE MILFONTES**

O Rio Mira, pertencente à segunda bacia hidrográfica mais relevante do litoral alentejano, assume-se como um eixo de desenvolvimento estratégico para o turismo náutico na região. Da sua foz (Vila Nova de Milfontes) até Odemira o rio Mira oferece cerca de 30 quilómetros navegáveis por embarcações de pequeno porte, à vela ou a motor. O principal obstáculo à navegação no rio, bem como à atracção de mais embarcações a Vila Nova de Milfontes, nomeadamente veleiros, é a foz do rio, devido ao elevado assoreamento. Quer em Vila Nova de Milfontes, quer em Odemira existem boas condições para fundeamento, embarque e desembarque de passageiros. Torna-se essencial desenvolver ao longo dos referidos 30 quilómetros, pontos de interesse e infra-estruturas de apoio de modo a tornar o produto náutico atractivo, em articulação com outros produtos turísticos (ex: cultural e natureza).

A foz do rio Mira, na margem norte (Praia da Franquia), apresenta um potencial relevante para a realização de actividades náuticas como *paddle*, canoagem e outras actividades com recurso a embarcações motorizadas.

Actualmente, um conjunto de alargado de empresas marítimo-turísticas opera no rio Mira e na sua foz, explorando diversas actividades. A dinamização empresarial e o desenvolvimento da actividade náutica fica essencialmente condicionada, para além do referido problema de assoreamento da foz, pelas limitações colocadas pelas dificuldades de licenciamento entre as entidades intervenientes, não sendo claro quais os seus limites de actuação e termos de jurisdição, na perspectiva do nauta.

## **PORTOS E ENSEADAS: SINES, PORTO COVO, PORTINHO DO CANAL, VILA NOVA DE MILFONTES, LAPA DAS POMBAS, PORTO DAS BARCAS, AZENHAS DO MAR**

Na linha de costa de Sines a Odeceixe identificam-se um conjunto de enseadas com pequenos portos, essencialmente vocacionados para a pesca, os quais apresentam um potencial a considerar, numa lógica de navegação de cabotagem, estabelecendo um

possível percurso entre Sines e Portimão. Estes portos, nomeadamente, Porto Covo, Portinho do Canal, Lapa das Pombas, Porto das Barcas e Azenhas do Mar, apresentam na sua generalidade boas condições enquanto porto de abrigo, com rampas de acesso ao mar e algumas instalações de apoio (Docapesca e várias Casas de Apresto - construções recentes- entregues pelo Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, aos pescadores, mas várias já não são utilizadas ou encontram-se mesmo abandonadas) que podem ser devidamente qualificadas para prestar o necessário auxílio técnico ao desenvolvimento da referida rota. Torna-se todavia essencial articular e integrar esta possível rota náutica com atractivos e ou rotas culturais e naturais locais. A integração do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina neste possível projecto torna-se essencial, nomeadamente na mediação com as comunidades piscatórias e no processo de desenvolvimento de infra-estruturas e produto a oferecer.

### **ALBUFEIRA DA BARRAGEM DE SANTA CLARA**

A Albufeira da Barragem de Santa Clara é o espelho de água mais relevante no Alentejo Litoral. As suas dimensões tornam-na num pólo de potencial interesse, se bem que a localização e acessibilidades são pouco favoráveis. De todo o modo, a par das excelentes condições naturais para remo, em particular, este é um local reconhecido pela existência de uma Pousada de Portugal (sob gestão do Grupo Pestana): a Pousada de Santa Clara. A Pousada encontra-se actualmente encerrada, nomeadamente consequência das suas baixas taxas de ocupação.

Esta Albufeira é significativamente limitada em termos de uso lúdico, pela sua condição legal de uso (Albufeira de águas Públicas classificada como protegida), situação à qual acresce a quase total ausência de infra-estruturas, nomeadamente no apoio à prática e recreio náutico. No entanto, a pesca (ao achigã), o uso balnear, a canoagem e outras actividades náuticas sem motor (motores a 2 tempos e motas de água interditas) são práticas a considerar, criando-se as necessárias condições legais de uso, bem como ao nível das infra-estruturas náuticas de apoio. O interesse e potencial da albufeira são

confirmados pela existência de empresas marítimo-turísticas, como por exemplo a Bass Catch que opera no local com barcos eléctricos, oferecendo passeios<sup>66</sup>.

Globalmente, a Albufeira da Barragem de Santa Clara parece apresentar um potencial significativo enquanto possível Centro de Estágios de Remo, tendo os mercados nórdicos como principais mercados emissores. Esta situação seria uma possibilidade para viabilizar a exploração da Pousada de Santa Clara.

### 5.1.2. BAIXO ALENTEJO

---

#### RIO GUADIANA: POMARÃO E MÉRTOLA

O rio Guadiana assume-se como um potencial eixo estratégico para o desenvolvimento do turismo náutico no Alentejo. A navegabilidade do rio está todavia condicionada por questões de assoreamento. Torna-se vital, neste contexto, a melhoria das condições de **navegabilidade (nomeadamente para embarcações cruzeiro até 12 metros)**, infraestrutura portuária e reabilitação das margens no tramo internacional do rio Guadiana, em particular no troço entre a Ponte Internacional do Guadiana e o Pomarão, de modo a garantir o desenvolvimento da navegação recreativa e da potenciação dos usos recreativos, turísticos e desportivos associados ao rio, que proporcionem o desenvolvimento sustentado das áreas marginais do rio.

---

<sup>66</sup> A empresa Bass Catch faz inclusivamente publicidade no local, apresentando nestes suportes embarcações com motores de expulsão.

**Figura 56 - Cais do Pomarão**



Fonte: Própria

O Pomarão é actualmente um ponto de referência dado o contexto de navegabilidade do rio. Antigo porto de carga de minérios e, mais tarde, de enxofre proveniente das Minas de São Domingos (transporte ferroviário entre as minas e o Pomarão), constitui, actualmente, um pequeno núcleo habitacional, com algumas infra-estruturas de apoio às actividades náuticas, designadamente dois pontões de atracação com as respectivas rampas de acesso pedonal, uma rampa de acesso ao plano de água para veículos e embarcações e um guindaste. É neste local que atracam a maioria dos **veleiros** que demandam o Guadiana para montante, definindo-se assim como um local estratégico para o acesso do turismo ao Baixo Alentejo. Só com maré alta é possível navegar até Mértola onde as condições de atracação são também limitadas. A melhoria da navegabilidade e das condições de porto poderia ser igualmente importante para o desenvolvimento do núcleo museológico de Mértola e territórios envolventes. O rio oferece ainda condições relevantes neste troço para actividades de **canoagem**.

**Figura 57 – Cais de Mértola**



Fonte: Própria

## CANAIS DO GUADIANA

Os canais do Guadiana, local privilegiado para a prática de **canoagem**, localizam-se em pleno Parque Natural do Vale do Guadiana (PNVG), à semelhança do Pomarão. *“Com uma área aproximada de 70.000 hectares, o Parque estende-se entre a zona a montante da queda do Pulo do Lobo e a ribeira do Vascão, a sul de Mértola. Inclui unidades paisagísticas bem diferenciadas: os vales encaixados do rio e seus afluentes, as elevações quartzíticas das serras de Alcaria e São Barão e uma extensa e agreste planície onde crescem arvenses de sequeiro, montados de azinho e áreas de esteval. Nas zonas mais declivosas das serras e linhas de água, com fraca intervenção humana, encontra-se ainda o chamado matagal mediterrânico, expressão da vegetação original da região”*<sup>67</sup>. É a partir destes canais que as descidas do rio em canoagem, que incluem alguns rápidos, são permitidas pelo PNVG.

É importante considerar ainda o possível estabelecimento de **rotas e percursos náuticos em canoa**, em articulação com percursos pedestres e o património cultural

<sup>67</sup> In <http://www.visitalentejo.pt/pt/o-alentejo/viva/vale-do-guadiana/>



relevante existente, como por exemplo alguns moinhos (azenhas), e em **complementaridade com a observação de fauna e flora** associados ao ecossistema do Rio.

### **ALBUFEIRA DA TAPADA GRANDE E DA TAPADA PEQUENA**

As albufeiras da Tapada Grande (regime de utilização Protegido) e da Tapada Pequena (regime de utilização livre) são planos de água, construídos originalmente para apresar as águas necessárias ao funcionamento do complexo mineiro de S. Domingos. A Tapada Grande com as suas ilhotas constitui um local paisagisticamente relevante, utilizado nas actividades de lazer associadas à náutica, com uma **praia fluvial** das melhores existentes no Alentejo e que possui boas condições para a prática de desportos aquáticos, nomeadamente a **canoagem, windsurf, vela ou paddle**.

Este plano de água é frequentemente utilizado como pista de treino do Clube Náutico de Mértola e começa a despontar o interesse por atletas estrangeiros durante o Inverno. A Albufeira tem sido palco de várias **competições e eventos náuticos**, especialmente as Taças de Portugal de Maratonas de Canoagem e o Campeonato Nacional de Maratona de Canoagem.

**Figura 58** – Tapada Grande – infra-estruturas



Fonte: Própria

O objectivo do município de Mértola é dotar a Tapada Grande com uma **pista de canoagem** que permita melhorar e diversificar as condições de treino, mormente na



prática de velocidade (200 m, 500 m e 1000 m). Assegurar também as condições para competições nacionais e internacionais, com instalações de apoio às actividades desportivas.

O Hotel de São Domingos pela sua localização, e apesar de não ter qualquer oferta própria direccionada para as **actividades náuticas**, disponibiliza serviços deste âmbito em parceria com o **Clube Náutico de Mértola** e outros prestadores de serviço privados. Esta unidade é igualmente procurada como possível **centro de estágios para selecções de canoagem** provenientes do norte da Europa. Por outro lado, contiguamente ao hotel está localizada uma **praia fluvial**.

Paralelamente em articulação com o produto turismo náutico é de considerar ainda a prática de **autocaravismo**, na medida em que o local já é frequentemente procurado por turistas estrangeiros (holandeses, alemães, ingleses, franceses e espanhóis). Este é um público relevante na medida em que fazem compras no mercado semanal da aldeia, nomeadamente legumes e vegetais, mas também produtos regionais, como por exemplo o azeite. De todo o modo, há que dotar o local com as necessárias infra-estruturas.

### 5.1.3. ALENTEJO CENTRAL

---

#### VALE DO SORRAIA, RIBEIRA DA RAIA, DA SEDA, DE TERA, DE SOR E DO DIVÔR

O vale do Sorraia e as Ribeiras da Raia, da Seda, de Tera, de Sor e do Divôr formam um ecossistema único para o desenvolvimento de diversas actividades no âmbito do turismo náutico. Neste contexto territorial a complementaridade do produto turismo náutico poderá ser ainda dinamizada em articulação com outros produtos, nomeadamente o turismo na natureza. Acrescem ainda, a título meramente exemplificativo, ofertas como o parque de campismo rural de conceito *glamping* (*glamorous* e camping) ou o Fluviário de Mora.

**Figura 59 – Levada da Ribeira da Seda**



Fonte: Própria

As levadas existentes nos municípios de Avis e Ponte de Sor resultam do projecto hidroagrícola do vale do Sorraia. Durante uma parte do ano as albufeiras do Maranhão e de Montargil armazenam água para no período estival disponibilizarem a mesma aos campos do vale do Sorraia, através das levadas. Muita da água disponibilizada pelas barragens voltam ao curso das respectivas ribeiras, permitindo o aumento dos caudais e as actividades náuticas em pleno Verão. A título de exemplo, a empresa Azenhas da Seda organiza percursos ao longo das levadas em parceria com a Associação de Regantes do Vale do Sorraia e, no caso da levada da ribeira da Seda, desenvolve a actividade de **hidrospeed** pelo interior da levada. Importa ainda mencionar a existência de rápidos e cascatas nos cursos de água que alimentam a ribeira da Raia, que proporcionam actividades de aventura em pleno Verão a uma distância-tempo de uma hora a partir de Lisboa.

A articulação destas actividades de aventura com percursos pedestres ao longo das ribeiras (a meia vertente) revela-se pertinente, considerando a excelência das paisagens existentes. A existência de pistas de pesca desportiva neste território revela-se de primordial importância para o desenvolvimento das actividades turísticas. Com efeito,

as pistas de pesca de Mora e de Cabeção apresentam um elevado desenvolvimento para a pesca em águas interiores, patente no reconhecimento internacional que lhes está associado (campeonato do mundo de clubes em Cabeção, em 2013; campeonato mundial de pesca feminino, em 2014; provas desportivas nacionais, regionais e de amadores). A pista de Pavia, intervencionada recentemente, oferece também condições para a recepção de diversas provas.

**A Ribeira de Sor**, mais concretamente na localidade de Ponte-de-Sôr é igualmente um pólo de referência a considerar no âmbito da pesca desportiva. Localizada no centro da cidade a pista de pesca de Ponte-de-Sôr integra-se um pólo de oferta singular com um extenso parque de lazer, um parque manutenção física, um complexo de piscinas descobertas, campo de ténis e anfiteatro para actividades culturais. No curso do rio sobressaem estruturas tipo *geysers*, proporcionando um efeito visual único. As pontes sobre a ribeira permitem o desenvolvimento de percursos pedestres. A nível náutico a pista de pesca desportiva (com pontos de pesca de 12/12 metros, a qual tem potencial de prolongamento) permite a captação de eventos internacionais, situação condicionada pela falta de oferta de alojamento na cidade. Há também um ancoradouro. A cota da ribeira altera significativamente ao longo do ano, sendo possível, através de uma intervenção de obra, reposicionar as comportas existentes, estabilizando a cota da ribeira neste troço (garantindo a circulação da água).

O prolongamento da pista e do parque para jusante, permitirá nomeadamente integrar uma escola de equitação que se encontra na margem do rio.

**O rio Sorraia**, no seu percurso, percorre no município de Coruche, no sentido oeste/este, aproximadamente 50km. A pesca desportiva e a pesca de lazer são actividades de grande relevância e potencial. O rio Sorraia apresenta uma riqueza piscícola de elevado nível, tornando-o num local previligiado para a prática de pesca desportiva e de lazer, sendo considerado um dos melhores pesqueiros nacionais. Ao longo do curso existem duas pistas de pesca consolidadas que oferecem excelentes condições para a prática, acolhendo com frequência actividades relacionadas com a pesca. No rio Sorraia têm vindo a ser realizadas competições de nível internacional e nacional, como campeonatos do mundo, campeonatos da Europa e campeonatos nacionais.

- Pista de pesca de Coruche: com aproximadamente 850m de extensão e com largura média de 10m (38°57'21.29"N / 8°31'46.50"O).

**Figura 60 - Campeonato do Mundo Pesca Desportiva Água Doce Senhoras 2014**



Fonte: Município de Coruche.

- Pista de pesca de Santa-Justa: com aproximadamente 900m de extensão e com largura média de 12m (38°57'21.29"N / 8°31'46.50"O).

**Figura 61 - Pesca desportiva na pista de Santa Justa, Couço**



Fonte: Município de Coruche



No contexto do rio Sorraia, no município de Coruche, a zona ribeirinha destaca-se pelas suas características:

- ✓ O rio possui um perímetro 2.650m de margens regularizadas que permitem o acesso fácil à água, situação propícia para diferentes práticas de lazer e eventos, com a interligação da margem possível a nascente – através de uma ponte rodoviária/pedonal – e a poente – através de uma ponte pedonal sobre o dique.

**Figura 62 - Zona Ribeirinha de Coruche - Margens**



Fonte: Município de Coruche

- ✓ O rio possui uma área útil, com profundidade homogénea, para a prática náutica com uma extensão de aproximadamente 1.350m por 65m de largura média.

**Figura 63 – Zona Ribeirinha de Coruche – Actividades Náuticas e Desportivas**



Fonte: Município de Coruche

No sentido de consolidar a estratégia desenvolvida seria prioritário:

- ✓ Projectar e instalar um ancoradouro no rio Sorraia, nas proximidades de Coruche, destinado a pequenas embarcações de recreio motorizadas e não motorizadas;
- ✓ Adquirir e concessionar um barco de recreio que possibilite a realização de passeios no rio com grupos;
- ✓ Apoiar o desenvolvimento de eventos com notoriedade que potenciem o envolvimento de parceiros ligados ao turismo náutico.

Ainda no município de Coruche **destacam-se o Açude da Agolada, o Açude do Monte da Barca e o Lago da Quinta Grande**



**O Açude da Agolada** ( $38^{\circ}57'47.73''\text{N}$  /  $8^{\circ}33'27.17''\text{O}$ ) com cerca de 226ha é uma albufeira com 1 km de comprimento, situada a 2,5 km da vila de Coruche, num ambiente saudável, tranquilo e relaxante. Rodeado de vegetação frondosa e abundante (sobreiro e pinheiro, essencialmente), o açude concede numerosas alternativas para quem pretende desenvolver atividades náuticas.

**Figura 64 - Imagem aérea do Açude da Agolada, Coruche**



Fonte: Município de Coruche

**O Açude do Monte da Barca** ( $38^{\circ}54'35.47''\text{N}$  /  $8^{\circ}28'45.84''\text{O}$ ) situa-se a cerca de 9,5km da vila de Coruche e tem uma albufeira com cerca de 2,5km de comprimento, numa área de 884ha. Envolvido por maciços de sobreiro e pinhal, o açude do Monte da Barca constitui um espetáculo de rara beleza, convidativo para as atividades náuticas. A pesca e a canoagem são práticas desportivas recorrentes neste açude.

**Figura 65 - Remo no Açude do Monte da Barca, Coruche;**



Fonte: Município de Coruche

**O Lago da Quinta Grande** ( $38^{\circ}56'25.65''N$  /  $8^{\circ}31'17.10''O$ ) é um lago artificial que se situa a cerca de 5km da vila de Coruche com um comprimento 690m, uma largura de 100m e uma profundidade 1,55m em toda a área, totalizando aproximadamente 7ha. O lago insere-se no Ski Clube Quinta Grande, que possui uma escola de sky aquático. Desde a inauguração da Escola do Ski Clube Quinta Grande, em 1997, já ali se realizaram atividades de aprendizagem com o envolvimento de mais de 4166 pessoas, de todas as idades, nacionalidades e níveis.

As instalações do Ski Clube Quinta Grande possuem: pista de slalom e de saltos homologada / pista de mini slalom / uma torre de *wakeboard* / barra de iniciação ao ski aquático e ao ski descalço (*barefoot*).

**Figura 66 - Ski aquático no Lago da Quinta Grande, Coruche**



Fonte: Município de Coruche

## **FLUVIÁRIO DE MORA**

O Fluviário de Mora, localizado nas proximidades do Açude do Gameiro, constitui-se como um recurso singular e um produto âncora no território, na medida em que é um dos principais aquíários de água doce da Europa, permitindo um contacto diferente com este tipo de ecossistemas, proporcionando uma distinta simulação da viagem de um curso de água desde a nascente até à foz, através de uma sucessão de espécies representativas da fauna piscícola de água doce, entre outros motivos de interesse, como sejam os tanques exteriores com as lontras.

“A concretização do Fluviário de Mora visou a criação de um equipamento único em Portugal, de natureza científica, cultural e de lazer que, recriando o universo aquático, consolidasse uma vertente educativa e ambiental. O conjunto das exposições, visualizadas através de modelos vivos e dinâmicos é uma mais valia na apreensão de amplos e abrangentes conhecimentos relacionados com a percepção da importância da

biodiversidade e da riqueza ecológica associada, dos programas de conservação da natureza.”<sup>68</sup>

Como pólo de desenvolvimento local, o Fluviário de Mora, pelo seu significado poderá assumir-se como uma base estratégica para o desenvolvimento do turismo náutico na região, sendo pontencializado como **gateway para diversas actividades náuticas** e outras ofertas relacionadas neste domínio territorial, como por exemplo o Parque Ecológico do Gameiro ou as diversas ribeiras localizadas na área envolvente.

O projecto de estabelecimento de um cruzeiro fluvial na ribeira da Raia, desde o Açude do Gameiro até 6 km para montante, poderá constituir-se, em associação com o Parque Ecológico do Gameiro e o Fluviário de Mora, como estratégico no âmbito do desenvolvimento das actividades náuticas em complementaridade com outros produtos que a região oferece (gastronomia e vinhos, touring cultural, etc.).

### **ILHAS DO ALQUEVA: NOVO MODELO PRECONIZADO PELA EDIA**

No âmbito do estudo desenvolvido pela EDIA identificou-se um universo de 150 ilhas, 67 das quais com área superior a 1 hectare. Deste universo foram, após análise, consideradas 3 categorias de espaços:

**- Conservação da Natureza – 34 ilhas;**

Aumento do valor natural sem que as ilhas estejam associadas à geração de valor através de actividades produtivas. Ilhas com valor ecológico excepcional ou elevado.

**- Uso desportivo e recreativo I – 112 ilhas;**

Geração de valor económico, através de actividades que permitam também a manutenção do valor natural.

**- Uso desportivo e recreativo II – 4 ilhas;**

Geração de valor económico, através de actividades que permitam também a manutenção do valor natural. Estas ilhas têm construções pré-existentes, as quais podem ser aproveitadas:

<sup>68</sup> in <http://www.fluviariomora.pt/fluviario/conceito>

Neste contexto definem-se dois modelos genéricos de gestão propostos pela EDIA, os quais visam aumentar, simultaneamente, o valor natural e o valor económico das ilhas de Alqueva:

- **Gestão de 34 ilhas com objectivos exclusivos de conservação da natureza** controlada por programas de monitorização com frequência elevada.
- **Concessão de 116 ilhas a operadores privados para a realização de actividades para as quais tenham aptidão.** A concessão tem associado um Caderno de Encargos Ambiental que especifica as acções da responsabilidade do concessionário, entre as quais a conservação do valor natural e a sua monitorização. Estes contractos de Concessão serão negociados e geridos pela EDIA.

Sugere-se, igualmente, a **criação do Parque Natural Regional das Ilhas de Alqueva** incluindo todas as ilhas do arquipélago, através de uma iniciativa conjunta com os municípios e o ICNF. Importa, neste contexto, considerar a implementação do conceito de “Porta”, criando neste locais infra-estruturas de apoio ao uso turístico e de lazer (equipados com centros de informação, reservas de actividades, desinfeção e vistoria de embarcações privadas e outras actividades de fiscalização, etc.)

### **ALANDROAL: JUROMENHA**

Localizada no município do Alandroal (Estrada Nacional Elvas-Alandroal) a 15 km de Elvas e do Alandroal, a aldeia de Juromenha oferece um excelente enquadramento cénico dominado pela fortaleza (com projecto em aprovação para hotel e museu) e pelo espelho de Água da Albufeira de Alqueva.

Do ponto de vista náutico, oferece um embarcadouro limitado (onde os 200 metros finais de acesso são extramente limitados ao nível da circulação automóvel e de pessoas), nomeadamente por relação ao congénere localizado na margem Espanhola com capacidade para cerca de 20 embarcações e com um centro náutico de apoio.

Todavia há uma empresa marítimo-turística instalada no local (dos mesmos proprietários do Convento de São Paulo).

As condições de navegação são relevantes para diversas actividades náuticas para além dos passeios de recreio, como por exemplo, canoagem, *paddle*, remo (dado que se está perante um braço da albufeira). Oferece igualmente condições para o estabelecimento de uma potencial praia fluvial com parque de lazer associado.

## **REGUENGOS DE MONSARAZ: CENTRO NÁUTICO DE MONSARAZ E PARQUE DE MERENDAS DE CAMPINHO**

### **CENTRO NÁUTICO DE REGUENGOS DE MONSARAZ**

Localizado próximo da Vila medieval de Monsaraz e da aldeia de Telheiro, numa paisagem dominada por uma ilha, o Centro Náutico, inaugurado em Julho de 2010, oferece um conjunto de infra-estruturas de apoio singulares, possuindo um bar/restaurante com esplanada e estacionamento, área de lazer (com mesas e bancos), WC e caixotes para lixo.

Ao nível das infra-estruturas para as actividades náuticas dispõe de uma rampa de varadouro junto ao cais. Este disponibiliza quatro plataformas de acesso interligadas, um pontão de atracação com 4 *fingers* interiores e alguns equipamentos, embora danificados (ex: extintores).



**Figura 67 - Cais Monsaraz**



Fonte: Própria

São possíveis diversas actividades oferecidas pelo concessionário do bar/restaurante, como por exemplo: **ski aquático, wakeboard, mono ski, kneeboard, canoas, kayaks e gaivotas**. A empresa marítimo-turística Sem Fim desenvolve as suas actividades neste Centro Náutico, nomeadamente passeios de barco em diversos tipos de embarcação, incluindo um veleiro centenário.

### **ANCORADOURO DE CAMPINHO**

Localizado próximo da aldeia ribeirinha de Campinho (Reguengos de Monsaraz), do aeródromo (Além-Tejo) - dedicado à aviação ligeira desportiva e de lazer - e de um Parque de Campismo, localiza-se o **Parque de Merendas de Campinho**. Oferece uma

área de lazer requalificada com algumas infra-estruturas de apoio (WC com duchas e contentores para lixo; estacionamento ordenado). Do ponto de vista náutico, dispõe de um cais de atracação com acesso articulável, mas sem rampa de acesso ao plano de água.

**É um local procurado para pesca lúdica, oferecendo ainda potencial para diversas actividades náuticas e recreativas.**

### **PORTEL: CENTRO NÁUTICO DA AMIEIRA E AMIEIRA MARINA**

A empresa Gescruzeiros - Sociedade para o Aproveitamento da Actividade Marítimo Turística no Grande Lago Alqueva, S.A., proprietária da *Amieira Marina*, nasceu das sinergias entre as empresas Gestalqueva - Sociedade de Aproveitamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrogão, S.A. (capital público) e a Nautialqueva - Serviços Náuticos, Lda. (capital privado). O *core business* da Amieira Marina são os barcos-casa e a marina possui condições de atracagem para 15 embarcações desta tipologia, mas igualmente dezenas de espaços de atracação para embarcações de privados. É ainda local sede de atracação dos barcos Guadiana, Degebe e Alcarrache (o Guadiana, adquirido em 2007, tem capacidade para 120 passageiros, com possibilidade de refeições a bordo; os Degebe e Alcarrache têm capacidade até 25 passageiros). Das suas excelentes condições para as actividades náuticas motorizadas fazem parte várias infra-estruturas e equipamentos que garantem a prestação de serviços qualificados de apoio. Possui, entre outras, as seguintes valências: posto de abastecimento de combustível; *catering* a bordo dos barcos-casa; garantia de acessibilidade aos barcos a qualquer pessoa (turismo acessível); serviços de manutenção das embarcações; rampa de varadouro nas proximidades dos cais de atracação, acessível a particulares; bar; recepção; estruturas de formação, onde são ministrados conteúdos teóricos e práticos sobre a navegação na albufeira, mas também informação turística sobre as aldeias ribeirinhas e os locais de interesse na envolvente do plano de água.

**Figura 68 – Amieira Marina**



Fonte: Própria

Actualmente, os clientes são maioritariamente nacionais, contrariamente ao que acontecia no início da actividade, embora a receita seja igualmente repartida (os estrangeiros adquirem pelo menos uma semana, enquanto os portugueses, em maior número, adquirem uma experiência de 2 ou 3 dias).

A empresa associa ao produto barco-casa o aluguer de canoas e bicicletas, muito úteis para os clientes poderem pescar em locais interditos a barcos com motor e para se deslocarem pelas aldeias ribeirinhas. Para além destes serviços, a Amieira Marina, em parceria com outras empresas locais, disponibiliza igualmente outras actividades complementares, designadamente *ski*, *wakeboard*, etc., barcos à vela, passeios em balão de ar quente, passeios a cavalo ou em charrete, passeios de *Kart Cross* associados ao

megalitismo, gastronomia e provas de vinho, atelier de olaria, e visita à ganadaria Murteira Grave (Mourão). No entanto, existem algumas lacunas na sinalética envolvente do plano de água, sobretudo para quem se desloca a partir deste.

**Figura 69 – Barcos Casa da Amieira Marina**



Fonte: Própria

Algumas restrições contempladas no POAAP foram identificadas pelos operadores como limitativas das actividades náuticas na albufeira do Alqueva.

**O Centro Náutico da Amieira**, local mais próximo da Aldeia que lhe dá o nome, oferece um cais com 4 *fingers*, através de acesso por 4 pontões articulados. Está equipado com infra-estruturas básicas de apoio (WC, caixotes para lixo) e uma zona de sombreamento para apoio às actividades de lazer, estando ainda prevista a construção de um restaurante neste espaço. Um extenso passadiço conduz os visitantes do Centro Náutico à aldeia.

Estes espaços apresentam um **potencial elevado na medida em que permitem a realização de diversas actividades náuticas motorizadas (cruzeiros, *ski*. etc.) e não motorizadas (canoagem, *paddle*, etc.)**

### **MOURA: NÚCLEO DA ALBUFEIRA DA BARRAGEM DO ALQUEVA**

O núcleo da Albufeira da Barragem do Alqueva, espaço localizado nas proximidades do paredão, com infra-estruturas actualmente geridas pela AlquevaLine (com contrato até Setembro de 2014 – no passado este espaço foi gerido pela Gestalqueva), oferece diversas **infra-estruturas de apoio às actividades náuticas**: WC, bar, estacionamento não estruturado, posto de acolhimento, área de lazer (com mesas e bancos). Este é por excelência um dos locais mais procurados da Albufeira do Alqueva, fruto da sua localização próxima do paredão.

Ao nível do plano de água, existem dois cais de atracação para embarque e desembarque de passageiros dos **cruzeiros operados pela empresa AlquevaLine**. A **marina** (com rampa de varadouro próxima) oferece 28 espaços de atracação e um pontão reservado para o barco Guadiana.

**Figura 70 – AlquevaLine –Cais e Embarcações**



Fonte: Própria



Existem igualmente espaços de atracação reservados para os **barco-casa da Amieira Marina**. Ao nível legal de uso, o facto de não existir limite de potência dos motores na albufeira, apenas de velocidade (25 nós), define este como um espaço particularmente atractivo para actividades náuticas motorizadas. Apesar das excelentes condições, este espaço carece de alguma qualificação em diversos aspectos, como por exemplo ao nível da iluminação pública, situação que condiciona a actividade dos operadores marítimo-turísticos privados, considerando a susceptibilidade a actos de vandalismo

**A leste do paredão da barragem do Alqueva situa-se o Pinhal e Pousada da EDP**, os quais se afiguram como uma potencial infra-estrutura de alojamento e lazer. Actualmente este quatro blocos de apartamentos com capacidade para cerca de 80 quartos, alojam apenas a Força Especial de Bombeiros (FEB) Canarinhos e a Fuel TV. Contudo, o espaço carece de uma reabilitação significativa de forma a potencializar o seu uso turístico e recreativo.

Igualmente do ponto de vista náutico no município de Moura é de relevar o **povoamento ribeirinho da Estrela**, o qual oferece um **cais de atracação com 4 fingers** (localizado mais a Sul da aldeia). O acesso ao cais faz-se por 4 pontões articulados. O local oferece igualmente algumas infra-estruturas de apoio e de lazer (por exemplo um restaurante).

Figura 71 – Cais da Estrela



Fonte: Própria



## MOURÃO: ALDEIA DA LUZ e PARQUE DE MERENDAS DE MOURÃO

A localidade de Aldeia da Luz é um dos principais pólos a considerar no contexto do turismo e recreio náutico no município de Mourão. O novo cais da Aldeia da Luz, instalado a noroeste da aldeia, permite a atracagem de 10 embarcações, oferecendo a plataforma de acostagem mais de 30 metros.

Figura 72 – Cais do Mourão



Fonte: Própria

O acesso ao cais faz-se por um passadiço de madeira com cerca de 700 metros. Acresce ao **potencial para actividades náuticas motorizadas e não motorizadas, numa perspectiva de complementaridade, o Museu da Luz**, o qual revela as ocupações tradicionais, mas também as diferentes fases da construção da actual aldeia e da demolição da antiga Aldeia da Luz.

A dinamização das actividades náuticas pode ser particularmente relevante para o tecido económico-social local, porquanto este é um local relativamente despovoado, com consequências na desocupação de algumas infra-estruturas (ex: a creche).

Face à falta de alojamento, o caravanismo pode ser potenciado, tendo como referência a estação de recolha de águas negras já existente.

**Nesta área, carece ainda de particular destaque do ponto de vista da relevância para o turismo e recreio náutico** o Parque de Merendas de Mourão, apesar dos seus equipamento e infra-estruturas carecerem de reabilitação. O Parque de Merendas de Mourão localiza-se a cerca de 2 km de Mourão numa península rodeada pela albufeira de Alqueva. O Parque de Merendas é constituído por pequenas áreas de lazer individualizadas por vegetação. Toda a área é arborizada e confinante com o plano de água. **É um dos principais parques de merendas da região** com vários grupos de mesas e *barbecues*. Tem um miradouro em madeira do qual se consegue visualizar a albufeira de Alqueva e a vila de Mourão. Possui wc portáteis, um parque de estacionamento e uma rampa de acesso ao plano de água (terra), virada a Sul. Mais a Norte, numa zona contígua ao Parque de Merendas encontra-se o cais de atracação constituído também por 3 *fingers* de cada lado do pontão. Há igualmente nas proximidades uma rampa de varadouro em alcatrão nas proximidades (anterior estrada de acesso à antiga aldeia da Luz). As infra-estruturas existentes colocam este espaço como um potencial núcleo para **actividades náuticas recreativas** na região.

#### 5.1.4. ALTO ALENTEJO

---

##### ALBUFEIRA E BARRAGEM DE MONTARGIL

A Albufeira da Barragem de Montargil constitui-se como um pólo de elevada relevância estratégica no âmbito das actividades náuticas, considerando a dimensão do plano de água, mas igualmente pela possibilidade de realização de inúmeras **actividades aquáticas, com e sem motor**, dado que está classificada como de utilização livre.

O CS Hotel do Lago é o principal pólo de desenvolvimento e alojamento para as actividades náuticas. Oferece 105 quartos (2 piscinas interiores aquecidas, SPA, 3 piscinas exteriores, diversos espaços para eventos) e 7 moradias V2 e V3.

Em termos de turismo náutico as infra-estruturas e actividades estão concessionadas à empresa Bruno Maia, unipessoal. O hotel tem uma sazonalidade muito forte (10/15 quartos durante a semana e taxas de ocupação de quase 100% ao fim-de-semana). Anos houve em que encerrava na época baixa. O mercado *corporate* tem sido estratégico para atenuar esta situação. Este mercado procura actividades náuticas em contexto de formação e incentivos através de actividades de *team building*.

O hotel dispõe de um 25 *fingers* com capacidade para 50 embarcações. Estes espaços são essencialmente procurados de Maio a Setembro. Há a ambição de construir um parque aventura aquático com insufláveis (junto ao pontão de acesso aos *fingers*), com um investimento orçado em 50 mil euros. Dado o potencial e as condições naturais deste espelho de água, estão a ser desenvolvidos contactos para receber estágios de selecções de **remo** de países do norte da Europa.

As **praias de areia branca** nas margens da albufeira, sobretudo a montante da marina do hotel são um espaço aquático muito procurado, sobretudo no Verão, nomeadamente para actividades náuticas com e sem motor.

A Orbitur, através do seu parque de campismo e com alguma oferta de actividades náuticas, identifica-se também como um promotor de relevo neste contexto.

## ALBUFEIRA E BARRAGEM DO MARANHÃO

A Albufeira do Maranhão constitui uma pólo de relevância estratégica para o desenvolvimento das actividades náuticas no território em que se enquadra. Apresenta um significativo potencial para diversas actividades como o remo, o *kitesurf*, a vela, o *windsurf*, canoagem e *paddle*).

No contexto particular do **remo**, o potencial e o reconhecimento internacional decorre de um projecto em particular: Herdade da Cortesia (Avis). Esta unidade hoteleira de 4 estrelas com localização sobranceira à albufeira, numa integração harmoniosa com a paisagem, disponibiliza 30 quartos ao nível do solo, uma piscina e um ginásio preparado para os atletas de alta competição (remo).

**Figura 73 – Herdade da Cortesia - Alojamento**



Fonte: Própria

Oferece ainda as seguintes actividades: passeios de barco, canoa, balão e charrete; aulas de volteio; etc., para além de proporcionar o contacto com muitos dos campeões olímpicos de remo, que habitualmente treinam nas suas instalações e na albufeira. Com efeito, a Herdade da Cortesia proporciona em plena albufeira o acesso a uma pista de remo balizada com 2 km de comprimento. Esta unidade hoteleira constitui-se de interesse estratégico para a dinamização das actividades náuticas na região, no âmbito de um turismo qualificado de nível superior. De facto, neste território não existe o conceito de Centro de Alto Rendimento de remo e canoagem, como os de Montemor-o-

Velho e do Pocinho, mas o hotel assume-se como tal, baseado nos treinos de nível superior que proporciona aos atletas profissionais e nas condições naturais envolventes.

**Figura 74 – Cais da Herdade da Cortesia**



Fonte: Própria

A existência de um conjunto de casarios abandonados, localizados dispersamente na vertente contígua ao paredão da barragem (antigas casas que apoiaram os serviços de construção e manutenção desta infra-estrutura), propriedade da APA, pode constituir um elevado potencial para suporte às actividades náuticas, não só pela paisagem soberba sobre a albufeira e a Ribeira da Seda, mas, igualmente, pela pertinência da sua reversão para alojamento e disponibilização de serviços de apoio às actividades desportivas associadas ao plano de água.



## ALBUFEIRA DE PÓVOA MEADAS

Localizada no concelho de Castelo de Vide, a 11 kms da capital de concelho, a albufeira de Póvoa Meadas, classificada como de utilização limitada, tem ganho acrescida notoriedade pela sua associação ao Festival Andanças. As suas margens confinadas por terrenos com acesso público e privado acolhem um parque campismo e caravanismo (o qual não está integralmente regulamentado). Ao nível dos equipamentos náuticos o Município dispõe de uma infraestrutura pré-fabricada para recolha e guarda de canoas, gaiotas e barcos. A exploração deste equipamento é sazonal e está concessionada. No local o Município está ainda a desenvolver as necessárias diligências tendo em vista a aquisição de 5 casas à EDP afectas à exploração e gestão da barragem. Há ainda potencial para o desenvolvimento de percursos pedestres associados a componente natural e cultural (monumentos megalíticos – identificados e marcados pelo Município).

## LAGO DA ALFARÓFIA

Inserido numa Herdade com o mesmo nome, o lago da Alfarófia apresenta uma área de 6 hectares e tem uma capacidade de 100.000 m<sup>3</sup>. Situa-se no município de Elvas, mais propriamente no Caia, a 5 km de Badajoz (Espanha). Aberto no final de 2007, o Lago começa a ser reconhecido por pescadores europeus de **pesca desportiva, mais propriamente de *carp fishing*** (*carpas royal* e *black-bass*), que encontram neste um destino frequente para disfrutar da pesca.

O Lago oferece condições únicas para a criação de Carpas, fruto da sua inserção numa herdade com 41 hectares, tendo sido construído com a finalidade de abastecimento de água para a actividade agrícola (regadio).

A profundidade média é de 3-4m alcançando a sua cota máxima nos 6m. Durante quase todo o ano, a água esta em processo constante de renovação. Um grande volume de agua abandona o lago com a função de regadio, mas é simultaneamente compensada pela entrada de água do canal que o alimenta. Isto permite uma qualidade de água excelente, muito oxigenada, ao mesmo tempo que o nível se mantém constante durante todo o ano. Outras condições essenciais para o desenvolvimento das carpas decorrem do facto do lago ser muito rico em lagostim do rio e ter uma área de 7 000m<sup>2</sup> de juncos, tornando-se esta zona em habitat natural singular.



As carpas do Lago da Alfarófia são nomeadamente reconhecidas e procuradas pelos pescadores europeus dada a sua grande dimensão média (de 23.6 kg a 9.5 kg).

Esta Herdade possui ainda um outro lago com condições distintas, onde poderá ser possível a prática de *wakeboard*.

### **ALBUFEIRAS E BARRAGENS DO CAIA E DE ABRILONGO**

As albufeiras e barragens do Caia e de Abrilongo apresentam localizações transfronteiriças relevantes e espelhos de água de dimensão considerável. A sua condição de utilização protegida, com liberdades de uso condicionadas, retira-lhes muito do potencial. Porém, as suas localizações face aos demais recursos potenciais para o turismo náutico na região, definem-nas como hipotéticos pólos de interesse.

A albufeira do Caia, com parque de campismo concessionado ao Clube de Campismo de Lisboa, oferece uma zona para potencial utilização turística junto ao pontão da barragem, espaço actualmente procurado para pesca e lazer. Este local já recebeu uma prova de *windsurf* em 2013 (adiada em 2014 pela falta de vento). A 200 metros da margem está localizada uma ilha que poderia ser explorada, nomeadamente para a prática de *wakeboard, paddle ou canoagem*.

A albufeira de Abrilongo confina nomeadamente com a Herdade do Monte Alto, mas não apresenta qualquer tipo de infra-estrutura, apesar de ser um dos principais espelhos de água da região. Importa destacar que nesta albufeira, apesar da ausência de infra-estruturas, já se realizaram duas provas nacionais de *hobie cats*.

### **ALBUFEIRA E BARRAGEM DO LUCEFECIT**

No curso da Ribeira de que lhe dá o nome e localizada no município do Alandroal, próximo da localidade de Terena, a Albufeira encontra-se na bacia hidrográfica do Guadiana.

Apresenta uma boa acessibilidade (junto à estrada nacional 255) a par de um condição de utilização livre, facto que a torna singular na região e muito procurada pelas populações locais, incluindo dos municípios envolventes.

As margens são 85% privadas mas os proprietários permitem a ocupação dos terrenos envolventes.

Apresenta um potencial relevante para a vela ligeira, ski aquático, pesca desportiva, navegação à vela e *windsurf*.

Há investimento privado na envolvente da barragem, nomeadamente a Herdade dos Barros, mas o potencial existente justifica o desenvolvimento de infra-estruturas de apoio às actividades náuticas (por exemplo uma base náutica), bem como outras complementares e de apoio como percursos de btt, percursos pedestres, parques de lazer e outras infra-estruturas de apoio (WC, serviços de restauração, etc.). Evidência ainda do potencial a explorar é o facto de haver apenas uma empresa marítimo-turística registada no município de Alandroal.

### **5.1.5. LEZÍRIA DO TEJO**

---

#### **SANTARÉM**

Reconhecida pelo seu acervo histórico-patrimonial, Santarém apresenta-se como uma referência do ponto visto turístico não só regional, mas também nacional, beneficiando ainda de condições únicas de acessibilidade. Ao nível do alojamento turístico é igualmente uma referência importante para a região, concentrando cerca de 50% da oferta.

Do ponto de vista náutico importa consideração a associação da cidade com rio, sendo todavia as infraestruturas neste domínio extramente limitadas.

#### **SALVATERRA DE MAGOS: MARINA, CAIS E MUSEU DO RIO**

A localidade de Salvaterra de Magos é servida pela Vala Real, oferecendo neste contexto uma Marina e um Cais. Neste curso ribeirinho localizam-se ainda o Museu do Rio (antigos officios do rio), o Celeiro da Vala (antigo celeiro agrícola, espaço de exposições, nomeadamente dedicado à cultura do arroz) e o Posto de Turismo. Na vila destaque

ainda para a Falcoaria Real. A região tem graves limitações ao nível da oferta de alojamento hoteleiro.

**Figura 75 – Marina de Salvaterra de Magos**



Fonte: Própria

Pelas suas condições de acessibilidade e navegabilidade a Vila de Salvaterra poderá assumir-se como uma porta de acesso ao rio, ponto de partida e chegada para passeios no rio Tejo. A definição de percursos em embarcações de recreio poderá ser articulada com outros pontos de interesse como o Museológico de Escaroupim e as localidades de Valada e Palhota (aldeia avieira).

**Figura 76 - Cais de Valada e Palhota**



Fonte: Própria

Neste contexto territorial deverá ainda ser considerada a riqueza natural do rio do Tejo, oferecendo um potencial relevante para, em complementaridade com o turismo náutico, para turismo na natureza (ex: observação de aves) e cultural (ex: cultura avieira, rota do cavalo lusitano e rota do arroz).

## **5.2. A NÁUTICA DE RECREIO E A NÁUTICA DESPORTIVA – VERTENTES, DISTRIBUIÇÃO E SIGNIFICADO**

As práticas da náutica de recreio no contexto territorial do Alentejo e Ribatejo, encerram dinâmicas de actuação, com amplitudes de maior relevância, se comparadas com a sua dimensão desportiva e competitiva. Tal considerando decorre da apreciação entre a tipologia e intensão de uso (recreativo ou desportivo), do volume médio de praticantes em Portugal, por modalidade e da sua afinidade/proximidade/opção aos contextos geográficos de acção.

Com efeito, o Alentejo e o Ribatejo oferecem uma elevada disponibilidade de recursos hidrográficos, possibilitadores de práticas recreativas, desportivas e turísticas. Todavia, questões como as acessibilidades aos espelhos de água, decorrentes de razões físicas e de regimes de propriedade; a inexistência de infra-estruturas e de equipamentos de suporte e apoio à utilização; e a ausência de uma rede sustentada de eventos que garantam a sustentabilidade e a continuidade de uso, traduzem este enorme potencial num elementar simulacro de possibilidades, mas não de efectividades de uso.

Dentro da panorâmica territorial existente, a costa litoral alentejana, alguns poucos espelhos de água de albufeiras de interior e a foz do rio Sado, têm vindo a apresentar propostas efectivas para o desenvolvimento de actividades de náutica desportiva, sobretudo por via da programação e organização de competições integradas nos calendários federativos nacionais e internacionais, bom como através da realização de estágios de formação e treino de curta e média duração.

Neste quadro de operacionalização, o surf (*surf, bodyboard, longboard, skimming*), assume ainda uma expressão menor no âmbito da realização de provas de competição, muito embora a costa Alentejana, apresente um elevado potencial, em virtude da diversidade de *spots* e da qualidade das ondas.

Muito embora tenham sido realizadas por diversas ocasiões, especificamente nas praias de S. Torpes e de Odeceixe, provas para o circuito nacional e sobretudo para os campeonatos regionais de surf, o litoral Alentejano apresenta outros break points de elevada qualidade, para uma possível candidatura à realização de provas de maior dimensão, desde que se garantam as necessárias condições infra-estruturais, de organização e acessibilidade que determinem a sua exequibilidade. Os areais selvagens a norte do município de Sines e, sobretudo, as praias de Aivados e de Malhão, apresentam, pelas suas características, condições para tal, ainda que, como referido, seja fundamental que se criem condições ao nível das acessibilidade e de segurança.

Todavia, é no quadro do *free surf*, e portanto numa vertente puramente de náutica recreativa e turística, que o surf oferece uma expressão maior no quadro da costa alentejana. Para além de S. Torpes, que oferece condições de excelência para a prática do ensino e do surf adaptado e da praia da Vieirinha, que para lá de apresentar idênticas potencialidades, oferece ainda uma panóplia de ondas para diferentes graus de evolução e competência, as praias dos Aivados (*reef break*, com esquerdas e direitas) e de Malhão (misto *reef break/sand break*, basicamente com direitas), são também procuradas, sobretudo por surfistas em deslocação de *surf trip* e *surf caravan*, mas já com um grau de competência médio e elevado. Mais a sul, a praia de Odeceixe, apresenta também condições e excelência para a prática do surf, com *beach spots* para diferentes níveis de adequação desde principiantes até praticantes com nível mais evoluído, sendo muito procurada, em processos de complementaridade por *surf trippers* que procuram

também as praias mais a sudoeste e já em território Algarvio, nomeadamente Samoqueira, Monte Clérigos, Arrifana e Amado.

A vela desportiva, oferece também, um conjunto de propostas interessantes ao contexto náutico do Alentejo. Muito embora, abaixo do potencial oferecido, quer a Baía de Setúbal, quer principalmente o triângulo Atlântico entre Sesimbra, Setúbal e Sines, com extensões a Vilanova de Milfontes, são esporadicamente palco de regatas de vela de cruzeiro, a três pernas de triangulação e bordo de bóia, com possível pernoita nos portos de recreios de Sesimbra e Sines ou na Marina de Tróia. Este tipo de regatas, fundamental para a promoção náutica do Alentejo, carece de uma maior afirmação (ampliação do número de regatas/ano), de uma maior capacidade organizativa dos clubes náuticos do Alentejo e, especialmente de uma adequação dos portos e localidades de acolhimento para este tipo de eventos, ao nível do receptivo turístico.

Ao nível da vela ligeira de competição, existe alguma oferta federativa, ao nível regional, quer na baía de Setúbal, quer na baía de Sines, ao nível das classes olímpicas (*optimist, laser, 420, 470*) sendo realizadas também provas de bicasco, quer em Setúbal/Tróia, quer em *hobbie cat* em Sines (Sinescat). Podemos encontrar também esporadicamente alguns eventos organizados de vela ligeira nas barragens de Abrilongo, Caia e Montargil, sobretudo ao nível da classe de bicascos.

Ao nível da náutica de recreio e no âmbito da vela de cruzeiro, refira-se ser uma actividade com um interessante potencial de crescimento, quer por via de saídas de lazer de um dia, com retorno a porto de abrigo (Marina de Tróia, Porto de recreio de Sines), sobretudo ao nível da sua operacionalização turístico-comercial, quer por via do trânsito de navegação sazonal Lisboa-Algarve, em regime de navegação em Cabotagem, sendo que para isso importa garantir condições de fundeadouro não só no Porto de Sines, como principalmente na adaptação dos portinhos de pesca existentes ao longo da costa alentejana, para o processo de acolhimento de embarcações até 40 pés, nestes portinhos (Porto das Barcas, do Canal, Vilanova de Milfontes, Lapa das Pombas e Azenhas do Mar). Ao nível das dinâmicas náuticas no Hinterland, a albufeira do Alqueva, oferece também um elevado potencial para as práticas de vela de recreio, sobretudo ao nível da vela ligeira, bem como, no quadro da náutica recreativa, por via das propostas já existentes de passeio de embarcações motorizadas.



A pesca desportiva e a pesca recreativa, de costa e de albufeira, para além de apresentarem enormes potencialidades ao nível de pontos e pistas de pesca reconhecidas e certificadas, apresentam ainda o maior volume de participantes e de eventos organizados no quadro das actividades náuticas, fazendo desta actividade aquela que tem uma maior expressão de oferta, quer ao nível da procura dos consumidores nacionais, quer ao nível de eventos de expressão internacional. Mesmo, quando se analisa a sua dispersão territorial, a pesca desportiva e recreativa permite traçar rotas de pontos e pistas de pesca no quadro das dinâmicas náuticas de Hinterland, unindo albufeiras e troços de rios e ribeiras de norte a sul do território alentejano, enquadrar ofertas de carácter lúdico- recreativo com propostas turísticas e desenvolver mecanismos de interacção entre as dinâmicas recreativas e as dinâmicas federativas e competitivas.

Também ao longo da linha de costa, desde a Comporta até Sines e das praias a sul de Vilanova de Milfontes até Odeceixe, quer em linha de praia, quer em arriba, encontramos elevado potencial para a prática de pesca desportiva.

A oferta, quer de pesca de alto mar, quer de pesca de rio, permite ainda ampliar a capacidade de oferta de produto turístico, numa dinâmica de reconversão ou de complementaridade profissional das comunidades piscatórias, e a promoção dos valores locais de carácter histórico, patrimonial, gastronómico e etnográfico, potenciando economicamente as comunidades de beira-rio (Avieiros, no Tejo e no Sado) e ribeirinhos no caso dos rios Mira e Guadiana.

As actividades de remo, canoagem e *wakeboard* assumem uma interessante dimensão desportiva, no quadro da organização de estágios internacionais e apresentam-se como iniciativas de elevado potencial no quadro da oferta turística e da promoção internacional do território e das suas vantagens competitivas. As albufeiras de Montargil e de Maranhão, já com centros de estágios de dimensão turística e procuradas por selecções olímpicas para treino e a possibilidade de se avançar com novas pistas para treino na Albufeira do Alqueva, na Albufeira de Santa Clara (Odemira) e na Tapada Grande (Mértola), vem apetrechar o Alentejo, com uma rede de pistas de treino de remo e de canoagem de elevado interesse internacional.

### 5.3. PLANOS DE ÁGUA E ACTIVIDADES INDUZIDAS NO HINTERLAND

As características geomorfológicas do território Alentejano, apontam em prevalência teórica a linha de costa de Tróia a Odeceixe, como principal espaço atractivo para as actividades de turismo náutico, quer pela sua extensão (130Km), quer pela sua diversidade orográfica, com múltiplas praias, grandes areais e inúmeras reentrâncias de falésia.

Todavia, e de um modo algo invulgar, atendendo às características climatéricas e ao tipo de solo existente na região, também os planos de água existentes no *hinterland* alentejano e ribatejano (rios, ribeiras e albufeiras) apresentam singulares potencialidades e aptidões para o desenvolvimento de actividades náuticas, quer no espectro desportivo, quer na dimensão lúdico-recreativa.

O volume e a qualidade dos espelhos de água existentes no Alentejo e na lezíria do Tejo (mais de cinquenta barragens, dois rios internacionais, mais três rios de expressão regional, e um número considerável de ribeiras), bem como a natural apetência da grande maioria deles para usos recreativas, veio ampliar o panorama da oferta lúdico-desportiva no Alentejo, potenciando no interior do território, condições para a realização de eventos desportivos de escala nacional e internacional, criando redes e circuitos interterritoriais, (por exemplo ao nível das pistas de pesca); fomentando processos e factores de especialização de alguns espelhos de água, para práticas altamente seleccionadas e para públicos-alvo muito precisos, (como por exemplo a pista de remo existente em Avis) e abrindo horizonte à criação de núcleos de desenvolvimento turístico sustentado e de matriz multiuso, como é o caso da Albufeira do Alqueva.

Em todos estas situações, a dimensão da interioridade territorial é diminuída pela implementação de estratégias de desenvolvimento que através da qualificação infraestrutural dos espaços náuticos, promove sinergias económicas a montante e a jusante das próprias actividades, quer ao nível da compra e aluguer de equipamentos, quer ao nível do alojamento e restauração, quer ainda ao nível dos serviços turísticos complementares, geradores de processos de fixação populacional, emprego e crescimento económico local. Para além disso, geram ainda efeitos de multiplicação directa, decorrente do processo de retorno e consequente repetição do consumo.

O mercado dos estágios desportivos (remo, canoagem, pesca, vela ligeira, *windsurf* e *wakeboard*) é também, para além de um veículo promocional de excelência, pela associação das modalidades desportivas a territórios, com elevada oferta nas dimensões culturais e paisagísticas, também um factor que capitaliza a procura do cliente de proximidade, para um tipo de consumo centrado no lazer.

Tal facto só é possível, devido não só à promoção desenvolvida, como ao processo de necessário apetrechamento e qualificação das infraestruturas, equipamentos e técnicos de apoio existentes nos territórios em questão.

Um outro factor muito importante em todo este processo passa pelas dinâmicas de re-humanização de territórios em depressão demográfica e tendencialmente ao abandono e também pela necessidade de diversificar o tipo de uso de albufeiras, tradicionalmente edificadas para produção inergética, retenção de águas e consumo agrícola.

Os eixos fluviais (Tejo, Sado, Sorraia, Mira e Guadiana), vistos prioritariamente como vias de comunicação e sustentação económica das comunidades piscatórias, assumem no quadro da oferta das actividades de turismo náutico, um papel que permite, a recomposição do uso do território e um processo de reajustamento profissional das comunidades de beira-rio, para actividades de índole turística e desportiva.

Também o processo de requalificação urbanístico-paisagística das estruturas habitacionais existentes nas frentes de água, bem como a classificação do património histórico-cultural, ficam mais garantidos e sustentados, por via da implementação de práticas lúdico-recreativas e desportivas de âmbito náutico, promovendo uma dinâmica económica muito mais efectiva, gerando benefícios directos para as comunidades de acolhimento.